

MOVIMENTOS SOCIAIS, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADES

organizadores:

**Miriam Pillar Grossi, Simone Becker, Juliana Cavilha
Mendes Losso, Rozeli Maria Porto e Rita de Cássia
Flores Müller**

Coordenação

Maria Alzira Brum Lemos

CONSELHO EDITORIAL

Bertha K. Becker

Candido Mendes

Cristovam Buarque

Ignacy Sachs

Jurandir Freire Costa

Ladislau Dowbor

Pierre Salama

COLEÇÃO sexualidade, gênero e sociedade

Dirigida por Maria Luiza Heilborn e Sérgio Carrara

Coordenação Editorial

Jane Russo e Anna Paula Uziel

Assistente

Alessandra de Andrade Rinaldi

CONSELHO EDITORIAL

Albertina Costa

Daniela Knauth

Leila Linhares Barsted

Maria Filomena Gregori

Mariza Correa

Parry Scott

Peter Fry

Regina Barbosa

Richard Parker

Roger Raupp Rios

COLEÇÃO

sexualidade, gênero e sociedade

sexualidade

em

debate

MOVIMENTOS SOCIAIS, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADES

organizadoras

**Miriam Pillar Grossi, Simone Becker, Juliana Cavilha Mendes Losso,
Rozeli Maria Porto e Rita de Cássia Flores Müller**

Garamond
UNIVERSITÁRIA

Copyright © dos autores

Editora Garamond Ltda

Caixa Postal: 16.230 Cep: 22.222-970
Rio de Janeiro – Brasil
Telefax: (21) 2224-9088
e-mail: editora@garamond.com.br

Projeto Gráfico de Capa e Miolo

Anna Amendola

Revisão

Elisa Rosa de Alencar

Vinícius Loureiro Renaud

Editores Eletrônicos

Tiago Rodrigues de Castro [Letra & Imagem]

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
DO SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

M897

Movimentos sociais, educação e sexualidades / organizadoras, Miriam Pillar Grossi... [et al.]. - Rio de Janeiro: Garamond, 2005

264p. - (Sexualidade, gênero e sociedade. Sexualidade em debate)

Textos apresentados no Seminário Movimentos Sociais, Educação e Sexualidade, organizado pelo Centro Latino Americano em Sexualidade e Direitos Humanos em parceria com o Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividade da Universidade Federal de Santa Catarina em Abril de 2003

Inclui bibliografia

ISBN 85-7617-069-8

1. Comportamento sexual. 2. Movimentos sociais. 3. Educação sexual. 4. Educação - Aspectos sociais. I. Grossi, Miriam Pillar. II. Série.

05-3148.

CDD 306.7
CDU 392.6

Apoio:



FORD FOUNDATION

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO

Miriam Pillar Grossi, Simone Becker,
Juliana Cavilha Mendes Losso, Rozeli Maria Porto
e Rita de Cássia Flores Müller _9_

I. HOMOSSEXUALIDADES

O CENTRO LATINO AMERICANO EM SEXUALIDADE E
DIREITOS HUMANOS E O “LUGAR” DA HOMOSSEXUALIDADE
Sérgio Carrara _17_

CONSIDERAÇÕES SOBRE A SEXUALIDADE HUMANA
Jeanine Nicolazzi Philippi _25_

VIOLÊNCIA E HOMOSSEXUALIDADE NO BRASIL:
AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O MOVIMENTO HOMOSSEXUAL
Sílvia Ramos _31_

CRISTIANISMO E HOMOSSEXUALIDADE
Regina Soares Jurkewicz _45_

TRAVESTIS BRASILEIRAS:
CONSTRUINDO IDENTIDADES CIDADÃS
Wiliam Siqueira Peres _53_

A IMPRENSA GAY DO RIO DE JANEIRO:
LINGUAGEM VERBAL E LINGUAGEM VISUAL
Jorge Luiz Pinto Rodrigues _69_

II. SEXUALIDADE E TEORIAS

SEXUALIDADES MASCULINAS:
PERSPECTIVAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS
Maria Juracy Filgueiras Toneli e Karla Galvão Adrião _93_

MÍDIA E SEXUALIDADES: BREVE PANORAMA
DOS ESTUDOS DE MÍDIA
Carmen Sílvia Rial _107_

SEXUALIDADE E HISTÓRIA DA ARTE:
UMA PERSPECTIVA FEMINISTA
Luana Maribele Wedekin _137_

III. SEXUALIDADE E MOVIMENTOS SOCIAIS

SALÕES ÉTNICOS COMO ESPAÇOS ESTÉTICOS E POLÍTICOS DE
IDENTIDADE NEGRA
Nilma Lino Gomes _149_

NARRATIVAS DE LIDERANÇAS GLBTT
Juliana Cavilha Mendes Losso e Simone Becker _167_

VIOLÊNCIA, DISCRIMINAÇÕES SEXUAIS, RACIAIS E DIREITOS
HUMANOS: UM DIÁLOGO ENTRE A ACADEMIA E A MILITÂNCIA
Analba Brazão Teixeira, Laura Moutinho, Luzinete Simões
Minella, Rozeli Maria Porto e Simone Grilo Diniz _179_

IV. SEXUALIDADES E EDUCAÇÃO

POLÍTICAS IDENTITÁRIAS NA EDUCAÇÃO SEXUAL

Jimena Furlani

219

GÊNERO E SEXUALIDADE NOS CADERNOS DE PESQUISA (FCC)

Rita de Cássia Flores Müller

239

GÊNERO E EDUCAÇÃO NO SEMINÁRIO RIZOMA

Marília Pinto de Carvalho

267

APRESENTAÇÃO
ARTICULANDO REDES E BUSCANDO
DIÁLOGOS NO CAMPO DA SEXUALIDADE

**Miriam Pillar Grossi, Simone Becker, Juliana Cavilha Mendes Losso,
Rozeli Maria Porto e Rita de Cássia Flores Müller**

Os textos aqui publicados foram apresentados no seminário *Movimentos Sociais, Educação e Sexualidades*, organizado pelo Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM) em parceria com o Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em abril de 2003. Este evento foi o primeiro seminário organizado pelo CLAM, realizado em Florianópolis, durante o *II Seminário Internacional Educação Intercultural, Gênero e Movimentos Sociais – Identidade, Diferença e Mediações*, organizado pelo Projeto Rizoma.¹

¹ O projeto Rizoma foi financiado pelo Plano Sul de Pesquisa e Pós-graduação (CNPq/Funcitec). Participaram deste projeto, as seguintes equipes de pesquisa da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC):

NIGS – Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (vinculado ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social),

MOVER – Núcleo de Interculturalismo e Movimentos Sociais (vinculado ao Programa de Pós-graduação em Educação),

NPMS – Núcleo de Pesquisa sobre Movimentos Sociais (vinculado ao Programa de Pós-graduação em Sociologia Política) da UFSC

NEPEMOS – Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Movimentos Sociais da Fundação Universidade de Blumenau (FURB).

Buscamos, ao realizar este seminário, envolver em torno da temática do gênero e da sexualidade, educadores, pesquisadores e lideranças de movimentos sociais que participavam do seminário internacional da rede Rizoma.

As atividades relativas à temática *Movimentos Sociais, Educação e Sexualidades* foram divididas em duas mesas-redondas, quatro oficinas e no encontro de duas redes de movimentos sociais (movimentos feministas e GLBTT), tendo recebido ao longo de quatro dias um público de 1.500 pessoas.

Este livro foi organizado em torno de quatro eixos: *Homossexualidades, Sexualidades e Teorias, Sexualidades e Movimentos Sociais e Sexualidades e Educação*.

No primeiro eixo, *Homossexualidades*, temos uma série de textos que abordam esta temática sob diferentes ângulos disciplinares – histórico, jurídico, psicanalítico, antropológico. Os textos aqui publicados revelam o vasto panorama de pesquisas e reflexões sobre o tema que têm sido realizadas no Brasil ao longo das últimas décadas, desde o trabalho pioneiro de Peter Fry.²

No artigo de abertura do livro, Sérgio Carrara, apresenta os objetivos do CLAM e reflete sobre os direitos de gays e lésbicas no Brasil, apontando para as contradições implícitas no reconhecimento das identidades homoeróticas. No artigo seguinte, Jeanine Philippi, reflete sobre os sujeitos de direitos no Brasil, problematizando a partir do Direito e da Psicanálise sobre o lugar que o desejo tem na busca de reconhecimento de práticas afetivo-sexuais não convencionais. No terceiro artigo, Silvia Ramos traça um retrospecto dos principais acontecimentos que nortearam a temática da homossexualidade na década de 1990, mostrando como, no Rio de Janeiro, a parada GLBTT emerge neste período aliada à implementação de políticas públicas como o Disque Defesa Homossexual. Em seu texto ela desmistifica algumas violências contra gays/lésbicas/travestis veiculadas na imprensa, mostrando que, a exemplo das violências contra mulheres, o maior número de denúncias de agressões contra

² Fry, Peter. *Para inglês Ver*, Rio de Janeiro, Editora Zahar, 1982.

homossexuais provém de situações interativas: domésticas, familiares e de vizinhança. Em seu artigo intitulado “Cristianismo e Homossexualidade”, Regina Jurkewicz traça um breve e conciso retrospecto histórico acerca das diferentes posições assumidas pela Igreja Católica frente à temática da homossexualidade. Vista inicialmente como doença, ela passou a ser tomada como comportamento pecaminoso, que é a forma como diferentes visões cristãs balizam a questão ainda hoje em diferentes lugares do mundo.

Wiliam Siqueira Peres, tomando como grupo de estudo as travestis de Londrina, aborda em seu texto a questão da construção de cidadania por grupos marginalizados. Seu texto é uma análise de oficina realizada com travestis dentro de projeto DST/HIV/AIDS em Londrina no qual foram abordados temas como a família, a escola, a construção do corpo travesti e a sexualidade. Partindo da análise do *design* da imprensa brasileira *gay* desde a década de 1960, o último texto deste eixo, o de Jorge Luiz Pinto Rodrigues mostra como o movimento gay brasileiro foi construindo ao longo das últimas três décadas instigantes auto-imagens. O autor faz um importante mapeamento de publicações *gays* brasileiras, remontando sua análise ao jornal mimeografado, *O Snob*, publicado entre 1963 e 1969. Segue estudando *O Lampião da Esquina*, que foi publicado nos anos 1970, um clássico da “imprensa alternativa” do período e finaliza com publicações dos anos 1990 como *Nós por exemplo*, *Sui Generis*, *G Magazine*.

No segundo eixo do livro, intitulado *Sexualidades e Teorias*, temos três importantes revisões teóricas sobre temas relativos ao gênero e à sexualidade: sobre a temática das masculinidades, sobre as representações da mídia e na arte moderna e contemporânea.

No primeiro trabalho deste eixo, Maria Juracy Toneli e Karla Galvão Adrião fazem um amplo levantamento dos trabalhos produzidos nas últimas décadas sobre a temática da masculinidade, retracando linhas de análise e autores de referência sobre o tema. No segundo trabalho, Carmen Rial apresenta um vasto panorama do que são os estudos de recepção na área de comunicação, recuperando os principais trabalhos internacionais de referência na análise da

mídia sob o ângulo de gênero, tema que tem despertado crescente interesse no campo de pesquisa de gênero no Brasil. No terceiro trabalho, Luana Wedekin faz um passeio entre visões de gênero e sexualidade em diferentes momentos e movimentos artísticos, tendo como norteadora a imagem do pintor francês Gustave Courbet, de duas mulheres nuas enlaçadas no leito, que ilustrou o *folder* do seminário.

No terceiro eixo, *Sexualidades e Movimentos Sociais*, trazemos textos que articulam questões caras ao movimento negro, ao movimento feminista e ao movimento GLBTT como o racismo, a violência doméstica, a homofobia e as práticas sociais e políticas de superação de discriminações e preconceitos.

O primeiro artigo, de Nilma Gomes é sobre o papel que salões de beleza “étnicos” desempenham na construção de auto-estima e reconhecimento da identidade afro de mulheres negras em Belo Horizonte. Nilma argumenta que estes espaços tradicionais de construção de feminilidade são hoje um importante lugar de resistência, de valorização da negritude e dos vínculos com a tradição africana, cumprindo um papel tão importante como o de outras mobilizações do movimento negro contemporâneo no Brasil. No segundo artigo, Juliana Losso e Simone Becker fazem um mapeamento dos grupos presentes no encontro da rede GLBTT, fazendo um breve histórico de cada grupo e lançando algumas questões sobre a constituição de identidade e reconhecimento por parte destes grupos. No último texto deste eixo, de Analba Brazão Teixeira, Laura Moutinho, Rozeli Porto, Luzinete Minella e Simone Diniz, as autoras buscam fazer uma síntese da diversidade de trabalhos apresentados nas oficinas sobre *violência, discriminações sexuais e raciais e direitos humanos*. Os trabalhos aqui relatados foram construídos a partir das vivências nos movimentos sociais e de práticas profissionais no atendimento de vítimas de violências. É sempre importante lembrar que o tema das violências contra as mulheres surge com mobilizações feministas e que é no bojo da prática de atendimento de mulheres vítimas de violências em serviços de ONGs (como na década de 1980 nos SOS Mulher), nas delegacias da Mulher e em

serviços de saúde do Estado. Além de fazer uma síntese dos trabalhos apresentados, elas buscam retratar as acaloradas discussões que permearam os trabalhos da oficina em torno das temáticas do sexismo e do racismo.

No quarto eixo, *Sexualidades e Educação*, estão publicados três textos que têm como linha condutora o tema da Educação, que era um dos principais objetos de nosso seminário.

No primeiro artigo deste eixo, de Jimena Furlani, encontramos uma sólida articulação com as reflexões do primeiro eixo sobre a homossexualidade. A autora, posicionando-se ao lado das teorias *queer*, argumenta a favor da inclusão da temática da sexualidade nos currículos das escolas primária e secundária. Rita de Cássia Muller, no segundo artigo deste eixo, faz um detalhado mapeamento dos textos sobre gênero e sexualidade publicados ao longo de 30 anos em uma das principais revistas do campo da Educação, os Cadernos de Pesquisa, editados pela Fundação Carlos Chagas. E, finalizando o livro, temos significativo trabalho de Marília de Carvalho, que tendo trabalhado há vários anos com a questão faz uma interessante relatoria dos trabalhos desenvolvidos nas oficinas sobre o tema.

Como mostramos acima, trata-se de um livro com diferentes abordagens disciplinares da temática da sexualidade. Entendendo que o campo interdisciplinar dos estudos de gênero e sexualidade está fortemente ancorado em diferentes tradições disciplinares (Antropologia, Educação, Sociologia, História da Arte, Comunicação, Design, Psicologia, Ciências da Religião) buscamos nesta coletânea, ilustrar as diferentes abordagens teóricas da temática presentes em nosso seminário. Além dos autores aqui presentes e do público que assistiu o seminário, agradecemos particularmente Alinne Bonetti, Andréa Wolff, Anna Paula Martins, Anna Paula Uziel, Bernadette Grossi dos Santos, Beto de Jesus, Caleb Faria Alves, Camila Pinheiro Medeiros, Clair Castilhos, Clara Dornelles, Déborah Sayão, Eduardo Saraiva, Flavio Wiik, Guacira Lopes Louro, Iara Chaves, Ilse Scherer-Warren, Isabel Orofino Shaeffer, Itamar dos Santos, Janaina Lima, Irma Paso, Justina Sponchiado, Louise Lazzari, Luimar Avelino Duarte Junior, Luana Cotroffi, Mara Lago, Marcos Lopes

de Souza, Maria Rita Lemos, Miriam Hartung, Myriam Santin, Reynaldo Mathias Fleuri, Rosa Oliveira, Silvana Bittencourt, Silvia Camurça, Sônia Malheiros Miguel, Suzana Garski, e Wivian Weller que colaboraram conosco em diferentes etapas e papéis no seminário.

Certamente foi através deste interessante diálogo entre pesquisadores e ativistas oriundos de diferentes regiões do país, pertencentes a diferentes gerações e com distintos projetos de pesquisa e ação, que pudemos realizar este livro. Agradecemos a todas aquelas que contribuíram para que este diálogo se estabelecesse e que ele continuasse a se fazer após o seminário, como podemos atestar pela intensa correspondência que continuamos a receber dos participantes, mostrando que a imagem do *rizoma* permanece inspirando trocas intelectuais e lutas políticas. Sabemos que o campo da Educação é central para a mudança de valores, comportamentos e estereótipos no campo do gênero e da sexualidade. Constatamos, não sem tristeza, que o tema ainda é marginal e secundário para a grande maioria de educadores hoje no Brasil. Esperamos que este livro, possa ser útil de alguma forma para aquelas que desejam usar o espaço da escola e da universidade como lugares de mudança de valores e respeito às diferenças de gênero, étnico/raciais e sexuais.

Florianópolis, setembro de 2005.

HOMOSSEXUALIDADES

O CENTRO LATINO-AMERICANO EM SEXUALIDADE E DIREITOS HUMANOS E O “LUGAR” DA HOMOSSEXUALIDADE

Sérgio Carrara¹

Este texto tem um duplo objetivo. Em primeiro lugar, traz algumas informações sobre um projeto institucional que estamos implantando a partir do Rio de Janeiro e que teve no evento que deu origem a este livro, sua primeira atividade pública. Em segundo lugar, levanta algumas questões sobre como a discussão em torno da homossexualidade se situa no âmbito de tal projeto.

Diversas mesas e grupos de trabalho realizados no II Seminário Internacional Educação Intercultural, Gênero e Movimentos Sociais foram apoiadas pelo Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM). Foi a primeira aparição pública de uma instituição ainda em fase de implantação. Trata-se de uma iniciativa articulada por uma parceria entre o Programa de Pesquisas em Gênero, Sexualidade e Saúde (IMS/UERJ) e diferentes universidades e organizações da sociedade civil, brasileiras e latino-americanas, com o objetivo de pensar a política sexual (incluindo tanto políticas de Estado quanto lutas políticas empreendidas pelo movimento femi-

¹ Professor do Instituto de Medicina Social (IMS)/Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Coordenador do Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM).

nista e pelo movimento homossexual) e a cultura sexual (incluindo aqui práticas, ideologias e saberes sexuais) na América Latina.² A partir dessa atividade de produção e difusão de conhecimento e de sua transmissão, o CLAM pretende ser mais um ator nessa arena, influenciando tanto no plano da política quanto da cultura.

Esse duplo papel de reflexão e atuação política remete a uma certa concepção do conhecimento científico que deve ser explicitada. Para nós, tal conhecimento é confeccionado ou construído no cruzamento de inúmeras forças ou no contexto de um diálogo nem sempre fácil, envolvendo governos, organizações da sociedade civil, agências de fomento à pesquisa e à formação nacionais e internacionais etc. É assumindo esse diálogo (sempre presente na produção de conhecimento, mas nem sempre explicitado) e procurando intensificá-lo que o centro se propõe a oferecer aos pesquisadores, militantes e formuladores de políticas públicas nessa área, não apenas informações qualificadas e úteis, mas também novas questões e novos problemas.

Não ocultar o diálogo a partir do qual o conhecimento científico é produzido significa para nós uma tomada de posição ética, talvez mais fundamental na área dos estudos sobre a sexualidade do que em outras, e que nos impõe ter sempre em perspectiva as razões sociais e políticas que fazem com que tal conhecimento seja relevante. Por que estudar ou organizar informações sobre sexualidade? Por que investigar uma área da experiência humana que, para muitos, diz respeito ao espaço privado de cada um?

Todos nós podemos arrolar sem grande esforço inúmeras razões para isso, mas é interessante notar que geralmente tais razões têm se vinculado historicamente e sido eticamente justificadas por uma série de grandes “ameaças sociais”. Nessa perspectiva, estuda-se a sexualidade porque existe a ameaça das doenças sexualmente transmissíveis e mais recentemente da Aids; porque é necessário o controle da natalidade em contextos em que o crescimento da população é considerado uma ameaça ao desenvolvimento; porque existe a

² A iniciativa conta com o apoio da Fundação Ford.

prostituição, o tráfico de mulheres, o turismo sexual, a gravidez na adolescência, considerados como uma ameaça moral aos jovens e às mulheres; além de outros fatores.

Menos freqüentemente, tal conhecimento justifica-se pelo simples fato de ser a sexualidade, de um lado, uma fonte poderosa de prazer e de bem estar e, de outro, um plano fundamental para a construção de nossas identidades pessoais e sociais (para estabelecer nossos lugares no mundo, nossas redes de sociabilidade, o modo como nos vemos e como os outros nos vêem). Dito de outro modo, sempre se conheceu muito mais a sexualidade pelo seu potencial de perigo do que por seu potencial de prazer; muito mais por ameaçar a sociedade e suas instituições do que por ser por elas transformada não raramente em fonte de dor, de isolamento moral, de estigma e de exercício de poder. Talvez seja por isso mesmo que saibamos hoje muito mais sobre a sexualidade de homossexuais do que a de heterossexuais, mais sobre as mulheres do que sobre os homens, mais sobre os jovens do que sobre os adultos. Ou seja, conhecemos muito mais sobre a sexualidade que de algum modo nossas sociedades definem como problemática e perigosa.

Gostaria também de lembrar que refletir sobre a sexualidade é particularmente relevante no Brasil, que desde muito tempo vem sendo considerado o “lugar” de uma sexualidade bastante singular. Nacionalidade e sexualidade se relacionam de modo bastante específico entre nós, sendo o país ora visto como particularmente permissivo e tolerante (para não dizer “sexualmente promíscuo”), ora como particularmente repressivo e violento. Entre o paraíso e o inferno sexual, o Brasil tem sido capturado por uma representação social esquizofrenizante, o que tem dificultado bastante a articulação de uma perspectiva mais consistente sobre como os brasileiros pensam e vivem suas sexualidades.

Mas tão importante quanto saber o que as pessoas pensam sobre ou fazem é conhecer o que as instituições sociais de diferentes feitios (a política, a justiça, a polícia, a mídia, a escola, as igrejas, as ONGs e a própria ciência) têm feito com a sexualidade, ou sexualidades, no Brasil. Conhecer cada uma dessas instituições e o efeito de conjunto

de suas diferentes atuações é fundamental. E é justamente aqui, no plano da política sexual brasileira e latino-americana, das forças sociais que a configuram, que o CLAM procura concentrar sua atenção. Embora já tenhamos inúmeras contribuições sobre temas específicos, ainda ressentimos a ausência de uma visão de conjunto sobre a atuação sobre a sexualidade dessas diferentes instituições. Sabemos por exemplo que, diferentemente do que aconteceu nos Estados Unidos ou na Inglaterra, a homossexualidade deixou de ser considerada formalmente um crime no Brasil logo no início do século XIX. Sabemos também que, diferentemente do que ainda acontece em diversos estados americanos, a prostituição não é criminalizada no Brasil e nunca foi adotada no país, como em várias nações européias, a esterilização compulsória de “anormais” ou a obrigatoriedade de exames pré-nupciais que impedissem o casamento entre indivíduos considerados “disgênicos” ou pertencentes a diferentes grupos raciais. É igualmente conhecido o quanto foi árdua a luta pela adoção do divórcio no Brasil e a enorme resistência em relação a leis que descriminalizem o aborto ou regulem a união civil de pessoas do mesmo sexo. O modelo brasileiro de combate e prevenção à Aids (como aliás no passado já o era o de combate à sífilis e outras DSTs) é considerado um dos mais “avançados” do planeta, no sentido do respeito à diversidade, do reconhecimento do direito ao tratamento e da postura “liberal” em relação à sexualidade. Mas será que tais medidas guardam alguma relação entre si? Quais são as forças sociais e políticas que configuram esse cenário? Como atuar sobre elas?

Se tais questões têm um interesse geral, são cruciais hoje no Brasil, pois o país vive um processo de importantes redefinições tanto no nível da ética sexual (os limites do que deve ou não ser tolerado) quanto no âmbito da política sexual propriamente dita (os limites do que deve ou não ser criminalizado, do que deve ser amparado por lei civil, do que deve ser objeto de políticas públicas). As discussões em curso sobre a união civil entre pessoas do mesmo sexo, sobre o combate ao assédio sexual e à violência contra mulheres e minorias sexuais, sobre o aborto ou a profissionalização da prostituição são

apenas alguns exemplos desse processo de transformação. Conforme frisado, o CLAM procura ser um ator nessa arena e, a partir da produção do conhecimento, contribuir para conformação de valores sociais mais tolerantes, inclusivos e positivos na arena da sexualidade. Para tanto, a proposta é que trabalhemos, em conjunto com grupos que se voltam para a ação, tanto na definição dos investimentos a serem feitos, ou seja, dos temas e problemas a serem investigados, quanto no estabelecimento dos limites éticos para a reflexão e a pesquisa.

Em relação ao processo de transformação social que o país vive atualmente, talvez nenhuma questão seja tão emblemática quanto a da homossexualidade. Talvez nada seja tão representativo da cena política brasileira no início desse novo milênio do que as imagens das centenas de milhares de pessoas reunidas nas paradas organizadas para celebrar o Dia do Orgulho *Gay*, em algumas de nossas grandes cidades. A crescente organização e o aumento da visibilidade da “comunidade homossexual brasileira” começam a colocar mais incisivamente inúmeros desafios institucionais. Como pensá-los? Lembrando que o movimento homossexual brasileiro tem sido pouco estudado entre nós, aponto algumas direções ou parâmetros que me parecem fundamentais para orientar tal reflexão.

No plano jurídico-político, parece que tanto pesquisadores quanto militantes e formuladores de políticas devem enfrentar os impasses, desafios e possibilidades abertas pelo complexo processo de constituição do homossexual como sujeito de direitos no Brasil. E essa discussão tem pelo menos duas faces.

Do ponto de vista do direito, temos que considerar a marcada oscilação do movimento homossexual entre, de um lado, a reivindicação da não-interferência da sociedade e do Estado em “escolhas” referidas à liberdade individual e à esfera privada e, de outro, a reivindicação do reconhecimento público e propriamente legal dessas “escolhas”. De um lado, temos a luta pela não-discriminação de determinados indivíduos e/ou grupos sociais dada sua prática sexual; por outro, temos a luta pelo reconhecimento jurídico das relações sociais que se constroem a partir dessa mesma prática sexual.

Até que ponto tais pautas são contraditórias? Nesse sentido, parece fundamental a retomada das discussões que envolveram a Constituição de 1988, para pensar até que ponto é possível e desejável pleitear a formalização do acesso aos direitos com a estrutura legal atualmente existente e até que ponto ela deve ser alterada. Trata-se de prever “direitos especiais” e ações afirmativas ou compensatórias para *gays*, como as que são propostas para mulheres e negros? Ou devemos trabalhar para aprofundar o universalismo de nosso aparato legal, eliminando vieses heterossexistas, como por exemplo o que supõe que um casamento só possa unir legalmente indivíduos de sexos diferentes; ou o que o impõe como ideal para uma criança que seja adotada por uma família composta de um pai e uma mãe; ou ainda o que supõe que o estupro necessariamente envolve uma relação heterossexual?

Do ponto de vista das políticas públicas, o movimento homossexual que se consolida no Brasil pós-Aids, mais talvez do que qualquer outro movimento social, mostra como as relações entre sociedade civil e Estado são complexas e como atualmente as fronteiras entre o que é Estado e o que é sociedade civil são porosas. Atualmente, o movimento homossexual em sua relação com o Estado coloca em foco novas modalidades de exercício do poder político. O Estado mínimo supõe uma sociedade civil organizada. E no Brasil em certa medida é o próprio Estado que organiza a sociedade civil e tem interagido de modo significativo com o próprio movimento homossexual, financiando encontros, projetos etc. Isso representa um novo patamar de capilarização do poder? Pode-se dizer que, nesse plano, assistimos a um processo de “clientelização” do movimento? Por outro lado, os efeitos dessa “organização” da sociedade civil pelo Estado são imprevistos e, se podem implicar uma “clientelização”, podem também servir de pontos de apoio para novas pressões de “baixo para cima”. Um exemplo instigante dessa complexa relação é o processo que levou ao acesso aos medicamentos anti-Aids.

Finalmente, do ponto de vista mais abrangente da cultura, em que deve ser contextualizado o universo jurídico-político, é importante pensar o lugar social e simbólico dos homossexuais na

sociedade brasileira e o impacto que o encaminhamento das lutas propriamente jurídicas podem ter na redefinição desse lugar. Se a “crise de identidade”, entre “ser” ou “estar” homossexual, que parece sempre ter marcado o movimento, pôde em alguns contextos fragilizá-lo, é justamente essa “crise” permanente que o tornou culturalmente inquietante ou questionador. Dependendo do modo pelo qual se encaminhem as discussões jurídicas (penso especificamente no modelo dos “direitos especiais”), podemos assistir à essencialização ou reificação da própria identidade homossexual, colocando em risco a capacidade do movimento homossexual de continuar questionando certos princípios ou valores básicos que estruturam a sociedade brasileira (das hierarquias de gênero/classe/raça à organização familiar, passando pelas teorias científicas). Ainda desse ponto de vista, parece-nos urgente pensar o discurso vitimário que, em alguns contextos, justifica a adoção de políticas compensatórias e direitos especiais. A posição de “vítima universal” reivindicada por certos militantes pode dar lugar ao homossexual tolerado, normalizado ou até “generosamente” reconhecido em certos direitos (relativos à família e à propriedade, por exemplo). Mas até que ponto isso implicaria uma transformação mais ampla dos valores e das estruturas sociais? Aqui me parece que a atual discussão sobre a união civil entre pessoas do mesmo sexo é emblemática. Trata-se de instituir algum tipo de “casamento *gay*” em paralelo ao casamento (heterossexual), que permaneceria intacto, ou discutir a lei do casamento como um todo, criticando seus fundamentos? No plano da cultura, parece estar em jogo a possibilidade de perder a perspectiva de que a homossexualidade não é certa disposição orgânica ou psicológica, nem apenas um certo conjunto de práticas sexuais, nem somente um estilo de vida, nem talvez uma identidade social, mas sim um “lugar” simbólico, aberto a múltiplas incorporações, imagens e personificações. Um “lugar” que, se fala de estigma, de preconceito e de aprisionamento identitário, fala também de prazer, de potência, de irreverência, de transgressão, de mobilidade, de migração, de deriva, de uma contínua e árdua transformação de si e dos outros.

Como se vê, as questões são inúmeras e complexas. Para respondê-las, o importante é que o diálogo entre pesquisadores, ativistas e formuladores de políticas e de leis se mantenha aberto e que se multipliquem os foros de discussão dentro e fora das universidades.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A SEXUALIDADE HUMANA

Jeanine Nicolazzi Philippi¹

As tentativas historicamente renovadas de formular uma *lei para a espécie*, capaz de descrever as regularidades das relações dos indivíduos consigo mesmo e com os outros, contribuíram também para a formulação de estereótipos de gênero e de representações do sexo na sociedade ligados à descrição de uma *sexualidade normal* à qual todos estão *virtuosamente* destinados.

Aos seres de boa vontade, que sabem qual é o seu bem e se adequam ao modelo oficial, o direito disponibiliza um rol de identidades jurídicas convenientes ao bom desempenho dos papéis sociais. Aos recalcitrantes, a sombra dessa *normalidade instituída* organizada segundo a regra do gueto: cada um no seu lugar (Julien, 1999, p. 18).

Sob o espectro dessa legalidade a diferença é suprimida e em seu lugar instala-se uma equívoca simetria: *todos são iguais perante a lei, desde que mantidos em seus devidos lugares*. De fato, não pode haver sujeito fora do discurso jurídico, pois, como se sabe, é também função do direito “adaptar ou corrigir os defeitos de adaptação do homem à vida social” (Miranda, 1972, p. 66).

¹ Professora de graduação e pós-graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Essa técnica de *bom adestramento* deve, portanto, ser considerada quando o direito é invocado nas discussões sobre gênero. Para além da retórica cansada dos juristas, a *lógica jurídica* expõe as marcas indelévels de uma normatividade que *regula* a dimensão imaginária do laço estabelecido entre os semelhantes identificados com o *modelo ideal* definindo, no mesmo movimento, a inclusão ou exclusão em relação ao lugar central. Embora todos os sujeitos sejam *simetricamente* integrados à ordem jurídica, as diferenças são devidamente distribuídas, separadas, organizadas, em *campos de direitos* – mulheres, crianças, homossexuais, transexuais, idosos... a lista pode ser infinita (Silva, 2003, p. 5) – onde o simulacro da acolhida da diversidade recobre a impostura da segregação (Reymundo, 2002, p. 110).

Transpondo as representações convencionais de uma sociedade juridicamente organizada, esses *campos de direito* que representam a legalidade da concorrência vital na cena política contemporânea desvelam – de forma inusitada – um espaço jurídico vazio em que a lei vigora na figura da sua própria dissolução impondo uma relação de bando, um estado de exceção, no qual tudo se torna possível (Agamben, 2002, p. 43-44). Essa imposição responde, por sua vez, aos apelos publicitários da *democracia liberal capitalista* que incitam o sujeito a encontrar aquilo que o satisfaça plenamente. Desde que haja reivindicação, é legítimo que ela seja acolhida e, assim, as portas da justiça se confundem com as do mercado (Silva, 2003, p. 6).

Batei e abrir-se-vos-a... mostra a lenda kafkiana do camponês entregue à potência de uma lei que não lhe impõe nada além da própria abertura. A porta aberta o inclui excluindo e o exclui incluindo, abandonando-o (Agamben, 2002, p. 67). Abandonar, esclarece Jean Luc Nancy (1983, p. 149-150), significa constranger ao comparecimento absoluto diante da lei como tal. “Do mesmo modo, ser banido não significa estar submetido a uma certa disposição de lei, mas estar submetido à lei como um todo. Entregue ao absoluto da lei, o banido é também abandonado fora de qualquer jurisdição...”.

No lastro desse desamparo, pode-se acompanhar a perda de eficácia simbólica da lei que acompanha o movimento de formação de

campos de direito – reivindicados, muitas vezes, como a panacéia que irá solucionar o problema da inclusão da diferença no lugar central. Em um tempo marcado pela constelação de *governos privados*, há que se ter cuidado com as demandas de *direitos especiais* dirigidas a uma ordem jurídica que abdica da sua função de regular o gozo e passa a comandar – de forma cada vez mais explícita – os seus imperativos. Esperar respostas dessa legalidade é apostar na manutenção dos sujeitos nos seus *devidos lugares*, sem questionamento.

Na contraface do discurso que acolhe a ilusão da promessa de um direito – pouco humano – de *satisfação garantida*, há que se expor a falta daquilo que poderia realizá-la. Pontuando a expressão dessa *errância*, Platão (1961, p. 57-63) já dizia no *Banquete*: Eros é fundamentalmente uma falta. Deseja-se o que não se tem e aquilo do qual se é indigente. “Não são essas as conseqüências do desejo e do amor? ... Primeiro que amor é amor de alguma coisa e, ao depois, que é amor de algo que ainda não se tem... Ninguém deseja senão o de que se julga privado”.

A falta que impulsiona o desejo. Esse foi o caminho que Freud encontrou, séculos mais tarde, para falar algo inédito sobre a sexualidade e os caminhos possíveis que levam à constituição de um sujeito marcado por uma condição ética desejante. Na construção dessa compreensão da sexualidade, a metáfora do desejo como carência não se restringe à falta de alguma coisa para alguém, ela explicita algo muito mais radical – ou seja, aquilo que sempre faltou e faltará a todos, sem exceção.

Mas o que falta? Para a psicanálise a história de cada sujeito se constitui a partir de uma espécie de perda fundamental que ultrapassa as suas possibilidades de representação e que, além disso, é esquecida. O ser humano adquire o estatuto desejante mediante um interdito que rompe o vínculo simbiótico da criança com o seu primeiro objeto de amor. Essa *interdição* é a metáfora da Lei que introduz, no humano, a dimensão da falta, delimitando, nesse mesmo movimento, *os caminhos para o desejo*. Sem proibição, não haveria desejo; mas, com a intervenção da Lei, ele emerge como signo de uma falta porque sua plena satisfação é impossível. O idílio da

completude é *questionado* no momento em que a Lei entra em cena anunciando para o pequeno ser que a ele faltará o objeto absoluto capaz de saciar o seu desejo. Sob o impacto dessa legalidade, a sexualidade revela-se como a dimensão de algo que se furta ao sujeito e o marca com uma falha, um limite que deve ser reconhecido como constitutivo da própria subjetividade (Conté, 1995, p. 78).

O signo da perda do bom objeto estrutura a função sexual no ser humano, não como um instinto (que possui objeto e fins predeterminados), mas por meio de pulsões parciais ligadas a formas específicas de satisfação e *condicionadas* por uma *plasticidade* que faculta a contínua substituição dos seus objetos (Rajchman, 1993, p. 44). As pulsões *erram* freqüentemente de alvos, desviam-se dos seus objetos, deixam os sujeitos aturdidos em busca de satisfações para o seu desejo e, ao longo dessa via, distanciam a sexualidade de qualquer finalidade biológica, inscrevendo-a como efeito das relações entre seres desejantes que, por terem perdido o objeto obturador – sem, contudo, nunca tê-lo tido – repetem no mundo a busca, sempre fracassada, de uma satisfação total (Kaufmann, 1996, p. 467). É apenas ao sabor da *esperança* de reencontrar o objeto um dia que a perda adquire o peso que tem para o sujeito. Quando ele se depara com as substituições do objeto em sua vida, dá-se conta do que significou perdê-lo. Por isso, também, que seu destino e sina é buscar *mais... ainda* (Rajchman, 1993, p. 87-88).

A experiência de repetição que se impõe em cada encontro faltoso mostra, segundo Claude Conté (1995, p. 78), que o objeto sexual:

É substituível, intercambiável e, em última instância, indiferente... o que é o bastante para situar a satisfação pulsional como completamente distinta da satisfação de uma necessidade. Longe de se estabilizar na captação de um objeto adequado, a pulsão só desenvolve seu campo próprio a partir do momento em que o objeto está intrinsecamente perdido... cavando, assim, um vazio que pode ser ocupado por qualquer objeto substituto.

Os humanos são os únicos animais cuja sexualidade é organizada por uma disfunção, uma vez que a escolha do objeto é regulada não

por uma identificação de traços específicos de um parceiro, mas pela perda ou renúncia do objeto primordial. Essa *função anômala* é necessária para que no ser desejante o sexual possa efetuar-se (Melman, 2002, p. 25). Por isso, não se pode reduzir a sexualidade humana ao instinto, nem tampouco restringi-la ou fazê-la coincidir com o sexo anatômico pelo qual responde a biologia corporal. As pulsões não possuem nenhum pendor natural, ao contrário, disseminam-se por intermédio de um espectro de atividades – corporais, afetivas, relacionais – investidas libidinalmente (Freire Costa, 1994, p. 144). Nesse percurso acidentado, o objeto visado é indiferente em si mesmo, pois o fim dos sucessivos investimentos do sujeito é o gozo – um esforço de reencontro fracassado em cuja falha resvala aquilo que desde sempre já está perdido. Perfazendo uma repetição tendenciosa, o gozo torna-se algo distinto da Lei, não simbolizado nem simbolizável, mas real. Na dialética do desejo, seu lugar é significado pelo falo – *o índice* da falta na totalidade desejada que diz não haver o *Um* da relação sexual (Kaufmann, 1996, p. 223).

Em referência a esse *órgão da falha*, a questão do gozo é dimensionada na fantasia recobrando a polaridade sexual *masculino/feminino* representada não pela anatomia dos corpos, mas em função da *miragem* que, em ambos os sexos, orienta o desejo para o falo ou na direção do significante da falta no Outro, convocando-o a uma invenção singular.

A distinção dos modelos *homem e mulher* não deve, portanto, criar ilusões. Um corpo com caracteres masculinos não indica que o sujeito esteja em uma posição masculina, nem tampouco que as características biopolíticas femininas definem uma mulher. *Feminino/masculino* são posições de gozo que se instituem nos seres falantes – homens e mulheres – pelo modo que se inscrevem, como sujeitos, na função fálica. Não é, portanto, essa função que os faz diferentes, mas “a posição subjetiva pela qual se declaram sujeitados a ela” (André, 1987, p. 219).

O *ponto de surpresa* que distingue o cruzamento da fronteira desse percurso não cartografado expõe a especificidade dos sujeitos que partilham uma estrutura de recalçamento, uma legalidade que cada

um torna sua, segundo as contingências da sua história (Rajchman, 1993, p. 32). Aos estereótipos que pretendem conformar mulheres e homens em padrões fixos de representação, a psicanálise contrapõe uma ética que implica um tipo de responsabilidade anterior à distribuição das obrigações dos sujeitos e dos princípios que as orientam, ou seja, a necessidade de responder perante os impasses do desejo e do gozo e de preservar nessa resposta os limites de “uma fraternidade discreta” (Lacan, 1998, p. 126).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGAMBEN, G. (2002). *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte, UFMG, 207 p.
- ANDRÉ, S. (1987). *O que quer uma mulher?* Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 295 p.
- CONTÉ, C. (1995). *O real e o sexual: de Freud a Lacan*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 271 p.
- FREIRE COSTA, J. (1994). *A ética e o espelho da cultura*. Rio de Janeiro, Rocco, 180 p.
- JULIEN, P. (1999). *As psicoses*. Rio de Janeiro, Companhia Freud, 71 p.
- KAUFMANN, P. (1996). *Dicionário enciclopédico de psicanálise*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 785 p.
- LACAN, J. (1998). *Escritos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 937 p.
- MELMAN, C. (2002). *L'homme sans gravite: jouir à tout prix*. Paris, Denël, 264 p.
- MIRANDA, P. de (1972). *Sistema de ciência positiva do direito*. Rio de Janeiro, Borsoi, t. I, 316 p.
- NANCY, J.-L. (1983). *L'imperatif catégorique*. Paris, Flammarion, 153p.
- PLATÃO (1961). *O Banquete*. São Paulo, Atena, 164 p.
- RAJCHMAN, J. (1993). *Eros e verdade: Lacan, Foucault e a ética*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 171 p.
- REYMUNDO, O. (2002). “Psicanálise e segregação”. In: PHILIPPI, J. N. (2002) *Legalidade & subjetividade*. Florianópolis, Fundação José Arthur Boiteux, 2ª ed., 207 p.
- SILVA, C. M. (2003). *Desamparo* (Mímeo). Juiz de Fora, 6 p.

VIOLÊNCIA E HOMOSSEXUALIDADE NO BRASIL: AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O MOVIMENTO HOMOSSEXUAL

Silvia Ramos¹

Em maio de 2004, foi lançado, em solenidade no Palácio da Justiça, em Brasília, o programa *Brasil sem homofobia: programa de combate à violência e à discriminação contra GLBT² e de promoção à cidadania homossexual*. Anunciado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos, o programa consiste em 53 ações destinadas a: i) apoiar projetos de fortalecimento de instituições públicas e não-governamentais que atuam na promoção da cidadania homossexual ou no combate à homofobia; ii) capacitar profissionais e representantes do movimento homossexual que atuam na defesa de direitos humanos; iii) disseminar informações sobre direitos e de promoção da autoestima homossexual; e iv) incentivar a denúncia de violações dos direitos humanos do segmento GLBT. As medidas anunciadas são acompanhadas da indicação de estratégias de implantação, monitoramento e avaliação do programa em suas diversas frentes.

Considerando seu método de elaboração, baseado em consultas sistemáticas entre governo e lideranças do movimento homossexual

¹ Coordenadora do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania – CESeC, da Universidade Cândido Mendes.

² Sigla utilizada para denominar Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros.

ao longo de seis meses (participaram diretamente do processo três entidades de caráter nacional, dezesseis entidades regionais e quarenta colaboradores, além de representantes de dois Ministérios), é razoável tomar o programa como uma agenda comum do governo e do movimento homossexual para os próximos anos, uma espécie de planejamento estratégico no contexto do Plano Plurianual 2004-2007.

Um dos aspectos que chama a atenção no rico material apresentado pelo documento é o fato de que, a despeito de constarem agendas relacionadas à saúde, educação, cultura, trabalho e emprego, o programa se estrutura em torno do eixo da violência (a “discriminação” e o “combate à homofobia”). De fato, o tema da *violência* foi estruturante de outras matrizes de identidades coletivas no Brasil, como ocorreu com o movimento de mulheres no final dos anos 70, que elegeu “*quem ama não mata*” como uma de suas bandeiras e definiu a criação das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher como uma de suas principais reivindicações.³ Processo semelhante ocorreu com o movimento negro, que estabeleceu o racismo e sua criminalização⁴ como a principal trincheira de luta nos anos 80 e 90. Nos três casos, as “violências específicas” – misoginia, racismo e homofobia – aparecem como âncoras a partir das quais outras conquistas se estruturam e, sobretudo, procuram se legitimar.

Por esta razão, para compreendermos o estágio atual das políticas públicas de combate à homofobia, é necessário examinar as representações que conformam as idéias de “homofobia”, “violência” e “discriminação” contra homossexuais no contexto atual e seu contraste com as representações predominantes nas décadas anteriores.

A “CENA HOMOSSEXUAL” NO BRASIL DA SEGUNDA METADE DOS ANOS 1990

A segunda metade dos anos 1990 produziu mudanças importantes no panorama dos temas ligados à homossexualidade. Uma série de

³ Para uma periodização do movimento de mulheres no Brasil, ver Schumacher & Brazil (2000).

⁴ Essa estratégia levou ao desenvolvimento de programas de atendimento de casos de violência racial por meio dos programas do tipo Disque-racismo em várias cidades brasileiras.

iniciativas e acontecimentos, heterogêneos e não articulados entre si, foram responsáveis por mudanças consideráveis no quadro essencialmente defensivo e de baixa visibilidade em que a temática homossexual se manteve durante as décadas de 70 e 80.⁵ Em pelo menos quatro esferas distintas é possível identificar acontecimentos importantes relacionados à construção de representações da homossexualidade.

1. A multiplicação de iniciativas no campo legislativo, da justiça e da extensão de direitos. Entre elas, mencionem-se as iniciativas de projetos de lei e de leis municipais, não só nas grandes cidades, mas também nos médios municípios, especialmente legislações destinadas a criminalizar diversas formas de discriminação de homossexuais. Também se observam propostas de mudança das constituições municipais, assim como a concessão e divulgação de jurisprudências de “casos” de homossexuais que conquistaram, na Justiça, a extensão de direitos de pensão e de outros direitos previdenciários. Próximo do fim dos anos 90 houve uma veloz multiplicação de sistemas de previdência de governos estaduais e municipais que passaram a estender a parceiros homossexuais direitos previstos aos cônjuges. A proposta de Parceria Civil Registrada, de autoria de Marta Suplicy, que tramita no Congresso, é, possivelmente, a expressão mais emblemática do processo de ampliação de direitos via Poder Legislativo.⁶ No âmbito das novas formas de militância, mas ainda com ênfase nos direitos, deve ser mencionado também o surgimento de uma importante lista de discussões eletrônicas chamada “*Gaylawyers*”, que se tornou um fórum de debates sobre a militância homossexual no país.

⁵ Regina Facchini (2002, pp. 61-240) propõe uma periodização do movimento homossexual, considerando uma “primeira onda”, demarcada pelo surgimento do Grupo Somos e do jornal O Lampião da Esquina (1978) e uma “segunda onda”, associada ao surgimento dos grupos Triângulo Rosa (Rio de Janeiro), Grupo Gay da Bahia (Salvador) e também do Atobá (Rio de Janeiro), nos anos 80. Facchini identifica nos anos 90 o “reflorescimento do Movimento Homossexual Brasileiro”.

⁶ Entre os 50,1% participantes da Parada do Orgulho do Rio de Janeiro, entrevistados em 2003, que afirmaram conhecer alguma legislação que beneficie homossexuais, a legislação sobre parceria ou união civil foi a mais lembrada, correspondendo a 27,7% das menções espontâneas registradas (ver Carrara, Ramos & Caetano, 2003, p. 14).

2. Nos anos 90 percebe-se, também, o crescimento do número de bares, boates, revistas, livrarias, editoras, festivais de cinema e grifes associadas ao mundo gay e lésbico. Juntamente com *sites* na Internet, essas iniciativas passaram a constituir mais do que novos espaços de sociabilidade, inscrevendo-se, com alguma frequência, como um “mercado” gay e lésbico. De forma não homogênea e apresentando características próprias de região para região, a proliferação dessas experiências comerciais contribuiu, em alguns locais, para o aparecimento de uma combinação entre militância e mercado, rara na tradição da esquerda brasileira.⁷ Em várias cidades, a mistura internet, *sites* e publicações especializadas, cinema, moda e, especialmente, a noite e o lazer, fez surgir novas expressões comerciais e associativas da homossexualidade.

3. A criação de novas entidades de defesa de homossexuais e a convivência de estilos heterogêneos de associação e agregação. Em julho de 2004, o secretário geral da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT), Cláudio Nascimento, estimava em 140 as entidades filiadas à organização e considerava que essas representavam aproximadamente 90% dos grupos existentes no país. Se é verdade que os financiamentos advindos dos programas de Aids (tanto federal como municipais e estaduais) e outros processos tendem a aprofundar o formato “ONG” no movimento homossexual, e a despeito da inexorável tendência à “onguização” da militância homossexual,⁸ são notáveis as tentativas de combinar prazer e política e manter uma perspectiva libertária de construção da identidade homossexual – muitas vezes inspiradas na irreverência do *Lampião*. Essas características são identificáveis, por exemplo, em grupos como o *Nuances*, do Rio Grande do Sul, ou no *MGM*, de Juiz de Fora, que além de pro-

⁷ No Seminário Olhares Entendidos, realizado pelo ISER e pelo CESeC, no Rio de Janeiro, em 2000, o colunista André Fischer, num debate sobre militância homossexual contemporânea, declarou, em tom provocativo e bem humorado, diante da esmagadora maioria de ativistas de ONGs presentes: “sou ponto com por princípio”.

⁸ Veja a discussão crucial proposta por Alvarez (2000) sobre a “Onguização” dos feminismos latino-americanos. Em entrevista concedida em maio de 2004, Cláudio Nascimento atribui à “profissionalização das lideranças” e à sua “capacitação como articuladores” a principal força no processo de elaboração do programa Brasil sem Homofobia.

mover um encontro anual denominado *Rainbow Fest*, incorporou um evento tido até então, pela maioria dos ativistas homossexuais, como “alienado” e “despolitizado”, o *Miss Gay*, e vem adotando uma forma associativa que se aproxima do modelo de “clube”. Também o Grupo *CORSA*, de São Paulo, como descrito por Facchini (2002), manteve processos intensos e originais de construção de identidade institucional.

4. Um último acontecimento, talvez o mais importante, porque articulado às iniciativas anteriores, foi a adoção, por ativistas e por homossexuais não organizados, da política de *visibilidade massiva* e o surgimento das *paradas do orgulho*, na segunda metade da década passada. Entre a festa e o orgulho, quase dez anos após as primeiras experiências, estima-se que, em 2004, esses eventos tenham reunido aproximadamente quatro milhões de pessoas, nas 42 cidades nas quais eles se realizaram. Vinte deles contaram com suporte financeiro do Ministério da Saúde, dois com suporte do Ministério da Cultura, diversos com apoios de prefeituras e instâncias estaduais, e alguns tiveram a parceria de empreendimentos privados, além da participação de carros de som de bares e boates gays e lésbicos.⁹

Ocorreram, ainda, outras mudanças no final da última década, menos importantes para o debate que apresentarei a seguir, mas que devem ser mencionadas de passagem, como a incorporação dos temas relacionados à homossexualidade e ao “homoerotismo” nas pautas de pesquisas sociais e humanas em centros de estudos e universidades do país. Uma busca na *Plataforma Lattes*, do CNPq, com as palavras “homoerotismo”, “homossexualidade”, “gay”, “lésbica” e “queer” resultou em nada menos do que 3.520 trabalhos, associados a 1.420 pesquisadores.¹⁰ Também no âmbito acadêmico parece estar superada a idéia do gueto sacrificial em que se imolavam pesquisadores vítimas do preconceito e da segregação universitárias – ima-

⁹ Informações de Cláudio Nascimento, secretário geral da ABGLT, em entrevista realizada em julho de 2004.

¹⁰ A mesma busca realizada em junho de 2001, por ocasião da abertura do III Encontro da Associação Brasileira de Estudos Homoeróticos (ABEH), tinha encontrado 490 trabalhos associados a 212 pesquisadores. O extraordinário crescimento deve ser parcialmente atribuído ao aumento do número de currículos na Plataforma Lattes.

gem associada aos poucos intelectuais militantes dedicados aos temas da homossexualidade nos anos 80.

REPRESENTAÇÕES DA VIOLÊNCIA E DA DISCRIMINAÇÃO CONTRA HOMOSSEXUAIS

É neste novo panorama do final dos anos 90 que acontece a primeira experiência brasileira de política pública na esfera da segurança, o Disque Defesa Homossexual (DDH).¹¹ Criado em 1999 na Secretaria de Segurança do Rio de Janeiro, o DDH foi pensado como um programa de defesa (e não apenas de denúncia); o projeto expressou uma tentativa de estabelecer parcerias diretas entre o sistema de polícia e a comunidade homossexual, no sentido de fazer agir com rapidez tanto dispositivos de prevenção de crimes (acionando a polícia em locais e situações de incidência de violência), como de atendimento às vítimas dos crimes já ocorridos (mobilizando a polícia para investigar agressores e golpistas e articulando redes de apoio psicológico e jurídico por parte das ONGs).

Até a criação do DDH, os conhecimentos sobre vitimização de homossexuais e a caracterização da violência homofóbica no Brasil eram baseados principalmente em notícias sobre crimes contra homossexuais publicadas em jornais. Na maioria das vezes, a mídia noticiava assassinatos cometidos com requintes de crueldade contra gays e travestis. Luiz Mott e o Grupo Gay da Bahia foram responsáveis, a partir dos anos 80, pela coleta, análise e divulgação de arquivos de jornais, tendo publicado dossiês que se tornaram célebres e ajudaram a conhecer e a denunciar crimes violentos contra homossexuais.¹² Mas a abordagem sensacionalista da imprensa, quase exclusivamente noticiando casos de violência letal, favorecia uma visão parcial da vitimização de homossexuais e tendia a “confirmar” representações vigentes da homossexualidade, nas quais a tragédia era,

¹¹ É impressionante verificar que, à exceção notável das políticas da Aids, “a homossexualidade” não tinha sido, até então, objeto de políticas públicas.

¹² Ver Mott et alli (2002).

de alguma forma, efeito das fraquezas sexuais, morais e de escolhas da própria da vítima, que teria encontrado um destino procurado por ela mesma. Carrara & Vianna (2001) apresentam uma análise precisa e sofisticada das representações relativas à homossexualidade mantidas por policiais, promotores, juízes e advogados e dos mecanismos de estigmatização e estereotipação da violência contra homossexuais, a partir do estudo de quase uma centena de processos de homicídio dolosos na cidade do Rio de Janeiro. Na versão predominante entre a militância homossexual dos anos 80 e de parte dos anos 90, a vítima homossexual aparecia, sistematicamente, não como responsável pelo seu destino, mas como o protagonista indefeso diante de algozes perversos.

A primeira diferença e a mais crucial nos dados gerados pelo DDH estava no fato de que a própria vítima – e não a imprensa – relatava as agressões. A análise dos primeiros quinhentos casos atendidos pelo programa revelou a intensidade de dinâmicas cotidianas e silenciosas de homofobia.¹³ A maioria das denúncias era constituída de casos de ofensas, ameaças, extorsões, agressões físicas, e uma grande quantidade de queixas de “discriminações” (na escola, no trabalho, no comércio e também na família e na vizinhança), além dos conflitos de natureza interativa de parceiros. Nada menos que um terço dos casos relatados ao DDH se davam no âmbito da casa ou da vizinhança, indicando a intensidade de crimes não espetaculares e não letais, gerados e vividos em escala micro, na esfera da família e de conhecidos, numa criminalidade, em geral, sem fins lucrativos, em que vítimas e agressores partilham as mesmas redes sociais.

Em 2003, uma pesquisa conduzida pelo Centro Latino-Americano de Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM), do Instituto de Medicina Social da UERJ, e pelo CESeC, em parceria com o Grupo Arco-Íris de Conscientização Homossexual (GAI), trouxe novas e importantes evidências sobre dinâmicas de violência contra homossexuais.¹⁴ Em um estudo que abordou questões sobre sociabilidade,

¹³ Ver Ramos (2001).

¹⁴ Ver Carrara, Ramos & Caetano (2003). O resultado da pesquisa está em www.cesec.ucam.edu.br

afetividade, sexualidade, política e direitos, um bloco sobre violência utilizou uma estratégia denominada “pesquisa de vitimização”. Participantes da Parada do Rio de Janeiro responderam se alguma vez haviam sido vítimas de agressões físicas, verbais, sexuais, extorsões, golpes e discriminações, pelo fato de serem homossexuais. É importante assinalar que essa estratégia de investigação não se restringe às vítimas, tendo como base e referência o universo total de pessoas. Os resultados ajudaram a caracterizar aspectos da homofobia como sendo altamente variáveis por gênero, por orientação homossexual e por idade, segundo o tipo de agressão. Em outras palavras, a pesquisa confirmou dados iniciais obtidos na experiência do DDH e aprofundou a impressão de que violência e homossexualidade mantêm relações mais complexas e contraditórias do que as imagens veiculadas pela mídia e por militantes homossexuais, nos anos 80, faziam supor.

Ao mesmo tempo, a pesquisa de vitimização na Parada Rio 2003 permitiu concluir que mesmo em uma cidade cosmopolita, algumas experiências de agressão – como é o caso das agressões verbais, como veremos – são extraordinariamente freqüentes e independem de gênero, idade, cor ou orientação homossexual, sendo o fator desencadeante a própria homossexualidade. Outro resultado que chama a atenção e que se coloca em contraste marcante com o “panorama da visibilidade massiva” do início desta década é a proporção muitíssimo reduzida de denúncias comunicadas aos órgãos públicos (apenas 8,8% dos que relataram ter sofrido agressões por causa da homossexualidade registraram queixa na polícia; denúncias à imprensa e às ONGs ocorreram em menos de 3% dos casos).

VIOLÊNCIAS E DISCRIMINAÇÕES:

AS NATUREZAS DISTINTAS DA HOMOFOBIA

Os casos de violência relatados ao DDH já haviam indicado a existência de pelo menos três dinâmicas distintas geradoras de violência contra homossexuais.

1. *Violências interativas: a homofobia que não sai no jornal.* Uma das matrizes de violência contra homossexuais – menos visível, menos

conhecida e raramente focalizada pela militância homossexual dos anos 80 – consiste nas agressões de natureza interativa, sem fins lucrativos, entre pessoas que se conhecem, freqüentemente ocorridas na esfera da casa, da vizinhança e nas redes familiares ou conjugais. Trinta por cento dos casos denunciados ao DDH ocorreram na casa ou na vizinhança, sendo que quando as vítimas eram mulheres esse percentual alcançava 44%. As agressões correspondiam a um número variado de episódios de violência que se manifestavam numa escala crescente, de insinuações veladas, intimidações, ameaças de escândalo, chegando à agressão física e, no limite, ao assassinato ou à tentativa de assassinato. Entre esses conflitos situam-se as violências entre parceiros e ex-parceiros, inclusive os crimes chamados “passionais”. Em particular, adolescentes homossexuais, dos dois sexos, e seus(suas) namorado(a)s apareceram como vítimas freqüentes de ameaças e de agressões físicas por parte de pais e familiares, além de vítimas de processos mais sutis de exclusão na escola e em outros espaços de sociabilidade jovem.

2. *A homofobia com fins lucrativos.* Na pesquisa de vitimização da Parada Rio 2003, 5,2% dos entrevistados disseram ter sido vítimas do golpe “Boa Noite Cinderela”¹⁵ e 18,9% foram vítimas de chantagens e/ou extorsões, por serem homossexuais. Nos casos registrados no DDH, 22% das denúncias diziam respeito a agressões em que algum ganho ilegal de dinheiro esteve em causa. Na pesquisa de Carrara & Vianna (2001), os crimes letais resultantes de “latrocínio” também constituíram um universo especial, devido a caracterizações estigmatizantes da vítima traçadas por agentes da Polícia e da Justiça, por um lado, e pela taxa surpreendentemente alta de condenações na Justiça nos casos em que os réus tinham sido indiciados. Sem dúvida, casos de extorsão ou ameaça de extorsão, golpes e latrocínios (muitas vezes cometidos com requintes de crueldade) contra homossexuais correspondem a um conjunto de dinâmicas de homofobia que só poderá ser enfrentado com: a) incremento siste-

¹⁵ Sedação da vítima com soníferos e outras substâncias narcóticas com o objetivo de roubar dinheiro e bens.

mático das denúncias à polícia; b) investigação policial, prisão de quadrilhas de golpistas e achacadores, e divulgação de “casos exemplares”; c) campanhas de redução de danos lideradas pela própria comunidade homossexual.¹⁶ Chama a atenção, todavia, nos dados obtidos na pesquisa da Parada Rio 2003, a baixa incidência dos crimes de lucro entre homossexuais jovens e sua concentração entre os que se auto-identificaram como “gays”, com mais de 40 anos. Os dados não permitem, ainda, saber se estamos observando uma tendência à redução dessa modalidade de vitimização, ou se o maior poder aquisitivo dos gays mais velhos e o maior tempo de exposição às redes de sexualidade são fatores explicativos mais fortes. Seja como for, a experiência indica que essa modalidade criminal pode ser combatida com eficácia, desde que as vítimas denunciem os casos à polícia e que a polícia investigue as denúncias. Com frequência, os agressores são policiais e ex-policiais, especialmente quando as chantagens se dão em ambientes de *pegação*.¹⁷

3. *Os crimes de ódio e a vitimização desproporcional de travestis.* Dinâmicas de violência contra homossexuais que não correspondem a conflitos interativos e não atendem à obtenção de dinheiro e bens são, muitas vezes, expressivas das reações de ódio provocadas pela homossexualidade. Dos 21 assassinatos comunicados ao DDH, entre os treze casos que puderam ser confirmados, a maioria estava associada à vitimização de travestis. Carrara & Vianna (2001) também encontraram associação entre violência letal, mortes por execução e descaso policial como uma combinação frequentemente relacionada a travestis. Nos dados colhidos na Parada Rio 2003, 16,5% dos entrevistados relataram terem sido vítimas de violências físicas pelo fato de serem homossexuais. Mesmo que essas ocorrências correspondam a dinâmicas variadas, chama a atenção o fato de que entre os travestis e transexuais entrevistados, 42,3% já tivessem sido vítimas dessa modalidade de agressão. É possível afirmar que as agres-

¹⁶ A exemplo de folhetos distribuídos com “dicas” sobre como se livrar dos golpes e com precauções a serem tomadas durante e depois de encontros sexuais fortuitos.

¹⁷ Espaços fechados (cinemas ou banheiros) e abertos (praças e vias) nos quais acontecem namoros e encontros sexuais entre homens.

sões sofridas por travestis e transexuais tendem a ser mais violentas, mais físicas, menos metafóricas.

Sugiro que a associação entre violência física, execução, crime de ódio e o segmento travesti apresenta um dilema para o movimento homossexual contemporâneo: estatisticamente, a representação “clássica” da homofobia (o crime de ódio, tal como ocorreu com Edson Néri, em 2000, no centro de São Paulo, por estar caminhando de mãos dadas com seu namorado), corresponde a casos pouco frequentes, sendo as agressões mais violentas resultantes de situações híbridas nas quais noite, prostituição e, às vezes, drogas – aquilo que Carrara & Vianna (2001) denominaram, inspirados nos inquéritos policiais e de justiça, de “vida de risco” – se combinam à homossexualidade de forma letal. O programa *Brasil sem homofobia* é dedicado a Janaína, uma das raras travestis “históricas” integradas ao movimento homossexual, falecida poucas semanas antes do lançamento do programa. A dedicatória, de alguma forma expressa o reconhecimento sobre a virtual ausência de travestis e transexuais no movimento homossexual organizado, em contraste com a forte presença de representações de violência associadas à vitimização tipicamente “travesti”, e não tipicamente “gay” ou “lésbica”.

4. *A diversidade e a complexidade das dinâmicas de “discriminação”.* Na pesquisa de vitimização com participantes da Parada Rio 2003 surgiu um quarto conjunto de relatos de agressão que, até então, não estavam suficientemente claros nos dados gerados pelo DDH e não apareciam nos dossiês de notícias, à exceção de casos folclóricos. Nada menos do que 59% dos homossexuais entrevistados na Parada Rio 2003 afirmaram terem sido vítimas de “discriminações” por serem homossexuais. Perguntados sobre as modalidades das discriminações, os entrevistados mencionaram casos tão distintos como impedimento de ingresso em locais comerciais, expulsão de casa, mau tratamento por parte de servidores públicos, brigas com amigos e familiares, problemas na escola, demissão do emprego e tratamento desigual no trabalho, entre outros. Percebe-se, portanto, que um conjunto de eventos de diferentes naturezas são nomeados de discriminação. Dada a incidência muito alta de sua ocorrência na

amostra de participantes da Parada, é certo que será necessário olhar mais de perto para o fenômeno para desagregá-lo e compreendê-lo, pois se é certo que na maioria expressam violências que podem ser classificadas como menos graves, em alguns casos são dinâmicas muito específicas e diferenciadas no contexto do trabalho, da escola e dos serviços públicos.

É importante observar que as agressões por meio de palavras (ofensas, xingamentos, ameaças), indicam o alto grau de impunidade para manifestações verbais de homofobia e a virtual inexistência de sanções tanto criminais como sociais para as ofensas relacionadas à homossexualidade (56,3% dos entrevistados da Parada Rio 2003 afirmaram ter sofrido pelo menos uma experiência de agressão verbal). Há também um contraste marcante com as ofensas raciais explícitas, que na última década tornaram-se muito menos presentes nos espaços públicos dos centros urbanos brasileiros.

ENTRE A VITIMIZAÇÃO E O ORGULHO

Minha hipótese é de que, na década atual, o movimento homossexual tem pela frente um dilema que exigirá cuidados e políticas. Se, por um lado, a representação coletiva dos homossexuais como “vítimas” da homofobia encontra suporte nos dados sobre violências, também é fato que as experiências são fortemente matizadas por sexo, orientação sexual, idade, classe e cor. Em especial, travestis encontram-se em um extremo da escala de vitimização, e mulheres homossexuais, gays jovens e bissexuais no outro. Além disso, um contingente estatisticamente importante de homossexuais não refere qualquer experiência de vitimização.

Ao mesmo tempo, há fortes indícios de que identidades concorrentes, ligadas, antes, ao orgulho e à afirmação – e, no extremo, à beleza, à festa e ao consumo – são capitaneadas pela mídia e pelas iniciativas do mercado e disputam a hegemonia das representações da homossexualidade, sendo possível observar sua convivência relativamente pacífica, até agora, nas celebrações das Paradas do Orgulho. A pergunta é: como um programa denominado *Brasil sem*

homofobia: combate à violência e à discriminação e promoção à cidadania pode tornar-se uma alavanca para a nova década, mais do que uma reiteração defensiva da vitimização covarde que predominou nos anos 80 e parte dos 90? Algumas pistas, talvez, estejam nos próprios dados de violência. Aproximar do “movimento homossexual” travestis e transgêneros que possam falar de violência e discriminação na primeira pessoa, que possam dissecar essas dinâmicas e indicar saídas e políticas parece ser uma necessidade urgente. Por outro lado, experiências localizadas de segurança pública, em que a afirmação da sexualidade foi combinada com a demanda por segurança e respeito das autoridades policiais (direito à pegação em ambiente seguro e livre de extorsão) parecem ser uma inspiração de que talvez seja possível “ser vítima” e “ter orgulho”, numa relação criativa e proativa com as políticas de segurança pública.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVAREZ, S. (2000). “A ‘globalização’ dos feminismos latino-americanos”. In: ALVAREZ, D. & ESCOBAR (orgs.) (2000). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos*. Belo Horizonte, UFMG.
- CARRARA, S. & VIANNA, A. R. B. (2001). *Homossexualidade, Violência e Justiça: A violência letal contra homossexuais no município do Rio de Janeiro*. [Relatório de pesquisa (mimeo)]. IMS/UERJ.
- CARRARA, S.; RAMOS, S. & CAETANO, M. (orgs.). (2003). *Política, direitos, violência e homossexualidade*. Rio de Janeiro, Pallas.
- CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO. (2004). *Brasil sem homofobia: programa de combate à violência e à discriminação contra GLBT e de promoção à cidadania homossexual*. Brasília, Ministério da Saúde.
- FACCHINI, R. (2002). “*Sopa de letrinhas?* Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90: um estudo a partir da cidade de São Paulo. (Dissertação de Mestrado, Departamento de Antropologia Social da Universidade Estadual de Campinas). Campinas.
- MOTT, L. et alii. (2002). *O crime anti-homossexual no Brasil*. Salvador, Grupo Gay da Bahia.
- RAMOS, S. (2001) “Disque Defesa Homossexual: Narrativas da violência na primeira pessoa”. In: *Comunicações do ISER* (2001), Ano 20, nº 56.

- RAMOS, S. (2004). “Homossexualidade masculina e violência”. In: *Crítica da Masculinidade* (2004). Rio de Janeiro, Centro de Estudos Afro-Brasileiros, n° 3.
- SCHUMACHER, S. & BRAZIL, É. (2000) *Dicionário de mulheres do Brasil*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar .

CRISTIANISMO E HOMOSSEXUALIDADE

Regina Soares Jurkewicz¹

UM BREVE RECORRIDO HISTÓRICO

Lançando um rápido olhar para a história, descobrimos que antes mesmo da difusão do cristianismo já havia uma legislação romana condenatória da homossexualidade, que, no entanto, era pouco aplicada, a chamada *Lex Scantinia* (Westermack, 1939, p. 371-372). Com a expansão do cristianismo, essa lei, que, ao que os estudos indicam era letra morta, passa a ser aplicada, inicialmente em casos de violação de menores. Posteriormente, os imperadores cristãos, a partir do substrato da legislação romana, articularão novas legislações que intensificam a condenação da homossexualidade. O rigor da condenação é progressivo; se a princípio se restringia ao abuso de jovens e prostituição sexual, novos editos passaram a condenar indiscriminadamente todo ato homossexual.

À prostituição homossexual chegou-se a aplicar penas máximas, como queimar vivos na fogueira aqueles que cometiam esse “delito”.

Entre os séculos VII e XI, encontra-se na literatura da história da Igreja Católica os Penitenciais: um guia para os sacerdotes e fiéis, aos que se instruía mediante uma penitência sobre a gravidade dos

¹ Professora do Instituto Superior da Diocese de Santo André/SP, doutoranda em ciências da religião na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

pecados cometidos. Nos Penitenciais, são distinguidos, pela primeira vez, diferentes formas de atos homossexuais: toques, afetos, masturbação, homossexualidade ativa e passiva, habitual e ocasional. A homossexualidade é sempre julgada como pecado grave, e as penas eclesiásticas oscilam entre 3 e 15 anos. As penas impostas são mais duras para clérigos ou monges do que para leigos. Surgem comentários sobre a homossexualidade feminina, e sua penalidade é inferior à masculina.

Na Idade Média, com Santo Tomás de Aquino, a homossexualidade se inclui entre os pecados *contra naturam*, junto com a masturbação e a relação sexual com animais. Para Tomás esses pecados sexuais são mais graves do que os pecados *secundum naturam*, embora estes se oponham gravemente à ordem da caridade, por exemplo: adultério, violação, sedução. Isto porque, para Tomás de Aquino, a ordem natural foi fixada por Deus, e sua violação constitui uma ofensa ao Criador, o que é mais grave que uma ofensa feita ao próximo.

A influência de Tomás de Aquino é determinante, e o que é pensado posteriormente por outros teólogos se faz a partir das bases colocadas por ele. Historicamente, o comportamento homossexual parece ser avaliado como uma atividade contrária à ordem natural disposta por Deus, já que a relação sexual está orientada somente para a procriação (Vidal et al., 1981). Há, no entanto, estudos que sugerem que os homossexuais encontravam um ambiente mais tolerante na Idade Média do que o evidenciado na atualidade (Boswell ap. Ryan, 1999).

O QUE DIZEM HOJE AS IGREJAS CRISTÃS?

Nos tempos atuais o debate sobre a homossexualidade nas igrejas freqüentemente vai buscar no texto bíblico prescrições comportamentais, mais do que matizes para o discernimento. Esse é um dos temas que para muitos cristãos ainda é considerado um tabu, sobre o qual não cabe discussão. Textos bíblicos foram referidos – e ainda o são por alguns autores – buscando-se neles uma resposta simples e direta. Não se considerou que os autores bíblicos escreveram origi-

nalmente para sua época e que as suposições sobre a sexualidade variam muito de uma cultura a outra e de uma época a outra.

Alguns teólogos partem do relato do Gênesis 2:24, “por isso, um homem deixa seu pai e sua mãe, e se une à sua mulher, e eles dois se tornam uma só carne” (Bíblia Sagrada, 1990) e interpretam essa passagem dizendo que Deus, ao criar-nos, também criou um só modelo de moral sexual para todas as pessoas: o modelo da monogamia heterossexual. Afirmam que esse modelo é parte da ordem criada e não está sujeito a mudanças culturais ou históricas. É a chamada visão *criacionista* que entende o sexo como motivo do companheirismo e da reprodução, existindo somente em virtude de certa complementariedade entre o homem e a mulher. Sustentam que nenhum outro modelo de vivência sexual pode ser *natural* ou moralmente aceitável. O modelo é uma lei, portanto as relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo são vistas como imorais.

No entanto, essa não é a única visão entre teólogos cristãos, o discurso religioso em relação à homossexualidade não é, no cristianismo, um discurso monolítico. Entre aqueles que provocam esse dissenso, encontramos o reverendo doutor William Countryman,² que trata de evidenciar que o relato bíblico referido não pretende estabelecer um imperativo ético, pois se assim fosse, os versículos seguintes e anteriores teriam o mesmo propósito. Um desses versículos, a título de exemplo, o Gênesis 2:3, “Deus então abençoou e santificou o sétimo dia, porque foi nesse dia que Deus descansou de todo o seu trabalho como criador” (Bíblia Sagrada, 1990), estaria colocando o imperativo da observação do sábado para todo o sempre; no entanto, a maioria dos cristãos ignora a instituição do sábado. Ou seja, não é pela autoridade das Escrituras, mas sim pela tradição, que os cristãos deixaram de observar o sábado. Então, por que outros elementos do relato da criação devem permanecer como regras morais, absolutas e inalteráveis?

Para o reverendo William, Gênesis 2 não está afirmando que a heterossexualidade é essencial ao ser humano, mas sim que a sexua-

² Professor de Novo Testamento na Church Divinity School of the Pacific, Berkeley, Califórnia, EUA.

lidade é essencial. Não é uma lei, e sim demonstração da generosidade de Deus na criação.

Esse é apenas um exemplo para demonstrar que a Bíblia é passível de interpretações e que o fato de encontrarmos nela trechos indicando que o modelo usual do relacionamento entre duas pessoas se dê pelo vínculo heterossexual não significa um rechaço a outras possibilidades. Boa parte da discussão religiosa sobre a homossexualidade coloca seus esforços em averiguar o que a Bíblia tem a dizer sobre o tema. Recorrer ao relato bíblico fazendo uma leitura fundamentalista nos parece que não é o melhor caminho para encontrar pautas éticas que orientem a vivência da sexualidade.

Provavelmente, a maioria de nós cresceu aprendendo e assumindo que a orientação homossexual é uma coisa má e que os atos sexuais entre pessoas do mesmo sexo são pecaminosos. Hoje há um número considerável de pessoas que questionam essa visão.

A homossexualidade já não é mais vista como uma doença, as pessoas homossexuais não são menos saudáveis que as heterossexuais, apenas eroticamente têm outra orientação sexual, diferente da hegemônica. Os estudos do comportamento humano documentam práticas heterossexuais e homossexuais em diferentes espécies. Isso evidencia que a homossexualidade é um aspecto normal no mundo natural. A antropologia cultural mostrou que as sociedades humanas compreendem a homossexualidade de diferentes maneiras. Ou seja, as ciências indicam que a homossexualidade é simplesmente parte do mundo que conhecemos – nem boa, nem má em si mesma. Esse caminho percorrido pela ciência questiona as definições religiosas que se apresentam de forma dogmática.

Entre os/as fiéis cristãos/as observa-se que ainda há muito preconceito contra os/as homossexuais, mas, com a visibilidade que esse grupo social tem conseguido, cresce também a tolerância dos/as fiéis. No catolicismo especificamente, embora o Vaticano continue com sua posição condenatória à prática da homossexualidade, cada vez mais se torna necessário abordar essa temática. O escândalo da chamada pedofilia de batina, que veio a público no primeiro semestre de 2002, em diferentes partes do mundo, tem provocado

entre os/as católicos/as discussões sobre a homossexualidade, embora as implicações relacionadas à pedofilia e à homossexualidade sejam inteiramente distintas.

O Vaticano editou nos primeiros dias de abril de 2003 um polêmico glossário de termos sexuais. Trata-se do *Léxico para termos ambíguos e coloquiais sobre vida familiar e questões éticas*. O capítulo sobre homossexualidade e homofobia afirma que a homossexualidade deriva de um conflito psicológico não resolvido, afirma ainda que os homossexuais não são normais e que os países que permitem os casamentos unissexuais são habitados por pessoas com mentes profundamente perturbadas.³ Oficialmente, portanto, a posição da Igreja Católica continua sendo homofóbica e gerando polêmica. Mas, como já afirmamos, não significa que esse pensamento seja único na vida da Igreja Católica ou do cristianismo. Convivem posições diferenciadas entre os/as cristãos/as e até mesmo entre membros da hierarquia.

DIVERSIDADE DE POSICIONAMENTOS ENTRE OS(AS) CRISTÃOS(ÃS) FRENTE À HOMOSSEXUALIDADE

Apresentaremos três reações diferentes entre os/as cristãos/ãs frente à homossexualidade:

Há aqueles/as que pensam que a homossexualidade deve ser rechaçada, uma vez que evidencia uma conduta antinatural e pecaminosa. Os que sustentam essa posição vão referir-se ao Gênesis 1:28 “...sejam fecundos e multipliquem-se” (Bíblia Sagrada, 1990), como sendo a manifestação da vontade de Deus com respeito às relações sexuais. Embora entendam a homossexualidade como uma perversão, não querem o castigo dos homossexuais e pensam que as igrejas devem acolher os/as homossexuais, desde que eles/elas reconheçam que precisam de ajuda para mudar seu comportamento.

³ *Jornal Zero Hora*, Porto Alegre, 01/04/2003. O jornal anunciou a edição desse glossário, cuja produção foi coordenada pelo Cardeal colombiano Afonso López Trujillo, um dos mais conservadores do Vaticano.

Um outro pensamento encontrado entre os/as cristãos/ãs é o de que a conduta homossexual é aceitável, ainda que considerada como uma opção inferior. Um representante desse pensamento é o teólogo luterano Helmut Thielicke (1975). Ele

considera a homossexualidade como o resultado de mudanças patológicas ocasionadas pela queda, e deduz que as pessoas de orientação homossexual são em grande parte incapazes de mudar sua orientação. Thielicke exorta o homossexual para que se ajuste a um estilo de vida heterossexual tanto quanto seja possível, mas se for impossível “converter-se” à heterossexualidade e para quem a abstinência é demasiadamente difícil, ele dá este conselho: canalize sua atividade sexual em uma relação de casal estável eticamente responsável. (Pastoral Ecumenica, 1997)

Há ainda quem defenda, como o teólogo anglicano Norman Pittenger, que a homossexualidade é tão digna de honra como a heterossexualidade. Os que sustentam essa posição enfatizam a convicção de que a Bíblia nunca foi pensada como lei para todos os tempos e que nela existem evidências que sugerem que a homossexualidade era às vezes tolerada sem crítica. Afirmam que o que é pecaminoso não é a homossexualidade como tal, mas sim a exploração de outra pessoa, o que pode ocorrer também em relações heterossexuais.

Sendo assim, as mesmas regras morais valem para as atividades e condutas *homo* e heterossexuais. O importante é que as relações sejam de responsabilidade, respeito e ternura e promovam o bem-estar para ambas as partes, ou seja, que nenhum/a dos/as dois/uas parceiros/as sintam-se lesado/a. Como afirma o teólogo católico John McNeill (1979): “Me inclino a pensar como Norman Pittenger cuando dice que, entre adultos de común acuerdo, existen solamente tres clases de relaciones sexuales: ‘buena, mejor y excelente (la mejor relación sexual)’”.⁴

⁴ Esses temas estão amplamente desenvolvidos no livro de John McNeill *Aventurandose en Dios: Teologia libertadora para gente gay y lesbiana, sus parejas, familias y amigos* (Taking a change on God: liberating theology for gays, lesbians, and their lovers, families, and friends). Quando McNeill publicou seu primeiro livro, *The church and the homosexual*, pedindo à Igreja para reconsiderar sua posição sobre a homossexualidade, foi proibido de falar no assunto e expulso da Companhia de Jesus, em 1987.

Também o reverendo Willian Countryman faz a seguinte pergunta:

Pero si la homosexualidad no es necesariamente pecaminosa, significa esto que es necesariamente buena? En cierto sentido sí. Dios dijo que toda la creación era buena, incluyendo su aspecto sexual. La homosexualidad es en realidad buena en el mismo sentido en que toda sexualidad es buena. Es uno de los profundos dones con que Dios nos dotó desde el principio. Es el don de deleitarnos, de maravillarnos, de conectarnos uno con outro, el don de trascender, el don de humanidad...⁵

Outra contribuição no mesmo sentido foi elaborada pela teóloga Penelope J. Ryan.⁶ Em seu livro *Católico praticante: a busca de um catolicismo para o terceiro milênio*, ela nos oferece relatos de padres e bispos solidários aos/às homossexuais e interpela a hierarquia católica para que suspeite de suas certezas morais sobre essa temática:

...com a descoberta de que muitos padres são homossexuais, virá à tona a consciência de que esta é uma questão sobre gente, compaixão e justiça. Os diversos modos pelos quais a comunidade homossexual tem elevado a comunidade humana por meio de sua arte, ciência e liderança dão testemunho dos poderes criativos que existem neste grupo de pessoas... (Ryan, 1999, p. 180)

É possível, portanto, afirmar a partir do próprio pensamento cristão a validade moral do exercício da sexualidade, em suas diferentes expressões. A hierarquia eclesial não tem ouvido as contribuições que vêm de seus teólogos, de seus/uas fiéis e das ciências. Essa atitude apenas distancia as comunidades de fé, sem proporcionar nenhuma interlocução. É por essa razão que fazemos nossas as palavras de Fernando Pessoa: “O amor é o importante, o sexo é um acidente, pode ser igual, pode ser diferente”.

⁵ Extraído do tratado escrito pelo reverendo doutor William Countryman, publicado originalmente por Integrity, Washington, D.C., EUA.

⁶ Penélope J. Ryan, Ph.D., é católica, professora na Fordham University, onde seus cursos de religião são muito freqüentados, fazendo com que ela merecesse o prêmio de Professora do Ano duas vezes. Ela também supervisiona o curriculum religioso da School of the Holy Child, em Rye, Nova York.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BÍBLIA SAGRADA (1990). *Bíblia Sagrada*. São Paulo, Edição Pastoral/Edições Paulinas.
- COUNTRYMAN, W. (s/d). *Que nos dice el relato bíblico de la creación acerca de la homosexualidad?* Tratado publicado originalmente por *Integrity*. Distribuído no México por Otras Ovejas – Ministerios Multiculturales com Minorías Sexuales.
- LINGS, R. (1996). *Las traducciones bíblicas y la homofobia*. Bruxelas, s/e.
- McNEILL, J. (1979). *La Iglesia ante la homosexualidad*. Barcelona, Grijalbo.
- _____. (1988). *Aventurandose en Dios: teologia libertadora para gente gay y lesbiana, sus parejas, familias y amigos*. Boston, Beacon Press.
- MOTT, L. (1999). “A igreja e a questão homossexual no Brasil”. In: *Religião e Homossexualidade* (1999). São Paulo, Mandrágora/ Umesp.
- PASTORAL ECUMENICA y solidaria com las personas viviendo con vih-sida del movimiento ecumênico por los derechos humanos (1997). *El coraje de amar: seis estudios sobre homosexualidad*. Buenos Aires, s/e.
- RYAN, P. J. (1999). *Católico praticante: A busca de um catolicismo para o terceiro milênio*. São Paulo, Loyola.
- TAKATSU, S. D. (1999). “Homossexualidade no anglicanismo”. In: *Religião e homossexualidade* (1999). São Paulo, Mandrágora/Umesp.
- THIELICKE, H. (1975). *The ethics of sex*. Rep. Grand Rapids, Mich: Baker. Traduzido do alemão para o inglês por DOBERSTEIN, J., Nova York: Harper and Row, 1964.
- VIDAL, M. et al. (1981). *Homossexualidad: ciencia y conciencia*. Santander, Espanha, Editorial Sal Terrae.
- WESTERMACK, E. (1939). *Cristianity and morals*. Londres, s/e. (págs. 371-372).

TRAVESTIS BRASILEIRAS: CONSTRUINDO IDENTIDADES CIDADÃS

William Siqueira Peres¹

Este capítulo traz uma reflexão a respeito de experiências que temos vivenciado nos últimos anos, a partir da coordenação de oficinas de prevenção das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs), assim como a Aids, para travestis, na cidade de Londrina/PR, assim como pelas entrevistas realizadas com travestis de outros lugares do Brasil, quando de nossa participação nos Encontros Nacionais de Transgêneros que atuam com Aids (Entraids) – encontros que acontecem anualmente desde 1993 –, que nos permitem problematizar a respeito das relações que as mesmas constroem no espaço social e as atribuições que são dadas às significações de gêneros.

Das questões preventivas sobre o HIV/Aids que foram problematizadas inicialmente, fomos percebendo a necessidade de expandir as temáticas vivenciadas e discutidas pelas travestis frequentadoras de nossas oficinas, para as questões do cotidiano de suas relações, voltadas para as relações sociais que estabelecem com o espaço social e suas representações a respeito dos papéis de gêneros. Nossa com-

¹ Professor assistente do departamento de Psicologia Clínica, da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista (Unesp), campus de Assis-SP.

preensão a respeito da construção das relações sociais e dos papéis de gêneros se orienta pela perspectiva construcionista, entendendo que as relações de gêneros são construídas sociohistoricamente – e por isso mesmo se tornam objeto útil de análise (Scott, 1995; Louro, 1999).

No período compreendido entre janeiro de 2002 a dezembro de 2004 realizamos oficinas semanais, ao todo 67, com uma frequência que variava de 10 a 25 travestis por encontro.

As oficinas seguiam um modelo-padrão que se iniciava sempre com uma atividade de “aquecimento”, de modo a descontrair as travestis presentes e nos prepararmos para a problematização do tema que seria focado em cada ocasião. A escolha do tema de cada oficina era apresentado, ora pelo coordenador das oficinas, ora pelas demandas que as próprias travestis traziam para discussão e reflexão. Apesar da variação dos temas centrais de cada oficina – como sexualidades, gêneros, negociação do preservativo com clientes e parceiros, saúde, cuidados de si, cidadania e direitos humanos – as questões ligadas aos processos de estigmatização, à violência e às discriminações sempre estiveram presentes, marcando o cotidiano dessas pessoas, que cada vez mais revelavam os lugares de exclusão social, econômica, sexual, cultural e de gêneros pelas quais se situam no cenário urbano.

FAMÍLIA: CONFLITOS ENTRE AMOR E O ÓDIO

Nos relatos apresentados pelas travestis frequentadoras de nossas oficinas, assim como nas conversas com travestis nos encontros nacionais, pudemos evidenciar dados a respeito de uma trajetória de exclusões que tem seu início na família. A partir do momento em que as pessoas começam a manifestar a homossexualidade, incrementada pelo desejo de se transformar em travestis, são raras as famílias que conseguem expressar tolerância e estabelecer uma relação de aceitação e convívio tranquilo. Na maioria das vezes, essas pessoas são agredidas verbal e fisicamente, sendo muitas vezes expulsas de suas casas e tendo que recorrer a amigos ou outras pessoas que lhes

dêem acolhimento, compondo o que Green (2000) denominou “redes sociais”.

A participação nas redes sociais são importantes para que as pessoas possam se sentir acolhidas e respeitadas pelo seu grupo, desenvolver o sentimento de pertença e de direito de seu lugar no mundo, empoderar-se para enfrentar os processos de estigmatização e preconceitos que insistem em impossibilitar a realização de seus sonhos e desejos de transformação.

Kulick (1997), quando de sua pesquisa com travestis na cidade de Salvador, constatou que a exclusão e o abandono familiar têm sido um importante atributo na formação da identidade travesti, o mesmo sendo também revelado pela pesquisa realizada em Porto Alegre por Benedetti (2000, p. 96), para quem

este padrão parece se repetir aqui no Sul, pois entre as minhas informantes, 89% (76 informantes de um total de 85) abandonaram o lar para encontrar espaço (...) Algumas foram expulsas pelos pais que não aceitavam suas idéias e comportamentos, outras ainda saíram deliberadamente: mas deixar o lar parece ser um momento crucial em seu processo de construção.

Outras pesquisas, como as realizadas por Silva (1993; 1996), por Denizart (1998), Klein (1998) e Fernandez (2000), também trazem dados a respeito de exclusão e abandono familiar, conjugando-se com inúmeras queixas de travestis que temos ouvido, reclamantes da falta que sentem de seus familiares e amigos, da necessidade do acolhimento afetivo e emocional, fundamental para a formação do psiquismo de qualquer pessoa. Esses relatos são feitos com muito sofrimento e angústia, dada a sensação de abandono e de rejeição, que as deprimem e contribuem para o rebaixamento de suas auto-estimas.

A expulsão da família é vivida como a violência inicial, que se expande pela vizinhança, que se acha no direito de desprezar e humilhar as pessoas que manifestam o desejo de se transformar em travestis, expressando toda uma moralidade conservadora e hostil. Essas manifestações discriminatórias por parte da família e da comunidade contribui para a efetivação de intensa segregação, por

meio da limitação do espaço social, estabelecendo o que Morello e Ferrer (1988) chamaram de “sociabilidade de gueto”, ou “subjetividade de gueto”.

Como idéia de subjetividade temos considerado o modo pelo qual uma pessoa é colocada à disposição do campo social, com todos os valores e significados que lhes são pertinentes e que participam da constituição de cada pessoa (Peres, 2004). Muitas travestis quando falam dos descontentamentos diante de suas relações familiares relatam que, apesar das discriminações vividas, esperam um dia estabelecer relações mais afetivas e solidárias com seus familiares, na esperança de que revejam seus valores ou que, se não aceitam suas escolhas diante da vida, pelo menos sejam mais tolerantes e respeitosos com o seu modo de ser.

Contudo, apesar das histórias conhecidas de discriminação familiar vividas por travestis, atualmente tem sido possível encontramos famílias mais acolhedoras dos modos de ser de seus filhos que, apesar de acanhadas e confusas, dão início à construção de novas relações, a fim de promover a convivência afetiva e tolerante, constatado mediante conversas que temos realizado com parentes de travestis; ou ainda pelas cenas que presenciamos quando de concursos de misses travestis em Londrina – quando irmãos, primos e mães de candidatas participam incentivando e torcendo para que elas sejam vitoriosas.

Com relação à volta de travestis que foram expulsas ou desprezadas por seus grupos familiares, quando filhas de famílias muito pobres, muitas vezes acabam sendo aceitas de volta devido a ganhos econômicos que conseguem em decorrência do dinheiro ganho em suas viagens à Europa (como profissionais do sexo) ou por terem conseguido se estabelecer como profissionais da alta costura, de decoração de ambientes, como esteticistas e cabeleireiras etc.

ESCOLA: A VONTADE DE SABER

A partir da exclusão familiar e da vizinhança, a relação com a escola também se mostra bastante prejudicada. A escola apresenta muita

dificuldade no trato da orientação sexual e de gênero, mostrando-se muitas vezes insegura e perdida diante das cenas que não estão presentes em seus manuais. Nesse sentido, reifica os modelos sociais de exclusão, por intermédio de ações de violência (discriminação e expulsão) ou de descaso, fazendo de conta que nada está acontecendo (não escuta as denúncias de discriminação).

Quando uma travesti chega na escola, ela já viveu alguns transtornos nas esferas familiar e comunitária, apresentando uma base emocional fragilizada, que a impede de encontrar forças para enfrentar os processos de estigmatização e a discriminação que a própria escola, com seus alunos, professores e dirigentes exercem, dada a desinformação a respeito do convívio com a diferença e suas singularidades. A intensidade da discriminação e da intolerância nas quais são expostas as travestis nas escolas que desejam estudar levam na maioria das vezes a reações de agressividade e revolta, ocasionando o abandono dos estudos e conseqüentemente à marginalização.

Em nossas escutas e observações tem sido freqüente ouvirmos histórias de travestis que reclamam não ter conseguido estudar, de não poder fazer uma faculdade e de não poder ter uma profissão que lhes garantisse a sobrevivência, tendo de recorrer à prostituição. Em suas falas são freqüentes reclamações por terem que se prostituir, por não conseguirem empregos ou oportunidades de renda para os seus sustentos, sobrando apenas a rua como possibilidade de ganhos financeiros.

Essas ocorrências de estigmatização e discriminação vividas pelas travestis no ambiente escolar prejudicam a própria socialização dessas pessoas, que passam a ter um universo existencial bastante restrito ao gueto, inserindo-se dentro de um contexto de opressão e marginalização que solicita a sua adequação a uma realidade bastante singular no universo travesti, que compõe uma complexidade de valores e significados próprios daquilo que Foucault (2004) denominou “estilística da existência”.

Sem apoio familiar, sem estudo e sem emprego, as travestis se enveredam por uma seara peculiar, que solicita a inclusão em um universo que estabelece regras para que possam ser aceitas, e que

inclui a montagem de seus corpos e de seus novos modos de vida, cuja expressão máxima comum entre as travestis poderia ser associada à frase dita por Sabrina: “Uma travesti é respeitada pelos litros de silicone que carrega no seu corpo”.

CONSTRUÇÕES DE CORPOS E GÊNEROS

Quando nos aproximamos do universo travesti vamos encontrando toda uma singularidade própria dos estilos de vida que são criados por essas pessoas. Trata-se de um universo que, além de ter linguagens específicas à sua realidade, impõe regras de aceitabilidade, como a transformação do corpo e a reprodução de modelo previamente dado de como ser uma travesti, ensinamentos estes que são passados de forma oral e corporal: informações de como se hormonizar, de como “bombar silicone”, de como conseguir roupas, sapatos, acessórios e maquiagens; enfim, de encontrar os produtos certos para sua transformação estética e corporal. Mas também informações de como sobreviver, de como conseguir clientes para poder pagar suas contas.

A construção do corpo da travesti se espelha na imagem feminina, porém essa imagem em nenhum momento é tomada como acabada e absoluta, sempre variando, processando-se uma feminilidade em construção permanente, que vai se transformando por meio das formas corporais, cada vez mais sendo remodelados por ingestão de hormônios e aplicação de silicone, mas também por depilação, maquiagens e maneirismos.

A maioria das travestis nos fala de sua passagem de homossexual para travesti a partir de uma forte identificação com a imagem da travesti que é vista nas esquinas dos pontos de batalha ou fazendo *shows* pela televisão. Ao ver a figura da travesti, na rua ou na televisão, é como se uma onda de encantamento se apoderasse delas, levando-as a desejar urgentemente se transformar para serem iguais ao modelo dado. Fernandez (2000) fala de três modelos de referências que são considerados pelas travestis de Buenos Aires: a vedete, a prostituta, a mãe.

A imagem da vedete reflete o *glamour*, a beleza e o brilho que toda travesti busca quando se apresenta em *shows* e *performances* teatrais; a imagem da prostituta reflete a sensualidade, a sedução e luxúria da *femme fatale*; a figura da mãe reflete a afetividade, a tolerância e o amor gratuitos. Nossos registros também têm evidenciado nesses modelos as mesmas referências de identificação, que se manifestam nas escolhas dos nomes de mulher que as travestis fazem, ao nomearem-se com o nome da própria mãe, ou de um artista do cinema e da televisão.

Essas constatações também são encontradas em Benedetti (2000, p. 95):

É ainda na infância também que o primeiro contato com outras travestis acontece, seja através da televisão ou mesmo nas ruas das grandes cidades onde estas personagens há tempo deixaram de ser obscuras e pouco visíveis. A primeira visão ou contato com outra travesti é sempre lembrado com muito entusiasmo e emoção e é marcada necessariamente com um processo de auto-identificação.

Nessa nova interação existencial, a aspirante a travesti vai percebendo um universo social completamente diferente do que havia conhecido até então, marcado por valores e significados diferentes, novas formas de comunicação e linguagem, que trazem a novidade de um novo corpo, uma nova sexualidade e um novo gênero; logo, de novas formas de existir no mundo.

Nesse novo contexto, a travesti vai adquirindo novas palavras e sentidos em suas relações, como, *gay*, bicha, bicha-*boy*, veado, mona, mariconna, de acordo com a estética e os comportamentos apresentados por seus interlocutores.

Assim, as palavras *gay*, “veado” e “mona” são associadas ao homossexual que se apresenta de forma mais discreta, sem caracterização feminina, mas sempre sendo usadas no feminino. Da mesma forma, a palavra “bicha-*boy*” tem sido usada pelas travestis para se referir ao *gay* que se relaciona mais proximamente de seus convívios, diferenciando-se delas por não se “montarem”. Essas definições carregam uma certa negatividade por parte das travestis, considerando que as

“bicha-boys” não teriam a coragem que elas possuem para se transformar em imagens femininas.

Já as mariconas seriam homens, na maioria das vezes casados, que procuram pelos serviços sexuais das travestis para ocuparem o lugar de “passivo” na relação sexual. Dentre as discussões realizadas em nossas oficinas, podemos perceber uma certa divisão entre as travestis, que ora as vêem como “safadas”, por se serem de homens casados que procuram as travestis para assumirem o papel de “passivas”, ora como pessoas importantes por serem clientes que contribuem financeiramente para suas sobrevivências.

O GÊNERO EM CHAMAS

Podemos perceber a construção de relações diferenciadas pelas travestis tanto nas relações com as pessoas como nas relações com seus corpos e com seus gêneros. A esse respeito uma travesti nos fala: “Quando eu faço ativo, eu penso e sinto como um homem, quando eu faço passiva, eu penso e sinto como uma mulher”.

Nesse tipo de discurso apresentado pela travesti, caracteriza-se uma dicotomia entre o feminino e o masculino, mas o convívio do masculino e do feminino no mesmo corpo. Isso, por si só, leva-nos a questionar a respeito das classificações de gêneros tradicionais, que dicotomizam radicalmente a respeito dos comportamentos, estabelecendo reducionismos sobre o que seria masculino e o que seria feminino. A esse respeito, muitas travestis comentam orgulhosamente cenas em que passaram despercebidas, ao serem tratadas como uma mulher, ou a respeito de mulheres que são confundidas como travesti, principalmente aquelas que usam maquiagens fortes e roupas insinuantes. Sobre isso, Rebeca, que sempre usou roupas femininas discretas (saia longa e blusa sem decote), comenta uma cena vivida em uma cafeteria de um aeroporto:

Eu estava tomando café em uma cafeteria do aeroporto e havia dois rapazes próximos, quando passou uma mulher superperua, cabelo armado, supermaquiada, cheia de colares e pulseiras, e um

dos rapazes comentou que a mulher seria uma travesti. Neste momento, me virei aos rapazes e disse: meu amor, travesti sou eu, ela é mulher, quando a própria mulher ouviu e disse: é isso mesmo, e eu adoraria ser uma travesti.

Essa cena mostra o quanto as classificações de gêneros têm sido borradas nos últimos anos e, ao mesmo tempo, mostra a percepção freqüente das pessoas que têm como referência a beleza e o *glamour* de uma travesti bem montada, quando está batalhando ou em situação social e de festa, mostrando que nada sabem da realidade das travestis nas outras horas do dia, quando são discriminadas e desprezadas pela sociedade.

Essas constatações nos levam a concordar com Benedetti (2002, p. 148), para quem “o gênero das travestis se pauta pelo feminino. Um feminino tipicamente travesti, ou seja, sempre negociado, reconstruído, ressignificado, fluido. Um feminino que se quer evidente, mas também confuso e borrado, às vezes apenas esboçado (...) É o feminino travesti”.

Diante dessas considerações, o contato com a realidade das travestis aponta e afirma que tanto os gêneros quanto os corpos e as sexualidades só podem ser entendidas como construções sociais e históricas, marcadas pela cultura de cada povo, com seus sentidos e significações pertinentes. Abrem-se novas discussões a respeito de como podemos contribuir para o debate sobre as relações humanas e a saúde coletiva, de modo a ampliar a tolerância e convívio com as diferenças, distanciando-se do sexo e do gênero como uma configuração biológica, marcados pelas “diferenças anatômicas entre homens e mulheres, a corpos marcadamente diferenciados e ao que nos divide e não ao que nos une” (Weeks, 1999, p. 42).

O modo como assimilamos os significados dados aos corpos e às sexualidades, assim como aos gêneros, ainda estão muito influenciados pela visão essencialista, que naturaliza certos padrões de comportamentos como sendo da ordem da normalidade, desqualificando outros como sendo da ordem do pecado, do crime e da doença.

Nossas definições, crenças, convenções, comportamentos e identidades sexuais não se limitam ao evolucionismo simplesmente, como se fossem naturais – são produzidos historicamente por relações de saber-poder e de dispositivos sociais, econômicos e culturais (Foucault, 1986).

Uma clarificação a respeito da produção do corpo e da imagem das travestis pode ser encontrada nos trabalhos realizados por Silva (1993; 1996), Denizart (1998) e Benedetti (2000).

A EXPERIÊNCIA DA EXCLUSÃO E AS ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA

A experiência da exclusão vivida pelas travestis nas diversas esferas de sua socialização pode ser inserida dentro de um circuito característico da comunidade travesti, qual seja, de ter que morar em pensões que alugam quartos para travestis ou em repúblicas previamente montadas por uma travesti “mais esperta” (mais velha), que administra as vagas e cobra diárias pela moradia e alimentação das outras travestis.

No cotidiano dessas pessoas, nem sempre a convivência é tranqüila, pois a competição é muito acirrada. Algumas travestis relatam que existe uma fogueira de vaidades muito intensa que interage cotidianamente em suas vidas, e que se manifesta pela disputa pela melhor imagem, pelo cabelo mais bem cuidado, pelo vestido mais *glamouroso*, assim como pelo “ponto de batalha” mais rentável.

O contato que temos com a comunidade transgênero tem nos levado a constatar que as travestis possuem uma vida muito solitária. São poucas as travestis que conseguem construir relações de amizade, e, mesmo assim, quando o fazem, restringem-se a uma ou duas pessoas, na maioria das vezes também travesti.

Em nossas oficinas realizadas em Londrina, algumas travestis têm problematizado a respeito da temática da amizade, e, em decorrência disso, fomos solicitados para preparar uma oficina sobre o tema da amizade, de modo a facilitar espaço para que se discutisse a qualidade das relações entre as travestis. O resultado foi muito conturbado, pois as opiniões se dividiram entre um grupo que defendia a

construção da amizade como forma de união e de fortalecimento da comunidade, na luta pela cidadania, e outro que não acreditava na possibilidade de união, dada a condição das travestis que trabalhavam nas ruas, e que precisam se virar sozinhas.

Nos pontos de batalha, as travestis vivenciam diversas humilhações físicas e verbais, entendidas como reforçadoras de sua condição de cidadãs de segunda categoria, marcadas por atrocidades que muitas vezes têm provocado a morte de muitas delas. Nesse contexto, acreditar no coletivo, para essas pessoas, fica difícil e confuso, o que colabora para que algumas experiências negativas de relação com a violência, com as drogas e a criminalidade sejam entendidas como fatos naturais.

Nas oficinas que coordenamos com travestis, temos sempre nos orientado pela defesa dos direitos humanos, pelos princípios democráticos e pela crença da força de organização social e política de populações vulneráveis, que ao se informarem se empoderam para lutar contra os processos de estigmatização e discriminação tão presentes no cotidiano das travestis. Nossa experiência tem mostrado a existência de dificuldades em trabalhar com as travestis, dada a resistência em acreditarem na força do coletivo, fazendo com que as elas fiquem desconfiadas diante de qualquer ação que se proponha a auxiliá-las.

Nas discussões a respeito da organização do grupo de travestis, assim como sobre as suas relações sociais, é muito comum ouvirmos relatos de que não é possível que elas sejam amigas, pois a situação da “batalha” implica uma competição pouco favorável à união das travestis. Apresentam dificuldades em problematizar suas experiências cotidianas, homogeneizando todas as relações que mantêm com as pessoas, com o mundo e consigo mesmas como sendo iguais. Como exemplo, podemos pontuar algumas falas de travestis diante de alguns temas, quando problematizados nas oficinas: *Amor* – “Amor pra mim são dólares”; *Amizade* – “Travesti nenhuma é amiga de ninguém. Sua única amiga é a solidão”; *Solidariedade* – “Solidariedade são os cinquenta reais que o cliente me paga”.

Essas expressões são exemplos de dificuldades de trabalho com travestis que foram destituídas de direitos e que são defensivas dian-

te de qualquer proposta de clarificação de valores ou de melhoria de suas reais condições de vida. Como consequência, deparamo-nos cada vez mais com relações sociais impessoais entre as travestis, com baixa expressão de afetividade e baixa auto-estima.

Dadas essas posições, nossa experiência tem mostrado sobre a necessidade de as oficinas preventivas e de cidadania com travestis serem freqüentes e insistentes, para que elas acreditem na proposta coletiva de organização do grupo, assim como dêem manutenção às ações preventivas, lembrando sempre do uso do preservativo e de outros componentes ligados à prevenção, como cuidados com o corpo, com a saúde e alimentação, assim como de seus direitos de participação social e política nas decisões da sociedade como um todo, exercitando a sua cidadania.

Marcadas por nossa sociedade conservadora e influenciada pelas premissas do heterossexismo e do patriarcalismo, as travestis experimentam todo tipo de discriminação, desde serem travestis profissionais do sexo até outras complicações, dadas as associações com a pobreza, com a cor da pele, as práticas sexuais e as classificações de gêneros.

Dentro dessa configuração fica patente a relação direta entre a experiência da estigmatização, processos de exclusão e naturalização da violência, que funciona como entorpecimento na vida das travestis, enfraquecendo suas auto-estimas e suas crenças na possibilidade de mudanças em suas reais condições de vida.

Mas apesar das dificuldades apontadas por esse ensaio, alguns grupos de travestis têm se mobilizado em algumas cidades brasileiras, de modo a promover o enfrentamento da opressão social e dar respostas às violações de seus direitos.

Em artigo escrito por Klein (1998), temos a análise do assassinato de uma travesti em Porto Alegre, conhecida como “Cris Loira”, executada pela própria polícia, entre tantos outros casos que temos tido conhecimento pela da mídia, produzindo reação entre as travestis, que se organizaram e criaram uma instituição de defesa dos direitos das travestis gaúchas. A partir da criação dessa instituição, vários projetos vêm sendo realizados para assegurar a defesa dos di-

reitos das travestis e buscar respostas para o desemprego, a pobreza e a fome.

Em Londrina, felizmente, a relação da polícia com as travestis tem sido cordial e pacífica. O problema é a extorsão praticada sobre os clientes por alguns policiais militares, que ainda forçam as travestis a realizarem programas gratuitos com eles.

Para produzirmos inserção social dessa população, temos encontrado dificuldades nos estabelecimentos comerciais, que ora atendem as travestis de forma *blasé*, ora com risos irônicos e depreciativos, ou simplesmente se negam a atendê-las.

Para enfrentar essas discriminações, Londrina conta hoje com uma lei municipal que pune os estabelecimentos comerciais que discriminam pessoas por orientação sexual. Interessante pontuar que quando da votação da lei na Câmara Municipal, as travestis compareceram em massa, com seus títulos de eleitor em mãos, lembrando os vereadores de suas condições de cidadãs eleitoras.

Na avaliação feita em oficina sobre a participação das travestis na Câmara Municipal, ficou clara para o grupo de travestis a necessidade de uma maior participação ativa delas em outras atividades de inserção no espaço social, como forma de exercitar suas reais condições de cidadãs, revendo a qualidade das relações sociais que estabelecem com o mundo, as pessoas e consigo mesmas.

Como estratégias de organização social e política, temos nos pautado sempre pelas premissas dos direitos humanos universais, priorizando o princípio de dignidade, assim como de construção da cidadania, incentivando as travestis na participação de eventos públicos, como a manifestação na Câmara Municipal para aprovação de lei antidiscriminatória, participação em eventos promovidos pelas secretarias de Saúde (Comissão Municipal de Saúde), pela Secretaria Municipal do Trabalho (seminários sobre empregos) e pela Secretaria da Ação Social (reuniões administrativas de convênios).

Como forma de promover maior visibilidade positiva das travestis, temos realizado parcerias com a Secretaria Municipal de Cultura de Londrina, mediante organização de concursos de *Miss Travesti Londrina* (quarta edição), passeios a parques públicos, blocos carna-

valescos, idas a cinemas e teatros, além da promoção de festas de aniversário e de casamento de travesti.

As emergências da contemporaneidade evidenciam a visibilidade de novas identidades sexuais e de gêneros que solicitam uma maior reflexão a respeito dos estudos e das classificações existentes até então.

Essas múltiplas identidades, diria Guacira Lopes Louro (1999, p.12)

... constituem os sujeitos, na medida em que esses são interpelados a partir de diferentes situações, instituições ou agrupamentos sociais. Reconhecer-se numa identidade supõe, pois, responder afirmativamente a uma interpelação e estabelecer um sentido de pertencimento a um grupo de referência. Nada há de simples ou de estável nisso tudo, pois essas múltiplas identidades podem cobrar, ao mesmo tempo, lealdades distintas, divergentes ou até contraditórias. Somos sujeitos de muitas identidades. Essas múltiplas identidades sociais podem ser, também, provisoriamente atraentes e, depois, nos parecem descartáveis; elas podem ser, então, rejeitadas e abandonadas. Somos sujeitos de identidades transitórias e contingentes. Portanto, as identidades sexuais e de gêneros (como todas as identidades sociais) têm o caráter fragmentado, instável, histórico e plural...

A emergência de novas identidades sexuais, sociais e de gêneros tem solicitado urgência nas agendas de estudos e pesquisas, de modo a contemplar uma maior clarificação a respeito dessas identidades, propiciando novas políticas e ações inclusivas, tolerantes e solidárias, nas quais esperamos favorecer uma maior flexibilidade na relação com as pessoas, respeitando suas diferenças e singularidades, produzindo assim o que temos chamado de “identidades cidadãs”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENEDETTI, M. (2000). *Toda feita: o corpo e o gênero das travestis*. (Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRGS). Porto Alegre.
- DENIZART, H. (1998). *Engenharia erótica: travestis no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- FERNANDEZ, J. (2000). *El travestismo: ruptura de las identidades sexuales, reforzamiento de los procesos de generización o identidad paradójica?* (Primeira Versión Del Informe Final). Buenos Aires, 2000.
- FOUCAULT, M. (1986). *Microfísica do Poder*. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro, Ed. Graal.
- FOUCAULT, M. (2004). “Ética, Sexualidade, Política”. In: *Ditos e Escritos*, vol.V. Rio de Janeiro, Forense Universitária.
- GREEN, J. (2000). *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo, UNESP.
- KLEIN, C. (1998). “From on ‘battle’ to another: the making of a travesti political movement in a brazilian city”. In: *Sexualities*, 1 (3), p. 327-342.
- KULICK, D. (1997). “The gender of brazilian transgendered prostitutes”. In: *American Anthropologist*. 99 (3), p. 574-585.
- LOURO, G. L. (1999). “Pedagogias da Sexualidade”. In: LOURO, G.L. (1999). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte, Autêntica.
- MORELLO, C.; FERRER, C. (1988). “El si y los otros em la obra de Richard Senté”. In: ABRAHAM, T. *Foucault y la Ética*. Buenos Aires, Editorial Biblos.
- OLIVEIRA, N. M. (1984). *Damas de paus: o jogo aberto dos travestis no espelho da mulher*. Salvador, Centro Editorial e Didático da UFBA.
- PERES, W. S. (2004). “Travestis: subjetividades em construção permanente”. In: Parker, R.; Rios, L.F. & Uziel, A P. (Orgs.). *Construção da Sexualidade: gênero, identidade e comportamento em tempos de Aids*. Rio de Janeiro, Ed. Pallas/IMS-UERJ/ABIA.
- SCOTT, J.(1995). “Gênero: uma categoria Útil de Análise Histórica”. In: *Educação e Realidade*, vol.20 (2), p. 71-99.
- SILVA, H. (1993). *Travesti: a invenção do feminino*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará.
- _____. *Certas cariocas: travestis e vida de rua no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará.

- SILVA, H.; Florentino, C. (1996). “A sociedade dos travestis: espelhos, papéis e interpretações”. In: PARKER, R.; Barbosa, R. (orgs). *Sexualidades brasileiras*. Rio de Janeiro, Abia/IMS/Relume-Dumará.
- WEEKS, J. (1999). “O corpo e a sexualidade”. In: LOURO, G. L. (1999). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte, Autêntica.

A IMPRENSA GAY DO RIO DE JANEIRO: LINGUAGEM VERBAL E LINGUAGEM VISUAL

Jorge Luiz Pinto Rodrigues¹

INTRODUÇÃO

Há muito se discute as práticas homossexuais, de diferentes formas e com múltiplas abordagens. Gostaria de poder contribuir para essa discussão com este novo viés – a união do *design* com a literatura.² Dentro dos “novos movimentos sociais” que emergiram durante os anos 1960, o movimento *gay* foi aquele que, talvez, mais dificuldades teve para se estabelecer, ou, nas palavras de Stuart Hall (2000), encontrar sua “política de identidade – uma identidade para cada movimento”. Como em toda forma de legitimação, foi necessário criar todo um aparato de valores, idéias e discursos; e os periódicos desempenharam um papel muito importante nesse contexto a partir do início dos anos 1970.

Como examinar o *design* gráfico dos periódicos da imprensa *gay* no Brasil? Qual o diálogo entre o leitor e o *design* gráfico das publicações *gay*? Como o *design* gráfico dessas publicações ajudou e contribuiu para a construção de uma cultura *gay* brasileira? Essas são as primeiras questões centrais deste texto.

¹ Designer gráfico pela UFRJ, mestre em design pela PUC-RJ. Atualmente professor do curso de Licenciatura e Artes Visuais da UnigranRio e doutorando em literatura comparada pela UFF.

² De acordo com o *Aurélio*, “Qualquer dos usos estéticos da linguagem” (Novo Dicionário Aurélio, p. 851).

Partindo de uma perspectiva interdisciplinar, faço um estudo comparativo entre o discurso verbal dos periódicos da imprensa brasileira dirigida ao público *gay*, a partir dos editoriais desses objetos, e seu discurso visual, a partir dos elementos estético-formais que compõem suas páginas. Realizo um levantamento desses objetos para contribuir com uma maior compreensão da possível construção de uma identidade *gay* nacional, da história da imprensa *gay* e do *design* gráfico no Brasil.

Os anos 1960 em todo o mundo foram marcados pela explosão dos movimentos sociais das minorias – mulheres, negros e homossexuais –, cada qual à sua maneira, lutando para afirmar sua cidadania. Os homossexuais, que até então viviam suas vidas entre quatro paredes, espaços privados, escondidos, protegidos pelo silêncio, passaram a exibir um novo padrão histórico de homossexualidade, constituindo “uma cultura *gay*”.³ Observo aqui os desdobramentos da cultura *gay*, que toma vulto a partir dos anos 1970, refletida nas publicações periódicas que trataram e tratam de suas questões e que surgem no Brasil a partir do fim dessa década.

Apesar do momento político em que vivíamos no Brasil, a década de 1970, como disse José Miguel Wisnick (1980), “sem movimentos culturais típicos, sem grandes bandeiras, sem grandes alardes, chegou a dar impressão de que nada acontecia”. Mas qual o quê: o “desbunde”, a contracultura, a imprensa marginal, o cinema marginal, tudo isso contrastando com a luta armada e a ditadura que “teimavam” em nos oprimir, foram os principais personagens culturais dessa década.

No Brasil o movimento *gay* organizado começou efetivamente na segunda metade da década de 1970. Em 1976, o escritor e jornalista João Silvério Trevisan tentou formar um grupo para discutir a homossexualidade. Dos poucos que compareciam aos encontros, muitos eram reticentes em falar publicamente de seus medos e anseios. Em pouco tempo essa iniciativa deu alento a outras tentati-

³ É claro que já existiam aqueles lutavam por uma vida fora dos guetos; refiro-me a uma nova postura perante a sociedade.

vas, que não lograram êxito. Mas foi um começo. No fim da década de 1970 um grupo de intelectuais, assumidamente *gays*, aproveitando as mudanças de vento na política brasileira, lança aquele que é considerado o primeiro veículo de ampla circulação dirigido ao público homossexual – o jornal *Lampião da Esquina*. O lançamento do jornal, em abril de 1978, fez com que, rapidamente, alguns rapazes em São Paulo organizassem um grupo que iria consolidar o movimento homossexual no Brasil – o Grupo Somos (Green, 1999).

O surgimento do *Lampião da Esquina* representa bem o inconformismo diante da repressão e do conservadorismo que se abatia sobre uma parcela da sociedade brasileira; e utilizando-se dos periódicos, essa parcela tentava mostrar caminhos alternativos para o difícil período em que vivíamos.

IMPrensa ALTERNATIVA

Em 1969, seis meses após o Ato Institucional nº 5, surge aquele que viria a ser o primeiro jornal conhecido, inicialmente, como “alternativo” – *O Pasquim*. Conforme Rivaldo Chinem (1995, p. 43), “*O Pasquim* não era um jornal político, era apenas um jornal debochado, de contestação, indignado, que queria sair do sufoco. Irreverente, moleque, com uma linguagem desabrida, bastante atrevido para os padrões da época”. Ou, nas palavras de Bernardo Kucinski (2003, p. 15), “*O Pasquim* mudou hábitos e valores, empolgando jovens e adolescentes nos anos de 1970, em especial nas cidades interioranas que haviam florescido durante o milagre econômico. Nos anos seguintes vários jornais surgem, cada um dirigido a um tipo de leitor, mas todos se caracterizando como alternativos, isto é, fugindo tanto na forma quanto no conteúdo da chamada grande imprensa. Podemos, sem grande risco, dividir os jornais alternativos em duas grandes classes: alguns predominantemente políticos, que tinham raízes nos ideais de valorização do nacional e do popular dos anos 1950 e do marxismo dos meios estudantis nos anos 1960; outros tinham suas raízes nos movimentos de contracultura norte-americana e, por meio deles, no orientalismo, no anarquismo e no

existencialismo (Kucinski, 2003). Surgem nessa época o *Flor do Mal*, em 1971, o *Bondinho*, em 1971, o *Opinião*, em 1972, *Ex*, em 1973, o *Versus* em 1975, o *Movimento*, em 1975. Circularam publicações que defendiam temas que iam da contracultura, passando pela ecologia, política e ao direito de fazer poesia.

Segundo Kucinski (2003), cerca de 300 periódicos nasceram e morreram entre 1964 e 1980. De tamanho tablóide – metade do usado nos jornais convencionais –, eles se caracterizavam pela oposição ferrenha ao regime militar e ficaram conhecidos como nanico, de leitor, independente, *underground* ou ainda como imprensa alternativa. Esses jornais não se preocupavam com o acabamento. De maneira geral a diagramação era pesada, com textos longos e tijolados, com o corpo da letra (tamanho) pequeno e difícil de ler. De acordo com Fortuna, caricaturista e artista gráfico, ele conversou várias vezes com os dirigentes de alguns desses jornais, sugerindo que fosse desenvolvido um projeto gráfico a fim de os tornar mais legíveis (Fortuna ap. Chinem, 1995). Entretanto nunca houve um empenho expressivo nesse sentido; a preocupação era muito mais com o conteúdo do que com a estética.

UMA LUZ NOS BECOS DO RIO

O *Lampião da Esquina* começou “elegante e terminou pornográfico” (Kucinski ap. Lima, 2001). O que é um jornal elegante? Elegância nos textos ou nas formas? Pornográfico porque passou a estampar fotos de nu masculino ou porque começou a publicar contos eróticos? O *Lampião*, como qualquer outra publicação, estava trabalhando com o imaginário de seus leitores, procurando estabelecer um diálogo direto com seu público. Conforme nos diz Portinari (1999, p. 78),

o imaginário recobre, ou melhor permeia toda relação do sujeito com objetos e imagens, na medida em que é através desse registro que se constitui a própria possibilidade de tal relação. Ora, se é legítimo afirmar que o universo do Design é povoado por objetos e imagens que são avaliados, concebidos, produzidos ou reproduzi-

dos, no campo subjetivo, podemos dizer que o designer lida constantemente com o imaginário, em todos os níveis de sua atividade.

Um projeto de *design* gráfico de um periódico consiste num todo que é formado pelo texto do corpo do jornal, os diferentes títulos e subtítulos, para isso é usada uma fonte e seus respectivos corpos, fotos e ou ilustrações e elementos gráficos – cor, elementos acessórios como vinhetas, fios, figuras geométricas etc. O ato de dispor texto e figuras em um determinado campo (página de livro, jornal, revistas, cartazes etc.) é o que chamamos de diagramação. Diagramar significa construir, estruturar os elementos que irão compor uma mensagem, guiando o leitor a uma leitura mais fácil.

De acordo com Buchanan, o *designer*, em vez de simplesmente criar um objeto ou coisa, está criando, na verdade, um argumento persuasivo que se aviva sempre que um usuário contempla ou usa um produto (Buchanan, 1989). Segundo Denis (1998, p. 35), “a função do *designer* é fazer colar – aderir mesmo – significados de outros níveis bem mais complexos do que aqueles básicos que dizem respeito apenas à sua identidade essencial”. O *design* é uma linguagem que funciona, no processo de comunicação, como emissor, cuja enunciação se compõe de relações ontológicas e históricas, atributos simbólicos, materiais, técnicos etc. Trata de comunicação aplicada à criação, produção e veiculação da mídia visual, bem como dos diferentes discursos assumidos nas suas diversas manifestações.

O fim do jornal *Lampião da Esquina* (1981) coincide com distensão política, com o fim da censura formal e com uma demanda reprimida por pornografia (Lima, 2001). Os anos que se seguem serão marcados por publicações em que a imagem (nu masculino) ocupará grande parte das páginas dos periódicos *gays*, quase não deixando espaço para o discurso verbal.

Com a explosão de notícias sobre a Aids, que inevitavelmente acabou abrindo espaços na mídia para a discussão da sexualidade, e diretamente da homossexualidade, várias publicações, muitas delas oriundas das ONGs que lutavam contra o estigma dos soropositivos,

surgem com o intuito de alertar a comunidade sobre os impactos da doença na vida. Entre as publicações, havia o jornal *Nós por Exemplo*, no qual o nu masculino convivia sem culpa com os longos textos didáticos sobre as novas formas “mais seguras” de obter prazer. Também surgem jornais/revistas com um caráter mais cultural que didático, como o *ENTÉ* (fig.1). Jornal com formato de revista, o *ENTÉ* é a primeira publicação na qual podemos ver um projeto gráfico que vai quebrar os cânones instituídos por uma diagramação funcionalista – austeridade, precisão, neutralidade, disciplina. Com o boom mercadológico do *pink market* (mercado cor-de-rosa), começam a surgir publicações que já não se encaixam sob o rótulo de alternativas. É o caso da *Sui Generis* (fig.2), que em seus poucos anos de vida teve sucesso entre o público a que se destinava. Surgindo em 1998, a *G Magazine* talvez seja a revista de maior sucesso editorial já visto na chamada imprensa *gay* brasileira. A revista mistura textos, vinhetas, muita cor e muito nu masculino, fazendo sucesso, não apenas entre o público *gay*, como também entre o público heterossexual.

O VISUAL E VERBAL

Dentro do campo das pesquisas *strictu sensu*, o *design* ainda engatinha. Práxis que se institucionalizou academicamente a partir da criação da Bauhaus, e no Brasil efetivamente a partir da criação da Escola Superior de Desenho Industrial (EsdI), o *design* só começou a ser estudado em nível de pós-graduação, no Brasil, a partir de 1994, quando a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (Puc-Rio) instituiu o seu Mestrado em Artes e *Design* e, depois, em 2003, com o início do doutorado. Tal característica vem cada vez mais ocupando espaço quando se pensa em estudos na área das ciências humanas e sociais. A possibilidade de construir pontes com outras áreas é muito pertinente ao *design* pela sua própria natureza interdisciplinar. Conforme Barthes (ap. Portinari, 1999), “a interdisciplinaridade consiste em criar um objeto novo que não pertença a ninguém...”.

De acordo com Gustavo Bomfim (1998), “o *design*, do mesmo modo que qualquer outra atividade do processo extremamente complexo e dinâmico do trabalho social, é orientado por um conjunto de objetivos de natureza política, ideológica, social, econômica etc.”. O *design* nos mostra que as fronteiras entre as diferentes áreas do conhecimento não são fixas. O *design* gráfico, meu interesse particular, é uma especialidade dentro da área do *design*; tem uma estreita relação com a comunicação social, as artes plásticas, a arquitetura, enfim, com a indústria cultural como um todo.

O *design* é sempre colocado em discussão quando se pretende inseri-lo em um campo restrito do conhecimento. Onde inseri-lo: nas artes, na tecnologia, na ciência? Segundo Jobling e Crowley, o *design* gráfico é uma complexa “matriz” de diferentes sistemas e signos e mídia, que abarca tanto a “alta” quanto a “baixa” cultura dos artefatos. E a grande questão é: como examinar o *design* gráfico em termos daquilo que reproduz e que representa (Jobling; Crowley, 1996, p. 2).

Karl Erik Schollhammer (2001, p. 28) nos diz que “o campo da Literatura comparativa é um ‘campo expandido’ que continua abrindo-se para outras áreas, outras disciplinas e para um leque de temas não estritamente literários, recolhidos às vezes sob o rótulo de ‘Estudos Culturais’, que cruzam as fronteiras tradicionais entre as ciências humanas, sociais e exatas”. Bem, como situar o *design* nesse campo? Acredito que a própria natureza do objeto propicia essa inserção. Um periódico é feito de textos e imagens (elementos textuais e não textuais), elementos que obedecem a um ordenamento estético-formal feito pelo *design*. O *design* gráfico cumpre seu papel de interlocutar o diálogo entre o objeto e o usuário. De acordo com Bomfim (2000, p. 150) “o *design* é uma práxis que confirma ou questiona a cultura de uma determinada sociedade”. Não podemos negar que vivemos hoje numa sociedade cada vez mais dominada pela cultura da imagem. Nos vários setores que compõe a “aldeia global”, a cultura visual é de extrema importância para o reconhecimento e a afirmação desses setores. Conforme Maurizio Vitta (1989, p. 35),

*the object in our system is at the same time a sign of social identification, a communication instrument, a use-image, an oppressive simulacron, a fetish, and a tool, design cannot help but be an instrument of social analysis, an area of intervention in everyday life, a language, a fashion, a theory of form, a show, a fetishism, a merchandise.*⁴

Desde que surgiram no início do século XIX,⁵ no Brasil, jornais e revistas lutam para estar presentes e espelhar os meandros da realidade brasileira. Inicialmente tratados com certo desdém, medo que viessem a matar o livro, os periódicos ganharam força cultural quase um século depois do seu aparecimento. No início, eles eram dedicados ao público em geral, leia-se masculino. Apenas em 1910 surge aquela que seria a primeira publicação pré-segmentada, ou seja, não endereçada ao mercado global de leitores: a revista *Fon-Fon*. Dirigida especialmente ao público feminino, a revista foi ousadíssima para sua época. E foi muito importante para o crescimento da imagem do papel da mulher na sociedade brasileira. Angela Mc Robbie, analisando uma revista feminina dos anos 1970, diz que a revista “is a system of messages, a signifying system and a bearer of a certain ideology, an ideology which deals with the construction of a teenage femininity (McRobbie ap. Storey, 1996, p. 82).⁶ É o processo de construção das possíveis identidades *gay* que este texto pretende observar na relação forma/conteúdo dos periódicos dirigidos para essa comunidade.

Parafraseando Schollhammer, minha abordagem se situa na relação entre o que o texto “faz ver” e o que a imagem “dá a entender” para delinear o projeto/*design* do regime representativo de um determinado momento histórico e cultural.

⁴ O objeto no nosso sistema é ao mesmo tempo um signo de identificação social, um instrumento de comunicação, “imagem-uso”, um simulacro opressivo um fetiche, e uma ferramenta. O *design* acaba sendo um instrumento de análise social, uma área de intervenção na vida cotidiana, uma linguagem, uma moda, uma teoria da forma, um *show*, um fetichismo, uma mercadoria. (T.M)

⁵ A imprensa chega ao Brasil trazida por Dom João VI. A administração da colônia portuguesa impedia o uso da tipografia até então.

⁶ É um sistema de mensagens, um sistema de significados e carrega uma certa ideologia, uma ideologia que lida com a construção da feminilidade das adolescentes. (TM)

Na área das ciências humanas e sociais cada vez mais os estudos se mostram interdisciplinares, uma vez que isolar uma disciplina de outra significa deixar de lado um saber que pode ser imprescindível para a compreensão do objeto em questão. A necessidade do entendimento da interdisciplinaridade na produção do conhecimento funda-se no caráter dialético da realidade social – que é, ao mesmo tempo, una e diversa – e na natureza intersubjetiva de sua apreensão.

O *design* desempenha, também, um papel de tradutor e mantenedor da sociedade na qual ele se inscreve e a qual o produz. Alberto Alessi, *designer* italiano, fala que o *design* tende mais para a arte e poesia do que tecnologia e mercado. Na nossa sociedade os objetos assumem cada vez mais o papel de interlocutores dos indivíduos, expressando valores, *status* e personalidade.

Conforme Rodrigues, no imaginário social dos anos 1970, o questionamento das formas de poder e de todas as autoridades se dá de várias maneiras. Paralelamente à luta armada, uma parcela da juventude preferiu um caminho alternativo para sua luta – o *rock*, *hippismo*, a vida comunitária, as experiências com drogas, o erotismo (Rodrigues, 2002). É neste contexto que surge o primeiro periódico, em nível nacional, dirigido ao público homossexual. Com seus textos longos e pesados, o *Lampião da Esquina* iniciava um novo capítulo para a história da construção e da afirmação de uma identidade. Os periódicos assumem um papel de identificação para aquele que o consome. De acordo com Storey (1996, p. 86), “the readers’ letters and editorial responses often reveal a profound commitment to the ‘individual solution’. Both ‘teach’ the same parable: individual effort will overcome all odds”.⁷ Os editoriais que definem a ideologia dos periódicos, assim como as cartas dos leitores que confessam suas necessidades, juntamente com as diversas seções que compõem um jornal ou uma revista, são amalgamados mediante

⁷ As cartas dos leitores e as respostas dos editores revelam, não raro, um profundo compromisso para com as soluções individuais. Ambas ensinam a mesma parábola: o esforço individual superará todos os obstáculos. (TM)

fotos, ilustrações, fios e vinhetas. Voltando a Storey (1996, p. 87), “magazines and newspapers consist of more than words on the page. Their popularity is unthinkable without taking into account the photographs, the illustrations and the advertisements which appear on almost every page”.⁸

Em seu livro *Beyond carnival*, um grande painel sobre a realidade social e cultural da homossexualidade brasileira, o historiador James Green aponta várias publicações que antecederam às que me proponho a analisar, mas que ajudaram na construção de uma identidade *gay*. Uma delas, talvez a mais importante, chamava-se *Snob* (provavelmente o primeiro jornal homossexual, de vida mais longa, do Brasil, criado por Agildo Guimarães). É importante observar como as vinhetas rococós, elaboradas ilustrações de modelos femininos estampadas no *Snob* (jornal mimeografado do início dos anos 1960), vão aos poucos desaparecer. Feito de forma artesanal e distribuído gratuitamente, era mais um meio de registrar as festas e reuniões de um grupo de amigos. Mas, apesar de sua tiragem limitada e quase exclusiva a um pequeno grupo, é muito importante para analisarmos a questão da construção de uma identidade do leitor. De 1963 até 1969 o *Snob* apresentou mudanças significativas em seus discursos verbais e visuais. No editorial do primeiro número o jornal se apresentava desta forma:

Apresentamos nosso jornalzinho: Finalmente estamos lançando o número 1 do nosso jornal. O jornal do nosso grupo. Para falarmos de nossa festas, fazermos fofocas e discutir as últimas novidades. Nós não pretendemos ter uma grande circulação ou competir com O Globo ou Última Hora e, não somos da esquerda nem da direita, melhor dizendo somos do meio. Nós temos um milhão de defeitos e erros. Nós pedimos desculpas. (Green, 1999, p. 184, T.M.)

⁸ Revistas e jornais consistem em mais do que apenas palavras na página. Sua popularidade é impensável sem levarmos em conta as fotografias, as ilustrações e os anúncios que aparecem em quase todas as páginas. (TM).

Já no primeiro editorial podemos ver que o editor via sua produção como uma coisa menor; ou definia a estatura do seu produto para sua defesa. De acordo com Green, o *Snob* definia-se como “um jornal de notícias para *entendidos*. Um jornal para o público certo. Um jornal para quem tem bom gosto”. O *Snob* fornecia uma entrada *sui generis* para o mundo das *bichas*, *bofes*, *bonecas*, e *entendidos*⁹ (1999.T.M.). Na capa da edição de agosto de 1968 (*fig.3*), a imagem apresentada traduz o imaginário desse pequeno grupo de amigos. É a ilustração de uma “mulher” vestida em traje de gala, sentada em uma cadeira que mais parece um trono, cheios de volutas e ornamentos. Era a imagem das “bonecas”. Figuras com estilo, graça, personalidade, “muito bom gosto”, como se estivessem acima do resto da sociedade, e que durante muito tempo foram a imagem idealizada por um certo grupo de homossexuais: a imagem do diminutivo (nosso jornalzinho), da futilidade (festas, fofocas e novidades) e da culpa (temos um milhão de defeitos, nós pedimos desculpas). Essa imagem associada à futilidade e, preconceituosamente, a uma certa feminilidade, começa a ser questionada por membros do grupo que realizavam o *Snob*; eles estão à procura de uma identidade homossexual masculinizada, e não de uma “boneca”. Em 1969, último ano de publicação do jornal, um dos seus editoriais trazia o seguinte discurso:

1969 parece ser um ano de novelties. Pelo menos para nós do Snob, muitas coisas irão acontecer no curso do deste ano. Nós iniciamos um jornal mais adulto onde as crônicas, poesias, artigos de real interesse, contos, e um colunismo social saudável sem fofocas, o que foi abandonado por nosso colunista por um tempo, e sem desenhos de figuras femininas... nós vamos mostrar que agora nós estamos revelando quem realmente somos. Nós estamos perto do século vinte-um, a dois passos da lua, e não podemos permitir pessoas com certas fantasias ficarem estacionadas um século atrás do nosso. (Green, 1999, p. 194, T.M.)

⁹ Grifo do autor.

Dessa vez a capa (*fig. 4*) não estampava uma boneca, mas dois homens nus fazendo sexo. O discurso era outro. Um jornal mais adulto... (dois homens se amando), sem desenhos de figuras femininas... (a ilustração traz dois homens), vamos mostrar quem realmente somos... (um dos homens tem o pênis ereto) e não vamos permitir pessoas... (os dois homens estão de mãos dadas, dando idéia de união). Mudanças tinham acontecido (pelo menos no tratamento editorial).

IMAGENS E LEITORES

Aproveitando-se das mudanças políticas no cenário brasileiro, no final da década de 1970, um grupo de intelectuais se reuniu com a idéia de criar um jornal que discutisse temas até então, nas palavras de João Silverio Trevisan (1986, p. 203), “considerados ‘secundários’” – tais como sexualidade, discriminação social, artes, ecologia, machismo –, e a linguagem empregada era comumente a mesma linguagem desmunhecada e desabusada do gueto homossexual”. É ainda Trevisan que nos fala que o discurso do *Lampião* “gozava de uma saudável independência, era um jornal que desobedecia em várias direções” (Trevisan, 1986, p. 204).

A idéia de que todos os homossexuais sempre produzem criações de bom gosto e estilo foi totalmente negada na apresentação do *Lampião*. Com manchas gráficas pesadas, pouco claro, uma diagramação dura e de pouca inventividade, o jornal tinha como preocupação maior o discurso verbal; é como se a severidade da forma respaldasse a seriedade do conteúdo. Diferentemente das primeiras publicações americanas, que valorizaram o papel do *design* gráfico nos jornais, no jornal *Lampião* a transgressão não estava no campo gráfico, nem na sua apresentação. Segundo Streitmatter, no fim da década de 1960 algumas questões se tornaram predominantes no jornalismo *gay*. Enfatizar o *design* gráfico foi uma delas.

Among the themes is an emphasis on design. [...]. The founders of ONE reinforced this theme during the 1950s, insisting that their

magazine be professionally printed and using bold graphics to make design one of its trademarks. The publications of the late 1960s reinforced the central role of design [...]”.

*Closely related to design is a strong emphasis on visual images. (Streitmatter, 1995, p. 113)*¹⁰

No Brasil alguns tablóides da imprensa alternativa, principalmente os que adotaram o discurso da contracultura, foram bastante ousados nos seus *designs*. Eles tinham uma estética psicodélica ou então surrealista. Era uma consequência natural dentro do discurso da procura de novas sensações por meio das drogas. Outros jornais da imprensa alternativa também tiveram essa preocupação. O pioneiro deles, *O Pasquim*, foi um deles, de acordo com José Luiz Braga (1991, p. 158),

o projeto gráfico, a paginação, a titulação, a tipografia, a ilustração se organizam para dar a cada página uma unidade gráfica de objeto visual. [...] É interessante assinalar que, na Biblioteca Pública Municipal de São Paulo, o Pasquim não está classificado na seção Imprensa, mas em Arte.

Essa relação entre forma e conteúdo vai mudar ao longo da história dos periódicos da imprensa *gay*, mas durante a existência do *Lampião da Esquina* mudou pouca coisa em termos gráficos.

A partir da década de 1990, com um movimento homossexual mais organizado – a epidemia da Aids, aterrorizando milhares de homens que fazem sexo com outros homens –, é que as publicações dirigidas ao público *gay* vão se estabilizar e enfatizar sua apresentação gráfica. Cada uma a seu modo, dirigindo-se para os diferentes estilos de vida, de classe e de grupos sociais dentro da própria comunidade homossexual. Ono (2000) nos diz que não podemos ne-

¹⁰ Entre os temas está uma ênfase no *design* [...] os fundadores de ONE reforçaram este tema durante os anos 1950, insistindo em que sua revista fosse impressa profissionalmente e usando elementos gráficos ousados para tornar o *design* uma de suas marcas. As publicações do final dos anos 1960 reforçaram o papel central do *design* [...] intimamente relacionada ao *design* está uma forte ênfase nas imagens visuais (T.A).

gar uma discussão diante do papel do *design* frente às questões da diversidade cultural. É essa discussão que nos faz refletir sobre sua influência e poder de controle na conformação de objetos e espaços.

Mais uma vez citando Bomfim (1996, p. 12),

Em qualquer sociedade os objetos materiais, independentes de sua finalidades, são meios para se alcançar as utopias, através da realização dos indivíduos em seus relacionamentos com outros indivíduos (sociedade) e com seu contexto material e temporal (meio ambiente). O design, portanto, depende das diferentes estratégias traçadas pela sociedade institucionalizada para a realização de seus indivíduos e reflete no mundo material as contradições destas estratégias.

No editorial do segundo número do jornal *Nós por Exemplo* (fi.5), o terceiro parágrafo diz o seguinte: “Não, amigos, não empalidecemos. Chegamos ao segundo número na neutralidade dos tons: nem cores quentes, nem cores frias. Apenas preto no branco”. E é dessa forma que o jornal vai se apresentar nos próximos números. O jornal *Nós por Exemplo* surgiu em 1992, trazendo a proposta de discutir a homossexualidade e o choque da epidemia da Aids na comunidade homossexual. Seu *design* formal refletia a seriedade dos seus artigos. No número que comemorava seu primeiro aniversário, o *Nós por Exemplo* trazia a seguinte frase no seu editorial: “Não adianta ter produzido um jornal bonito, com bom conteúdo, com fotos lindas, em excelente papel, se não houver um público interessado em lê-lo”.

Na segunda metade da década de 1990 surge um outro periódico, também dirigido ao público homossexual. No número zero, a revista *Sui Generis* se apresentava da seguinte forma: “A revista tem um objetivo simples: falar da cultura *gay* de maneira vibrante, inteligente, bem-humorada, para cima, até *glamourosa* – para que não ouçam a gente apenas por esse silêncio já tão fora de moda”. Diferentemente do jornal *Nós por Exemplo*, a revista é colorida, vibrante e leve. Seu projeto gráfico brinca com os espaços brancos, fotos que ocupam todo o suporte gráfico, muita cor. A partir do número 19

(fig. 6) a revista *Sui Generis* muda seu aspecto visual. Linhas grossas e pesadas envolvem suas matérias, a cada abertura de reportagem um conceito é apresentado graficamente; e mais uma vez o editorial se preocupa em comunicar a mudança ao mesmo tempo que torce por sua aprovação. “Salute! Nossa primeira revista do ano vem de cara nova, redesenhada pelos *designers* Felipe Taborda e Flavio Mário. A gente torce para que vocês aprovem as mudanças na *Sui Generis*”. Mudanças que acompanham os comportamentos dos homossexuais, suas modas, seu vocabulário, seus comportamentos, suas atitudes, formando uma estética *gay*. Os projetos gráficos desses periódicos vão estar em constante mudança para acompanhar os discursos verbais apresentados nas suas páginas. Conforme Erik Schollhammer (2001, p. 33), “o texto depende hoje mais do que nunca da sua qualidade visual, e da sua materialidade de escrita, do seu meio gráfico, da sua edição ou da sua projeção”. De vida intensa, mas curta, a *Sui Generis* entrou para a história dos periódicos para públicos segmentados.

Com raríssimas exceções, o tempo de duração de cada um dos periódicos citados não ultrapassou três anos. São publicações que, diferentemente de outros países, não conseguiram estabelecer um vínculo de confiança com patrocinadores. Dessa forma, tornavam-se inviáveis economicamente; porém são imprescindíveis para a compreensão do complexo processo de construção de identidade de um determinado grupo de leitores.

No seu curto tempo de vida o *Lampião* iluminou o caminho de várias pessoas que viviam à sombra de sua própria identidade. Foi importante para toda essa geração que pôde ver que não estava sozinha, que não era louca nem doente, e que existia um outro lado. Apesar de se confundir nos seus próprios passos, é inegável a contribuição do *Lampião* no longo e tortuoso caminho da construção das identidades *gays* – caminho que consolidaria uma publicação como a *G Magazine* nos dias de hoje. Os editores parecem ter esquecido que antes de assumir para a sociedade é necessário assumir-se para si. Essa ação passa por um delicado processo de identificação com aquilo que desejamos ser, ou que teremos de fingir. Conforme Hall

(2000, p. 106), “a identificação é um processo de articulação, uma suturação, uma sobredeterminação, e não uma subsunção”. O jornal cria moldes e os oferece aos leitores, quando ainda era um tempo, aqui no Brasil, talvez mais de ensinar a fazer moldes do que entregá-los prontos.

A construção de uma identidade é tanto simbólica quanto social (Woodward, 2000, p. 80). Os movimentos sociais da década de 1960 começaram a luta pela afirmação das diferentes identidades, redimensionando o conflito entre os grupos opressores e os oprimidos. Os jornais e revistas dirigidos para esse público são muito mais que apenas palavras e imagens – são representações simbólicas de desejos e sonhos que um dia se tornem realidade. A linguagem verbal e o *design* são os protagonistas dessas expressões, que têm como alvo o leitor. Parafraseando Lugarinho (2001), o leitor deixa de ser um mero elã na cadeia da comunicação para ser descrito numa perspectiva social, psicológica e política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGGER, B. (1992). *Cultural studies as critical theory*. Washington, DC, The Falmer Press.
- ADAM, B. D. (1987). *The rise of a gay and lesbian movement*. Boston, Twayne Publishers.
- BOMFIM, G. A. (1998). *Idéias e formas na história do design*. (s/l), Editora UFPB.
- _____. (1996). “Morfolgia dos objetos de uso: uma contribuição para o desenvolvimento de uma teoria”. In: *Anais P&D Design 96*. Rio de Janeiro, Associação de Ensino de Design do Brasil.
- _____. (2000). “Coordenadas cronológicas e cosmológicas como espaço das transformações formais”. In: *Formas do Design*. (s/l), Editora 2AB.
- BRAGA, J. L. (1991). *O Pasquim e os anos 70: mais pra epa que pra oba*. Brasília, Editora da UnB.
- BUCHANAN, R. (1989). *Declaration by design: rhetoric, argument, and demonstration in Design Practice*. In: *Design Discourse*, Organizado por Victor Margolin. Chigago Press.
- CHINEM, R. (1995). *Imprensa alternativa: jornalismo de oposição e inovação*. São Paulo, Ática.

- DENIS, R. C. (1998). “Design, cultura material e o fetichismo dos objetos”. In: *Revista Arcos: design, cultura, material e visualidade*. Rio de Janeiro, Contracapa.
- FRY, P.; MACRAE, E. (1983). *O que é homossexualidade?* São Paulo, Brasiliense, 2ª ed.
- GREEN, J. (1999). *Beyond carnival: male homosexuality in twentieth-century Brazil*. Chicago, USA, The University of Chicago.
- HALL, S. (2000). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução: Tomaz T. da Silva e Guacira L. Louro. Rio de Janeiro, DP&A, 4ª ed.
- HOLLANDA, H. B. de (1981). *Impressões de viagem*. CPC, Vanguarda e Desbunde:1960/70. São Paulo, Brasiliense.
- JOBLING, P.; CROWLEY, D. (1996). *Graphic design: reproduction & representation since 1800*. Inglaterra, Manchester University Press.
- KUCINSKI, B. (2003). *Jornalistas e revolucionários: no tempo da imprensa alternativa*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2ª ed.
- LIMA, M. A. (2001). *Breve histórico da imprensa homossexual no Brasil*. Disponível em: <www.bocc.ubi.pt>.
- LUGARINHO, M. C. (2001). *Direito à história ou o silêncio de uma geração: uma leitura do Barão de Lavos, de Abel Botelho*. Niterói, Laboratório de Livre Criação – UFF.
- MARGOLIN, V. (1989). *Design discourse*. Chicago, USA, The University of Chicago Press.
- MCROBBIE, A. (1994). *Post modernism and popular cultura*. New York, Routledge .
- ONO, M. M. (2000). *Design industrial e globalização: a tradução das funções dos objetos diante de questões de diversidade cultural*. Anais P&D Design 2000. Associação de Ensino de Design do Brasil, Rio de Janeiro.
- PORTINARI, D. (1999). “A noção do imaginário e o campo do design”. In.: *Formas do design*. Rio de Janeiro, 2AB.
- RODRIGUES, J. L. P. (2002). *Anos fatais: a estética tropicalista e seu reflexo no design gráfico nos anos 70* (Dissertação de mestrado, Puc-Rio). Rio de Janeiro.
- SCHØLLHAMER, K. E. (2001). “Regimes representativos da modernidade”. In: *Alceu – Revista de Comunicação, Cultura e Política*. Rio de Janeiro, Puc-Rio.
- STOREY, J. (1996). *Cultural studies & the study of popular culture*. Georgia, USA, University of Georgia.
- STREITMATTER, R. (1995). *Unspeakable: the rise of the gay and lesbian press in America*. USA, Faber and Faber.
- TREVISAN, J. S. (2002). *Devassos no paraíso*. Rio de Janeiro, Record, ed. revisada e

ampliada, 5ª ed.

VILLAS-BOAS, A. (1997). *O que é [e o que nunca foi] design gráfico*. Rio de Janeiro, 2ª ed., 2AB.

_____. (1999). “O design gráfico como objeto dos estudos culturais”. In.: *Estudos em Design*. Rio de Janeiro, Associação de Estudos em Design do Brasil.

WISNIK, J. M. (1980). “Nada será como antes”. In.: *Nada será como antes*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

WOODWARD, R. (2000). “Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual”. In: SILVA, T. T. (Org.) *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis, Vozes.

VITTA, M. (1989). “The meaning of design”. In.: *Design discourse*. Chicago, USA, The University of Chicago Press.

ANEXO

AS FRONTEIRAS DO SEXO ORAL

A primeira coisa que se viu quando a câmera entrou no quarto de uma das participantes da videoconferência promovida pela empresa e comandada de Nova York, reunindo jornalistas de moda de 15 países (alguns do terceiro mundo), revelou que acabou-se o tempo da leitora Hebe Camargo. Ao contrário de 20 anos atrás, o público das revistas femininas - segundo o perfil traçado pelas participantes - tem como suas principais preocupações a igualdade com relação aos homens e a conquista da realização pessoal - que não é mais simplesmente o far do lar. O novo perfil revela ainda que as leitoras não gastam mais do que meia hora diária cuidando da beleza - mas que continuam considerando esse cuidado prioritário em suas vidas. No entanto, elas não se cuidam mais para agradar seus companheiros, nem para impressionar os amigos, mas sim para si mesmas. O controle do peso surgiu como a primeira grande preocupação nesta área, e a bundinha como a parte do corpo que mais desejavam melhorar. Curioso. Mas, antes de tirar conclusões sobre todas as mulheres do planeta, lembre-se que a pesquisa foi feita só com 15 países e com jornalistas que falavam em nome das leitoras de suas respectivas revistas - e apenas em nome delas.

B suas intenções com sempre se comprometidas. Nas férias de verão, inglesinhas e inglesinhas em flor saem em demanda da ilha e transformam o Europe inteiro num enorme motel, entre uma viagem e outra de trem (ou no próprio trem, quem sabe). Unindo uma coisa à outra, os marketeiros da British Rail - a estatal ferroviária britânica - bolaram uma campanha publicitária que estimulasse a compra do Inter-Rail (o passaporto ferroviário inter-europeu para jovens) e o uso da camisinha. O anúncio que resultou dessa boa idéia exibiu um círculo formado por cinco camisinhas amarelas, sobre um fundo azul marinho, numa óbvia citação da bandeira da Comunidade Europeia. Mas o Advertising Standards Authority, órgão que cuida da regulação da propaganda no país, achou que substituir as estrelas da Comunidade por camisinhas já era demais. Mandou os publicitários se contarem e proibiu a veiculação do anúncio.

notícias do front



ENT &

NÚMERO 03, ANO 1, OUT 13 - 25, 1994 / R\$ 1,50



**POINTS
VÍDEOS
RECADOS
CONFIDÊNCIAS
ETC**

**Eduardo Velásquez
O FOTÓGRAFO
DOS GATOS**

**Aquele papo do
TAMANHO**

PUBLICAÇÃO QUINZENAL DEBATE CONVERSAS PARA MEMBROS DE 16 ANOS

OPINION



A Avon, aquela do Ním-Mon, sempre na vanguarda da humanidade. Uma videoconferência promovida pela empresa e comandada de Nova York, reunindo jornalistas de moda de 15 países (alguns do terceiro mundo), revelou que acabou-se o tempo da leitora Hebe Camargo. Ao contrário de 20 anos atrás, o público das revistas femininas - segundo o perfil traçado pelas participantes - tem como suas principais preocupações a igualdade com relação aos homens e a conquista da realização pessoal - que não é mais simplesmente o far do lar. O novo perfil revela ainda que as leitoras não gastam mais do que meia hora diária cuidando da beleza - mas que continuam considerando esse cuidado prioritário em suas vidas. No entanto, elas não se cuidam mais para agradar seus companheiros, nem para impressionar os amigos, mas sim para si mesmas. O controle do peso surgiu como a primeira grande preocupação nesta área, e a bundinha como a parte do corpo que mais desejavam melhorar. Curioso. Mas, antes de tirar conclusões sobre todas as mulheres do planeta, lembre-se que a pesquisa foi feita só com 15 países e com jornalistas que falavam em nome das leitoras de suas respectivas revistas - e apenas em nome delas.

B suas intenções com sempre se comprometidas. Nas férias de verão, inglesinhas e inglesinhas em flor saem em demanda da ilha e transformam o Europe inteiro num enorme motel, entre uma viagem e outra de trem (ou no próprio trem, quem sabe). Unindo uma coisa à outra, os marketeiros da British Rail - a estatal ferroviária britânica - bolaram uma campanha publicitária que estimulasse a compra do Inter-Rail (o passaporto ferroviário inter-europeu para jovens) e o uso da camisinha. O anúncio que resultou dessa boa idéia exibiu um círculo formado por cinco camisinhas amarelas, sobre um fundo azul marinho, numa óbvia citação da bandeira da Comunidade Europeia. Mas o Advertising Standards Authority, órgão que cuida da regulação da propaganda no país, achou que substituir as estrelas da Comunidade por camisinhas já era demais. Mandou os publicitários se contarem e proibiu a veiculação do anúncio.

13 - 25 OUT 13 - 25 1994

REPORTAGEM

Norma Bengell (apaixonada, furiosa, torna, indignada):

“Eu não quero morrer muda”



Norma Bengell é uma mulher de 55 anos, com cabelos curtos e um olhar penetrante. Ela está sentada em uma cadeira de escritório, com as mãos sobre uma mesa que tem alguns papéis e um copo de água. Ela parece estar em um ambiente de trabalho ou de entrevista. A iluminação é dramática, com sombras fortes.

Norma Bengell é uma mulher de 55 anos, com cabelos curtos e um olhar penetrante. Ela está sentada em uma cadeira de escritório, com as mãos sobre uma mesa que tem alguns papéis e um copo de água. Ela parece estar em um ambiente de trabalho ou de entrevista. A iluminação é dramática, com sombras fortes.

Norma Bengell é uma mulher de 55 anos, com cabelos curtos e um olhar penetrante. Ela está sentada em uma cadeira de escritório, com as mãos sobre uma mesa que tem alguns papéis e um copo de água. Ela parece estar em um ambiente de trabalho ou de entrevista. A iluminação é dramática, com sombras fortes.

ESQUINA

LAMPÍO

Manifesto do Rio Sena

Este manifesto discute questões políticas e sociais, abordando temas como a luta por direitos, a participação cidadã e a transformação social. O texto é denso e reflete um pensamento crítico sobre a realidade brasileira.

Em busca de uma nova moral

Este artigo explora a necessidade de uma nova ética e moralidade na sociedade contemporânea, refletindo sobre os valores tradicionais e as demandas da atualidade.

RUMOS

VIDA FÁCIL?

Paulo Henrique Longo



Este artigo discute a busca por uma vida mais fácil e o papel da mídia e da cultura nesse processo. O autor, Paulo Henrique Longo, analisa as pressões sociais e as expectativas modernas.

NOSS

Revista de Comunicação em Rede Social

Telefone: (11) 3032-2044

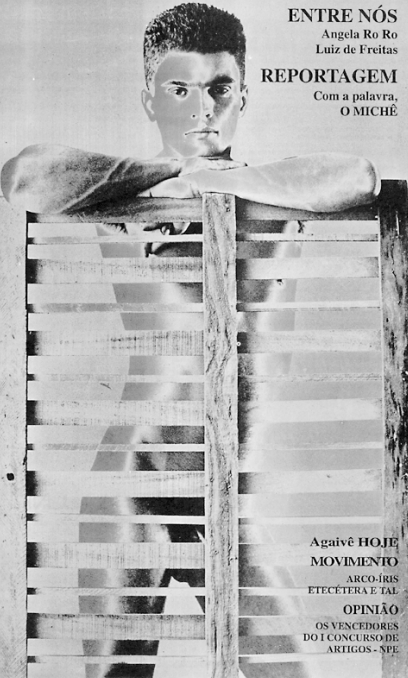
Endereço: Fátima, 140 - São Paulo - SP

NÓS POR EXEMPLO

Ano 11 Nº 17 - Setembro/Outubro 93 - R\$ 15,00

ENTRE NÓS
Angela Ro Ro
Luiz de Freitas

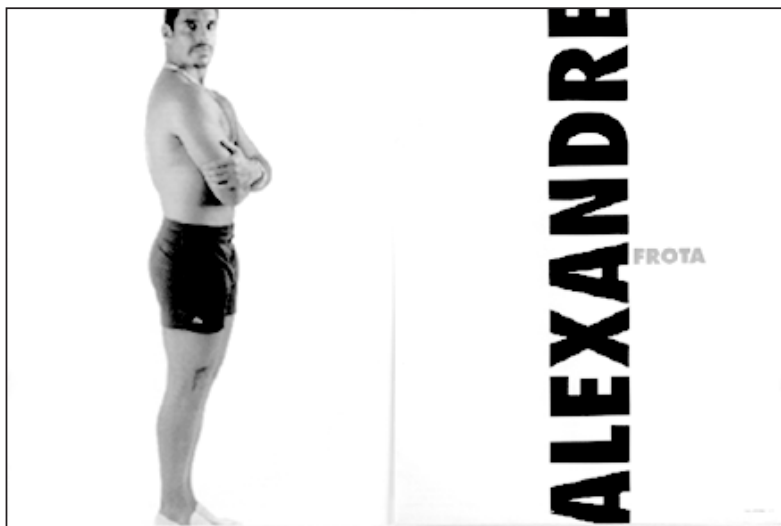
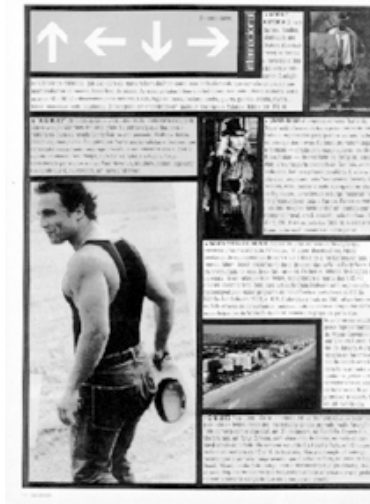
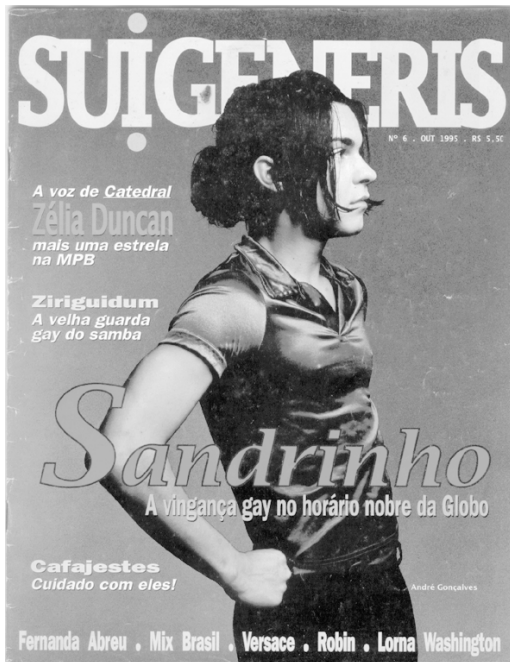
REPORTAGEM
Com a palavra,
O MICHÊ



Agavê HOJE
MOVIMENTO
ARCO-IRIS
ETECETERA E TAL

OPINIÃO
OS VENCEDORES
DO I CONCURSO DE
ARTIGOS - SP





SEXUALIDADE E TEORIAS

SEXUALIDADES MASCULINAS: PERSPECTIVAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS¹

Maria Juracy Filgueiras Toneli² e Karla Galvão Adrião³

Na década de 1960, começam a tomar corpo, nos EUA, estudos sobre os homens, configurando disciplinas correlatas aos *women's studies*, nomeadas, em algumas instituições, *men's studies*. Consolidados nos anos 1980 e 1990, esses trabalhos, oriundos de áreas distintas como psicologia, antropologia e história social, passaram a dialogar com os estudos de gênero. Partia-se, na época, da necessidade de compreender melhor as masculinidades e as especificidades do *ethos* masculino, de maneira similar a como havia sido feito com os estudos sobre as mulheres nas décadas anteriores (Heilborn e Carrara, 1998). Na França, por sua vez, as análises críticas dos homens e do masculino, de acordo com Welzer-Lang (2004), a partir da década de 1970, são desenvolvidas em torno de dois pólos fundamentais: 1) grupos anti-sexistas que desenvolveram reflexões crí-

¹ Queremos agradecer aqui às importantes contribuições de Adriano Beiras, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

² Professora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e integrante do grupo Margens (Núcleo de Pesquisa Modos de Vida, Família e Relações de Gênero).

³ Doutoranda no Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas/DICH da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e integrante dos grupos Margens (Núcleo de Pesquisa Modos de Vida, Família e Relações de Gênero), NIGS (Núcleo de Pesquisa Identidades de Gênero e Subjetividade) e Instituto PAPAI.

ticas que tratavam exclusivamente da heterossexualidade; 2) o questionamento das homossexualidades masculinas em tempos nos quais as práticas homossexuais ainda constituíam um delito.

A polêmica sobre a origem desses trabalhos permanece até os dias de hoje, alimentando discussões no campo dos estudos de gênero. Significariam uma réplica aos estudos sobre as mulheres? Estariam inclusos organicamente no campo dos estudos de gênero? Guardariam especificidades que engendrariam um campo distinto? Em caso afirmativo, retirariam a força política das mulheres e dos seus movimentos?

No campo dos estudos de gênero são propostas diferentes perspectivas e definições decorrentes de tradições distintas que incidem, também, sobre as diferentes definições de masculinidade. Aqui, o gênero é entendido como uma categoria analítica que permite indagar sobre uma dimensão constitutiva dos sujeitos e das relações sociais, na qual se articulam desigualdades e hierarquias em torno de corpos sexuados. Essa diferenciação é produzida na sociedade como um todo nos seus vários níveis, ou seja, em instituições, normas, crenças, valores, meios semióticos e as experiência subjetivas (Scott, 1990; De Barbieri, 1998).

O gênero interrelaciona-se com outras categorias diferenciadoras, como as de classe e raça, ordenando a vida sociocultural e individual, de forma dinâmica e histórica. As tensões e contradições na teorização de gênero refletem-se nos estudos sobre a masculinidade, assim como permitem aproximações ou formas de abordagem diferentes. Sendo assim, as definições de masculinidade por vezes se superpõem e se confundem, configurando um conceito com limites imprecisos (Coltrane, 1994). Nesse cenário, encontram-se posições que consideram a masculinidade como: 1) um atributo pessoal que pode ser medido e que configura diferenças de magnitude entre os indivíduos; 2) um traço de personalidade mais ou menos permanente; 3) uma essência inscrita na natureza dos homens; 4) um papel na organização social que se cumpre por meio das funções de provedor, protetor, autoridade, entre outras; 5) o que fazem os homens; 6) o que fazem os homens para serem homens; 7) o que significa ser homem (Gutman, 1996; Connell, 1995).

Historicamente é possível identificar duas grandes tendências no conjunto dos trabalhos sobre as masculinidades: 1) aqueles que partem da problematização da chamada “crise do masculino” sob a perspectiva das relações de gênero – idéia surgida nos anos 1960 influenciada pelo feminismo das diferenças e pelo movimento homossexual, centrada no conceito de identidade masculina; 2) aqueles que tratam das várias possibilidades de falar no masculino e nas masculinidades em seus diversos sentidos constituídos – incluem-se aqui os trabalhos que utilizam como categoria central a “masculinidade hegemônica”.

É possível dizer que há, entre os trabalhos sobre as masculinidades, um certo consenso com relação à existência de um modelo existente no imaginário social que enquadra os homens e os leva a buscar alcançá-lo (Connell, 1995, 1997; Kimmel, 1997, 1998; Vale de Almeida, 1995, 1996; entre outros). Esse modelo – ideal e totalizante – toma como norma o homem branco, heterossexual, ocidental, oriundo das classes dominantes, forte, viril e provedor (Kimmel, 1997). Esses autores são unânimes ao apontar a necessidade de uma perspectiva relacional para a compreensão dos fenômenos sociais, uma vez que as desigualdades de gênero não podem ser compreendidas apenas de forma binária e dicotômica. Nesse sentido, incluem-se entre aqueles que adotam a categoria “gênero” como referência central de suas análises.

Connell (1995) entende as masculinidades no plural, corporificadas por meio das práticas sociais nas quais os sujeitos constituem-se nas diferentes culturas e no interior de uma mesma cultura. Enfatiza as práticas como ações no mundo, de forma tal que estas têm uma racionalidade e um significado histórico, por meio do estudo das experiências concretas dos homens.

A masculinidade é uma configuração de prática em torno da posição dos homens na estrutura das relações de gênero. Existe, normalmente, mais de uma configuração desse tipo em qualquer ordem de gênero de uma sociedade. Em reconhecimento desse fato, tem-se tornado comum falar de “masculinidades”.(...) Falar de

uma configuração de prática significa colocar ênfase naquilo que as pessoas realmente fazem, não naquilo que é esperado ou imaginado. Não existe qualquer limite para os tipos de prática envolvidos.(...) Falar de prática significa enfatizar que a ação tem uma racionalidade e um significado histórico (Connell, 1995, p. 188).

Pérez (1998), Kimmel (1998) e Connell (1995) discutem a masculinidade a partir da construção social de modelos que restringem a possibilidade das práticas masculinas.

... diferentes masculinidades são produzidas no mesmo contexto social; as relações de gênero incluem relações entre homens, relações de dominação, marginalização e cumplicidade. Uma determinada forma hegemônica de masculinidade tem outras masculinidades agrupadas em torno dela. (...) os dados existentes são claros em mostrar que as masculinidades hegemônicas são produzidas juntamente – e em relação – com outras masculinidades. (Connell, 1995, p. 189-190)

Definem, portanto, masculinidade como um “... conjunto de significados sempre cambiantes, que construímos através das relações sociais...”, que constroem aqueles homens de comportamentos desviantes em relação ao modelo socialmente dominante. Parte-se da idéia de inadequação dos homens aos modelos de masculinidade, pois de modo geral todos os homens falham em algum aspecto desses modelos. Aqui, a palavra-chave é “hegemonia”, isto é, a imposição das características que qualificam os comportamentos masculinos socialmente aceitos para/pela legitimação do patriarcado.

Nessa mesma direção, Fuller (1997, 1998), Hernández (1998) e Jimenez (1998), entre outros, definem masculinidade como o sentimento de pertença à categoria masculina, ou seja, de como as práticas masculinas são determinadas pelos modelos de masculinidade criados a partir da extrapolação dessas mesmas práticas. Assim, constata-se uma constante inadequação dos homens em corresponder ao modelo hegemônico. A palavra-chave que aqui cabe bem é “crise”.

Em síntese, todos os autores são unânimes ao afirmar algumas características da masculinidade que ajudam a compreendê-la:

1. As manifestações da masculinidade são múltiplas. Deve-se falar de masculinidade não no singular, mas sempre no plural;
2. Entre as múltiplas manifestações da masculinidade, é culturalmente estabelecida uma hierarquia, bem como a determinação de uma hegemonia;
3. Há masculinidades coletivas, comuns a grupos e instituições;
4. As formas de masculinidade são construídas socialmente de maneira ativa em um contexto determinado;
5. Existem contradições entre as práticas que caracterizam os diversos tipos de masculinidade;
6. As diferentes masculinidades são dinâmicas.

No contexto latino-americano, na década de 1990, foram produzidos os primeiros trabalhos sobre as representações sociais da masculinidade e suas possíveis mudanças (Fuller, 1997; Valdès e Olavarría, 1997, 1998; Arilha, Ridenti e Medrado, 1998; entre outros). Destacam-se, progressivamente, os trabalhos no campo dos estudos de gênero que começam a abordar a vida reprodutiva e a sexualidade como parte de uma construção relacional de identidades de gênero, situada social e historicamente (Arilha, 1998, 1999a, 1999b; Arilha, Ridenti e Medrado, 1998; Lyra, 1997, 1998; Villa, 1997, 1998, 2001; entre outros). Esses trabalhos têm sido referência para a discussão que busca desconstruir a lógica que sustenta as desigualdades de gênero, tanto no âmbito da cidadania pública quanto no da cidadania privada.

No Brasil, os estudos sobre as masculinidades nas universidades ganham corpo com trabalhos de mestrado defendidos nos anos 1990, especialmente nas regiões Sul e Sudeste, com destaque para as áreas da antropologia e da psicologia social. Os temas tratados são diversos como a paternidade e a vida sexual e reprodutiva, modos de vida de homens de camadas médias, violência, masculinidade na mídia, educação de crianças etc. Além disso, também na década de 90, os

concursos de pesquisa do Programa de Treinamento em Saúde Sexual e Reprodutiva (Prodir), financiado pela Fundação MacArthur e coordenado pela Fundação Carlos Chagas, contemplaram trabalhos sobre os homens e as masculinidades. A terceira versão desse programa teve como tema central exatamente as masculinidades.

Mais especificamente no campo da saúde e dos direitos reprodutivos, entre os próprios especialistas há uma ambivalência sobre o que se pode chamar de sujeito de direitos e o que se chama de responsabilidade nessa área. O trabalho de Costa (1998), analisando os discursos presentes no seminário “Homens: Sexualidade e Reprodução”, realizado em 1998, em São Paulo, demonstra bem a tensão entre direitos e deveres nas discussões entre os especialistas no seminário, quando se tratava de justificar a participação/inclusão dos homens na arena dos direitos reprodutivos e, em especial, na paternidade.

Essa tensão parece corresponder àquela entre os modelos explicativos essencialistas e os construcionistas, entre uma lógica identitária e uma lógica pluralista, entre os estudos feministas e o campo das masculinidades, enfim, entre aportes teórico-epistemológicos que fundamentam políticas de intervenção na área da saúde reprodutiva. O binarismo continua presente nessas discussões marcando, ainda, territórios femininos e masculinos, perpetuando, no campo da reprodução, a idéia de que essa é uma área de domínio feminino. Nesse caso, a inserção masculina é considerada uma ameaça a esse domínio, por um lado, e, por outro, parece estar estreitamente vinculada ao planejamento familiar.

No “II Seminário Internacional sobre Homens, Sexualidade e Reprodução”, realizado em 2003, em Recife, com a participação de pesquisadoras e pesquisadores feministas e de gênero interessados em pensar as masculinidades, a mesa de abertura contou com Betânia Ávila, da ONG SOS Corpo, e com Juan Guillermo Figueroa-Perea, do Colegio de México. A primeira trouxe contribuições para a reflexão e o debate acerca da participação masculina e do lugar do masculino nos estudos feministas, argumentando que não se trata de incluir os homens, mas de os transformar. Figueroa-Perea, por sua

vez, discutiu a própria constituição dos homens como objeto de estudo, chamando a atenção para os riscos de se constituir novas normatividades, uma vez que, em geral, os homens são tematizados como omissos ou maus a partir de uma lógica maniqueísta simplificada.

Também em 2003, o Brasil foi escolhido para sediar a reunião preparatória da 47ª Sessão da Comissão da Condição da Mulher da ONU, que se realizou em março de 2004, em Nova York. Um dos dois temas principais da sessão foi aquele eleito para discussão na reunião brasileira: “O papel de homens e meninos na luta pela igualdade de gênero”. No encontro se destacou a preocupação com a participação dos homens na saúde das mulheres e das crianças, especialmente no que diz respeito ao HIV/Aids. No entanto, temas como a socialização dos meninos, a igualdade de direitos, a posição de *gate keepers* ocupada pelos homens, a homofobia, a violência exercida e/ou sofrida pelos homens marcaram a reunião.

Depreende-se de toda a exposição que os estudos sobre as masculinidades são heterogêneos, desde o temário compreendido até as próprias perspectivas teórico-epistemológicas. No entanto, para fins da discussão aqui entabulada, parte-se da compreensão de que a masculinidade é diversa, sendo sua construção um “projeto” que envolve a singularidade do sujeito em sua interface com fatores de ordem cultural/coletiva (Connell, 1995). Como realização no mundo das trocas sociais, é sempre vinculada aos contextos históricos e culturais, transformando-se em função dessas dimensões. Ademais, “Reconocer la masculinidad y la femineidad como históricas, no es sugerir que ellas sean débiles o triviales. Es colocarlas firmemente el mundo de la acción social” (Connell, 1997, p. 43).

SEXUALIDADE E HOMOFOBIA, ELEMENTOS CENTRAIS NA CONSTITUIÇÃO DAS MASCULINIDADES

O corpo sexuado como masculino recebe da cultura em que está imerso diferentes significados, que podem sofrer variações importantes ao longo da vida e conforme alguns lugares que o sujeito

ocupa, como faixa etária, nível socioeconômico, raça, situação de domicílio, ocupação profissional.

A cultura (em sentido lato) é a responsável pela transformação dos corpos em entidades sexuadas e socializadas, por intermédio de redes de significados que abarcam categorizações de gênero, de orientação sexual, de escolha de parceiros. Valores e práticas sociais modelam, orientam, e esculpem desejos e modos de viver a sexualidade, dando origem a carreiras sexuais amorosas. (Heilborn, 1999, p. 40)

Os teóricos que escrevem sobre as masculinidades, de Connell a Kimmel, são enfáticos ao dizer que a busca de afirmação de uma sexualidade que se distancie de elementos ditos femininos é marcadamente central na constituição das masculinidades. Assim, a homofobia aparece como elemento que rege as interrelações dos homens em seus diversos contextos, de forma tal que busca afastar e rechaçar aproximações em torno de modelos homossexuais, inclusive.

Kimmel (1997) afirma que as mulheres e os homens *gays* vêm se converter em um outro contra os quais os homens heterossexuais projetam suas identidades, de tal modo que eles devem afirmar sua virilidade colocando-se em posição de destaque em relação a esses outros, suprimindo-os e proclamando, assim, sua própria virilidade.

Outrossim, Fuller (1997) afirma que se forma um simulacro, um repúdio que busca dar conta da maneira como a identificação de gênero se volta e se fixa em cada sujeito. Remetendo-se a Butler (1993), Fuller diz que esse espectro do que o sujeito não deve ser, no qual se instalam a homofobia e o sexismo, seria melhor trabalhado pelo do conceito de abjeto. Ou seja, o ponto, esse lugar que se encontra nas brechas, em que o sujeito estaria perdendo sua condição de tal. Em outros termos, configuraria um lugar de busca de saída dos binarismos, tais como homem e mulher, embasados em “fantasmas normativos do sexo”.

As chamadas “teorias *queer*” apontam exatamente para a necessidade da desconstrução dos binarismos estanques. Welzer-Lang (2001), por exemplo, argumenta que o gênero é definido, mantido

e regulado por violências, o que tende para a perpetuação dos poderes atribuídos coletiva e individualmente aos homens a custa das mulheres. Embora existam diversas constituições de homens e de masculinidades, elas remetem e são remetidas a uma suposta “natureza superior” do homem, que, por sua vez, remete à dominação masculina. Nesse sentido, sustentam a existência de uma visão heteronormativa do mundo e da sexualidade, bem como das desigualdades vividas pelas mulheres como efeito das vantagens atribuídas aos homens. A dominação masculina e as relações homens-homens são marcadas por violências, simbólicas e concretas, de sorte que para ser homem é imperativo distanciar-se do oposto – mulheres e crianças, tornando o feminino o aspecto central a ser rejeitado, sob pena de ser (mal)tratado como tal (núcleo da homofobia). Ademais, os próprios homens são submetidos a hierarquias masculinas que incluem vetores como os de classe e de etnia.

Segundo Welzer-Lang, existem diversas constituições de homens (entre elas, as *drag-queens* e as travestis). Os modelos e as reivindicações desses homens expõem uma variedade extrema, mas eles têm em comum o fato de se colocar objetivamente e/ou exercer uma pseudo-natureza superior do homem, que engendra (e justificaria) a dominação masculina. Para Welzer-Lang (2001), assim como para Connell e Kimmel, o gênero mantém-se e é definido e regulado por violências, o que tende a perpetuar os poderes que se atribuem coletivamente e individualmente aos homens à custa das mulheres. A dominação masculina e as relações homens/homens são marcadas por violências, simbólicas e concretas, a despeito de pesquisas de Godelier (1996) com sociedades primitivas sobre a casa dos homens: rituais de passagem para construir o fortalecimento dos homens em detrimento das mulheres.

Fazendo um paralelo entre as sociedades complexas, Welzer-Lang (2001) diz que aprender a sofrer é norma para ser homem. Aceitando as leis dos maiores, os que detêm a dominação, os homens que são poderosos e que oprimem outros homens e outras mulheres, é que se constituem as identidades masculinas. Para ser homem é preciso se distanciar do oposto, ou seja, das mulheres e das crianças.

Para ser homem é preciso não ser associado à mulher. O feminino torna-se o pólo de rejeição central, o inimigo interior que deve ser combatido sob pena de também ser assimilado a uma mulher e também ser (mal)tratado como tal. Apreende-se a sexualidade masculina mediante iniciação, a partir dos prazeres de estar entre homens e ser distinguido das mulheres.

Em relação aos homens, a dominação produz homofobia para que, com ameaças, os homens se calquem sobre os esquemas ditos “normais” da virilidade. Mesmo sendo um homem, um *grande homem*, todo homem está também submetido às hierarquias masculinas. Nesse duplo poder, aparecem homens que têm poder sobre homens e sobre mulheres, estruturando-se, assim, as hierarquias masculinas.⁴

Welzer-Lang chama a atenção para a dominação que se apresenta de forma velada na contemporaneidade, pois houve uma transformação do masculino como gênero, houve uma contestação da supremacia masculina pelas feministas. Portanto, em parte a dominação perdura, mas tendencialmente se pulveriza e perde sua acuidade opressiva; ao mesmo tempo, o gênero masculino modifica-se, integra outros conteúdos, outros valores. O que não quer dizer, que não tenha havido recomposição da dominação masculina e que a colocação em dúvida da masculinidade seja linear ou que seja necessário esquecer a articulação entre relações sociais de sexo e estruturação em classes sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto não teve como objetivo uma exaustiva descrição do campo de estudos das masculinidades e das sexualidades masculinas. O que se pode depreender do aqui exposto é exatamente a diversidade de perspectivas teórico-metodológicas com uma certa concordância

⁴ Na França há dois modelos: um vinculado às correntes feministas, que privilegia a análise das relações sociais de sexo e a dominação masculina. Outro, vinculado aos escritos de historiadores como Áries, que, inspirados em Foucault, põem em suspeição o quadro heterossexuado da normatividade masculina. (Welzer-Lang, 2001, p. 467).

entre os autores acerca do caráter histórico e cultural daquilo que se pode definir como masculinidade. Ademais, é possível identificar, também, um amplo espectro de temas abordados nas pesquisas teóricas e empíricas sobre os homens e as masculinidades. A bibliografia organizada por Flood (2005)⁵ representa um esforço considerável na compilação de trabalhos significativos no campo das masculinidades e atesta bem a diversidade de interesses que vão desde aspectos teórico-epistemológicos até temas específicos como as famílias homoparentais, a educação de crianças, a saúde sexual e reprodutiva, entre inúmeros outros.

Permanecem as indagações acerca das relações entre os estudos sobre as masculinidades e os estudos de gênero que guardam, certamente, inquietações políticas. É inegável, no entanto, o crescimento (em quantidade e qualidade) das produções, consolidando um campo fértil de análises.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARILHA, M.; RIDENTI, S.; MEDRADO, B. (orgs.). (1998). *Homens e masculinidades: outras palavras*. São Paulo, Ecos/Editora 34.
- ARILHA, M. (1998). “Homens: entre a ‘zoeira’ e a ‘responsabilidade’”. In: ARILHA, M.; RIDENTI, S.; MEDRADO, B. (orgs.) (1998). *Homens e masculinidades: outras palavras*. São Paulo, Ecos/Editora 34. (p. 51-77).
- _____. (1999a). “Homens, saúde reprodutiva e gênero: o desafio da inclusão”. In: GIFFIN, K.; COSTA, S. H. (orgs.). (1999). *Questões da saúde reprodutiva*. Rio de Janeiro, Fiocruz. (p. 455-467).
- _____. (1999b). “Reprodução e responsabilidade: tensões e perspectivas”. In: SILVA, D. P. M. (org.) (1999). *Novos contornos no espaço social: gênero, geração e etnia*. Rio de Janeiro, UERJ, Nape. (p. 31-55).
- BUTLER, J. (1993). *Bodies that matter: on the discursive limits of sex*. New York/London, Routledge.
- COLTRANE, S. (1994). “Theorizing masculinities in contemporary social science”. In: BROD, H.; KAUFMAN, M. (orgs.) (1994). *Theorizing masculinities*. (s/l), Sage.

⁵ Disponível no formato eletrônico em: <<http://mensbiblio.xyonline.net/>>.

- CONNELL, R. (1995). *Masculinities*. Berkeley, University of California Press.
- _____. (1997). “La organización social de la masculinidad”. In: VALDÉS, T.; OLAVARRIA, J. (orgs.) (1997). *Masculinidad/es*. Santiago, Isis Internacional/Flacso Chile. (p. 31-48).
- CORNEAU, G. (1995). “Paternidade e masculinidade”. In: NOLASCO, S. (org.) (1995). *A desconstrução do masculino*. Rio de Janeiro, Rocco. (p. 43-52).
- COSTA, R. (1998). “De clonagens e de paternidades: as encruzilhadas do gênero”. In: *Cadernos Pagu* (1998). Campinas, IFCH/Unicamp, 11. (p. 157-199).
- _____. (2002). “Mediando oposições: sobre as críticas aos estudos de masculinidade”. In: ALMEIDA H. B., et al. (orgs.) (2002). *Gênero em matizes*. Bragança Paulista, Edusf.
- DE BARBIERI, T. (1998). “Derechos Sexuales y Reproductivos. Aproximación breve e su historia y contenido”. In: *Revista Mujer Salud*, n. 2/99. Santiago de Chile, Red de Salud de las Mujeres Latinoamericanas y del Caribe (RSMLC), pp. 55-63.
- FLOOD, M. (2005). “The Men’s Bibliography: a comprehensive bibliography on men, masculinities, gender and sexualities. Disponível em <http://www.xyonline.net/mensbiblio/>, acessado em junho de 2005.
- FULLER, N. (1997). *Identidades masculinas*. Lima, Fondo Editorial Pontificia Universidad Católica del Perú.
- _____. (1998). “Reflexions sobre el machismo en América Latina”. In: VALDÉS, T. & OLAVARRIA, J. (Orgs.) (1998). *Masculinidades y equidad de género en América Latina*. Santiago de Chile, Isis Internacional/FLACSO, pp. 258-266.
- GODELIER, M. (1996). *La production des grands hommes*. Paris, Fayard.
- GUTMAN, M. C. (1996). *The meanings of macho: being a man in Mexico City*. Berkeley, University of California Press.
- HEILBORN, M. L. (org.) (1999). *Sexualidade: o olhar das ciências sociais*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- HEILBORN, M. L.; CARRARA, S. (1998). “Em cena, os homens...”. In: *Estudos Feministas* (1998). Florianópolis, CFH/CCE/UFSC, v. 6, n. 2. (p. 370-375).
- HERNÁNDEZ, I. (1998) Identidades étnicas subordinadas e identidades masculinas hegemónicas. In: VALDÉS, T. y OLAVARRÍA, J. (orgs.) (1998). *Masculinidades y equidad de género en América Latina*. Santiago, FLACSO-Chile. (p. 218-229).
- JIMÉNEZ, R. (1998). “Ser hombre homosexual en Chile”. In: VALDÉS, T.; OLAVARRÍA, J. (orgs.) (1998). *Masculinidades y equidad de género en América Latina*. Santiago, Flacso-Chile. (p. 200-206).

- KIMMEL, M. (1997). "Homofobia, temor, vergüenza y silencio en la identidad masculina". In: VALDÉS, T.; OLAVARRIA, J. (orgs.) (1997). *Masculinidades*. Santiago, Isis Internacional/Flacso-Chile. (p. 49-62).
- _____. (1998). "A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas". In: *Horizontes Antropológicos* (1998). Porto Alegre, UFRGS, ano 4, n. 9. (p. 103-117).
- LYRA, J. (1997). *Paternidade adolescente: uma proposta de intervenção*. (Dissertação de mestrado em Psicologia Social, PUC-SP). São Paulo.
- _____. (1998). "Paternidade adolescente: da investigação à intervenção". In: ARILHA, M.; RIDENTI, S.; MEDRADO, B. (orgs.) (1998). *Homens e masculinidades: outras palavras*. São Paulo, Ecos/Editora 34. (p. 185-214).
- PÉREZ, G. (1998). "Masculinidades hegemónicas: trampas y resistencias al cambio". In: VALDÉS, T.; OLAVARRÍA, J. (orgs.) (1998). *Masculinidades y equidad de género en América Latina*. Santiago, Flacso-Chile. (p. 230-235).
- SCOTT, J. (1990). "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". In: *Educação e Realidade* (1990). Porto Alegre, v. 16, n. 2. (p. 5-22).
- VALDÉS, T.; OLAVARRIA, J. (orgs.) (1997). *Masculinidades*. Santiago, Isis Internacional/Flacso.
- _____. (1998). *Masculinidades y equidad de género en América Latina*. Santiago, Isis Internacional/Flacso.
- VALE DE ALMEIDA, M. (1995). *Senhores de si: uma interpretação antropológica da masculinidade*. Lisboa, Fim de Século.
- _____. (1996). "Gênero, masculinidade e poder: revelando um caso do sul de Portugal". In: *Anuário Antropológico/95*. (1996). Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- VILLA, A. M. (2001). "Presencias masculinas en las decisiones reproductivas: equidades e inequidades entre varones y mujeres jóvenes de sectores urbanos medios y pobres". In: *Anais da IV Jornadas Nacionales de Debate Interdisciplinario en Salud y Población* (2001). Buenos Aires, (s/e).
- _____. (1998). "Haciendo visible a los varones en las relaciones de género". *Sexualidade, gênero e sociedade* (1998). Rio de Janeiro, Cepesc/IMS/Uerj, 7/8.
- _____. (1997). "Significados da reprodução na construção da identidade masculina em setores populares urbanos". In: COSTA, A. O. (org.) (1997). *Direitos tardios: saúde, sexualidade e reprodução na América Latina*. São Paulo, Prodir/FCC/Editora 34. (p. 115-137).

WELZER-LANG, D. (2001). “A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia.” In: *Estudos Feministas* (2001). Florianópolis, CFH/CCE/UFSC, v. 9, n. 2. (p. 460-482).

_____. (2004). “Os homens e o masculino numa perspectiva de relações sociais de sexo”. In: SCHPUN, M. R. (org.) (2004). *Masculinidades*. São Paulo, Boitempo; Santa Cruz do Sul, Edunisc. (p. 107-128).

MÍDIA E SEXUALIDADES: BREVE PANORAMA DOS ESTUDOS DE MÍDIA

Carmen Silvia Rial¹

A contar pelo número de estudantes de Ciências Sociais e Antropologia, da graduação ao doutorado, que me procuram propondo “pesquisar a mídia”, esse é um dos temas de pesquisa mais em voga já há algum tempo. A conversa inicial com muitos deles tem me demonstrado que é também um dos temas de mais difícil problematização: há os que vêm propondo “estudar a mídia” sem praticamente nenhum recorte do objeto, e há os que chegam à primeira entrevista com uma idéia um pouco mais burilada, do tipo “quero estudar o gênero (ou a sexualidade, ou as mulheres, ou a opressão das mulheres) na televisão”.

Além da dificuldade de construção de um problema teórico, uns e outros apresentam em comum uma previsão diabolizante da mídia: a televisão será sempre estudada para que se mostre o quanto ela é perigosa e nociva à sociedade. Esta nocividade ocorre especialmente em relação às crianças, às mulheres e às camadas subalternas da população, vistas como mais vulneráveis à sua retórica. A TV é vista como deturpadora de mentes infantis. Seus efeitos perniciosos são

¹ Professora do Departamento de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

mais presentes quando aborda certas temáticas, como a violência e as relações de gênero: é vista como incitadora da violência e deturpadora da imagem da mulher.² O grau de diabolização também é variável, os mais extremados sendo os que a consideram um “ópio do povo”, ainda que não empreguem a velha expressão do *Manifesto Comunista*, e que querem pesquisá-la para demonstrar seu efeito alienante sobre os telespectadores. As vítimas, os alienados, invariavelmente são os outros, nunca eles mesmos, que perguntados se assistem TV respondem afirmativamente, mas não se incluem entre a audiência influenciável, dando razão ao que a teoria da comunicação chama de *efeito terceira pessoa*.

É importante ressaltar que para esses estudantes, mídia refere-se a televisão e, na televisão, a televisão aberta, e nesta, o que parecem ter em mente quando apontam esses perigos são certos programas dirigidos a um público de camadas mais humildes. Programas pseudo-jornalísticos, como o *Linha Direta*, ou de entretenimento, como os do Ratinho, Gugu Liberato, que de certo modo repetem a fórmula consagrada por Chacrinha nos anos 1960.

O diálogo com esses estudantes nem sempre é fácil. Procuo inicialmente colocar questões que os forcem a ver por outro ângulo os programas que, como não admitir, são plenos de estereótipos de gênero, raça, classe: são homofóbicos, misógenos, machistas e racistas. Ainda assim, no contrapé de uma visão estetizante ou sociologizante desses programas, na qual os valores da estética moderna seriam acionados como parâmetro de *bom gosto*, costumo perguntar a esses futuros pesquisadores se esses programas não revelariam nas suas opções de linguagem, cenário, construção de personagens uma rebeldia contra o *padrão global* dominante, de inspiração hollywoodiano (Moreira, 2000), que ainda que possa ser admirado pelo seu “gênio do sistema” – tomo emprestado aqui a expressão de Bazin (1991), para quem o cinema norte-americano deveria ser admirado não pelos seus atores, diretores ou roteiristas, mas por seu sistema –,

² Os estereótipos de raça e etnia curiosamente não aparecem como preocupações, embora estudos (Rial, 2001) mostrem o quanto são atualizados e reforçados na televisão, especialmente em suas publicidades, assim como o são também no cinema (Shoat e Stam, 1996).

significou uma força avassaladora homogeneizante na paisagem cultural brasileira.

Pode-se pensar também se programas populares³ não estariam transpondo para a mídia televisiva esquemas retóricos e personagens encontrados em expressões da cultura popular brasileira – como, por exemplo, o teatro mambembe nordestino, que certamente inspirou a postura dos apresentadores. Por exemplo, como não pensar, vendo um Ratinho indignado, discursando, usando cacetetes em cena, na personagem masculina do *professor* (sério, autoritário), e como não pensar nas personagens femininas das *pastorinhas* vendo as jovens dançarinas com pouca roupa, *chacretes* e suas clones posteriores, presentes na maior parte dos programas populares na TV? É ali, e também nas chanchadas dos primeiros tempos do cinema brasileiro, que devemos buscar os *tropos* dessa TV tão salgada ao bom gosto dos estudantes e de muitos intelectuais, por acionarem um humor grotesco, característico da estética medieval, mas tão presente ali. O *grotesco* (Bakhtin, 1998) deveria ser entendido, para se compreender boa parte dessas opções estéticas.

Costumo perguntar também se, apesar de um possível *mau gosto* estes programas não manteriam um contato com o cotidiano de seu público, apresentando as brigas de vizinhos e as disputas domésticas, tão distantes do *bom gosto* de uma mídia de elite que até pouco tempo tinha como uma de suas normas não mostrar “pessoas sem dentes”.⁴ A conclusão a que cheguei depois de muitas dessas conversas é que a mídia televisiva apresenta uma particularidade ao ser abordada como objeto empírico pelos estudantes. A facilidade de relativização que demonstram ao refletirem sobre outros gostos, práticas sociais e representações dessas camadas populares não aparecem num primeiro momento quando se trata dos programas populares na televisão.

³ A noção de popular já foi suficientemente criticada para que nos detenhamos aqui em desconstruí-la. Popular aqui se refere às camadas subalternas da população, renda sendo apenas um dos componentes em jogo nas escolhas de consumo e no *gosto* (Bourdieu, 1979) – outros fatores também o determinando, como o capital cultural e simbólico.

⁴ Essa determinação constava das normas de redação elaboradas para os jornalistas da Rede Globo.

Não se trata apenas de considerá-los esteticamente *ruins*, adotando como critério de julgamento os seus próprios *valores*, o que seria uma postura meramente etnocêntrica e em alguma medida saudável – “posso gostar mais da comida da minha infância, sim, do que a servida em outra casa” –, mas, além disso, de considerá-los *nefastos* socialmente. Ou seja, trata-se de atribuir uma *agência* a esses programas populares, uma capacidade própria aos sujeitos e a qual os objetos, em princípio, estariam destituídos – no caso, a capacidade de agir sobre as mentes das pessoas que os assistem, influenciando-as negativamente, tornando-as mais violentas ou discriminatórias em relação às mulheres. Conseqüentemente, os sujeitos que assistem a esses programas são vistos como desprovidos de *agência*, de poder de escolha: são vítimas indigentes da poderosa mídia. E as crianças, então... A censura chega a ser evocada como uma possibilidade.

Bem, nem todas as primeiras entrevistas com futuros pesquisadores chegam a esse beco tenebroso. Algumas mídias, por exemplo, passam incólumes e até saem glorificadas – é o caso da comunicação mediada por computadores, a internet, que aparece muitas vezes como a salvadora dessas almas atingidas pelo vício televisivo. O que não deixa de ser curioso, pois também na internet encontramos uma variedade enorme de programas, e as mesmas temáticas criticadas na televisão estão lá, às vezes até mais explicitadas, como é o caso dos *sites* pornográficos e pedófilos. Tudo funciona como se num *mcluhanismo* ao contrário, o senso comum salva a comunicação mediada por computadores por ela estar imersa na escrita e não na imagem.⁵

⁵ Não há novidade nesta negação da imagem. *L'image est la folle de la raison*, dizia Sartre, e continua até os nossos dias. O movimento anti-imagem tem suas raízes em Platão, segue na Idade Média, com os iconoclastas, e a polêmica em torno da reprodução ou não de imagens sacras. Lyotard (1986), citando o Êxodo 2,4, “Não esculpirás imagem”, como sendo a passagem mais sublime da Bíblia porque proíbe qualquer representação do absoluto é a aproximação dos axiomas da estética da vanguarda da pintura (portanto moderna), fará ver o invisível sem representá-lo; ou, nas palavras de Lyotard, “como pintura esta estética “apresentará” sem dúvida algo, mas o fará negativamente, evitará pois a figuração ou a representação. Será “branca” como um quadro de Malevitch, fará ver na medida em que proíbe de ver, procurara prazer dando dor”. A pós-modernidade, ao contrário, recupera a força dos ícones: sua retórica passa do convencimento à sedução, da argumentação à imagem. Para Maffesoli (1985, 1987, 1990), a televisão é vista como o exemplo máximo da imagem, como tendo

A partir do diálogo com esses estudantes, textos apresentados na oficina, e que nem de longe repetem a postura ingênua que aqui esquematizei, discuto algumas possibilidades abertas para quem desejar “estudar a mídia” e especialmente os estereótipos de gênero e sexualidade presentes particularmente na mídia televisiva, sem de modo algum pretender esgotar as possíveis abordagens teóricas e metodológicas.

OS ESTUDOS DA MÍDIA: BREVE PANORAMA DAS TEORIAS

Começamos pelo início: “mídia” foi o conceito usado na oficina. Ele tem servido para designar os meios de comunicação de massa e os meios de comunicação que não poderiam ser considerados de massa, como os computadores. E o faz com uma maior precisão há algumas décadas, após a desconstrução do termo “massa” – seria possível ainda hoje falarmos de massas, quando tanto tem se enfatizado a heterogeneidade de públicos, a potência do *localismo*, a fragmentação das mídias? Massa continua sendo aciona por autores de uma tradição *frankfurdiana*, como por exemplo Baudrillard (1985), para quem não importa o que a mídia diz, não importa o seu discurso, pois teríamos ultrapassado o momento da comunicação. Para ele, não é mais possível a comunicação por meio desses meios, e a maioria da população é vista como uma *massa* amorfa e silenciosa. Poderíamos ter optado, porém, por outras designações como, por exemplo, “indústria cultural”, conceito que nos remete aos escritos da escola de Frankfurt e especialmente a Adorno e Horkheimer (1969), que o empregam para dar conta da característica central desses meios, qual seja a reprodução do mesmo produto, no caso, os progra-

uma função agregadora. Contrapondo-se a McLuhan e a Maffesoli, Umberto Eco diz que nós não vivemos absolutamente na idade da imagem: voltamos à época da escrita, com o computador, o videotexto, a conferência televisionada, na qual as informações são transmitidas por intermédio da tela: uma época de uma nova alfabetização. E prediz que a maior parte do que veremos pela tela nos próximos anos será palavra escrita e não imagem, uma palavra que deverá ser lida a uma velocidade acelerada. Para Eco, estamos vivendo esse processo de re-alfabetização, mesmo que as novas letras desse alfabeto possam parecer “sem alma” aos intelectuais: “*dir,park, copy, delete*” (1989, p. 37).

mas, músicas, filmes, tal como na indústria.⁶ Ao optarmos por ele, no entanto, temos de ter claro que estamos restringindo a abrangência dos meios ao mesmo tempo que nos inserindo em um campo teórico que tem premissas bem definidas.

Para melhor emprendermos a escolha entre as possibilidades teóricas dos estudos de mídia, no entanto, proponho um *flashback* mais longo; proponho percorrermos diferentes teorias, partindo de uma classificação que, como toda a classificação, é arbitrária e servirá apenas para organizar inicialmente o universo das possíveis abordagens teóricas. Essa minha tipologia toma como referência o famoso paradigma de comunicação do sociólogo e político norte-americano Harold Laswell (Emissor-Canal-Receptor), que, em outros termos, retoma o que Aristóteles já expôs na *Retórica*. Os estudos existentes ou a serem realizados poderiam ser divididos nos três grandes conjuntos, seguindo-se o desdobramento deste esquema da sociologia norte-americana:

- a) Estudos do meio: que se concentrariam no estudo dos canais por intermédio dos quais elas são transmitidas (rádio, TV, internet etc.).
- b) Análise textual: estudos de retórica da mídia, que se concentrariam na análise das mensagens produzidas por emissor, texto e imagem.
- c) Estudos de recepção (ou de audiência): de interpretação das mensagens pelos auditores que se concentrariam no pólo receptor.

É claro que ao dividirmos cartesianamente os autores, alinhando-os no interior de um desses conjuntos, corremos o risco de deixar de fora perspectivas transversais que levam em conta todos ou pelo menos mais de um desses conjuntos. Mas para efeito de análise a simplificação é eficaz, por destacar a enorme extensão coberta pelos estudos de mídia. Nesses casos, costumo perguntar tentando facilitar um primeiro recorte do objeto, em que se situaria a ênfase

⁶ “Indústria cultural” permanece como um conceito muito usado, especialmente entre autores dos estudos culturais norte-americanos, que enfatizam os processos políticos, de dominação cultural, relacionados com a mídia. Ver por exemplo a interessante análise da atuação global da mídia hoje, e especialmente do cinema, realizada por Shoat e Stam (1996).

do estudo: no conteúdo dos programas? Nos limites, potencialidades, transformações do meio? Nas diferentes interpretações desses programas por parte dos telespectadores?

A) ESTUDOS DO MEIO

Encontramos estudos do meio desde as origens dos estudos da comunicação, mas nesse caso foram os engenheiros, e não os sociólogos, que desbravaram o território. Quase todos os levantamentos históricos sobre os estudos de mídia se reportam a Shannon e Weaver (1949), dois engenheiros da companhia telefônica norte-americana Bells Companhie, e os apontam como fundadores desse campo teórico. O esquema que inventaram para explicar o processo de comunicação (fonte de informação/transmissor/ sinal/ruído/sinal recebido/receptor/destino) conheceu um sucesso duradouro e continua a influenciar uma boa parte dos estudos da sociologia da mídia, embora as duras críticas que tem recebido; diria até que está entre as duas teorias mais consagradas entre os estudos de mídia em todos os tempos (a outra sendo a da escola de Frankfurt, que situamos no primeiro e no segundo conjuntos).

O que diz o modelo de comunicação de Shannon e Weaver? A comunicação é vista como passagem de informação de um lugar a outro, como numa linha telefônica, e a preocupação central é aperfeiçoar o seu percurso. Ou seja, Shannon e Weaver se preocupavam basicamente com o ruído e como controlá-lo. Conceitos como o de *redundância* (aquilo que numa mensagem é previsível ou convencional), *entropia* (desordem, o oposto de *redundância*), *ruído* (algo acrescentado ao sinal durante sua transmissão e sem a intenção da *fonte*), que serão utilizados por muitos teóricos posteriormente, foram forjados aqui. A *fonte* é, nessa teoria, o pólo mais importante na comunicação, pois detém o poder de decisão, escolhendo que mensagem enviar. O meio deve ser controlado para evitar o ruído, permitindo, assim, que a mensagem emitida pela fonte chegue intacta ao receptor.

Nesse modelo, a ênfase é colocada no processo de comunicação, assumida como sendo a transferência de uma mensagem de A para

B. Questões relativas à eficiência do meio de transmissão estavam em pauta, o conteúdo da mensagem transmitida era secundário, poderia ser transformado em unidades semelhantes, os *bits*. Alguns autores dessa linha buscam uma base de legitimação epistemológica para os seus estudos da comunicação social na teoria matemática da comunicação, ou seja, na aplicação de noções como “termodinâmica”, “entropia”, “rentabilidade”, *binary digit*.⁷

Essas e outras teorias começaram a aparecer depois da descoberta do telefone, em 1876; aplicam-se inicialmente a essa mídia, mas depois passam a ser usados para a compreensão do rádio e da televisão. Norbert Wiener (s/d) aperfeiçoou esse modelo enfatizando a importância do *receptor*, mediante o seu conceito de *feedback*, retroalimentação, que transforma o *receptor* também em *fonte*. Comunicação entre os homens, entre os homens e as máquinas ou entre as máquinas entre si – o modelo de Wiener é abrangente para englobar todas essas possibilidades.⁸ Embora essa teoria tenha sido muito importante para o desenvolvimento posterior da ciência que Wiener criou – a cibernética –, as teorias de comunicação contemporâneas retêm principalmente seu conceito de *retroalimentação*, que encerra a idéia de que o conteúdo transmitido pela mídia pode ser influenciado pelo *receptor* e constantemente adequado às novas demandas dos *receptores*. Esta teoria foi rapidamente aprendida pelos agentes de comunicação e continua tendo impacto até hoje: podem ser considerados modos de obter o *feed-back* tanto os grupos focais que discutem telenovelas quanto as pesquisas de audiência cujos resultados podem alterar a grade de programação e o andamento de programas televisivos.⁹

⁷ *Binary digit* significa na prática uma escolha entre “sim” e “não”. É usado para medir a quantidade de informação no processo comunicativo.

⁸ “Minha tese é que o funcionamento físico do indivíduo e o de algumas modernas máquinas eletrônicas são totalmente paralelos em suas tentativas de regular a entropia mediante a retroalimentação. Ambos possuem receptores sensoriais em uma etapa de seu período de funcionamento” (Wiener, s/d).

⁹ O programa dominical de Gugu Liberato no Sistema Brasileiro de Televisão (SBT) inicia com a previsão do dobro de quadros do que os que efetivamente podem ir ao ar; a escolha entre um ou outro, assim como a duração de cada um, é uma decisão do animador do programa com base nas pesquisas de audiências realizadas no decorrer da atração.

É interessante notar que embora esses autores tenham se centrado na análise do meio, seus modelos repercutiram também entre os autores que classifiquei no grupo b, o de análise de mensagens.

O teórico da comunicação John Fisk (1990) enumera ainda diversos outros modelos que chama de “teorias processuais da comunicação”. Um dos mais conhecidos é o modelo de George Gerbner (1956), que complexifica o de Shannon e Weaver ao relacionar a mensagem com o contexto social. Isso permite que se trate de questões de *percepção e significação* ao ver na comunicação duas dimensões que se alternam: uma perceptiva, ou receptiva, e outra comunicante ou de meios e controle. Com efeito, seu paradigma de comunicação não se afasta muito do de Shannon e Weaver. É somente em uma obra posterior, ao estudar a violência na televisão, que Gerbner (1956) incorporou teorias textuais que vão além de sua proposta inicial.

O modelo de Lasswell (1987), ao qual já nos referimos, também processual, teve grande impacto entre os sociólogos norte-americanos. Ele restringe sua aplicação à comunicação de massas, deixando de fora a comunicação interpessoal, tratada até então pelos modelos anteriores. Lasswell (1948) teve o mérito de tentar delimitar os distintos campos de investigação que o estudo da comunicação requeria, ainda que sob pena de ter fracionado esse objeto de estudo e induzir a interpretações isoladas de distintos elementos em interação. O modelo de Lasswell afirma que os estudos de comunicação devem estudar *quem diz o quê em que canal e com que efeito*. A preocupação central é com o *efeito* da comunicação sobre o público, preocupação essa que está no início da sociologia norte-americana, pois Lasswell pode ser considerado um de seus fundadores, ao lado de Lazarsfeld e Merton. Juntos, empreenderam entre os anos 1940 e 1969 o que ficou conhecido como *mass communication research* e resultou em um conjunto de trabalhos sobre a influência da mídia na política. Em *Mass communication, popular taste and organized social action*, por exemplo, Lazarsfeld e Merton se preocupam com a influência dos meios de comunicação sobre a opinião pública e com o papel dos *gate-keepers* (formadores de opinião) sobre ela, tema que se tor-

na uma obsessão para a sociologia norte-americana. A idéia norteadora da pesquisa era de que, numa democracia como é o caso nos Estados Unidos, os *gate-keepers* deteriam um enorme poder, podendo mesmo interferir decisivamente nas eleições.

Não há novidade alguma nessa visão de uma mídia super-poderosa e perigosa, capaz de injetar ideologias venenosas nas mentes dos outros e decidir rumos calamitosos para um país, ela já fazia parte da sociologia e da teoria da comunicação desde os seus inícios. De fato, essa sociologia teve enorme impacto entre os estudos de mídia, e ainda permanece muito forte entre algumas correntes sociológicas, em estudos sobre opinião pública, mídia e participação política – tendo, no entanto, perdido importância entre os antropólogos e sociólogos. Sua hipótese de que os meios de comunicação de massa têm grande poder de influenciar o público foi desmentida pelos resultados da pesquisa; porém se estabeleceu fortemente e, embora permanentemente questionada, sobrevive, como demonstra bem meu diálogo com os estudantes de que falei no início deste texto, que revivem a chamada “teoria hipodérmica”: os meios de comunicação injetam veneno em pessoas indefesas.

Poderíamos lembrar ainda outros modelos menos conhecidos. O de Newcomb (1953), que é triangular e não-linear como os anteriores, em que a sociedade é introduzida como um pólo participante: A e B são o comunicador e o receptor, e X faz parte de seu ambiente social. O equilíbrio é mantido quando A e B têm atitudes similares em relação a X. O modelo de Westley e Maclean (1957) em que a função editorial-comunicativa é introduzida, isto é, o processo de decidir o que e como comunicar. E o do lingüista Jakobson (1960), no qual temos também a idéia linear de um destinador que envia uma mensagem a um destinatário. Mas neste, a mensagem se refere a algo que não é ela própria, refere-se ao que Jakobson chama de *contexto* da mensagem, que formaria um vértice do triângulo, sem, no entanto, inovar muito em relação a modelos anteriores. O que é novo aqui é a introdução de dois outros fatores, o *contato* (canal físico e as ligações psicológicas entre o destinador e o destinatário) e o *código* (sistema comum de significação pelo qual a mensagem é

estruturada). Cada um desses fatores determina segundo Jakobson uma *função*¹⁰ diferente da linguagem e em cada ato de comunicação podemos encontrar uma hierarquia das funções.

Uma excelente crítica desses modelos *telegráficos* foi feita pela Escola de Palo Alto, e aparece sistematizada em Winkin (1981). Bateson, Goffman e seus companheiros antropólogos e psiquiatras propõem a comunicação não como um processo telegráfico, em que uma mensagem é transmitida de um pólo a outro, como um pacote via Sedex que sai de um lugar e intacto chega no outro, mas de um modo que Winkin chama de orquestral, no qual todos os elementos envolvidos na comunicação estão em interação, em que as vozes se encontram em uma simultaneidade de falas e escutas.

Bem longe desses modelos está o de McLuhan (1964, 1969, 1973), nos anos 1960, e, mais recentemente, Jean Baudrillard (1985, 1991, 1999), Paul Virilio (1977, 1993, 1999), e muitos dos pensadores da era digital. Esses estudiosos, com variações orquestrais imensas entre um e outro, vão privilegiar o meio, inserindo-se no primeiro conjunto de nossa tipologia. A televisão exerceria um controle sobre o trabalho em casa, o consumo, o jogo, as relações sociais e até sobre o ócio.

B) ANÁLISES TEXTUAIS

Nos estudos textuais, uma das metodologias utilizadas para a análise das mensagens é a *análise de conteúdo* que “destina-se a produzir uma explicação objetiva, mensurável, verificável, do conteúdo manifesto das mensagens” (Fisk, 1990, p.182) analisando a ordem de significação denotativa, sua precisão variando segundo a escala: quan-

¹⁰ Essas funções são por ele denominadas de *emotiva*, *referencial*, *poética*, *fática*, *metalingüística* e *conotativa*. A função *emotiva* (também chamada de “expressiva”) descreve a relação da mensagem com o destinador, de comunicar o *ethos* do destinador e é o que a torna pessoal; a função *referencial* busca a objetividade, a factualidade; a função *fática* busca manter aberto o canal de comunicação, confirma que a comunicação está acontecendo (são por exemplo os “hum, hum” ou os acenos de cabeça num diálogo); a função *metalingüística* busca o reconhecimento do código que está sendo usado; a *conotativa* descreve o efeito da mensagem no destinatário e, finalmente, a função *poética* consiste na relação da mensagem consigo própria.

to mais tiver o que analisar, maior é a exatidão alcançada. Nesse método, opera-se por meio da identificação e contagem de unidades escolhidas pelo próprio investigador. Boa parte da validade da análise está na escolha dessas unidades. Elas devem ser facilmente identificáveis e devem ocorrer com uma frequência suficiente para que os métodos estatísticos possam validá-las.

Por exemplo, se eu assistir todos os *spots* publicitários em um intervalo de tempo determinado e contar o número de brancos e pretos que aparecem como personagens principais nestas publicidades, verificarei que os brancos superam os pretos em X%. Isso é uma análise de conteúdo, ainda que muitas outras perguntas deveriam ser feitas antes de se chegar a uma conclusão fácil sobre o significado de X% (“preto” é uma categoria do pesquisador, dos que fizeram o *spot* ou dos que o assistem? As pessoas que o assistem estão também elas vendo “brancos” e “pretos?”).

Outra forma de fazer análise de conteúdo, bastante recorrente, é a de contar quantas vezes são empregadas certas palavras, por exemplo, pelo jornalista durante uma reportagem ou pelos personagens durante uma novela. Foi o que fez Paisley (1967), que comparou os debates televisivos das campanhas eleitorais de Kennedy e Nixon em 1960 contando o número de vezes em que as palavras “tratado”, “ataque” e “guerra” foram empregadas:

PALAVRA	KENNEDY	NIXON
Tratado	14	4
Ataque	6	12
Guerra	12	18

Freqüência de utilização em 2.500 palavras

Fica claro pela tabela acima que Nixon era um candidato mais belicoso que Kennedy. Porém – e esta é a uma das restrições que faço, acompanhando críticos desse método – teria sido realmente

necessário contar 2.500 palavras para chegar a essa conclusão? De outra parte, a análise de conteúdo não captou a tão decisiva barba por fazer que Nixon exibiu durante o debate e que lhe conferiu um ar deprimido. Nem com o bronzeado do jovem senador Kennedy, em contraste, que foi determinante para que Kennedy vencesse o debate nas pesquisas realizadas com telespectadores, ao passo que Nixon ganhou entre os auditores de rádio, que ouviram as mesmas palavras, mas não puderam ver os candidatos.

O método parece ser empregado para garantir uma áurea de cientificidade, chegando a conclusões que um pesquisador sensível chegaria realizando uma etnografia de tela (ver mais adiante), sem precisar de tantos números. O método desconsidera, por outro lado, elementos importantes como a tonalidade da voz, as posturas corporais etc., que Bourdieu (1996), entre outros, aponta como sendo determinantes do que se diz – um “obrigado” que legitima o que foi dito é muito diferente de um “obrigado” que serve para cortar a palavra de um entrevistado. No entanto, seriam tabulados do mesmo modo. Por outro lado, como muitos outros métodos quantitativos e que empregam estatística, esse pode ser interessante para se evitar conclusões sem bases empíricas suficientes.

Análise de conteúdo e gênero

A análise de conteúdo é um método que tem sido freqüente em estudos sobre estereótipos de gênero na mídia, servindo para evidenciar discriminações. Foi o que fizeram Seggar e Wheeler (1973) estudando os estereótipos de trabalho na ficção televisiva, concluindo que as mulheres eram apresentadas num leque de ocupações inferiores a dos homens.

À mesma conclusão chegaram Dominick e Rauch (1972) usando análise de conteúdo de anúncios publicitários, constatando que as mulheres estavam em ocupações ligadas ao espaço doméstico, sendo representadas duas vezes mais dentro que fora de casa, e cinco vezes mais que em ambiente de escritório. Enquanto os homens apareciam 44% das vezes fora de casa; as mulheres, apenas 19%.

Gerbner e Gross (1976) também analisaram séries televisivas e constataram que a probabilidade das mulheres serem associados a temas românticos é muito maior que a dos homens (uma em cada três personagens principais homens são casados ou pretendem casar-se, ao passo que duas em cada três personagens principais mulheres são casadas ou pretendem casar-se; uma em cada cinco personagens principais homens pertence a uma faixa etária sexualmente elegível, enquanto uma em cada duas personagens principais mulheres pertence a uma faixa etária sexualmente elegível.).

Um estudo feito por Welch et al. (1979), comparando os anúncios de brinquedos para meninos com os anúncios de brinquedo para meninas, constatou que os dirigidos aos meninos tinham mais planos, mais cortes, e que cada plano tinha mais probabilidade de mostrar movimento: eram mais “rápidos”. Concluíram que o estilo do anúncio reforçava na socialização das crianças a passividade para as meninas e a atividade para os meninos. Embora as análises de conteúdo se preocupem basicamente com a denotação, elas podem revelar valores, como no caso dos estudos citados acima.

Etnografias de tela

As etnografias de tela são uma das duas abordagens teóricas da mídia utilizadas atualmente por antropólogos, do campo dos estudos culturais, da literatura e de outras áreas afins. A outra seria a *etnografia de audiência* ou os *estudos de recepção*.

Nesse sentido, os antropólogos estariam mais propensos a captar os contextos dos textos da mídia, por reconhecerem isso. A etnografia, mais do que qualquer outro método, apresenta a capacidade de revelar os “espaços sociais” da televisão.

A *etnografia de tela*, que tenho empregado em alguns estudos (Rial, 1999, 2001, 2003a, 2003b), os mais recentes sobre as coberturas das guerras após o 11 de setembro, é uma metodologia que transporta para o estudo do texto da mídia procedimentos próprios da pesquisa antropológica, como a longa imersão do pesquisador no campo, a observação sistemática, registro em caderno de campo, etc., e outras próprias da crítica cinematográfica (análise de planos,

de movimentos de câmera, de opções de montagem, enfim, da linguagem cinematográfica e suas significações). Esse é um pólo importante de ser destacado especialmente em coberturas em que intervenções externas são determinantes do formato do que é transmitido, como é o caso da cobertura na qual há censura – que são cada vez mais freqüentes.¹¹ Ninguém contestaria a importância de conhecer as condições em que foram captadas as imagens mostradas na TV (as condições de captação há muito sendo um dos pressupostos metodológicos dos antropólogos). Os estudos que tenho desenvolvido mostram que raros são os canais de TV que se preocupam em desvendar essas condições, dando o passo atrás que a TV francesa (menos freqüentemente do que eu gostaria) é uma das poucas a dar, mostrando os jornalistas no momento da captação da informação. Por exemplo, vários canais de televisão de diferentes países mostraram, durante os primeiros dias da invasão de Bagdá, a busca por soldados e civis iraquianos de possíveis tripulantes de um helicóptero norte-americano supostamente derrubado no rio Tigre. Vimos nesses canais cenas da população em barcos, com varas na mão, pesquisando no rio os corpos desses soldados americanos. Apenas

¹¹ Se é verdade que a guerra do Vietnã foi coberta com ampla liberdade de imprensa, desde então o que temos visto é uma sucessão de impedimentos; como a que foi exercida pelos ingleses durante a guerra das Malvinas, onde o Ministério de Defesa britânico determinou que apenas os jornalistas britânicos e credenciados podiam acompanhar as forças de combate, e assim mesmo desde que aceitassem submeter todos os seus materiais a uma censura implacável. O Pentágono parece ter aprendido bem a lição inglesa, quando a colocou em prática durante os episódios da invasão de Granada em 1963, e depois durante o ataque ao Panamá para depor o general Antônio Noriega, em 1990; o método foi aplicado fielmente na Guerra do Golfo, e por todos os implicados. Bush proibiu a exibição de corpos de soldados americanos mortos, ou que se divulgasse informações sobre número de combatentes, navios, aviões e armamentos mobilizados; na Europa a televisão foi proibida de entrevistar os soldados, ou de gravar imagens de instalações militares sem autorização e acompanhamento de autoridade material ou militar; todo material iconográfico gravado em Israel tinha de ser submetido à censura antes da remessa ao exterior, e em grande parte dos casos os censores militares editavam as fitas para evitar versões indesejáveis dos setecentos jornalistas registrados no comando americano em Dahrã, na Arábia Saudita, só estava autorizada a transmitir em *pools*, uma forma de nivelamento da produção que tornasse mais fácil o controle do que era produzido, a influente agência européia *Francepress* foi excluída dos *pools* de imprensa. Do outro lado, Saddam Hussein pediu que fossem veiculadas na televisão imagens das baixas civis ou militares, promoveu excursões de jornalistas estrangeiros a bairros residenciais bombardeados em Bagdá e usou recorrentemente o corte de energia elétrica para evitar que as imagens obtidas por jornalistas em Bagdá fossem transmitidas ao exterior, isso sem falar na cooptação dos jornalistas pelos militares.

um canal, francês, revelou o local de onde as imagens foram captadas: a partir de uma grande varanda do hotel onde se hospedavam os jornalistas. As imagens terminavam com uma grande fogueira, cuja eficiência para a busca dos “corpos” era irrelevante, mas que sem dúvida tinha um marcante efeito cenográfico. Tudo se passou em um perímetro reduzido situado coincidentemente justamente em frente ao hotel! Ora, sabermos que tudo se passou em frente ao hotel dos correspondentes estrangeiros faz toda a diferença no modo como interpretamos essas imagens; no entanto essa informação nos foi ocultada.

Nos estudos textuais, como os da semiótica, a mensagem é vista como uma construção de signos que, na interação com os receptores, produzem significados. A ênfase não está mais no emissor (sua intenção não prevalece de modo absoluto na definição do que é a mensagem) ou no meio, mas no texto e em suas possíveis *leituras*.

Os estudos de linguagem cinematográfica (Bazin, 1991; Nichols, 1981; Aumont, 1995; Gauthier, 1995; Metz, 1964; Xavier, 1977; Bernardet, 1990) são importantes para entender a retórica das imagens, e vêm sendo atualizados pelos que abordam uma antropologia das imagens (Rocha, 1999), analisam o cinema etnográfico (Piault, 2000) ou a mídia televisiva (Hamburger, 2004; Almeida, 2003; Rial, 1999). Conceitos como “tomada”, “planos”, “ângulos de câmera”, “diegesis”, “montagem” (Vertov, 1984; Eisenstein, 1990) são levadas em conta nessas análises.

Frankfurtianos, ainda

O engajamento de Adorno ecoa em estudos que partem de um ponto de vista crítico às relações sociais, como os de Armand e Michelle Matellard (1989), Bourdieu (1996), ou em estudos culturais como os de Frederic Jameson (1994) e muitos outros. Bourdieu, num texto que curiosamente foi transcrito de um programa de televisão no qual o sociólogo analisou o jornalismo, tem como premissa básica a já apresentada em outros trabalhos (Bourdieu, 1974), a do perigo do *mercado* passar a dominar outros *campos*, no caso o jornalístico, e este, por sua influência sobre a sociedade, colo-

car em risco o campo acadêmico e cultural. Um pouco estudo de mensagem, mas muito estudo do meio, mostra o jornalismo, a televisão e as pesquisas de audiência apresentadas como instrumentos de opressão que estão colocando em perigo a autonomia da pesquisa e da cultura em geral e também a vida política e a democracia. Um Bourdieu frankfurtiano, que retoma teses de Horkheimer e Adorno expostas no célebre artigo “A indústria cultural: o iluminismo como mistificação de massas”, embora não as citando, e que retoma também idéias de Guy Debord (1997), Lipovetsky (1989), e até Baudrillard (1985). Para ele a televisão detém o monopólio sobre a formação dos cérebros de uma parte importante da população. Ao enveredar pelo sensacionalismo, ela afasta o cidadão das informações que ele deveria ter para exercer seus direitos democráticos. Bourdieu se debruça especialmente sobre o que chama de circulação circular de informação, conseqüência da concorrência entre a mídia e a luta pela audiência que tem como resultado paradoxal a uniformização e a banalização.

De fato, “A indústria cultural: o iluminismo como mistificação de massas” ainda é um marco incontornável, com influências duradouras na nossa visão da mídia. *Repetição, homogeneidade*, continuidade entre a vida e as representações da mídia – ou seja, tudo que é oposto à arte, tanto a arte de elite, de valência máxima, quanta a arte popular, valorada pela sua *autenticidade* – são conceitos que ainda hoje norteiam os estudos da mídia; seja para contestá-los, seja para ratificá-los, Adorno e Horkheimer são autores fundamentais, e devem ser conhecidos antes de qualquer estudo da mídia.

C) ESTUDOS DE RECEPÇÃO

Entre os *estudos de recepção*, devemos distinguir entre os que efetivamente empregam etnografias de audiência e os que realizam entrevistas pontuais e pesquisas entre grupos definidos *ad hoc*. Ainda que todos se digam estudos de recepção, como bem assinala Abu-Lughod (2001), não é possível comparar estudos que realizam algumas entrevistas e depois utilizam citações fragmentadas e descontextualizadas,

com pesquisas que resultam de uma imersão do antropólogo entre o grupo de modo a captar o contexto social e cultural no qual se insere e que enquadra suas interpretações dos produtos da mídia, sendo eles mesmos representados nesta ou não.¹²

Estudos de recepção adotam uma premissa semiótica-antropológica da possibilidade de leituras¹³ diversas de uma mensagem, de reelaborações culturais, étnicas, de gênero, de geração. A idéia central é de que há uma polissemia possível nas mensagens. Desde o clássico *Encoding-decoding*, de Stuart Hall, uma parte significativa da produção dos estudos culturais tem se concentrado nesse campo – ou pelo menos levado em conta fortemente os seus pressupostos. É aqui que se situam muitos norte-americanos como Ella Shoat e Robert Stam (1996); latino-americanos como Canclini (1998), Barbero (1997); europeus como Umberto Eco (1983, 1988, 1989), e muitos trabalhos etnográficos realizados no Brasil.¹⁴

O grau de autonomia do receptor varia muito entre cada um desses autores. Para Hall, cada estágio da comunicação – produção, circulação, consumo e reprodução – constrangiria o estágio seguinte e assim a pluralidade de interpretação. Hall rejeita, no entanto, o determinismo textual sublinhando que “decodings do not follow inevitably from encodings” (1980, p. 136). Eco (1988) acentua o poder do leitor de decifrar diversos níveis da mensagem, criando as figuras do leitor *ingênuo* e do leitor *crítico* para melhor caracterizar essa possibilidade. Haveria, como já dissemos, uma negociação entre o texto e o leitor; o leitor trazendo sua experiência cultural e relacionando-a com os códigos e signos que formam o texto.

Muito usado por antropólogos, esses estudos abordam as interpretações das mensagens pelo público receptor, mediante técnicas de pesquisa como as entrevistas e a observação participante, poden-

¹² Neste sentido, o estudo de Rose Gerber (1997) sobre a recepção da cobertura de farra do boi em um município do litoral de Santa Catarina famoso pela realização de farras é um ótimo exemplo de não reconhecimento dos atores sociais na representação que deles a mídia faz.

¹³ O verbo “ler” refere-se aqui à ação de descobrir os significados por intermédio de uma negociação com um texto, não necessariamente escrito. Assim, um filme, uma emissão de rádio ou de televisão também é dita *texto*, e a sua recepção, *leitura*.

¹⁴ Estudos na área da teoria da literatura (por exemplo, Eagleton, 1983) alinham-se nessa corrente.

do seus resultados contrariar estudos em que o poder do texto em promover uma leitura dominante ou preferida é sobreestimado em detrimento da capacidade dos leitores de conferir sentido ao texto por formas que o relacionam diretamente com a sua situação social. Uma análise de conteúdo ou uma análise semiótica *de gênero* dos textos de uma tele novela dos anos 1960 poderia concluir, por exemplo, que as mulheres estariam sendo treinadas para papéis submissos no casamento. No entanto, etnografias de audiência podem chegar a resultados opostos, mostrando que são mais complexas as estruturas de leitura das mensagens da mídia e que é possível, nesse caso, que as mulheres leitoras se identifiquem com as raras heroínas rebeldes ou até com as vilãs.

Muitos estudos de recepção levam em conta o *contexto* e a inserção social dos auditores. Janice Radway, por exemplo, estudando a leitura de romances populares por mulheres, mostrou que o *contexto* social de leitura era mais importante do que o conteúdo do *texto*, e que o fato de lerem um romance significava criar um espaço próprio onde se colocavam em primeiro lugar, interrompendo os serviços domésticos e libertando-se, ainda que num tempo curto, das exigências do marido e da família (Radway, 1984, p. 211). Para essas mulheres, ler romances cor-de-rosa não era um ato conservador, como o conteúdo deles poderia levar a crer, mas combativo (sic) “in the sense that it enables them to refuse the other-directed social prescribed for them by their position within the institution of marriage. In picking up a book, as they have so eloquently told us, they refuse temporarily their family’s otherwise constant demand that they attend to the wants of others even as they act deliberately to do something for their own private pleasure...For them, romance reading addresses needs created in them but not met by patriarchal institutions and engendering practices”.

O trabalho de Ondina Leal (1985) sobre a novela das oito foi um dos primeiros a utilizar esse método no Brasil, ao lado do de Carlos Eduardo Lins da Silva (1985) sobre o *Jornal Nacional*. Leal opta por privilegiar a variável econômica (comparando a recepção de famílias de diferentes classes sociais), mas gênero, geração ou

étnica poderiam ser outros recortes possíveis numa comparação de diferentes leituras da novela da Globo. O seu estudo mostra, por exemplo, que os telespectadores de camadas de renda mais baixa da novela não se identificavam com o casal pobre presente no drama, que tinha para eles um papel secundário, ao passo que os membros entrevistados de camadas superiores e de maior capital cultural faziam questão de assinalar sua presença no enredo. Ainda que nenhum dos dois autores tenha centrado seus estudos no gênero ou na sexualidade, em ambos aparece claramente que as novelas ainda eram vistas como “coisa de mulher” e que o *Jornal Nacional* era assistido prioritariamente pelos homens – dados que novos estudos de recepção poderiam contestar, uma vez que se passaram 20 anos e se poderia esperar mudanças nas platéias televisivas.

William Galperin (1988), por exemplo, trata de uma possível *gentrificação* dos programas de televisão no qual mostra como esta *gentrificação* tem se alterado historicamente; se é verdade que as novelas eram programas tidos como femininos, dirigidos e assistidos por mulheres, e os programas esportivos eram tidos como masculinos, dirigidos ao público formado por homens, isto já não se sustenta, pois encontramos também mulheres entre as auditoras dos programas de esporte (assim como encontramos mulheres produtoras destes programas) e a novela, pelo menos no horário nobre, é assistida por toda família, torna-se um programa familiar. A pergunta que se coloca nesses casos é o de saber se, embora a mudança do espectro da audiência, esses programas continuam *gentrificados*, considerados como masculinos ou femininos. O que não significa inexistirem programas de uma assistência quase que exclusivamente dos homens e de uma assistência quase que exclusiva das mulheres, como é o caso, por exemplo, de programas de combate de boxe e luta livre, e por outro lado os programas matinais, como os de Ana Maria Braga.

Outros pesquisadores latino-americanos, entre os quais se destaca Barbero (1997, 2001), mostram que as inserções sociais dos leitores da mídia – que chama de mediação – influenciam decisivamente suas interpretações das mensagens. O contexto social do es-

pectador afetaria decisivamente sua interpretação da mensagem, interpondo-se entre esta e o leitor. Isso tem sido verificado em etnografias de audiências. Não raramente as audiências apresentam leituras inesperadas e distantes das intenções dos agentes da comunicação. Por exemplo: numa etnografia de audiência realizada com estudantes australianos sobre uma telenovela intitulada *Prisoner*, observou-se que os alunos conferiam significados especiais para o drama que se passava no interior de um presídio, identificando as situações vividas pelas presidiárias na cadeia com as que eles experienciavam na escola (Hodge e Tripp, 1986).

Para Arlindo Machado, todo telespectador – em maior ou menor grau – é um pouco também editor, pois deve comparar e analisar o material despejado no fluxo televisual, extraindo deduções daquilo que foi dito e de que foi silenciado (Machado, 1997, p. 274-275). Ele defende a idéia de que há múltiplas vozes, que a televisão é polifônica, e que as leituras são polifônicas; mas para que essas leituras se realizem, é necessário um esforço da parte do telespectador, ele não é passivo diante desse meio. Acrescenta que “não há retorno possível, a uma idade da inocência: o sonho orwelliano de uma sociedade centralizada pela televisão está ainda muito longe da realização”. Sua reflexão nos remete também ao questionamento da sociologia norte-americana de que já tratei. Machado fornece uma resposta à preocupação da *communication reaserch* ao apontar uma contradição na maneira como nós consideramos a democracia, considerando o povo soberano, e a maneira como nós concebemos o público de televisão considerando-o alienado (Wolton 1990, p. 57).

Embora a maioria dos estudos de recepção busque diferentes leituras e enfatizem a diversidade da recepção, há os que, ao contrário, buscam o que há de comum, o que os diferentes públicos *compartilham*. É o caso do importante texto de Appadurai (1990) que lança o conceito de *mediascape* para se referir às paisagens criadas pelos fluxos midiáticos, paisagens que podem ser exteriores ou interiores aos sujeitos. Estes *mediascape* podem ser entendidos como constituindo imaginários globais, paisagens subjetivas presentes na imaginação de sujeitos de diferentes partes do planeta. Os *mediascape* abrem

a possibilidade de se criar comunidades imaginárias globais, a partir da disseminação planetárias das mensagens, expandindo, assim, à escala do globo, a tese de Anderson (1996) da importância do livro para a afirmação de um sentimento nacional e a consolidação dos Estados-nações.

No Brasil, Hamburger (2004) mostra que a mídia fornece, sim, um *repertório comum*, uma agenda ou pauta que destaca certos temas em torno dos quais as discussões se organizam e as diferentes visões se expressam.¹⁵

Não há uma oposição entre essas duas visões, pois mesmo a tese que enfatiza a agenda comum aceita a fragmentação das interpretações. É como se uma novela – o estudo de Hamburger centrou-se nos folhetins televisivos no Brasil – fornecesse para todo o país os temas de conversas das pessoas, não necessariamente fornecendo as respostas. Uma relação homoerótica entre duas jovens meninas deve ser aceita como sendo boa ou condenada? Uma mulher alcoólatra tem direito de trabalhar em uma escola? Hamburger fala da capacidade da televisão de construir um coletivo nacional imaginário, “os telespectadores se apropriam da novela como repertórios que exibem padrões diferentes de comportamentos que eles não necessariamente aprovam ou imitam, mas em relação aos quais se posicionam” (2000, p. 41), pois “ao definir cenários, pautas e enquadramentos, novelas como o Rei do Gado tomam parte na definição de coletivos imaginários e expandem os limites do que é e do que não é considerado assunto legítimo para discussão pública” (2000, p. 46).

Mesmo quando o gênero não é considerado no recorte do estudo de recepção, aparece como variável importante, pois a simples escolha do programa implica uma inserção do gênero no estudo: uma novela (público ainda majoritariamente de mulheres) ou um programa esportivo (público ainda predominantemente de homens).¹⁶

¹⁵ “Para além das particularidades envolvidas em diferentes interpretações, a novela funciona como um idioma, um repertório por meio do qual telespectadores aludem a suas relações pessoais” (Hamburger 2000, p. 40).

¹⁶ Ainda que no Brasil estudos recentes mostrem que 35% da audiência dos programas esportivos já sejam mulheres.

As etnografias de audiência que merecem este nome utilizam a observação participante, o/a pesquisador/a assistindo TV junto com o grupo pesquisado, podendo assim ter uma visão mais precisa das diferentes percepções de homens e mulheres sobre o foco da análise. Estudos em famílias de camadas baixas constataram que a TV promovia o poder masculino: mediante o que ver, como ver e como avaliar o que era visto. O controle remoto ficava nas mãos dos homens, que escolhiam a programação de acordo com os seus gostos; ver TV para eles era uma atividade de lazer a qual se dedicavam com exclusividade. Eles suportavam mal o fato das mulheres repartirem a assistência a TV com outras atividades de trabalho doméstico e reclamavam do barulho que elas faziam; avaliavam os programas que gostavam (esportes, documentários, jornais televisivos) como sérios, depreciando a escolha das mulheres, que recaía sobre ficção.¹⁷

Também por meio da observação participante e com um recorte que privilegiou uma faixa etária, Girardello (1998) estudou a recepção de programas infantis em uma comunidade de pescadores em Florianópolis, destacando o papel da mídia no trabalho da imaginação infantil.

MÍDIA E SEXUALIDADE NAS ANÁLISES

O debate da oficina *Mídia e Sexualidade* localizou-se entre os que minha classificação nomeou de análises de texto, e nestes fazem uma crítica aguda ao que observam na mídia, reeditando de certo modo Adorno e Horkheimer (1969).

Entre os autores que poderiam contribuir para uma análise dos textos apresentados na oficina está o antropólogo Erving Goffman (1976, 1988), que escreveu um artigo exatamente sobre estereótipos de gênero, pela análise de fotografias de anúncios publicitários. O trabalho de Goffman, um clássico de estudos de representação da mulher na mídia, é útil também por apontar os limites de análises

¹⁷ Privilegiando as relações de gênero, Lila Abu-Lughod (2001, p. 103-129) realizou um estudo de recepção da telenovela *Mothers in the house of love* em uma pequena aldeia do Alto Egito.

textuais, como a que empreendeu: “O sucesso (de um estudo de interpretação de imagens) requer somente um pouco de perversidade e astúcia, e um grupo importante de fotografias”. Estou do lado dos que advogam, porém, que essa postura interpretativa e pouco positivista é própria a muitas de nossas pesquisas etnográficas, não se refere exclusivamente às que tratam de imagens e não as invalida.

Infelizmente, a proposta de Goffman não teve continuidade nos estudos que analisam gênero e mídia – a tese de Édison Gastaldo (2002) é um dos poucos trabalhos a analisar os estereótipos de gênero a partir desta perspectiva goffmaniana.¹⁸

Retomando o problema levantado no início de como orientar estudantes interessados em “estudar a mídia”, diria que não necessariamente as análises da mídia devem situar-se exclusivamente em um campo ou outro dessa minha classificação, podendo (e devendo) atravessá-los de modo criativo, necessário quando se almeja dar conta das múltiplas faces da mídia. Porém, perceber o que está sendo feito em cada uma das etapas da pesquisa me parece obrigatório para bem construir o objeto.

Muito resta a ser estudado quando se trata de cruzar mídia, gênero e sexualidade. O reconhecimento de que os discursos televisivos são profundamente influenciados pelas representações de gênero deve ser ponto inicial de qualquer estudo.

Ainda que nos últimos anos o tema que tenha dominado os estudos de mídia tenha sido o da “resistência”, tendo a concordar com Abu-Lughod (2001) quando reconhece a sua sofisticação teórica, ao mesmo tempo que aponta a sua pobreza etnográfica. Mais interessante do que estudar a televisão do ponto de vista do domínio masculino, da violência contra as mulheres ou do impacto social negativo, é abordá-la a partir do seu papel na vida cotidiana do seu público, cultural, social e historicamente localizado, como nos indica Radway (1984). Os (bons) estudos de recepção têm mostrado, por-

¹⁸ Ainda que esse não seja o centro da tese e que novamente a análise recaia sobre os discursos publicitários, Goffman foi muito importante numa análise de estereótipos raciais na publicidade que realizei (Rial, 2001).

tanto, que são perigosas as inferências sobre a “influência” da mídia que partem do seu texto, seja por análise de conteúdo ou de outros métodos de análise textuais. Muitos desses estudos de mídia apontam os estereótipos (de gênero, de etnia, de geração) que de fato são observáveis nos textos, inferindo daí um poder nefasto que muitas vezes não tem a eficácia denunciada por serem reelaborados diferentemente pelos receptores.

A chave para se entender esse emaranhado no qual se situa a mídia e especialmente a televisão está nas etnografias, *de tela* ou *de audiência*, no modo de inserir a televisão no contexto social, histórico e cultural de seus produtores, seus textos e seus auditores.

Retomando o problema levantado no início de como orientar estudantes interessados em “estudar a mídia”, diria que não necessariamente as análises da mídia devem situar-se exclusivamente em um campo ou outro dessa minha classificação, podendo (e devendo) atravessá-los de modo criativo, necessário quando se almeja dar conta das múltiplas faces da mídia. Porém, perceber o que está sendo feito em cada uma das etapas da pesquisa me parece obrigatório para bem construir o objeto.

Como têm mostrado autores como Arjun Appadurai (1990, 2001) e Jesús Martín Barbero (1997), a televisão, mais do que um instrumento de lazer e diversão, é formadora de imaginários coletivos a partir dos quais as pessoas se identificam e gênero e sexualidade são temas preferenciais nesse *mediascape*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABU-LUGHOD, L. (2001). “A interpretação de cultura(s) após a televisão”. In: *Cadernos de Antropologia e Imagem*, 13 (2). (p. 103-129).
- ADORNO, T.; HORKHEIMER M. (1969). “A indústria cultural: o iluminismo como mistificação de massas”. In: LIMA, L. da C. *Teoria da cultura de massa*. Rio de Janeiro, Saga. (p.157-202).
- ALMEIDA, C. C. (2003). “Novas tecnologias e interatividade: além das interações mediadas”. *DataGramaZero: revista de ciência da informação*, vol. 4, n. 4, ago.

- ANDERSON, B. (1996). *L'imaginaire national: réflexions sur l'origine et l'essor du nationalisme*. Paris, La Découvert.
- APPADURAI, A. (1990). "Disjuncture and difference in the global cultural economy". In: FEATHERSTONE, M. (org.). *Global culture*. Londres, Sage Publications. (p. 295-310).
- _____. (2001). *Après le colonialisme*. Paris, Payot.
- ARISTÓTELES. (1998) *Retórica*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda.
- AUMONT, J. (1995). *A estética do filme*. São Paulo, Papirus.
- BAKHTIN, M. (1998). *L'oeuvre de François Rabelais et la culture populaire*. Paris, Galimard.
- BARBERO, M. J. (1997). *De los medios a las mediaciones: comunicacion, cultura y hegemonia*. México, G. Gili.
- _____. (2001). *Os exercícios de ver: hegemonia audiovisual e ficção televisiva*. São Paulo, Senac.
- BAUDRILLARD, J. (1985). *A sombra das maiorias silenciosas. O fim do social e o surgimento das massas*. São Paulo, Brasiliense.
- _____. (1991) *La guerre du golfe n'a pas eu lieu*. Paris, Galilée.
- _____. (1999) *Tela total: mito-ironias da era do virtual e da imagem*. Porto Alegre, Sulina.
- BAZIN, A. (1991). *Qu'est-ce que le cinéma*. Paris, Du Cerf.
- BERNARDET, J.-C. (1990). *O que é cinema?* São Paulo, Brasiliense.
- BOURDIEU, P. (1979). *La distinction*. Paris, Minuit.
- _____. (1974). *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo, Perspectiva.
- _____. (1996). *Sur la television*, Paris, Liber éditions.
- CANCLINI, N. G. (1998). *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo, Edusp.
- DEBORD, G. (1997). *A sociedade do espetáculo*. São Paulo, Contraponto.
- EAGLETON, T. (1983). *Literary theory: an introduction*. Oxford, Basil Blackwell.
- ECO, U. (1983). *The role of the reader: explorations in the semiotics of texts*. London, Hutchinson.
- _____. (1988). "L'innovation dans le sériel". In: *Les Cahiers de Philosophie*. n. 6.
- _____. (1989). "Réflexions sur l'imprimé". In: *Magazine Littéraire*. n. 262, février.
- _____. (1989). "Crônicas da aldeia global". In: *Viagem pela irrealidade*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- EISENSTEIN, S. (1990). *O sentido do filme*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- DOMINICK, J.; RAUCH, G. (1972). "The image of women in network TV commercials". In: *Journal of Broadcasting*. 16. (p. 259-265).

- FISK, J. (1990). *Introduction to communication studies*. London, Routledge.
- GALPERIN, W. (1988). "Sliding off the stereotype: gender difference in the future of television". In: KAPLAN, A. *Postmodernism and its discontents: theories, practices*. London/New York, Verso.
- GAUTHIER, G. (1995). *Le documentaires un autre cinéma*. Paris, Nathan.
- GASTALDO, E. (2002). *Pátria, chuteiras e propaganda: o brasileiro na publicidade da copa do mundo*. São Paulo, Unisinos.
- GERBER, R. M. (1997). *Estranhos e estrangeiro: um estudo antropológico com mulheres sobre a mídia em Ganchos/Ganchos na Mídia* (Dissertação de mestrado em Antropologia Social, UFSC). (s/l).
- GERBNER, G. (1956). "Towards a general model of communication". *Audio Visual Communication Review*, IV, 3. (p. 171-199).
- GERBNER, G.; GROSS, L. (1976). "Living with television: the violence profile". *Journal of Communication*. 26, 2. (p. 173-199).
- GEERTZ, C. (1989). *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, LTC.
- GINSBURG, F. (1993). "Aboriginal media and australian imaginary". *Public Culture*. v. 3. (p. 557-78).
- GIRARDELLO, G. E. P. (1998). *Televisão e imaginação infantil: histórias da Costa da Lagoa/Florianópolis* (Tese de doutorado, USP). (s/l).
- GOFFMAN, E. (1976). "Gender advertisements". *Studies in the Anthropologie of Visual Communication*. v. 3, n. 2. (p. 69-154).
- GOFFMAN, E. (1988). "La ritualisation de la féminité". In: WINKIN, Y. (org.). *Les moments et leurs hommes*. Paris, Seuil.
- HALL, S. (1980). "Encoding/decoding". In: Centre for Contemporary Cultural Studies (Ed.): *Culture, Media, Language: Working Papers in Cultural Studies, 1972-79* London, Hutchinson. (p. 128-38).
- HAMBURGER, E. (2004). *Política e intimidade nas novelas brasileiras*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- _____. (2000) "Política e novela" em A TV aos 50 anos. Criticando a televisão brasileira no seu cinquentenário. São Paulo, Perseu Abramo.
- HODGE, R.; TRIPP, D. (1986). *Children and television*. Cambridge, Polity Press.
- JAMESON, F. (1994). "Reificação e utopia na cultura de massa". *Crítica Marxista*, São Paulo, Brasiliense, n. 1.
- JAKOBSON, R. (1960). "Closing statement: linguistics and poetics". In: SEBEOK, T. (org.). *Style and language*. Cambridge, MIT Press.
- LAGO, C. (1995). *Românticos e burocráticos: pontos para uma etnografia do campo jornalístico paulistano* (Dissertação de mestrado, PPGAS). Florianópolis.

- LASSWELL, H. (1987) [1948]. “A estrutura e a função da comunicação na sociedade”. In: COHN, G. (org.). *Comunicação e indústria cultural*. São Paulo, TA Quiroz.
- LAZARFELD, P.; MERTON, R. (1957). “Mass communication, popular taste and organized social action”. In: ROSENBERG & White (ORG) *Mass culture*. (sl), Free Press.
- LEAL, O. (1985). *A novela das oito*. Petrópolis, Vozes.
- LIPOVETSKY, G. (1989). *O império do efêmero*. São Paulo, Companhia das Letras.
- LYOTARD, J.-F. (1986). *Le postmoderne explique aux enfants*. Paris, Galilee.
- MACHADO, A. (1997). *Pré-cinemas e pós-cinemas*. São Paulo, Papyrus.
- MAFFESOLI, M. (1985). *L'ombre de Dionysos: contribution à une sociologie de l'orgie*. Paris, Méridiens.
- _____. (1987). *O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa*. Rio de Janeiro, Forense Universitária.
- _____. (1990). *Aux creux des apparences: pour une éthique de l'esthétique*. Paris, Plon.
- MOREIRA, R. (2000). “Vendo a televisão a partir do cinema” In: HAMBURGUER, E.; BUCCI, E. (2000). *A TV aos 50 anos: criticando a televisão brasileira no seu cinquentenário*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo.
- MATTELARD, A.; MATTELARD, M. (1989). *O carnaval das imagens*. São Paulo, Brasiliense
- METZ, C. (1964). “Le cinéma : langue ou langage?” In: *Communications*. n. 4. (p. 52-90).
- MCLUHAN, M. (1964). “Roads and paper routes e television: the timid giant”. In: *Understanding media*. London, Routledge & Kegan Paul Ltd.
- MCLUHAN, M. (1969). *Os meios de comunicação como extensão do homem*. São Paulo, Cultrix.
- MCLUHAN, M. (1973). “Visão, som e fúria”. In: ROSENBERG, B.; WHITE, D. M. *Cultura de massa: as artes populares nos Estados Unidos*. São Paulo, Cultrix.
- NEWCOMB, T. (1953). “An approach to study of communication acts”, *Psychological Review*, 60. (p. 393-400).
- NICHOLS, B. (1981). *Ideology and the image: social representations in the cinema and other media*. Bloomington, Indiana University Press.
- PAISLEY, W. (1967). “Studying style as a deviation from encoding norms”. In: GERBNER, G. et al. (edt.). (1969). *The analysis of communication content*. New York, Wiley.

- PIAULT, M. (2000). *Anthropologie et cinéma*. Paris, Nathan.
- PRADO, R. (1987). *Mulher de novela e mulher de verdade: estudo sobre cidade pequena, mulher e telenovela* (Dissertação de mestrado, Museu Nacional/UFRJ). Rio de Janeiro.
- RADWAY, J. (1984). "Reading the romance: feminism and the representation of women". In: *Popular culture*. Chapel Hill, University of North Carolina Press.
- RIAL, C. (1999). "Japonês está para TV assim como mulato para cerveja: imagens da publicidade no Brasil". In: ECKERT, C.; MONT-MÓR, P. (org). *Imagem em foco: novas perspectivas em antropologia visual*. Porto Alegre, UFRGS; Rio de Janeiro, UFRJ.
- _____. (2001). "Racial and ethnic stereotypes in brazilian advertising". *Antropologia em Primeira Mão*. Florianópolis, PPGAS/UFSC, v. 49.
- _____. (2003a). "Futebol e mídia: a retórica televisiva e suas implicações na identidade nacional, de gênero e religiosa". *Antropolítica*. v. 14, n. 2. (p. 61-80).
- _____. (2003b). "Guerra de imagens: o 11 de setembro na mídia". *Antropologia em Primeira Mão*. Florianópolis, PPGAS/UFSC, v. 64.
- ROCHA, A. (1999). "Antropologia visual, um convite à exploração de encruzilhadas conceituais". In: ECKERT, C.; MONT-MÓR, P. (org). *Imagem em Foco*. Porto Alegre, UFRGS. (p.55-83).
- ROSENBERG, B.; WHITE, D. M. (1973). *Cultura de massa: as artes populares nos Estados Unidos*. São Paulo, Cultrix.
- SHANNON, C.; WEAVER, W. (1949). *The mathematical theory of communication*. Illinois, University of Illinois Press.
- SHOAT, E.; STAM, R. (1996). "From Imperial family to the transnational Imaginary: media spectatorship". In: WILSON, R.; DISSANAYAKE, W. (org). *Global/local Durham*. London, Duke University Press. (p.145-170).
- SEGGAR, J.; WHEELER, P. (1973). "The world of work on television: ethnic and sex representation in TV drama", *Journal of Broadcasting*, 17. (p. 201-214).
- SILVA, C. E. L. (1985). *Muito além do Jardim Botânico: um estudo sobre a audiência do Jornal Nacional da Globo entre trabalhadores*. São Paulo, Summus.
- TRAVANCAS, I. S. (1993). *O mundo dos jornalistas*. São Paulo, Summus.
- VERTOV, D. (1984). "On the significance of nonacted Cinema" In: MICHELSON, A. (org). *Kino-Eye: the writings of Dziga Vertov*. Los Angeles, University of California Press. (p.35-38).
- VERTOV, D. (1984). "The man with a movie camera". In: MICHELSON, A. (org). *Kino-Eye: the writings of Dziga Vertov*. Los Angeles, University of California Press. (p.283-289).

- VIRILIO, P. (1977). *Vitesse et politique*. Paris, Galilée.
- _____. (1993). *O espaço crítico*. Rio de Janeiro, 34 Literatura.
- _____. (1999). *A bomba informática*. São Paulo, Estação Liberdade.
- WELCH, R. et al. (1979). *Journal of Communications*. 29, 3. (p. 202-209).
- WESTLEY, B.; MacLEAN, M. (1957). “A conceptual model for communication research”, *Journalism Quarterly*, 34. (p. 31-38).
- WIENER, N. (s/d). *Cibernética e sociedade: o uso humano de seres humanos*. 3ª ed. São Paulo, Cultrix.
- _____. (1970). *Cibernética ou o controlo: comunicação no animal e na máquina*. São Paulo, Edusp.
- WINKIN, Y. (1981). “Le télégraphe et l’orchestre”. In: *La nouvelle communication*. Paris, Seuil. (p. 13-26).
- WOLTON, D. (1990). *Éloge du grand publique*. Paris, La Marionne.
- XAVIER, I. (1977). *O discurso cinematográfico: a opacidade e a transparência*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

SEXUALIDADE E HISTÓRIA DA ARTE: UMA PERSPECTIVA FEMINISTA¹

Luana Maribele Wedekin²

Este capítulo propõe um diálogo entre algumas reflexões sobre história da arte e gênero – numa perspectiva feminista da história da arte – e os trabalhos apresentados na oficina temática sobre sexualidade e arte. A questão da sexualidade é encarada aqui sob o prisma dos estudos de gênero e das contribuições específicas feitas à questão pela antropologia, utilizando a nudez na arte como ponto de referência para discorrer sobre o tema. Parte-se, então, de uma visão na qual a sexualidade é socialmente construída (e se subordina às relações sociais, reproduz a ordem social); cujos comportamentos sexuais são modelados pela cultura (como já apontavam Malinowski e Mead) e as práticas sexuais são mutáveis, não essencializadas e não necessariamente relacionadas à reprodução.

Gostaria de iniciar as reflexões que os trabalhos apresentados na oficina me suscitaram a partir da imagem que ilustra o fôlder do evento, que é uma obra do pintor francês Gustave Courbet, “Pregui-

¹ Trabalho baseado em contribuição para a mesa “Arte e sexualidade”, no seminário que deu origem a este livro.

² Professora da Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

ça e luxúria”, ou “O sono” (1866). Sempre que eu me referia a essa obra de Courbet para meus alunos, afirmava que ela poderia servir como ilustração a um poema de Baudelaire, chamado “As réprobas” – afinal, os dois artistas eram amigos, pertenciam ao mesmo círculo intelectual e artístico da França da época. Entretanto, que o tema não nos engane, pois Courbet, apesar de revolucionário em diversos aspectos (em especial os artísticos), não alcançou grandes mudanças de paradigma na questão de gênero. Questão, aliás, atingida talvez no surrealismo, mas não pelos homens artistas, e sim pelas mulheres artistas surrealistas, em especial Claude Cahun e Frida Kahlo.³

O aspecto das representações de gênero na arte hoje é tema complexo e em exploração – e ressaltar que Derek Jarman tinha Aids (como também foi o caso do brasileiro Leonilson) pode produzir um olhar viciado que reduz sua arte à sua enfermidade, e, em muitos casos, à sua opção sexual. A produção de seus últimos anos é uma arte engajada desenvolvendo tal temática, mas, como esclarece o trabalho de Wladimir Garcia (2003), a totalidade de sua obra vai muito além disso, questionando valores importantes da arte estabelecida, continuando o percurso das vanguardas modernas, anulando as separações entre arte e vida.

O modo como Courbet retrata as duas mulheres que surgem em fragmentos no pôster de nosso seminário, sugerindo uma relação amorosa⁴ entre elas (o fato de estarem nuas, abraçadas, dormindo), não é, a meu ver, mais que a continuação de uma tradição da representação da mulher como objeto de contemplação do homem que remonta ao Renascimento. Naturalmente uma leitura atual seria diversa (a provável razão pela qual a imagem ilustra o *folder*), mas a idéia aqui é reconstituir por meio da representação da nudez na arte, como se construiu a possibilidade da mulher como *sujeito* de

³ Claude Cahun, Frida Kahlo e também Leonora Carrington foram artistas mulheres surrealistas, que transformam a relação histórica mulher-objeto-da-arte para a mulher-sujeito-da-arte. As três artistas realizam auto-retratos, articulando suas identidades (de gênero, inclusive, no caso de Cahun e Kahlo) através dessas imagens. Para maiores referências, ver Chadwick (1997).

⁴ Estão lá as cores iconograficamente associadas à Afrodite desde o período Rococó, os brancos e rosas, as pérolas, a mão sobre as dobras cor de carne do tecido sobre o lençol...

sua sexualidade, diferente do *objeto* de contemplação que, de certa forma, revelava uma relação desigual de gênero.

Lembremos que na Grécia são os homens que aparecem nus, e a nudez é sinônimo de cidadania, não de submissão – e na arte grega vimos representações de relações sexuais de homens entre si e com mulheres nas quais as mesmas aparecem, de certa forma, “submetidas”.⁵

Com o surgimento da classe burguesa, surge o novo *status* social da mulher: a mulher como objeto *de fato* na arte (na vida?), revelado nos retratos de perfil e só mais tarde de retratos $\frac{3}{4}$ produzidos na Renascença. É a partir do Renascimento que observamos delinear-se de maneira clara a valorização da personalidade individual *do homem* artista e o impedimento de as mulheres se formarem e competirem como artistas em pé de igualdade com eles.

Essa distinção de possibilidade de formação e trabalho entre mulheres e homens não era tão absoluta antes do Renascimento (mesmo porque não havia a valorização do artista como personalidade individual – a própria noção de indivíduo não estava configurada como a conhecemos hoje – ver Wedekin, 2000), tome-se o exemplo da artista, mística e abadessa Hildegard de Bingen (1098-1179).

Que não nos enganemos, portanto, que Courbet apresenta um libelo a favor das múltiplas sexualidades, quando de fato, ele nos mostra um espetáculo para deleite exclusivo masculino, e tal argumento pode ser corroborado por uma análise mais atenta do modo como o artista representa a mulher no conjunto de suas obras.

É preciso que olhemos, mesmo que brevemente, a trajetória de Courbet como artista. Vindo de uma família camponesa, sua arte é uma recusa deliberada da tradição neoclássica, estilo a serviço do governo pós-Revolução Francesa, cujos temas eram sempre grandiosos; assim como a temática romântica, com sua ênfase no imaginário, sua nostalgia do passado. Estão entre os temas de suas pinturas

⁵ Sennet (1997) afirma que a posição da relação sexual (a mulher inclinada oferecendo as nádegas a um homem de pé ou ajoelhado atrás dela, provavelmente num intercurso anal) expressava *status* social: “abaixada ou curvada, a mulher subordinava-se”.

a vida cotidiana dos camponeses do Franco-Condado e a denúncia explícita das diferenças de classe, como em “Os quebradores de pedras” (1849). Courbet afirmou: “Eu pinto o que vejo”. E podemos citar Ruth Benedict (2000), ao afirmar que a cultura condiciona a visão de mundo do homem.

Entretanto, o foco de nossa reflexão está nas pinturas nas quais Courbet representou mulheres. As mulheres, em Courbet, estão quase sempre em repouso. Aparecem inertes em “A rede” (1844); em “A dama de Francfort” (1858); “As senhoritas à margem do Sena” (1856-1857); “Fêmea com periquito” (1866), “A fonte” (1865). Mesmo em suas mulheres trabalhadoras, como as “Mulheres peneirando trigo” (1855), uma delas escolhe o trigo languidamente recostada; e em “Fiandeira dormindo” (1853), a mulher aparece adormecida.

Sua representação feminina é, em geral, passiva, sua nudez é *objeto* de contemplação – vejam “As banhistas” (1853), “Mulher nua e cachorro” (1861-1862) e “Mulher na onda” (1868), a modelo do artista como símile da idéia da mulher como objeto de exposição, em meio aos homens vestidos (como na gigantesca pintura “O atelier do pintor”, de 1855, a qual media 3,59 m X 5,98 m). Em “o sono”, há *sugestão* de relação homoerótica, uma vez que as mulheres não estão em atuação, porém, novamente, adormecidas.

É preciso ressaltar que na tradição da arte ocidental a nudez masculina aparece de forma bastante diversa, em geral invocando potência física, sexual, religiosa e política (O’Neill, 1997).

No clássico *Modos de ver*, John Berger faz uma breve comparação com a nudez⁶ em tradições não européias – indiana, persa, africana, pré-colombiana – e verifica que nesses contextos não há o mesmo caráter de passividade, inclusive “é muito provável que descreva o amor sexual ativo entre duas pessoas, a mulher tão ativa como o homem, a ação de cada um absorvendo o outro” (Berger, 1987). Essa concepção de nudez é fruto de uma longa tradição artística:

⁶ Segundo o historiador da arte Kenneth Clark (1990), a nudez é o estado de estar sem roupa, enquanto nu é uma forma de arte (Berger, 1987).

Nos nus da pintura a óleo européia em geral, o principal protagonista nunca é pintado: é o espectador em frente do quadro, e pressupõe-se ser um homem. (Berger, 1987)

As obras “Preguiça e luxúria” e “A origem do mundo”⁷, ambas de 1866, foram pintadas por Courbet sob encomenda do mesmo cliente, o embaixador turco Khalil Bey. Tal fato é o reflexo de que, como afirma Linda Nochlin, não havia no século XIX uma arte baseada em necessidades, desejos ou fantasias eróticas das mulheres: “O homem não é apenas o sujeito de todos os predicados eróticos, mas o consumidor para todos os produtos eróticos” (Nochlin, 1989).

É interessante observar que uma das mais importantes artistas mulheres contemporâneas, a Courbet, a também realista Rosa Bonheur, tivesse permissão para vestir-se de homem. Entretanto, os temas freqüentes de suas obras eram animais. Sua permissão para vestir-se de homem possibilitava fazer visitas aos abatedouros da cidade para contemplar seus “modelos”, e segundo Chadwick (1999), refletia a influência que recebera da educação paterna. Sua mãe morrera quando a artista tinha 11 anos, e o pai pregava estilos de roupa e papéis sexuais andróginos. É digno de nota que desde o período anterior, o Neoclássico, o acesso das mulheres às academias era restrito, e quando acontecia, não era permitido a elas o acompanhamento das aulas com modelos vivos (nus) – parte fundamental da formação do artista na época.

Ora, a perspectiva da antropologia da arte preconiza uma associação direta entre as representações na arte e seu contexto social, e o que afirmo é que Courbet só poderia representar as relações de gê-

⁷ Impossível não relacionar com a última obra de Duchamp, a instalação “Dados: 1º. A Queda d’água. 2º. O Gás de Iluminação”, (1946-66). Ambas as figuras praticamente na mesma posição, a menção ao voyeurismo mais explícita em Duchamp, já que temos que espiar por uma fresta no muro para enxergar a cena. Por mais realista (?) que seja a obra de Duchamp, com o corpo feminino feito em borracha, fica a mesma impressão do fragmento, da coisificação do feminino como objeto do olhar masculino. Tal perspectiva encontra seu extremo nos trabalhos do surrealista Hans Bellmer, em suas mulheres bonecas, que surgem sem cabeça, montagens com duas pernas e duas vaginas...

nero próprias de sua época, explícitas em sua arte e na de seus contemporâneos.

A forma e o espaço para o erotismo feminino só puderam se manifestar muito mais tarde, e tenho em mente em especial as diversas pinturas de flores da artista norte-americana Geórgia O'Keefe (1887-1986), só para citar um exemplo. Camadas de pétalas, cores vibrantes, puro deleite, de maneira bem mais sutil.

O corpo nu na arte é registro importante para perceber a idéia do corpo como construção cultural. Tal premissa antropológica surge de maneira explícita com o clássico de Marcel Mauss, *As técnicas corporais*, originalmente publicado em 1936, que de certa forma institucionaliza o tema na disciplina. Ali estão claras a idéia de corpo como fenômeno cultura, a idéia de “técnica” corporal – procedimentos que moldam, transformam, *formam* o corpo. Não seria exagero (pelo menos para uma antropóloga) dizer que sequer existe um corpo “natural”, afinal, desde que nascemos e durante toda nossa vida, estamos inseridos num contexto social específico, que imprime em nossos corpos a sua marca.

A antropologia – e uma breve passada de olho nos diversos estilos da história da arte ocidental – demonstra que não existe padrão universal de beleza em nenhuma época ou lugar, e que, de fato, não se trata de uma questão de tempo somente (o padrão de beleza do passado), quanto de espaço, de visão de mundo e de *laços de identidade cultural*. De forma que “modificar o próprio corpo para tornar-se um verdadeiro cidadão” (Formiga, 2003) é pressuposto de qualquer tipo de pertencimento cultural, o corpo é de fato um objeto de *design*, argumento importante da exposição de Simone Formiga e que pode ser acompanhado no belo histórico realizado por Mary Del Priore em *Corpo a corpo com a mulher*. O corpo é símbolo, já que cultura, como indica Geertz (1989), é atribuir significados aos dados do mundo. *O corpo sempre foi suporte de significados* (como sugere Rodrigues, 1983).

A idéia de corpo como elemento de estratificação social também não é nova na antropologia, como nos mostra Lévi-Strauss ao tratar das pinturas faciais Kadiwéu, ou no uso de determinados artefatos

que indicam rituais de passagem, como demonstra a coletânea organizada por Vidal.⁸

Com relação à questão da marginalidade como valor na obra de Jarman e Oiticica, é possível ampliar a sugestão de que dentro dos limites da arte erudita há pouca possibilidade de transformação social de fato, já que o acesso a essa produção – profundamente transgressora a princípio, totalmente institucionalizada pelo mercado depois (o destino de todas as vanguardas, já apontavam os dadaístas) – é, na maioria das vezes, hermética ao grande público (Wedekin, 2000).

Com relação às bonecas Abayomi, é muito interessante perceber como a produção artística “popular” funciona como elemento de resistência e de manutenção de laços culturais. O discurso da história da arte é, em geral, preconceituoso e, muitas vezes, de cunho anacronicamente evolucionista, quando vê nas manifestações populares, o “arcaico”, o “primitivo” (como apontava o pavilhão de Arte Popular na Mostra do Redescobrimento, em 2000). Percebem-se aí as delimitações do campo artístico, como demonstra Bourdieu, surgido de determinações históricas específicas, cuja consequência mais visível é o “elitismo” da arte, acessível a poucos.

As bonecas Abayomi são elementos não só de resistência de classe, de cor, de gênero, mas também dos excluídos de sua potencialidade criativa. São movimentos de criação espontânea, resultados da necessidade intrínseca do ser humano de produzir arte e que imediatamente se configuram elementos de afirmação de uma identidade cultural. As oficinas desenvolvidas pela cooperativa remetem à nossa origem afro-brasileira, operando *uma transformação*

⁸ Sobre a discussão do que seria *design*, entramos na questão de um conceito transcultural – ou não –, questão já levantada sobre o conceito de estética, no debate em Manchester (WEINER, James. *Aesthetics is a cross-cultural category: a debate held in the Muriel Scott Centre, John Rylands University Library of Manchester, on 30 th. October 1993*: Howard Murphy, Joanna Overing, Jeremy Coote, Peter Gow. Manchester, Group for Debates in Anthropological Theory, 1994.). A palavra arte não existe em diversas culturas não ocidentais – e mesmo na cultura ocidental ela só vai surgir no século XVIII. *Design*, no sentido amplo, existe desde que os primeiros humanos fabricaram um instrumento a partir de uma imagem mental.

mediante a experiência – no sentido fenomenológico do termo, já que usamos todos os sentidos, o cheiro das ervas, a música de acalanto, a experiência artística, o embalar e acalantar o bebê negro.

Estabelece-se aí a relação entre a produção da cooperativa Abayomi e a obra de Jarman e Oiticica, nas quais, como ressalta Wladimir Garcia, “sem experimentação não há desconstrução” (Garcia, 2003). Portanto, há a necessidade de não só contemplar arte – como no caso de um artista “iluminado” que expõe as mazelas da sociedade-espectadora; e que serve de guia para uma ampliação de consciência (valores românticos ainda plenamente vigentes) –, mas da *apropriação mesmo do fazer artístico* como afirmação e resgate de uma identidade cultural específica (de cor, de classe, de gênero), cuja probabilidade de eficácia poderia ser bem maior em se tratando de objetivar algum tipo de transformação social.

Sendo assim, retomando a questão da sexualidade e da arte, uma arte que reflita o universo do erotismo feminino, do ponto de vista da mulher *sujeito* e não *objeto* de contemplação e consumo (realidade infelizmente muito distante de ser superada, vide os anúncios de cerveja), só é possível se produzida por ela mesma, artista-agente (O’Neill, 1997), retrazendo as vias da arte ocidental, para nelas incluir a reivindicação da representação de sua(s) própria(s) sexualidade(s) e desejo(s).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENEDICT, R. (2000). *Padrões de cultura*. Lisboa, Livros do Brasil.
- BERGER, J. (1987). *Modos de ver*. São Paulo, Martins Fontes.
- BOURDIEU, P. (1998). *O poder simbólico*. Rio de Janeiro, Bertrand do Brasil.
- CHADWICK, W. (1997). *Women artists and the surrealist movement*. Hampshire/ Great Britain, Thames & Hudson.
- _____. (1999). *Women, art and society*. Singapore, Thames & Hudson.
- CLARK, K. (1990). *The nude: a study in ideal form*. Princeton, Princeton/Bollingen.
- DEL PRIORE, M. (2000). *Corpo a corpo com a mulher*. São Paulo, Senac.
- FORMIGA, S. (2003). “O design do corpo como determinante da identidade feminina”. In: *Anais do II Seminário Internacional – Educação intercultural, gênero e movimentos sociais – Identidade, diferenças e mediações*. Florianópolis.

- GARCIA, W. A. C. (2003). “Seja marginal, seja herói: arte, identidade de gênero em Hélio Oiticica e Derek Jarman”. In: *Anais do II Seminário Internacional – Educação intercultural, gênero e movimentos sociais – Identidade, diferenças e mediações*. Florianópolis.
- GEERTZ, C. (1989). *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan.
- GUÉGAN, S.; HADDAD, M. (1996). *L'ABCdaire de Courbet*. Paris, Flammarion.
- LE BRETON, D. (2001). *Antropologie du corps et modernité*. Paris, Quadrige/PUF.
- LOYOLA, M. A. (org.). (1998). *A sexualidade nas ciências humanas*. Rio de Janeiro, Eduerj.
- MAUSS, M. (1974). “As técnicas corporais”. In: *Antropologia e sociologia* (1974). (Originalmente publicado em 1936). São Paulo, EPU/Edusp.
- NOCHLIN, L. (1989). *Women, art, and power and other essays*. Boulder, Westview Press.
- O'NEILL, E. (1997). “(Re)apresentações de Eros: explorando a atuação sexual feminina”. In: JAGGAR, A. M.; BORDO, S. R. *Gênero, corpo, conhecimento*. Rio de Janeiro, Record/Rosa dos Tempos.
- RODRIGUES, J. C. (1983). *Tabu do corpo*. Rio de Janeiro, Achiamé.
- SANTOS, S. M. S. (2003). “Bonecas: a arte de encantar o cotidiano – ética, estética e técnica”. In: *Anais do II Seminário Internacional – Educação intercultural, gênero e movimentos sociais – Identidade, diferenças e mediações*. Florianópolis.
- SENNET, R. (1997). *Carne e pedra*. Rio de Janeiro, Record.
- VIDAL, L. (org.) (2000). *Grafismo indígena*. São Paulo, Nobel/Fapesp/Edusp.
- WEDEKIN, L. M. (2000). *Ser artista: uma abordagem antropológica da produção erudita de arte contemporânea no Brasil*. (Dissertação de mestrado – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFSC). Florianópolis.

SEXUALIDADE E MOVIMENTOS SOCIAIS

SALÕES ÉTNICOS COMO ESPAÇOS ESTÉTICOS E POLÍTICOS DE IDENTIDADE NEGRA

Nilma Lino Gomes¹

Este texto apresenta algumas reflexões decorrentes da minha tese de doutorado, defendida em junho de 2002, na pós-graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo (USP). Trata-se de uma etnografia em salões étnicos na cidade de Belo Horizonte, espaços em que o corpo e o cabelo são tomados como expressões da identidade negra. A importância desses dois ícones identitários não se limita aos salões. Ambos são aspectos tomados pela cultura na construção da representação social e da beleza do negro/a na sociedade brasileira. Essa é a principal discussão a ser privilegiada aqui.

A pesquisa realizada destaca o importante papel desempenhado pela dupla cabelo e cor da pele na construção da identidade negra e a importância destes, sobretudo do cabelo, na maneira como o negro se vê e é visto pelo outro, inclusive aquele que consegue algum tipo de ascensão social. Para esse sujeito, o cabelo não deixa de ser uma forte marca identitária e, em algumas situações, continua sendo visto como marca de inferioridade.

¹ Professora adjunta do Departamento de Administração Escolar da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Coordenadora do Programa Ações Afirmativas na UFMG.

O cabelo crespo, objeto de constante insatisfação, principalmente das mulheres, é também visto, nos espaços onde foi realizada a pesquisa, no sentido de uma revalorização, o que não deixa de apresentar contradições e tensões próprias do processo identitário. Essa revalorização extrapola o indivíduo e atinge o grupo étnico/racial a que se pertence. Ao atingi-lo, acaba remetendo, às vezes de forma consciente e outras não, a uma ancestralidade africana recriada no Brasil.

Ao falarmos sobre corpo e cabelo, inevitavelmente, aproximamos da discussão sobre identidade negra. Essa identidade é vista, no contexto da pesquisa, como um processo que não se dá apenas a começar do olhar de dentro, do próprio negro sobre si mesmo e seu corpo, mas também na relação com o olhar do outro, do que está fora. É essa relação tensa, conflituosa e complexa que este artigo privilegia, vendo-a a partir da mediação realizada pelo corpo e pela expressão da estética negra. Nessa mediação, um ícone identitário se sobressai: o cabelo crespo. O cabelo e o corpo são pensados pela cultura. Nesse sentido, o cabelo crespo e o corpo negro podem ser considerados expressões e suportes simbólicos da identidade negra no Brasil. Juntos, eles possibilitam a construção social, cultural, política e ideológica de uma expressão criada no seio da comunidade negra: a beleza negra. Por isso não podem ser considerados simplesmente como dados biológicos.

A identidade negra é entendida, aqui, como um processo construído historicamente em uma sociedade que padece de um racismo ambíguo e do mito da democracia racial. Como qualquer processo identitário, ela se constrói no contato com o outro, no contraste com o outro, na negociação, na troca, no conflito e no diálogo. Como diz Souza (1990, p. 77), ser negro no Brasil é tornar-se negro. Assim, para entender o “tornar-se negro” num clima de discriminação é preciso considerar como essa identidade se constrói no plano simbólico. Refiro-me aos valores, às crenças, aos rituais, aos mitos, à linguagem.

D’adesky (2001, p. 76) destaca que a identidade, para se constituir como realidade, pressupõe uma interação. A idéia que um indi-

víduo faz de si mesmo, de seu “eu”, é intermediada pelo reconhecimento obtido dos outros em decorrência de sua ação. Nenhuma identidade é construída no isolamento. Ao contrário, é negociada durante a vida toda por meio do diálogo, parcialmente exterior, parcialmente interior, com os outros. Tanto a identidade pessoal quanto a identidade socialmente derivada são formadas em diálogo aberto. Estas dependem de maneira vital das relações dialógicas com os outros.

O cabelo do negro na sociedade brasileira expressa o conflito racial vivido por negros e brancos em nosso país. É um conflito coletivo do qual todos participamos. Considerando a construção histórica do racismo brasileiro, no caso dos negros o que difere é que a esse segmento étnico-racial foi relegado estar no pólo daquele que sofre o processo de dominação política, econômica e cultural; e ao branco, estar no pólo dominante. Essa separação rígida não é aceita passivamente pelos negros. Por isso, práticas políticas são construídas, práticas culturais são reinventadas. O cabelo do negro, visto como “ruim”, é expressão do racismo e da desigualdade racial que recai sobre esse sujeito. Ver o cabelo do negro como “ruim” e do branco como “bom” expressa um conflito. Por isso, mudar o cabelo pode significar a tentativa do negro de sair do lugar da inferioridade ou a introjeção deste. Pode ainda representar um sentimento de autonomia, expresso nas formas ousadas e criativas de usar o cabelo.

Estamos, portanto, em uma zona de tensão. É dela que emerge um padrão de beleza corporal real e um ideal. No Brasil, esse padrão ideal é branco, mas o real é negro e mestiço. O tratamento dado ao cabelo pode ser considerado uma das maneiras de expressar essa tensão. A consciência ou o encobrimento desse conflito, vividos na estética do corpo negro, marcam a vida e a trajetória dos sujeitos. Por isso, para o negro, a intervenção no cabelo e no corpo é mais do que uma questão de vaidade ou de tratamento estético. É identitária.

Parto também do pressuposto de que essa identidade é construída historicamente em meio a uma série de mediações que diferem de cultura para cultura. Em nosso país, o cabelo e a cor da pele são as mais significativas. Ambos são largamente usados no nosso critério

de classificação racial para apontar quem é negro e quem é branco em nossa sociedade, assim como as várias gradações de negrura por meio das quais a população brasileira se autoclassifica nos censos demográficos.

Não é minha intenção reduzir o complexo sistema de classificação racial brasileiro às impressões e opiniões sobre o cabelo e à cor da pele. Há muito os antropólogos e sociólogos (Wood, 1991, Maggie, 1998) observam que, no Brasil, o modo pelo qual as pessoas classificam a si mesmas e às outras, numa perspectiva étnico/racial, não se baseia unicamente na aparência física. Distintivos de classe social, como renda e educação, também desempenham um papel importante na auto-identificação e nas avaliações subjetivas que governam o comportamento intergrupar. Essa situação é tão séria que a base multidimensional da percepção de condição racial sugere a possibilidade de que um indivíduo que tenha experimentado algum tipo de ascensão social e se classificado como preto ou pardo em algum momento da sua vida, como no censo demográfico, possa identificar-se como pardo ou branco, posteriormente.

OS ESPAÇOS PESQUISADOS E OS SUJEITOS

Os espaços pesquisados nos quais o cabelo crespo é a principal matéria-prima são quatro salões étnicos da cidade de Belo Horizonte: Beleza Negra, Preto e Branco, Dora Cabeleireiros e Beleza em Estilo. Deles emergem concepções semelhantes, diferentes e complementares sobre a beleza negra e a condição do negro na sociedade brasileira. Dois deles localizam-se no “centro da cidade”, e os outros dois em bairros bem próximos dessa região.

Os sujeitos da pesquisa são 28 indivíduos negros – 17 mulheres e 11² homens. São jovens e adultos, da faixa etária dos 20 aos 60 anos. Dentre estes destacam-se as cabeleireiras e os cabeleireiros;

² Um dos homens entrevistados possui um salão étnico na cidade de São Paulo. Contudo, a sua constante presença nas atividades desenvolvidas por um dos salões investigados, penteando modelos, dando cursos, participando de congressos e feiras, bem como a sua amizade com a cabeleireira, permitiram-me incluí-lo como um dos sujeitos da pesquisa.

cinco são mulheres e quatro são homens. Do total de cabeleireiras/os, seis são proprietárias/os e as/os outras/os são funcionárias/os de confiança. A parte mais intensa da etnografia, com um acompanhamento diário de cada salão, iniciou-se em agosto/setembro de 1999 e terminou em janeiro de 2001. O trabalho se estendeu até 2002; porém nesse período a ida ao campo tornou-se mais esparsa.

Na etnografia, o dia-a-dia dos salões foi acompanhado, assim como as atividades externas: cursos de cabeleireiros, congressos, feiras, desfiles de beleza negra, encontros com a militância negra, festas, churrascos e momentos informais dos cabeleireiros e das cabeleireiras. As entrevistas foram realizadas no espaço dos salões, nas casas, em bares e restaurantes. São depoimentos por vezes tristes, tensos e alegres. Alguns chegam a ser até mesmo divertidos, tal é a forma como algumas pessoas expressam a sua maneira de “lidar” com o cabelo e o corpo. Mas isso não retira a seriedade do conteúdo das falas.

Além das entrevistas, outros recursos metodológicos como a fotografia, a leitura de revistas e demais publicações sobre cabelo e corpo negro presentes no salão, a análise do visual, das cores e das vestimentas foram privilegiados na tentativa de compor o ambiente estético no qual clientes, cabeleireiros e pesquisadora estavam imersos.

Os sujeitos da pesquisa são “cidadãos e cidadãs comuns”. O que isso quer dizer? São homens e mulheres que não estão necessariamente vinculados ao movimento negro. Alguns já fizeram parte dele em algum momento da sua trajetória, mas atualmente andam distantes da militância organizada. Essa escolha foi intencional, pois, de um certo modo, dentro da comunidade negra já é sabida a postura desconfiada de alguns militantes ou entidades do movimento em relação à manipulação do cabelo crespo. O discurso da militância é carregado de uma politização que é necessária para a sua atuação. Para este trabalho, porém, escolhi e quis ouvir homens e mulheres que constroem seu fazer cotidiano em outros espaços, por meio de outras referências que não somente as da militância. São também negros e negras que alcançaram algum grau de mobilidade dentro da classe trabalhadora e outros que se localizam na dita classe média

negra. Essa escolha se deve ao desejo de perceber se a ascensão social de alguns homens e mulheres negras, por mais simples que seja, resulta na diminuição ou minimização das experiências desagradáveis em relação ao cabelo crespo, ao corpo e à expressão estética negra.

Durante a realização da pesquisa, tentei compreender como essas pessoas “comuns” pensam a questão da estética corporal negra em um país que, apesar da miscigenação racial e cultural, ainda se apóia em um imaginário que prima por um ideal de beleza europeu e branco. Assim, considero que para o negro e a negra, a forma como o seu corpo e cabelo são vistos por ele/ela mesmo/a e pelo outro configura um aprendizado constante sobre as relações raciais. Dependendo do lugar onde se desenvolve essa pedagogia da cor e do corpo, imagens podem ser distorcidas ou ressignificadas, estereótipos podem ser mantidos ou destruídos, hierarquias raciais podem ser reforçadas ou rompidas e relações sociais podem se estabelecer de maneira desigual ou democrática.

Os salões trabalham com o corpo, o qual é passível de codificações particulares dentro de um grupo social. Por isso, ao estudar o corpo, as diferentes formas de expressão corporal para todas as culturas e grupos não podem ser generalizadas. No caso dos negros, existem códigos inscritos na forma de manipular o cabelo que não poderão ser decodificados facilmente por aqueles que não fazem parte desse grupo étnico/racial ou não possuem a convivência necessária para tal. Estudar os salões étnicos e a vida dos sujeitos que nele circulam poderá ser um dos caminhos na compreensão de alguns desses códigos.

Sabemos que a discussão sobre a apropriação cultural do corpo não pode ser feita sem levar em consideração o contexto histórico, social e etnográfico no qual os sujeitos da pesquisa estão inseridos. É nesse contexto que os sujeitos e seus corpos adquirem significação. Assim, ao estudar o significado do cabelo crespo na vida de cabeleireiros e clientes de salões étnicos, podemos entender alguns comportamentos que foram culturalmente aprendidos a partir da interação entre negros, brancos e outros grupos étnicos no Brasil. Porém, cabe destacar, aqui, a especificidade do contexto urbano da

cidade de Belo Horizonte. Sendo assim, é certo que algumas generalizações poderão ser feitas para outros contextos brasileiros, mas outras são específicas da história do negro belorizontino.

No universo dos salões de beleza, os espaços onde se realizou esta pesquisa são chamados de salões étnicos. Essa classificação é usada para destacar a especificidade racial da clientela prioritariamente atendida por esses estabelecimentos – negros e mestiços. Ela também é atribuída devido ao pertencimento étnico/racial do proprietário ou proprietária, à especificidade do serviço oferecido – o trato do cabelo crespo e à existência de um projeto de valorização da beleza negra. Assim, o termo “étnico”, ao se referir aos salões, às cabeleireiras, aos cabeleireiros e à sua clientela, é usado pelos sujeitos envolvidos nesta pesquisa e por uma grande parte do mercado de cosméticos no Brasil e nos EUA como sinônimo de negro. É também uma substituição e, em alguns momentos, uma forma eufemística de se referir ao “salão afro”, termo adotado por esses espaços durante as décadas de 1970 e 1980. Essa classificação é mais do que uma terminologia; diz respeito às evoluções e às mudanças ocorridas no campo das relações raciais.

Também adoto o termo “étnico” ao me referir tanto aos salões quanto aos seus profissionais, tentando articular as categorias nativas com as científicas, pois tanto os salões que demarcam com maior clareza um projeto em prol da afirmação da identidade e da beleza do negro quanto aqueles que o fazem de maneira mais fluida se autodenominam étnicos ou afro-étnicos.

Essa denominação não se dá sem oscilações. Étnico ou afro? Muitas vezes, as próprias cabeleireiras e cabeleireiros se confundem e questionam sobre o melhor termo a ser adotado. Essa oscilação pode ser interpretada, numa perspectiva mais ampla, como uma tentativa de conciliação das marcas identitárias com as mudanças no campo das relações raciais. Essas mudanças, no contexto dos salões, são atravessadas pelos interesses do mercado e pela forma como este manipula as identidades.

Mais do que a escolha pelo termo que agrada mais ou que atrai mais clientes, a terminologia adotada refere-se à trajetória histórica

e política da questão racial no Brasil, aos conflitos vividos pelos negros e negras na construção da identidade e às contradições presentes em um país miscigenado que vive sob a égide de um racismo ambíguo. Tudo isso toca de perto a vida e as escolhas das cabeleireiras e dos cabeleireiros.

Os salões étnicos são, então, lugares bons para pensar a relação entre cabelo crespo, gênero e identidade negra. Por quê? Porque o cabelo não é um elemento neutro no conjunto corporal. Ele é maleável, visível, possível de alterações e foi transformado, pela cultura, em uma marca de pertencimento étnico/racial. No caso dos negros, o cabelo crespo é visto como um sinal diacrítico que imprime a marca da negritude nos corpos. Ele é mais um elemento que compõe o complexo processo identitário. Dessa forma, podemos afirmar que a identidade negra, como uma construção social, é materializada, corporificada. Nas múltiplas possibilidades de análise que o corpo negro nos oferece, o trato do cabelo é aquela que se apresenta como a síntese do complexo e fragmentado processo de construção da identidade negra.

LIDANDO COM O CABELO CRESPO NO ESPAÇO DOS SALÕES E NA VIDA

Cabelos alisados nos anos 1960, afros nos anos 1970, permanente afro nos anos 1980, relaxamentos e alongamentos nos anos 1990 – o cabelo do negro atrai a nossa atenção. Para o negro e a negra o cabelo crespo carrega significados culturais, políticos e sociais importantes e específicos que os classificam e os localizam dentro de um grupo étnico/racial.

Durante as entrevistas, ao falar sobre o cabelo, a expressão “lidar com o cabelo” tornou-se emblemática. A “lida” pode ser vista de várias perspectivas. Apesar dessa expressão adquirir diferentes significados para distintas categorias sociais, no contexto das relações sociais capitalistas ela é associada ao trabalho. É o trabalho visto como fardo e exploração, e não como realização pessoal.

Contudo, a universalização da experiência social do trabalho não pode prescindir da particularização racial e do seu significado na

realidade do negro. Para o negro, a idéia de labuta, sofrimento e fadiga faz parte de uma história ancestral. Remete à exploração e à escravidão. Assim, a expressão “lida”, numa perspectiva racial, incorpora a idéia de trabalho forçado e coisificação do escravo e da escrava. Lembra, também, as estratégias do regime escravista na tentativa de anular a cultura do povo negro.

No regime escravista, a “lida” do escravo implicava trabalhos forçados no eito, na casa-grande, na mineração; implicava, também, a violência e os açoites impingidos sobre o corpo negro. Entre as muitas formas de violência impostas ao escravo e à escrava estava a raspagem do cabelo. Para o africano escravizado esse ato tinha um significado singular; ele correspondia a uma mutilação, uma vez que o cabelo, para muitas etnias africanas, era considerado uma marca de identidade e dignidade. Esse significado social do cabelo do negro atravessou o tempo, adquiriu novos contornos e continua com muita força entre os negros e as negras da atualidade. A existência dos salões étnicos é uma prova disso.

A forma como o par pele/cabelo é visto no imaginário social brasileiro pode ser tomada como expressão do tipo de relações raciais aqui desenvolvido. Nesse processo, o entendimento do significado e dos sentidos do cabelo crespo pode nos ajudar a compreender e desvelar as *nuances* do nosso sistema de classificação racial, o qual, além de cromático, é estético e corpóreo.

O cabelo crespo na sociedade brasileira é uma linguagem e, como tal, comunica e informa sobre as relações raciais. Dessa forma, ele também pode ser pensado como um signo, pois representa algo mais, algo distinto de si mesmo.

Assim como a democracia racial encobre os conflitos raciais, o estilo de cabelo, o tipo de penteado, de manipulação e o sentido a eles atribuídos pelo sujeito que os adota podem ser usados para camuflar o pertencimento étnico/racial, na tentativa de encobrir dilemas referentes ao processo de construção da identidade negra. Mas tal comportamento pode também representar um processo de reconhecimento das raízes africanas, assim como de reação, resistência e denúncia contra o racismo – e ainda pode expressar um estilo de vida.

Os salões étnicos são, portanto, espaços privilegiados para pensar várias questões que envolvem a vida de homens e mulheres negros, mestiços e brancos. São espaços corpóreos, estéticos, políticos e identitários e, por isso, nos ajudam a refletir um pouco mais sobre a complexidade e os conflitos da identidade negra. Nos salões, o cabelo crespo, visto socialmente como o estigma da vergonha, é transformado em símbolo de orgulho.

Reconheço que eles não são os únicos espaços que possibilitam tais reflexões. A construção da identidade negra se dá no espaço da casa, da rua, do trabalho, da escola, do lazer, da intimidade, ou seja, na relação entre o público e o privado. Mas todos esses outros espaços sociais se articulam e transversalizam os salões, compondo um extenso e complexo mapa de trajetórias sociais e raciais.

Além da transversalidade dos outros espaços sociais, os salões étnicos incorporam discussões políticas e, por vezes, ideológicas. Estas expressam-se nos nomes escolhidos pelos estabelecimentos e nas suas propostas de trabalho. Vemos que tais espaços comportam uma ideologia racial, falam do lugar da diversidade étnico/racial e desenvolvem projetos sociais.

O surgimento desses salões também se localiza num contexto histórico. Apesar de os salões populares que atendem a clientela negra serem uma realidade no Brasil há muitos anos, tais espaços não se autodenominavam étnicos ou afros e nem eram vistos desta forma. Eram salões de bairro, de fundo de quintal. Os espaços de beleza considerados étnicos surgem junto com a efervescência dos movimentos sociais, no final da década de 1970, fortalecem-se nos anos 1980 e nos anos 1990 tornam-se mais visíveis e divulgados, sobretudo, nos grandes centros urbanos. Aos poucos esses espaços migram para o interior; porém até hoje não representam um número expressivo. Há questões sociais, regionais e econômicas que interferem nessa situação.

Para os salões étnicos, localizar-se no centro urbano é estar em contato com o cosmopolitismo, com a circulação de idéias. É ter a oportunidade de divulgar o trabalho, aparecer na mídia, mas também ser confrontado publicamente e participar de embates políticos.

Embora sejam encontrados com maior frequência no centro urbano, esses salões não se afastam das regiões populares. Estão próximos dos mercados, das lojas, galerias e ruas populares. É nesse local que a comunidade negra reproduz a sua existência; por isso, seria incoerente se não estivessem próximos da sua clientela. Essa é a localização dos espaços pesquisados.

Ao destacar o cabelo crespo e o corpo do negro, esta etnografia nos coloca diante de um campo mais vasto e mais profundo – a construção da estética corporal. Esta também apresenta uma dimensão simbólica que trafega em vários contextos. O corpo humano é o primeiro motivo de estética, de beleza, possuidor de um elemento maleável que, tal como a madeira e o barro, possibilita diferentes recortes, detalhes e modelagens: o cabelo. Por isso corpo e cabelo, no plano da cultura, puderam ser transformados em emblemas étnicos.

Engana-se quem pensa que uma etnografia em salões étnicos diz respeito somente ao trato do cabelo. De fato, é sobre o cabelo que recaem as atenções de todos que transitam nesses espaços; é um dos principais ícones identitários para os negros. Porém, o cabelo sozinho não diz tudo, a sua representação se constrói no âmago das relações sociais e raciais. Pegar no cabelo é tocar no corpo. Cabelo crespo e corpo negro, colocados nessa ordem, são expressões de negritude – por isso não podem ser pensados separadamente.

A antropologia ajuda a pensar como o corpo é visto em cada cultura e a entender esse corpo para além da sua fisicalidade orgânica e plástica, mas sobretudo como uma construção cultural, sempre ligado a visões de mundo específicas. As singularidades culturais são dadas também pelas posturas, pelas predisposições, pelos humores e pela manipulação de diferentes partes do corpo. Por isso o corpo é importante para pensar a cultura.

ESTÉTICA, PROJETOS POLÍTICOS E SALÕES ÉTNICOS

A dimensão estética e sensível presente nos salões étnicos não está isenta de uma dimensão política. Para ser mais precisa, é difícil separar-se desta quando falamos em beleza ou estética negra. A ex-

pressão “estética negra” é inseparável do plano político, do econômico, da urbanização da cidade, dos processos de afirmação étnica e da percepção da diversidade.

A particularidade dos salões pesquisados em relação à estética negra só pôde ser vista por meio da comparação. No caso da pesquisa, a comparação dos diferentes salões possibilitou perceber que, apesar de desenvolver a sua prática em torno de questões semelhantes, cada estabelecimento possui concepções e projetos distintos em relação à estética negra. Se a comparação inspira cuidados do antropólogo para não incorrer no risco de generalização de aspectos observados em realidades diferentes, por outro lado, é só mediante ela que pude perceber a coexistência de particularidades e de características universais no universo dos salões.

A formulação de uma proposta de intervenção estética que postula o direito à beleza para o povo negro, o desenvolvimento de ações comunitárias nas vilas e favelas, a maquiagem gratuita para dançarinos e militantes do movimento negro durante eventos públicos da comunidade negra, a construção de um discurso afirmativo e de valorização dos padrões estéticos negros são exemplos de atividades desenvolvidas pelos quatro salões pesquisados, porém de maneira e intensidade diferentes. Mesmo que tais práticas aconteçam coladas à figura da dona ou do dono do salão, elas não deixam de possuir uma dimensão pública. Nesse caso podem ser considerados como projetos sociais, pois o seu alcance extrapola a prestação de serviços e os trabalhos cotidianos de um salão de beleza.

Tais projetos, elaborados dentro de um campo de possibilidades, possuem também diferentes níveis de clareza quanto à explicitação dos seus objetivos, formas de comunicação e de alcance. Eles estão diretamente relacionados à história de vida, à construção da identidade negra e à inserção política da cabeleireira ou do cabeleireiro em relação à questão racial.

Tomando cada salão em particular, é possível observar que o projeto da cabeleireira ou do cabeleireiro não garante a adesão de todos/as profissionais que atuam no interior do seu estabelecimento. O envolvimento da/o cabeleireira/o em projetos que extrapolam o

salão pode provocar tensões e discordâncias, sobretudo quando se refere ao envolvimento com a militância negra.

Durante a pesquisa de campo foi possível observar a existência de diferentes interpretações, desacordos e insatisfações de alguns profissionais com o projeto político e a prática dos salões. Essas tensões e discordâncias resultaram, em alguns casos, em demissões, brigas e separações. Como os salões também se organizam em torno de laços de amizade e consangüinidade, a divergência quanto à implementação de um projeto social e à interferência deste na prática cotidiana dos salões resultou, em alguns momentos, em rupturas afetivas. Algumas foram contornadas mais tarde e outras não.

Há uma tensão entre o projeto individual e o social. Muitas vezes, uma ação extra-salão corresponde ao interesse pessoal do cabeleireiro ou da cabeleireira frente à questão racial, e não ao da sua equipe. Além disso, muitas vezes o/a cabeleireiro/a proprietário/a cobra dos demais integrantes da equipe o envolvimento em trabalhos sociais de maneira voluntária, durante horas de folga ou dias de descanso. Nem sempre essa demanda é respondida com agrado por todos. Alguns aderem ao projeto social por se identificarem com a proposta; outros, não. Há aqueles que aderem como uma estratégia para permanecer no emprego, pois percebem que a recusa de participar de tais ações e projetos pode repercutir negativamente diante da cabeleireira ou do cabeleireiro-chefe, podendo afetar a sua permanência no salão.

Mas entre os salões e os seus projetos também acontecem conflitos. O fato de serem concorrentes, pois não podemos esquecer que eles são, antes de mais nada, estabelecimentos comerciais, desencadeia algumas brigas pessoais e discordâncias entre alguns profissionais. Essas divergências não são apenas profissionais; referem-se ao julgamento da “autenticidade étnica” da proposta de valorização da negritude desenvolvida pelo salão concorrente.

Assim, nem sempre os diferentes projetos dos salões se articulam entre si. Isso nos mostra que, apesar de sua importância, esses estabelecimentos ainda não conseguiram dar aos seus projetos estabilidade e continuidade supra-individuais, o que afeta, de alguma maneira, a eficácia política.

Por outro lado, as tensões em torno de um alcance político mais amplo não impedem que consideremos os salões como espaços que, com alguns limites, impostos inclusive pela sua própria natureza comercial, desenvolvem importantes projetos sociais, principalmente quando divulgam publicamente a profunda imbricação entre o estético e o político. Como diz Velho (1987), a viabilidade política de um projeto social, propriamente dita, dependerá de sua eficácia em mapear e dar sentido às emoções e aos sentimentos individuais. Essa é uma função que, com dificuldades, os salões conseguem desenvolver.

Só o fato de afirmar publicamente a existência de uma “beleza negra”, de se especializar em tratar e valorizar o cabelo crespo e de atender uma clientela negra e mestiça, já faz com que os salões étnicos cumpram uma importante função política no contexto das relações raciais estabelecidas em nossa sociedade.

Entretanto, apesar de realizar o seu trabalho de forma alegre e festiva, os salões também são espaços tensos. A rotina é desgastante, os horários de almoço e de saída são fluidos. Trabalha-se geralmente em pé, o que acarreta doenças da profissão: varizes, problemas na coluna, alergias aos produtos químicos e várias lesões por esforço repetitivo (LER). Há também um desgaste emocional, pois trabalhar cotidianamente com processos delicados como a auto-estima e com as questões da subjetividade não é uma tarefa simples. Além disso, as preocupações de ordem financeira e o desdobramento para cumprir os projetos sociais, geralmente à noite e nos finais de semana, contribuem para aumentar a tensão.

CONCLUINDO...

No decorrer do processo de construção da identidade negra na sociedade brasileira, o negro, sobretudo as mulheres negras, constrói sua corporeidade por meio de um aprendizado que incorpora um movimento tenso e dialético de rejeição/aceitação, negação/afirmação do corpo.

Em muitos casos, nem mesmo a família negra que valoriza as práticas culturais afro-brasileiras escapa dessa situação. No contexto

das relações raciais no Brasil, para muitos negros o estar no mundo apresenta-se primeiro no plano da rejeição, o qual é transformado paulatinamente em aceitação e resignificação. Tudo isso se configura em um tenso processo de *tornar-se negro*, sentir-se orgulhoso do seu pertencimento étnico/racial.

Esse processo não se dá da mesma maneira para todas as pessoas negras. Ele dependerá da trajetória de vida, da inserção social e política, dos processos educativos e da possibilidade de convivência em espaços onde a cultura negra e as matrizes africanas são vistas de maneira positiva.

A inserção dos negros e negras nos diferentes contextos e espaços sociais pode desencadear mudanças no processo de construção das identidades, da auto-estima, do autocuidado, do ver a si mesmo e ser visto pelo outro. Porém, não basta apenas para o negro brasileiro avançar do pólo da rejeição para o da aceitação para que a identidade negra se construa de forma positiva. Ver-se e aceitar-se negro implica, sobretudo, a resignificação desse pertencimento étnico-racial no plano individual e coletivo. Falamos, então, da imbricada relação entre corpo, gênero, identidade negra e sexualidade. Temas que têm merecido a atenção de diversos pesquisadores e pesquisadoras; porém a articulação entre estes, levando-se em consideração a dimensão étnico-racial, ainda se constitui um desafio para as ciências sociais no Brasil.

Corpo e cabelo estão, nesse caso, relacionados à resignificação que os negros da diáspora imprimem à matriz africana. Nessa perspectiva, ao manipularem o cabelo crespo, as mães negras, as trançadeiras em domicílio e os salões étnicos incorporam um potencial contestatório que nem sempre é visto e interpretado da mesma forma nas suas diferentes propostas de trabalho.

Numa sociedade pautada no racismo, o cabelo é usado como argumento para retirar o negro do lugar da beleza e da sedução. Mas ao negar o cabelo, o corpo e ao negro o direito de serem vistos como belos a sociedade brasileira expressa o quanto esse grupo e sua expressão estética possuem um lugar de destaque na nossa constituição histórica e cultural. O negro é o ponto de referência para a

construção da alteridade em nossa sociedade. Ele é o ponto de referência para a construção da identidade do branco. Juntamente com o índio, o negro concretiza a nossa sociedade, a nossa cultura, as nossas relações sociais, políticas e econômicas. Como afirma Rodrigues (1999, p. 26), “aquilo que não quero ser é parte ‘inabstratível’ do que sou, aquilo que uma sociedade renega é intimamente integrante de si”.

Por tudo isso, é compreensível que os diferentes sentidos atribuídos pelo homem e a mulher negra ao seu cabelo e ao seu corpo revelem uma maneira tensa e conflituosa de “lidar” com a corporeidade e a beleza como dimensões da negritude.

O que isso nos mostra? Que a construção social, histórica e cultural da corporeidade negra localiza-se em um terreno social e subjetivamente conflitivo. Ao longo da história, o corpo negro se tornou um emblema étnico, e sua manipulação tornou-se uma característica cultural dos negros e das negras. O corpo, de um modo geral, e o corpo negro, em específico, podem ser considerados como um símbolo explorado nas relações de poder e de dominação para classificar e hierarquizar grupos diferentes. Ao mesmo tempo, também têm sido tomados pelos próprios negros e negras como símbolo de luta, contestação e afirmação identitária. O corpo é uma linguagem, e a cultura escolheu algumas de suas partes como principais veículos de comunicação. O cabelo é uma delas.

Os salões étnicos estão no cerne desse processo e dessas tensões; por isso eles se configuram como espaços importantes para a reflexão sobre corporeidade, negritude, relações de gênero, sexualidade e educação. Mesmo que não queiramos cobrar desses estabelecimentos uma eficácia política nos moldes tradicionais da militância, uma vez que são estabelecimentos comerciais, e não entidades do movimento negro, o fato é que, ao se autodenominarem “étnicos” e se apregoarem como divulgadores de uma auto-imagem positiva do negro em uma sociedade racista, os salões se colocam no cerne de uma luta política e ideológica. A questão racial, em um país racista, sempre será política e ideológica, queiramos ou não, pois se contrapor ao racismo é se contrapor a práticas, postu-

ras e ideologias – exige posicionamento e mudança de comportamento.

Os salões são lugares em que se cruzam projetos individuais e sociais desenvolvidos em meio a instabilidades, conflitos e negociações. Cada um encontra maneiras variadas de comunicar a sua proposta de estética negra e o seu trabalho como profissional da beleza. Ao longo dos anos, esses espaços transformam, alteram e substituem os seus projetos devido às mudanças no campo da estética, das novas tendências da moda, do mercado de produtos étnicos e das transformações sofridas no campo das políticas de identidade. Por intermédio da sua prática cotidiana e dos seus projetos, os salões étnicos tentam consciente e inconscientemente dar um sentido ou uma coerência a uma experiência identitária fragmentada vivida pelo negro.

O contato com os salões me leva a refletir que ser negro/a no mundo está relacionado com uma dimensão estética, com um corpo, com uma aparência que pode ou não resgatar de forma positiva as nossas referências ancestrais africanas recriadas no Brasil. Isso precisa ser levado mais a sério quando investigamos a questão racial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- D'ADESKY, J (2001). *Racismos e anti-racismos no Brasil: pluralismo étnico e multiculturalismo*. Rio de Janeiro, Pallas.
- GOMES, N. L (2002). *Corpo e cabelo como ícones de construção da beleza e da identidade negra nos salões étnicos de Belo Horizonte* (Tese de doutorado, USP). São Paulo.
- HARRIS, M.; KOTAK, C. “The structural significance of Brazilian racial categories”. *Sociologia*, v. 25, n. 3, p.203-208, set. 1963.
- HEILBORN, M. L (org.) (1999). *Sexualidade: o olhar das ciências sociais*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- LOVELL, P. A. (org.) (1991). *Desigualdade racial no Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte, Cedeplar/Face/UFMG.
- MAGGIE, Y (1998). “Aqueles a quem foi negada a cor do dia: as categorias cor e raça na cultura brasileira”. In: MAIO, M.; SANTOS, R. (orgs.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro, Fiocruz/CCBB.

- MARTINS, J. S. (1999). "A dialética do corpo no imaginário popular". In: *Sexta-feira: antropologia, artes, humanidades*. São Paulo, Pletora, n. 4, p. 46-54.
- RODRIGUES, J. C. (1986). *O tabu do corpo*. Rio de Janeiro, Dois Pontos.
- _____. (1999). *O corpo na história*. Rio de Janeiro, Fiocruz.
- SOUZA, N. S. (1990). *Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro, Graal.
- VELHO, G. (1987). *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- _____. (1994). *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- WOOD, C. H. (1991). "Categorias censitárias e classificações subjetivas de raça no Brasil". In: LOVELL, P. A. (org.). *Desigualdade racial no Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte, Cedeplar/Face/UFMG.

NARRATIVAS DE LIDERANÇAS GLBTT

Juliana Cavilha Mendes Losso¹ e Simone Becker²

INTRODUÇÃO

Este capítulo pretende, de um lado, resgatar os relatos realizados durante a mesa-redonda destinada à formação de redes entre algumas instituições não-governamentais voltadas à discussão GLBTT (*gays*, lésbicas, bissexuais, travestis e transgêneros), promovida pelo seminário que deu origem a este livro, e, por outro lado, almeja lançar algumas reflexões a partir dessas narrativas.

Ao organizarmos essa proposta, visávamos realizar um mapeamento das principais lideranças GLBTT no Brasil, com o intuito de *a posteriori* formar um espaço de diálogo capaz de fomentar a criação de redes que extrapolassem o próprio encontro, que fosse capaz de engendrar possíveis produções em parceria.

O processo de produção desse espaço no seminário “Movimentos Sociais, Educação e Sexualidade” iniciou com a seleção de ONGs, de grupos e de outras associações não-governamentais por dois instrumentais metodológicos: busca virtual realizada com o auxílio da *internet* e participações no Fórum Mundial, fóruns

¹ Doutoranda em Antropologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

² Doutoranda em Antropologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

das ONGs de estados como Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul.

Com a listagem em mãos, encaminhamos para alguns grupos, por *e-mail*, uma mensagem de convite para participação no seminário. A mensagem esclarecia o principal intento do evento: fomentar a criação de um espaço de discussão direcionado às questões de sexualidade(s), educação, identidade(s) e diferença(s) em meio ao contexto acadêmico, no qual o seminário encontrava-se imerso, conforme mencionamos.

Durante a realização do seminário, além da intensa atividade com os representantes dos grupos convidados que assistiram a outras mesas e grupos de trabalho propostos, tivemos a oportunidade de encontrar (ex)representantes e/ou conselheiros de outras entidades não-governamentais (Arco-Íris/RJ e Adé Fidan/Casa de vivência “Saara Santana”/Londrina/PR), presentes no evento sob a qualidade de acadêmicos/doutorandos. Assim, o encontro realizado pelos citados movimentos ocorreu com a participação desses outros representantes que chegaram ao evento mediante envio de trabalhos acadêmicos para os grupos de trabalhos propostos pelo seminário.

BREVE PANORAMA DA MESA GLBTT

A mesa destinada ao diálogo e à apresentação dos movimentos sociais, aconteceu em 11 de abril de 2003, em um dos auditórios do Hotel Castelmar sob a coordenação de Juliana Cavilha Mendes Losso (NIGS/UFSC) e de Rosa Oliveira (Ministério da Saúde),³ com relatoria de Simone Becker (NIGS/UFSC). Na composição dessa mesa estiveram presentes os seguintes representantes de instituições não-governamentais: Andréa Wolff (Associação dos Profissionais do Sexo do Vale do Itajaí – Aprosvi), Irma Paso (Instituto Arco Íris – Florianópolis/SC), Itamar dos Santos (Associação *Gay* de Minas –

³ Atualmente não mais no Ministério da Saúde, Rosa Oliveira cursa o Doutorado Interdisciplinar em ciências humanas (DICH) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

AGM – Belo Horizonte/MG), Janaína Lima (Identidade – Grupo de Ação pela Cidadania Homossexual – Campinas/SP), Luana Cotroffi (Adeh – Nostro Mundo – Florianópolis/SC), Marcos Lopes de Souza (Rosa Vermelha – Ribeirão Preto/SP), Maria Rita Lemos (Falt – Grupo de Famílias Alternativas – Limeira/SP), Suzana Garski (Bemfam – Sociedade Civil Bem-Estar Familiar no Brasil), Jorge Luiz P. Rodrigues (Conselheiro do Arco-Íris/RJ) e Wiliam Siqueira Peres (presidente do Núcleo de estudos e pesquisas sobre as sexualidades – Nepes – Assis/SP, e coordenador de oficinas de cidadania do Adé Fidan – Casa de Vivência “Saara Santana” – Londrina/PR).

A ASSOCIAÇÃO GAY DE MINAS

Representada nessa ocasião por Itamar dos Santos, a associação foi fundada no dia 25 de maio de 1998, tendo como principais motivos sua inquietação pessoal e seu próprio “analfabetismo”⁴/desconhecimento em relação à sua sexualidade.

Inicialmente, descreveu que os apoios para a realização das reuniões da associação vieram tanto do sindicato dos bancários local – com o empréstimo da sede – quanto de outras associações e/ou ONGs, por exemplo, do Grupo Arco-Íris do Rio de Janeiro, que à época da criação repassou informações determinantes no tocante ao trâmite de institucionalização de um grupo GLBTT.

A discriminação, objeto temático da própria associação, seja em sua atuação nos seminários de direitos humanos (prevenção quanto às Doenças Sexualmente Transmissíveis – DST e/ou Aids); na Assembleia Legislativa (com a lei sancionada em 1999 em Belo-Horizonte proibindo a discriminação sexual); no Ministério da Saúde (com o projeto enviado e aprovado, intitulado *Gay Teen*), bem como em outros eventos voltados à temática GLBTT, esteve também presente, segundo relatos de Itamar, quando a associação deixou de se reunir no sindicato dos bancários. De forma explícita, a discrimina-

⁴ Todas as expressões e/ou termos que estiverem entre aspas dizem respeito a termos que foram utilizados pelos próprios expositores.

ção surgira frente ao constrangimento que as temáticas e o próprio grupo causar(v)am ao referido sindicato.

IDENTIDADE – GRUPO DE AÇÃO PELA CIDADANIA

Representada por Janaína Lima, essa ONG foi fundada em 19 de maio de 1998, com sede na cidade de Campinas.

Janaína Lima enfatizou em suas descrições a maneira como a instituição foi organizada. Inicialmente, no período de fundação, a ONG encontrava-se constituída por sete coordenadorias internas distintas: comunicação e eventos; saúde; secretaria e finanças; projetos; direitos humanos; travestis e mulheres.

A prioridade na ação do grupo voltava-se para o combate e para a luta contra a discriminação por orientação sexual. Sua atuação dá-se por intermédio da participação ativa no Fórum Estadual de HSH (Homens que fazem Sexo com Homens); na Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de Campinas; no Fórum Municipal de ONGs/Aids; no Orçamento Participativo da cidade de Campinas; bem como na promoção da auto-estima de *gays*, lésbicas, travestis e transgêneros.

Especificamente quanto à auto-estima de *gays*, de lésbicas, de travestis e de transgêneros, a atuação é fortalecida por meio de reuniões dominicais, com uma pauta direcionada à troca de experiências e vivências entre esses diferentes porém iguais em seus direitos.

FALT – GRUPO DE FAMÍLIAS ALTERNATIVAS – NA WEB/INTERNET

Representada por Maria Rita Lemos, a Falt foi fundada em 3 de março de 2002, com os seguintes objetivos: congregar as “novas famílias”, compostas de homossexuais (masculinos ou femininos) que têm ou desejam ter não apenas companheiras fixas, mas também estabilidade afetiva; propor o diálogo entre seus participantes acerca de problemas quotidianos, sobretudo àqueles voltados à maternidade e à paternidade nas relações homoeróticas (ou homossexuais).

O grupo à época do encontro encontra-se com 63 membros participantes, e durante um ano de funcionamento contou com 5.144 mensagens trocadas.

O grupo não é restrito aos homossexuais, volta-se também a todos os interessados em dialogar sobre a temática e sua problemática, sobretudo a discriminação quotidiana. Um dos exemplos citados pela coordenadora Maria Rita,⁵ foi a participação no grupo de mães de homossexuais que optam por romper, seja com seus “preconceitos”, seja com os de outras pessoas que as cercam diariamente, tanto ingressando no grupo Falt,⁶ quanto melhorando a compreensão das dificuldades homossexuais, por meio do diálogo no grupo com aqueles que quotidianamente atravessam esses dissabores. Outro exemplo importante foi o relato da sua própria experiência, marcada pela conciliação da maternidade (e avó) com uma relação estável homoerótica.

ROSA VERMELHA

Essa ONG foi fundada em 1995, tendo sua sede estabelecida em Ribeirão Preto. Representada no seminário por Marcos Lopes de Souza, o grupo contava com a participação de cinco membros na época de sua fundação – bem como sua criação foi motivada pelo vínculo desses participantes com um partido político de esquerda. Um vínculo que logo se desfez, pois eles acreditavam que os motivos de fundação e motivação do próprio grupo poderiam ser reduzidos aos propósitos partidários.

Dentre as várias atividades realizadas entre 1996 e 2002 pelo Rosa Vermelha, destaca-se o projeto “Oficina Móvel”, desenvolvido em parceria com o Programa Municipal de DST/Aids de Ribeirão Preto e a veiculação do boletim informativo *Rosa Vermelha*, no qual questões importantes voltadas ao “mundo GLBTT” são abordadas,

⁵ Fundadora e mediadora do grupo, além de psicóloga.

⁶ Para contatar o grupo, basta enviar uma mensagem para o endereço: <familiasalternativas@grupos.com.br>; para se integrar a ele, redija um texto abordando sucintamente os motivos de seu interesse em ingressar.

como a saúde em uma acepção ampla ou simplesmente como sinônimo de qualidade de vida.

Uma das questões enfatizadas pelo representante do grupo no encontro de redes foi a pouca atenção que os movimentos têm tido no tocante à *escuta* efetiva dos homossexuais, ou seja, da maioria desses, cujas reivindicações acabam sendo preteridas por reivindicações de uma minoria homossexual.

ARCO-ÍRIS/RJ

Na qualidade de conselheiro dessa ONG, Jorge Luiz Pinto Rodrigues pontuou que sua fala voltar-se-ia para um breve histórico do grupo e do movimento *gay* no Brasil.

Vinculado ao Somos em 1977, passando pelo primeiro encontro nacional (reunindo 300 pessoas-rodapé) ocorrido em São Paulo, Jorge descreveu como se deu a fundação do grupo Arco-Íris, em maio de 1993. Tendo como motivo principal o seguinte questionamento, que afligia um grupo de amigos: por que uma pessoa que está morrendo nega tanto a doença, quanto a vida? A partir daí um pequeno grupo de amigos passou a se reunir todas as sextas-feiras não para criar padrões, mas para discutir sem formalidades questões que atingiam tanto os *gays* e as lésbicas quanto as travestis e os transgêneros.

Com o passar do tempo, as reuniões se estenderam para além dos amigos, e, de maneira inédita no Brasil, conseguiram com o auxílio financeiro e moral de Renato Russo realizar o XVII Encontro da Ilga (Internacional Lesbians and Gays Associations) no Rio de Janeiro.

Atualmente o Arco-Íris⁷ é presidido por Cláudio Nascimento, e desde 1998 se tornou uma ONG, tendo como principais atividades: projetos desenvolvidos com o Ministério da Saúde; especialização e treinamento de profissionais que trabalham com pacientes terminais; disque-denúncia para informar sobre crimes praticados contra homossexuais; bem como tem a preocupação com o desenvolvimento de novas estratégias para o movimento, destacando a

⁷ Com sede em Botafogo, é aberta para atendimento ao público de segunda a sexta, entre 11 e 17h.

ocupação no Poder Legislativo de vereadores assumidamente *gays*, para que a atuação torne-se ainda mais efetiva e eficaz.

ASSOCIAÇÃO DE PROFISSIONAIS DO SEXO DO VALE DO ITAJAÍ – APROSVI.

Representado por Andréa Wolff, a ONG em questão tem como princípio fundamental “ser um instrumento de expressão na busca pela conquista dos direitos, deveres e do respeito pleno aos profissionais do sexo e contra quaisquer formas de discriminação, preconceito contra os profissionais do sexo, sejam de ordem jurídica, social, política, religiosa, cultural ou econômica”.

A associação atua em dezenas de municípios do Vale do Itajaí, e, com atendimento diário (das 14 horas às 18 horas, em Balneário Camboriú/SC), procura oferecer às travestis, aos transexuais, aos garotos de programa (HSH), enfim, a todos os profissionais do sexo assessoria jurídica, médica e psicológica.

ADEH – NOSTRO MUNDO

Representando essa ONG de Florianópolis estava Luana Cotroffi, que centrou seu relato nas atividades que a associação desempenha com as travestis.

Com o auxílio do instituto Arco-Íris (em Florianópolis), que emprestou sua sede para a Adeh, uma das principais atividades desse grupo concentra-se no trabalho complexo que envolve as travestis e a prostituição. Luana relatou de maneira singular como é difícil desvincular no dia-a-dia as travestis da prostituição, e então da formação de guetos, por meio dos problemas que ela atravessou e atravessa em seu próprio cotidiano. Citou por exemplo, sua tentativa de retornar aos estudos, marcada por uma série de preconceitos no contexto da escola. Luana enfatizou de onde partem os preconceitos em sua escola. Diferentemente do que se imagina, os primeiros protagonistas das agressões contra Luana não foram seus colegas de turma, ao contrário, a maioria desses a respeita(va). O preconceito,

segundo Luana, partia dos próprios professores e/ou outros funcionários da Escola, que mostram, assim, toda a fragilidade e necessidade de investimento na reeducação destes quanto à orientação sexual. Uma das exceções mencionada pela participante foi quanto ao professor de educação física, capaz de tratá-la como pertencente ao mundo feminino ou, simplesmente, como ela deseja ser identificada.

As dificuldades diárias de Luana, como o banheiro a ser utilizado no colégio; a determinação da administração da escola que a proibiu de se vestir como ela quotidianamente se veste, entre outras, (de)marcam as dificuldades quanto à compreensão do outro, nesse caso a travesti, um outro que embora diferente deve ser tratado igualmente quanto ao acesso e à consecução de direitos mais basilares possíveis. Essas dificuldades acabam por evidenciar *os porquês, ou ainda os motivos pelos quais* as travestis não conseguem, por mais que muitas desejem, sair da prostituição. A começar, como bem relatou Luana, pelo acesso espinhoso que elas têm à educação escolar. Assim, ao serem fechadas as portas da educação, o principal caminho que lhes resta para a sobrevivência é a prostituição.

BEMFAM

Representando essa sociedade civil em Florianópolis, Suzana Garski dividiu sua fala em três partes: a apresentação do que é a Bemfam; onde a Bemfam atua; o que a Bemfam almeja.

Relatou que a Bemfam é uma organização não-governamental fundada por um grupo de médicos que tiveram como objetivo principal desde o seu surgimento, em 1965, a defesa dos direitos reprodutivos no exercício da cidadania, a promoção da educação e a assistência à saúde sexual e reprodutiva, em colaboração com órgãos governamentais e setores organizados da sociedade civil.

Tendo a sua atuação estendida a 15 estados brasileiros, a Bemfam atua para o bem-estar familiar no Brasil, não estando a sexualidade em sua acepção ampla desguarnecida, pois esse órgão busca agir na saúde sexual e reprodutiva por meio de projetos sociais (contra a violência; prevenção de DSTs e Aids etc.); programas para jovens; desen-

volvimento de pesquisas; ação no mercado social, tendo como principal produto o preservativo masculino da marca própria – Prosex.

INSTITUTO ARCO-ÍRIS

Irma Paso, representante dessa sede em Florianópolis, relatou que o grupo surgiu da preocupação alimentada por alguns profissionais da enfermagem em relação às questões voltadas à violência contra as minorias (travestis, usuários de drogas injetáveis, garotos e garotas de programa e ou profissionais do sexo), que são numericamente maiores e menos noticiadas.

As dificuldades quanto à manutenção dos trabalhos do instituto (Projeto Boca da Noite, com travestis) marcaram a narração de Irma, que recebeu, por exemplo, de sindicatos e de uma professora do departamento de Filosofia da UFSC, auxílio financeiro para a realização de intervenções⁸ junto às vítimas de violência sexual em Florianópolis.

Para exemplificar outros problemas vividos pela instituição, Irma descreveu o estupro praticado à luz do dia, em plena avenida Beira-Mar Norte, em Florianópolis, nas imediações do *shopping*, por um portador do HIV contra uma profissional do sexo. A falta de compreensão começou na própria delegacia da cidade, quando a vítima se identificou como uma profissional do sexo. Segundo Irma, ficou subentendido no tratamento dos funcionários que a atenderam que uma profissional do sexo não poderia reclamar de qualquer violência sexual. Os problemas e/ou dificuldades postergaram-se até o dia seguinte à queixa, mais especificamente quando a vítima, antes mesmo de fazer o exame de corpo delito, foi instruída a tomar banho, o que acabara por inviabilizar a própria formação das provas.

ADÉ FIDAN/CASA DE VIVÊNCIA “SAARA SANTANA”

William Siqueira, coordenador de oficinas de cidadania, representou a casa de vivência Saara Santana de Londrina/PR. O trabalho das

⁸ Que cedera algumas vezes seu próprio carro para que o transporte das vítimas pudesse não apenas ser agilizado, como realizado.

oficinas, além de evidenciar as violências, os estigmas e as discriminações perpetradas e perpetuadas contra as travestis pela sociedade não marginalizada por sua orientação sexual, enaltece as próprias condições de vida existentes nas relações travadas entre elas.⁹

Com reuniões semanais, (das 15 às 18h30), Wiliam coordenava à época do seminário as oficinas em prol da cidadania das travestis. Assim, em vez de “fazerem os bofes”, nesse momento as travestis se encontravam para amadurecer a defesa dos seus direitos como cidadãs. Para que a prostituição não seja a única opção profissional, a casa de vivência mantém oficinas profissionais, como: cozinha piloto, salão de beleza e oficinas de artesanato.

CONCLUSÃO

Frente a todo aos relatos, nesta conclusão pontuamos algumas semelhanças nas diferentes falas, bem como lançamos outras pontuações convergentes muito mais à reflexão do que propriamente a uma análise dessas narrativas. Para tanto, balizamos-nos em duas perguntas, a nosso ver, fundamentais: como surgiram essas instituições? Quais são as trajetórias de seus membros e/ou fundadores?

A maioria dessas instituições surgiu impulsionada por dúvidas, agonias e/ou pelas angústias de seus próprios fundadores. Pode-se dizer que estes são verdadeiros sujeitos viventes de sentimentos inquietantes ou capazes de fazê-los ser capturados por um rótulo ou estigma pejorativo: seja o de *gay*, seja o de mãe lésbica, seja o de prostituta, seja o de travesti. O mesmo não acontecendo, necessariamente, com os membros fundadores advindos da academia.

Assim, talvez a fundação de um ente jurídico formal ou informalmente¹⁰ estabelecido traga consigo o acalento ou a esperança de esse estigma transformar a identidade petrificada em uma posição de sujeito num dado contexto social inserido, em vez de marginali-

⁹ Em que características denotam ausência de coesão, com relações impessoais entre as travestis, com baixa expressão de afetividade e baixa auto-estima.

¹⁰ Utilizamos o termo (*in*)*formal* para destacar sua finalidade jurídica.

zado. Eis que surge a pertinência de ao menos mencionarmos a capacidade que os escritos de Judith Butler (2003) e Michel Foucault (2001) apresentam quanto à possibilidade de rompermos com certos binarismos estruturalistas, responsáveis pelas seguintes articulações: margem *versus* centro; estabelecidos *versus outsiders*; patológico *versus* normal etc. Quiçá as dificuldades de manutenção de sede, bem como, os motivos fundadores se enquadrem facilmente em um desses extremos.

Se os binarismos são inevitáveis, já diriam os estruturalistas, que sejam para que os compreendamos melhor, mas que ao mesmo tempo possamos transitar entre diferentes possibilidades de existência e vivência, como no corriqueiro exemplo dado pela travesti Luana, ao desejar utilizar o banheiro feminino de sua escola ao invés do masculino.

Finalmente, torna-se interessante nos questionarmos quanto ao uso de Foucault e Butler para perspectivar de uma outra maneira a leitura dos relatos destacados no corpo deste texto. De fato, poderíamos ter evocado outros teóricos, mas mesmo os utilizando retornamos para Foucault (2001) quando este menciona que as teorias são instrumentais ou ferramentas capazes de nos disponibilizar outros meios de luta, de combate ou de resistência em nossos cotidianos, por vezes tão vividos à flor da pele contra discursos dominantes.

Então, retomamos a trajetória de algumas ONGs, cujos membros participantes, fundadores e/ou conselheiros mantêm um pé na academia e outro na militância. Mesmo sob esse grande binarismo academia *versus* militância, ainda podemos citar outras *nuances* duais, como: aquelas instituições emergentes do campo destinado ao saber das ciências biológicas e, não necessariamente, de um campo do saber acadêmico alocado nas ciências ditas humanas. Idêntico exercício pode ser realizado e estendido no que diz respeito à militância.

Nem melhor, nem pior, mas certamente algumas formas de produção de conhecimento e de verdades dentre outras tantas. Todas, felizmente, como tentamos à época do seminário realizar: responsáveis tanto pela circulação e pelo exercício de poderes quanto pela

inserção desses sujeitos e de nós mesmos num contexto mais amplo de discussões sobre discriminações, educação, sexualidades, gênero(s), etnia e classes sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUTLER, J. (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

FOUCAULT, M. (2001). *Microfísica do poder*. 16ª ed. Rio de Janeiro, Edições Graal.

VIOLÊNCIA, DISCRIMINAÇÕES SEXUAIS, RACIAIS E DIREITOS HUMANOS: UM DIÁLOGO ENTRE A ACADEMIA E A MILITÂNCIA

**Analba Brazão Teixeira, Laura Moutinho, Luzinete Simões Minella,
Rozeli Maria Porto e Simone Grilo Diniz¹**

INTRODUÇÃO

A oficina temática “Violência, Discriminações Sexuais, Raciais e Direitos Humanos”,² incluiu abordagens inovadoras, geradas tanto na academia quanto nas organizações de mulheres, relativas à interseção entre os aspectos mencionados no seu título. Vários dos trabalhos apresentados foram construídos a partir das vivências nos movimentos sociais, das práticas propriamente ditas sem, no entanto, deixarem de incorporar as teorias acadêmicas. Durante as discussões, percebemos o quanto foi importante para as representantes dos movimentos terem a oportunidade de apresentar os resultados dos trabalhos realizados pelas suas organizações. Essa oficina dividiu-se em quatro eixos temáticos:

¹ Analba Brazão Teixeira é mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Laura Moutinho é doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Luzinete Simões Minella é professora da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Simone Grilo Diniz é doutora e professora em Medicina (Medicina Preventiva); Rozeli Maria Porto é doutoranda em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

² Analba Brazão Teixeira e Rozeli Maria Porto coordenaram essa primeira oficina.

- Eixo 1: Gênero, Etnia e Racismo
 Eixo 2: Violência Conjugal e Familiar
 Eixo 3: Experiências de Luta Contra a Violência
 Eixo 4: Discriminações Escolares e Raciais

Simone Grilo Diniz e Laura Moutinho³ atuaram como relatoras desses eixos. Para visualizar melhor os trabalhos apresentados, optamos pela realização de quadros, respeitando a ordem de apresentação das oficinas. Após uma síntese dos estudos de cada eixo, serão relacionados os comentários realizados, respectivamente, pelas debatedoras Miriam Furtado Hartung, Clara Dornelles, Luzinete Simões Minella e Bernadete Grossi dos Santos. Finalmente serão sintetizados os principais aspectos contidos nas respostas das autoras.

EIXOS TEMÁTICOS

EIXO 1 – GÊNERO, ETNIA E RACISMO

Itinerários do prazer: sexismo e publicidade turística em Natal

AUTORAS: Analba Brazão Teixeira e Jolúcia Andréia Batista

INSTITUIÇÃO: Coletivo Leila Diniz – Natal/RN

Para não passar a vida na Vassoura: a difícil trajetória de ascensão do ‘ser professora para não ser doméstica’

AUTORA: Jacira Reis

Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra

AUTORA: Nilma Lino Gomes

INSTITUIÇÃO: Universidade Federal de Minas Gerais

SOS Racismo – desconstruindo o racismo na sociedade brasileira

AUTORAS: Andréa da Silva Costa e Maria Luísa Pereira de Oliveira.

³ Parte deste texto recupera e sintetiza as informações contidas nos relatórios das sessões, elaborados por Simone Grilo Diniz e Laura Moutinho.

O primeiro trabalho, apresentado por Analba Brazão Teixeira e Jolúcia Batista, *Itinerários do prazer: sexismo e publicidade turística em Natal*, consiste num dossiê sobre a imprensa jornalística local, mais precisamente sobre *O Diário de Natal*, objetivando analisar a construção de imagens associadas ao turismo sexual. O estudo pretendeu fornecer subsídios para um posterior trabalho de intervenção junto aos publicitários de Natal, Rio Grande do Norte.

Inicialmente, as autoras elaboraram um histórico da forma como o movimento feminista tem abordado o tema do turismo sexual nos anos 1990, seguindo sua evolução até 2003, para as discussões e as ações empreendidas, em sua interface com os direitos humanos. O eixo do trabalho é a relação entre os sexismos e os racismos veiculados nas peças publicitárias, assim como as questões articuladas à prostituição: o comércio de drogas e a lavagem do dinheiro pelo crime organizado. De acordo com as autoras, a imagem veiculada pelo turismo está imersa num imaginário de sedução e erotismo composto pelas representações de mulheres pobres e negras como “submissas, suaves e quentes”. Tais representações, por sua vez, articulam-se a uma imagem de um país colonizado, à mercê das pressões externas.

É importante ressaltar que este trabalho resulta de uma demanda do movimento feminista e representa uma das ações da Iniciativa de Gênero, instituição que tenta monitorar os projetos financiados pelos bancos multilaterais, a exemplo da análise do impacto do investimento no turismo, promovido pelo Programa de Desenvolvimento Turístico do Nordeste (Prodetur, criado em 1991 pela extinta Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene).

O segundo trabalho apresentado, de Jacira Reis da Silva, intitulado *Para não passar a vida na Vassoura: a difícil trajetória de ascensão do “ser professora para não ser doméstica”*, analisa a trajetória de vida de professoras negras em Pelotas, Rio Grande do Sul, focalizando mais especificamente os percursos escolares, as suas representações⁴ como

⁴ Silva utiliza como suporte a teoria das representações, de Serge Moscovici, para refletir sobre a produção/circulação das representações sobre o negro na sociedade brasileira e seus reflexos no cotidiano escolar.

mulheres negras e como tais representações se refletiam em sua prática pedagógica.⁵

Um ponto de grande relevância destacado no trabalho foi o esforço das famílias para que as moças seguissem o magistério como estratégia de ascensão social. A escola apareceu nas falas das entrevistadas como o espaço que possibilitava uma trajetória diferente daquela vivida por suas mães, rompendo um círculo vicioso que as condicionava a exercer as funções de empregadas domésticas e/ou babás, ou seja, num lugar considerado socialmente subalterno para essas professoras de Pelotas. O processo de ascensão social foi vivido como algo que envolveu inúmeras dificuldades e não eliminou a discriminação racial/social na escola e nem a discriminação como professora.

De acordo com a autora, o espaço de ascensão social conquistado não mudou o processo de representação social de gênero e raça instituído: a discriminação e o silêncio. Em certo momento da exposição, Silva afirmou que já foi interpelada e questionada a respeito do seu interesse por esse tema.

O terceiro trabalho apresentado, intitulado *Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra*, apresentado por Nilma Lino Gomes, sintetiza os resultados da etnografia realizada pela autora em quatro salões étnicos situados na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais.⁶ Nesse contexto, Gomes tenta compreender o “significado social do cabelo e do corpo e os sentidos a eles atribuídos, de forma particular, pelos homens e pelas mulheres negras entrevistadas”. No decorrer do texto, ela apresenta as características dos salões pesquisados, sintetiza a metodologia⁷ utilizada na pesquisa, contextualizando o seu surgimento como empreendimentos que não são apenas comer-

⁵ Esse trabalho teve sua origem na pesquisa de doutorado *Mulheres caladas: trajetórias escolares de professoras negras, em Pelotas. Produção/circulação de representações sobre os negros na escola*, defendida no Programa de Pós-graduação em educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O enunciado de “ser professora para não passar a vida na vassoura” revela uma das representações presentes na maioria das narrativas: “ser professora é uma forma de melhorar de vida”.

⁶ O artigo apresentado está publicado neste livro.

⁷ Da pesquisa fazem parte 28 cabeleireiras, cabeleireiros e clientes dos salões. Destes, 17 são mulheres e 11 são homens, jovens e adultos, distribuídos entre os 20 e os 60 anos. Além das entrevistas, outros recursos metodológicos foram utilizados, como a fotografia, a leitura de revistas e demais publicações sobre cabelo e corpo negro presentes no salão.

ciais, mas desenvolvem projetos sociais com jovens, adolescentes e idosos negros em comunidades carentes e favelas, lutando para ampliar o espaço da “categoria afro” nos congressos de cabeleireiros e denunciando, ainda, os produtos de má qualidade que chegam ao mercado. Segundo a autora, os salões atingem uma parcela da população que a militância não consegue alcançar, possibilitando várias coisas: a recuperação da auto-estima dos clientes; a expressão de uma nova beleza negra, atribuindo-lhe um cunho político e ideológico; um tipo de valorização que extrapola o nível individual e incide sobre o espaço (a comunidade) ao qual as pessoas pertencem. O texto destaca que o corpo negro e o cabelo crespo somente adquirem significado quando pensados em um determinado contexto da classificação racial brasileira. Dessa forma, os salões étnicos tentam, conforme destaca a autora, consciente e inconscientemente produzir um outro tipo de lógica que contrabalance as experiências identitárias fragmentadas vivenciadas pelas negras.

O quarto e último trabalho, *SOS Racismo: desconstruindo o racismo na sociedade brasileira*, foi apresentado por Andréa da Silva Costa e Maria Luísa Pereira de Oliveira. Andréa destacou inicialmente o orgulho de sua inclusão na oficina, por não se tratar de um trabalho de cunho acadêmico. A autora contextualizou a atuação e as parcerias do SOS Racismo,⁸ destacando o atendimento psicossocial e jurídico prestado às vítimas de discriminação racial.⁹ De acordo com o trabalho, a população negra é excluída do acesso a bens e serviços,

⁸ Segundo as autoras, o Programa SOS Racismo constitui-se em um serviço de atendimento jurídico e psico-social às vítimas de violência racial. Tem como objetivo geral buscar impulsionar, por meio de visibilização e denúncia dos crimes de violência racial, o desenvolvimento de políticas públicas que promovam a transformação das relações étnico/raciais e, por conseguinte, a transformação da sociedade, para que afros-descendentes tenham garantido o exercício pleno de sua cidadania.

⁹ No estudo realizado sobre as denúncias recebidas, as autoras verificam uma diversidade de situações que extrapolam os limites da intervenção desse serviço. Observam que durante o ano de 2002 foram realizadas algumas parcerias, entre elas com as seguintes instituições: o Ministério do Trabalho e Emprego/Delegacia Regional do Trabalho/Núcleo de Promoção de Igualdade de Oportunidades e Combate à Discriminação no Trabalho/RS e o Programa Estadual de Defesa do Consumidor (Procon), da Secretaria do Trabalho Cidadania e Assistência Social do Estado do Rio Grande do Sul. Essas instituições passaram a receber a demanda encaminhada pelo SOS Racismo, de situações de discriminação ocorridas nas relações de trabalho e de consumo, e a encaminhar para esse programa as demandas recebidas nas quais foram detectados o racismo e a discriminação étnico-racial.

daí a necessidade de atendimento psicológico que possibilite uma elaboração dos constrangimentos e das humilhações que são vivenciadas no cotidiano. Além disso, ela refletiu sobre algumas das características do racismo brasileiro, importantes para explicar o porquê dos *afro-descendentes* não buscarem muito este meio. No âmbito das recomendações, as autoras ressaltaram a necessidade de articulação entre diferentes saberes para operar uma nova prática social contra a discriminação racial. Entre os dados apresentados, as relações de trabalho apareceram como aquelas nas quais se observa maior incidência de discriminação. Conclui-se que o racismo, entretanto, aparece tanto na esfera pública quanto na privada. Os atos de violência que passam de uma dessas esferas a outra ajudam a criar formas de resistência. A visibilidade contribui para suscitar novas formas de intervenção do poder público para garantir o acesso à cidadania.

COMENTÁRIOS DE MIRIAM FURTADO HARTUNG¹⁰

Mais do que questões propriamente ditas, pretendo fazer algumas observações acerca das proposições e reflexões que os trabalhos nos trazem. Começamos com o texto de Analba Brazão e de Joluzia A. Batista, sobre a relação entre as imagens construídas pela imprensa e a reafirmação de estereótipos sobre os negros, focando especificamente no jornal *O Diário de Natal*. É importante chamar a atenção para o fato de que trabalhos recentes sobre esta temática têm registrado mudanças na forma como a mídia vem apresentando os negros. Aos costumeiros papéis subalternos – especialmente aquele da empregada doméstica para as mulheres negras – a mídia (sobretudo, propagandas e novelas) estaria mostrando negros em posições e lugares de destaque e prestígio (um exemplo seriam as propagandas do Banco do Brasil), o que torna essa questão um pouco mais complexa e sutil. Em vista disso e diante do quadro exposto pelo trabalho em questão, acredito que caberia perguntar-se sobre o caráter local de uma mídia tão pejorativa e preconceituosa como essa da qual tratam.

¹⁰ Professora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Tal questão nos remete ao trabalho de *Jacira Reis*, que trata do racismo brasileiro, também em um contexto particular. Um dos pontos a ser destacado é sua abordagem, que recupera a situação das mulheres de modo geral e das mulheres negras em particular. Pode-se pensar, a partir dessa perspectiva, que o movimento de “saída do lugar” referido pelo trabalho diz respeito a um movimento das mulheres em geral e que, assim sendo, atinge as mulheres negras, mas de uma forma específica.

No trabalho de Andréa da Silva Costa e Maria Luísa Pereira de Oliveira cabe ressaltar a importância de iniciativas como as do SOS Racismo, que permitem aos negros uma instrumentalização jurídica para fazer frente às práticas racistas.

Nesse trabalho também me parece importante destacar uma questão que fica sugerida, que é aquela sobre a “falta de consciência” das vítimas de racismo, as quais, se bem entendi, não perceberiam como são racistas as situações vivenciadas. A colocação que faço é para se pensar sobre o rendimento em tratar o ponto de vista dessas mulheres como “falta de consciência”. Pode-se pensar que tal forma de entendimento aponta para os lugares e/ou as formas como o racismo se manifesta. Quando essas pessoas dizem que não se trata de racismo, sugiro levá-las a sério e perguntar: ao que se referem? sobre o que estão falando? Creio que é sempre mais interessante tentar compreender o ponto de vista dos nossos interlocutores, em vez de lhes atribuir a falta de alguma coisa; no caso dessas mulheres, falta de consciência.

Por último, o trabalho de Nilma Lino Gomes, sobre corpo e cabelo como símbolos de uma identidade negra, permite pensar sobre o recurso à africanização para tornar positiva a identidade dos negros no Brasil. A questão que se poderia colocar à perspectiva adotada pelo trabalho é se essa estratégia, da africanização, não deslocaria o problema racial tal como ele é vivido no Brasil.

RESPOSTAS DAS AUTORAS

Analba Brazão e Jolúcia Batista afirmaram que o problema vivido não é apenas local. Segundo elas, as representações sexistas e racistas

veiculadas nas peças publicitárias se dão em âmbito local mas são globais, ou seja, integram uma correlação mais ampla de forças. As mulheres negras incorporam essas representações, mas, ao mesmo tempo, boa parte delas deseja construir uma outra imagem. Para Analba Brazão, o público não mudou. Nas novelas as empregadas continuam sendo negras. Segundo ela, a especificidade existe: “sou mulher e negra”, e isso não pode ser perdido de vista.

Jacira Reis argumentou na mesma direção: há uma questão geral das mulheres e há também certa especificidade. A justaposição de gênero e raça marca de maneira muito forte a trajetória das mulheres. Afirmou que a mulher negra somente entrou para o magistério depois que a mulher branca passou a ocupar outros espaços profissionais de maior prestígio. Falou sobre os problemas da representação do “ser negro” no Brasil, que tem sempre sua capacidade intelectual questionada. A ascensão coloca problemas para este estereótipo: se a negra não pode ser professora, então esta professora não é negra (aqui, a autora se referia a narrativa de uma de suas entrevistadas, que mencionou que seus alunos não a classificaram como negra). Nesse sentido, criticou a dança afro, que pode trazer autovalorização, mas também reafirma certos estereótipos.

Para Nilma Lino Gomes, sua pesquisa evidenciou as facetas do racismo. Os cabeleireiros não tinham noção do que estavam reproduzindo. Como hoje esses cabelos são recriados? O “afro/étnico” tem influência norte-americana, que depois ganhou um tom brasileiro. Trata-se de uma *africanidade* recriada e reinterpretada. E o que acontece com as clientes no espelho? Elas vão ressignificando os símbolos de *africanidade*. O processo no salão tem impacto positivo na reconstrução da identidade dessas mulheres. Elas não despolitizam o “ser negro brasileiro”, ao contrário, elas adquirem instrumentos para ressignificar um passado preconceituoso.

Andréa da Silva Costa afirmou que não compreendia a questão como falta de consciência, que não era sua intenção dar esse sentido. Eles dizem: “Nós sabemos, sim, quando somos discriminados”. O que a fala estaria indicando? “Nós repudiamos as definições que apontam as sutilezas do racismo. Essa não é a qualidade do nosso

racismo, se nós somos confundidas com empregadas”. A autora afirmou que partilha da convicção de que por intermédio da intervenção se pode mudar/agir sobre o racismo. Chamou a atenção para o fato de que a partir da escuta das vítimas de discriminação que chegaram ao programa foram criadas novas metodologias e outras formas de intervenção.

EIXO 2 – VIOLÊNCIA CONJUGAL E FAMILIAR

Relacionamentos que matam: violência conjugal a partir das ciências criminais

AUTORA: Amanda Haack Bifano

INSTITUIÇÃO: PUC-RS

Violência intra-familiar: uma questão de gênero?

AUTORA: Maria Alexina Ribeiro

INSTITUIÇÃO: UCB-Brasília

Gravidez e relações violentas: representações da violência doméstica no município de Lages/SC

AUTORA: Rozeli Maria Porto

INSTITUIÇÃO: UFSC

Demandante CRAVI: um enfoque de gênero

AUTORA: Rosa Maria Wohlers de A Siqueira

INSTITUIÇÃO: Centro de Referência e Apoio à Vítima (CRAVI)

Conforme pode ser verificado na relação acima, quatro trabalhos foram incluídos no segundo eixo. Inicialmente, Amanda Haack Bifano, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), apresentou o estudo intitulado *Relacionamentos que matam: violência conjugal a partir das ciências criminais*. A autora fundamentou sua análise no referencial psicodinâmico (Asuá, 1990, entre outros). Esse estudo estabelece relações entre os homens homicidas e a *síndrome do pequeno poder*, partindo da hipótese de que

a falta de poder em outras esferas da vida masculina faz com que os homens tentem compensar sua impotência social por meio do poder sobre suas mulheres. Essa síndrome estaria relacionada com a falta do vínculo afetivo mãe-filho na trajetória dos homens, resultando em problemas de desenvolvimento psíquico, favorecendo uma espécie de projeção para a parceira, que teria o poder de destruí-los mediante o abandono.

Amanda Bifano argumentou que o homicídio muitas vezes surpreendeu os amigos do casal, que apontam seu estranhamento em relação ao crime. Tais amigos imaginavam que a história do casal fosse de amor, mas em geral era de uma relação simbiótica com poucos contatos sociais, e o casal se fechava na relação. Quando o homem vê seu poder ameaçado – porque perde o emprego, e/ou enfrenta uma outra situação em que se sente diminuído, ou quando surge algo que ameaça a simbiose – por exemplo, o emprego da mulher – a expectativa de um filho, novas amizades etc., um “terceiro”, real ou imaginário, surge para ameaçar a relação. Esse terceiro pode ressurgir do passado, por exemplo, pode ser alguém que se relacionou anteriormente com a mulher, com quem pode ter tido filhos. A aceitação do filho alheio pelo parceiro atual emerge como uma dívida contraída pela mulher.

A autora ainda destacou que o desemprego, o álcool e as drogas, assim como o acesso às armas de fogo, são facilitadores da violência, potencializando os ciúmes de maneira patológica. Outras razões apontadas por Bifano em relação aos homicídios perpetrados contra as companheiras dizem respeito à tentativa ou ao rompimento do relacionamento conjugal por parte das mulheres. Bifano chamou a atenção para o *continuum* da violência, uma escalada de ameaças que prenuncia o crime, e do potencial de prevenção mediante a identificação precoce do risco de homicídio.

Maria Alexina Ribeiro, da Universidade Católica de Brasília (UCB), em *Violência intrafamiliar: uma questão de gênero?*, elaborou um relato do trabalho desenvolvido pelo Centro de Estudos do Casal e da Família, localizado em Brasília. Identificou a partir dos resultados da pesquisa que os relacionamentos familiares se configuram a par-

tir da violência relacional, ou seja, constatou que os homens também podem ser *vítimas* nessas relações afetivo/familiares, sendo que as mulheres – como outros integrantes da família – também são agentes dessas relações violentas.

De acordo com a autora, todos os familiares são vítimas de um sistema disfuncional, o que caracteriza a dificuldade em desagregar as diversas formas de violência. O trabalho que desenvolveu a partir da realização de sessões de terapia conjugal e familiar parte de uma caracterização do perfil da família, bem como dos seus padrões de comportamentos e de comunicação. Ressaltou que a violência é percebida pelos pais como uma forma de educação, porém reflete a sua falta de autoridade.

Comentou a autora que freqüentemente há nessas famílias uma delimitação confusa de papéis entre cônjuges, pais e filhos, sendo comuns o seu isolamento social, a falta de cumplicidade entre os casais e uma comunicação pouco clara e desqualificadora do outro. A intervenção tem como base, segundo a autora, não os indivíduos, mas as relações, e envolve toda a família.

Ribeiro destacou que muitas vezes não há na família nenhuma demanda pela intervenção (motivada por denúncia externa de maus-tratos), mas sim uma negação de que exista violência. Há o compartilhamento de segredos entre os familiares, e a abordagem do trabalho busca explorar justamente esses temas secretos: a experiência/aprendizado da violência sofrida pelos pais; a justificativa de que o espancamento é para o bem, para disciplina do filho, explicando a existência da dinâmica do “eu bato porque ele/a mente/ eu minto porque ele/a bate”. Por fim, a autora apontou para as possibilidades de mudanças nas relações violentas.

O penúltimo trabalho apresentado nessa sessão temática foi o de Rozeli Maria Porto, da UFSC, *Gravidez e relações violentas: representações da violência doméstica no município de Lages/SC*. Inserido no campo das relações de gênero e violências, o trabalho analisa as percepções de 29 entrevistados (profissionais, mulheres e homens envolvidos nas relações violentas). Porto destacou que aparentemente a gravidez não gera a violência, mas sim a intensifica quando já está

presente a hostilidade. Chamou a atenção para o sentimento de rejeição e exclusão dos homens diante da gravidez das suas parceiras. Observou a autora que os homens receiam não apenas receber menos atenção da parceira com a chegada do filho, mas às vezes também receiam uma exclusão total da relação e temem que o filho seja de outro homem. Se a mulher tem filhos de um relacionamento amoroso anterior, o temor é ainda mais amplificado.

Outro aspecto abordado em seu trabalho diz respeito aos testes de DNA. Alguns homens rejeitavam a paternidade de forma tão absoluta que sequer diante desse teste reconheceriam sua condição de pai, temendo talvez serem enganados por algum complô entre a mulher e a autoridade médica, que é desacreditada. Observou que a gravidez gera violência porque permite dúvidas, gera ciúmes e, sobretudo, porque muitas vezes é interpretada como um signo de traição feminina. O teste não garantiria o sentimento paterno. Essa desconfiança da paternidade seria um condicionante central da violência, mas outras situações emblemáticas foram também encontradas, como os freqüentes conflitos entre noras e sogras, e mesmo um caso de sororato,¹¹ isto é, de duas irmãs que partilham o mesmo marido, até que ocorre a gravidez de uma delas, desequilibrando o triângulo, e tendo como consequência a saída da não-grávida.

Dessa forma, a autora verificou que a gravidez tem um significado relevante nessas relações de gênero, pois intensifica, motiva e aciona as violências, dando e retirando poder, transformando *status*, direitos e posicionamentos das pessoas.

Rosa Maria Wohlers de A Siqueira, do Centro de Referência e Apoio à Vítima (CRAVI), apresentou o trabalho *Demandante CRAVI: um enfoque de gênero*. O CRAVI é um órgão da Secretaria de Justiça de São Paulo, que desde 1998 atendeu a 790 famílias de vítimas de crimes violentos, totalizando cerca de 3 mil pessoas. O estudo identificou o perfil de sua clientela nos três núcleos de atendimento: o jurídico, o social e o psicológico.

¹¹ De acordo com Françoise Héritier (1989, p. 106), relação sororal significa o casamento entre um homem e duas irmãs.

As mulheres representam 72% da demanda (uma vez que a maioria dos envolvidos nos crimes violentos são homens), a faixa etária mais freqüente está entre 36 e 45 anos, a maioria das mulheres se autodefine como branca, e são vinculadas às camadas populares e de baixa escolaridade. Observou Siqueira que 34% são viúvas e provedoras da família. Entre os homens demandantes, destacou que esses atingiram níveis de escolaridade e de renda mais altos que as mulheres, além de uma taxa maior de empregos registrados em carteira de trabalho, e a porcentagem de brancos é maior. Entre eles há apenas 3% de viúvos, e 50% são casados, contra 20% delas. A demanda por atenção psicológica foi de 28% para as mulheres, contra apenas 8% dos homens.

Em grande medida, a demanda do Cravi, segundo Siqueira, reflete a sociedade que o cerca: as mulheres ocupam empregos de menos prestígio e são mal remuneradas. Os homens, no entanto, são as maiores vítimas da violência direta. Entre as vítimas indiretas, as mulheres se mostram mais vulneráveis à violência indireta que decorre da pobreza e da exclusão social, dada a precariedade da sua condição socioeconômica. Argumentou a autora que as mulheres também são atingidas pela violência no que considera sua forma mais grave, ou seja, o homicídio. Siqueira destacou que o estudo contribuiu para a mudança dos registros da instituição e para aperfeiçoar o acolhimento da demanda.

Relacionamos a seguir os comentários de Clara Dornelles, debatedora dos trabalhos dessa sessão.

COMENTÁRIOS DE CLARA DORNELLES¹²

Importante salientar, já no princípio, o lugar de onde falo: a lingüística aplicada. Também essa área tem se interessado pelo estudo de questões relacionadas à constituição da violência conjugal e familiar. É sob um ponto de vista da linguagem como elemento articulador das relações humanas (cotidianas e institucionais) que faço as considerações a seguir.

¹² Mestre em lingüística pela Universidade Federal de Santa Catarina e doutoranda pela Unicamp.

Os cinco trabalhos inscritos na “Sessão Temática 2 – Violência conjugal e família” demonstram fazer parte de um discurso que entende a violência conjugal como uma construção conjunta e cotidiana dos atores sociais. Tal violência ocorre em ciclos repetitivos que podem envolver relações intra e extrafamiliares.

Os trabalhos enfatizam também a relação entre a constituição das relações de gênero e a constituição da sociedade. Mostram como os atos violentos são deflagrados por elementos facilitadores, “os gatilhos”, que seriam: bebida, pobreza, nível de escolaridade, desemprego, gravidez, *stress*, problemas afetivos. Reforçam a idéia de que é preciso quebrar alguns mitos e ideologias, meta primordial do feminismo, pois a violência parece estar atrelada à reprodução de padrões de comportamento machistas e tradicionais ligados, por exemplo, à ideologia da dominação masculina revelados pelos ditos populares: “Em briga de marido e mulher não se mete a colher”; “Violência é problema de pobre, de gente sem educação”.

Ainda que demonstrem falar a favor desse discurso, nem todos os textos escritos para esta sessão materializam esse ponto de vista. Em alguns dos trabalhos, o modo de tratar os envolvidos no processo de violência revela ainda tendência à manutenção da dicotomia algoz/agressor-vítima ou mesmo ao uso dos termos “gênero” e “sexo” – violência doméstica, violência conjugal e violência contra a mulher como equivalentes.

A maioria dos trabalhos preza não apenas pela “voz da mulher”, mas também pela “voz do homem”. No entanto, dificilmente encontramos “enunciados” de homens como indivíduos. Na maioria das vezes, os homens aparecem como coletividade.

Essas constatações me levam a crer que, ao lidar com a problemática do gênero, a pesquisadora ou o pesquisador enfrentam um processo de desconstrução de suas próprias crenças e referências. Mesmo estando ciente de seu construto teórico, a pesquisadora ou o pesquisador revelam “ambigüidades de gênero” no seu texto e em seus recortes metodológicos.

Amanda Haack Bifano (PUCRS), em *Relacionamentos que matam: violência conjugal*, trata de homicídios contra mulheres em re-

lações conjugais, por meio da análise dos mitos da violência ainda reproduzidos pela sociedade e das causas dos homicídios.

Os méritos da pesquisa de Amanda Bifano englobam a relevância da reflexão sobre as causas dos homicídios contra mulheres. Sua discussão sobre ciúme patológico nos faz atentar para a necessidade de que se construam relações conjugais nas quais os parceiros sejam também indivíduos, tendo sua identidade individual preservada. Aparecem ainda em sua pesquisa as mulheres transgressoras, que não se enquadram nos padrões tradicionais de gênero e cujas ações sugiro que sejam mais exploradas, em campo, em um futuro estudo.

O artigo de Bifano enfatiza a sua intenção em contribuir para eliminar a violência. Trago daí um questionamento: que relação se pode traçar entre prevenir e conscientizar, no âmbito das discussões sobre violência conjugal?

Jucelem G. Belchior Ramos,¹³ em *A representação social da mulher construída na relação conjugal violenta na cidade de Manaus*, pretende apreender as representações sociais da mulher, discutindo entrevistas realizadas com 15 casais, entre eles, caboclos, indígenas e manauaras.

Uma primeira observação quanto ao trabalho de Jucelem Ramos é que ela faz mais do que o título sugere: caracteriza as relações de gênero mediante uma leitura socioistórica e econômica, da pré-história aos dias atuais, da realidade brasileira e manauara. Essa caracterização é feita de maneira clara e concisa, problematizando a relação entre gênero, poder e sociedade, mostrando que a violência se constitui por meio de uma rede entre diferentes elementos que se cruzam no ambiente físico. Algo mais que Ramos faz para além do que o título sugere: sua pesquisa trata da representação social dos papéis de gênero e das causas da violência para mulheres e também para homens. A propósito, seus resultados apontam para uma certa homogeneidade entre os discursos femininos e masculinos.

A questão que surge a partir do trabalho de Ramos é a seguinte: como se dá a aproximação de contextos nos quais a problemática da violência faz parte do cotidiano das pessoas?

¹³ Jucelem G. B. Ramos não compareceu à apresentação oral dos trabalhos.

Já Maria Alexina Ribeiro, em *Violência intra-familiar: uma questão de gênero?*, discute a violência como expressão de uma disfuncionalidade no sistema familiar. Por intermédio do trabalho com terapia conjugal e familiar e de pesquisas realizadas, Maria Alexina mostra que aspectos psicológicos, associados a aspectos socioculturais e econômicos, podem servir de “gatilho” para atos violentos.

Um dos méritos do trabalho de Ribeiro é demonstrar que os conceitos de violência são culturalmente sensíveis/variáveis. Cabe aqui a sugestão de que o conceito de violência intrafamiliar no contexto brasileiro seja, portanto, mais explorado. Ao tratar a violência como forma de comunicação, co-construída por todos os envolvidos, a autora reforça teorizações recentemente iniciadas nos estudos de violência conjugal, daí a minha sugestão para que Miriam Grossi (1998) seja consultada. Importante ainda no trabalho de Maria Alexina é o seu mapeamento dos estudos sistêmicos sobre violência intrafamiliar e sua atuação para a prevenção e intervenção familiar e multifamiliar.

Como sugestão final, o estudo de campo para explorar a tríade: comunicação-expressão de afeto e comportamento violento. Fica a pergunta: como lidar com estereótipos, mitos e ideologias na intervenção com famílias com problemas de violência?

Rosa Maria Wohlers de A. Siqueira, em *Demandante CRAVI: um enfoque de gênero*, estuda as características do demandante do Centro de Referência e Apoio à Vítima. Analisando algumas categorias (idade, raça etc.) levantadas em formulários do CRAVI, Rosa Maria verificou que o demandante típico é a mulher mãe ou esposa, trabalhadoras de baixa renda e escolaridade, vítimas indiretas do homicídio.

Um dos pontos relevantes do seu trabalho é tratar da “violência indireta”, torná-la visível aos estudos voltados à questão de gênero. Cabe ressaltar ainda o impacto de sua pesquisa no contexto de investigação, influenciando a forma de coleta de dados e o atendimento/acolhimento dos demandantes.

Para um novo trabalho, sugiro explorar os detonadores/causas da violência indireta e discutir o tipo de atendimento oferecido pelo

CRAVI. Como questionamento, gostaria de saber o que significa “enfoque de gênero”, no âmbito da pesquisa realizada, e qual o tipo de atendimento oferecido pelo CRAVI.

Rozeli Maria Porto, em *Gravidez e relações violentas: representações de violência doméstica no município de Lages/SC*, analisa as representações e vivências da violência no período da gravidez. Discutindo as representações de profissionais que atuam em diversas instituições de apoio às mulheres, em Lages/SC, e de homens e mulheres envolvidos em relações conjugais violentas, Rozeli verifica que as violências se intensificam no período de gravidez, sendo os conflitos engendrados pela desconfiança da paternidade e pelo envolvimento de parentes.

O grande mérito do trabalho de Porto, não sei se está mais nos resultados e relevância da pesquisa propriamente dita ou na sua textualização, já que uma boa escritura intensifica o impacto que os resultados podem alcançar. Seus dados, discussões e citações formam um corpo único; durante a leitura, senti-me como se, ao mudar de parágrafo, estivesse mudando de passo em uma única dança. A forma como contrasta literatura e resultado da análise de dados, e ainda a sua demonstração, mediante dados etnográficos, da influência das ações de parentes consangüíneos e afins no conflito conjugal durante a gravidez merecem também ser destacadas. Relevância não menor o fato de descrever o ponto de vista e atitudes de mulheres e homens no conflito, possibilitando que se aproxime a realidade conjugal. Sugiro apenas que o artigo incorpore também as falas dos homens, não para ser “politicamente correto”, mas pela inserção de mais um elemento em nossas reflexões.¹⁴ Fica para Rozeli Porto a questão: o que é violência de gênero?

As referências dos artigos apresentados na própria sessão são riquíssimas. Estão ali os textos centrais que merecem ser revisitados: Grossi (1998), Scott (1990) e Soares (1999), por exemplo.

¹⁴ Falas que Rozeli Porto apresenta em sua dissertação de mestrado defendida em 2002, no curso de Antropologia Social, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Abaixo, questionamentos suscitados pela leitura dos cinco textos aqui discutidos, para dar continuidade a esta conversa, que, sem dúvida, será longa:

- 1) Como aproximar-se, como pesquisadora ou pesquisador, de contextos violentos, muitas vezes de extremo sofrimento para os participantes da pesquisa?
- 2) Como se configura a violência entre casais que não reproduzem relações conjugais tradicionais (nas quais há divisão real do trabalho doméstico, sem filhos, pouca relação com família dos cônjuges, não exclusividade de parceiros)?
- 3) Que ações/estratégias têm se mostrado positivas e/ou negativas em intervenções contra a violência de gênero?

RESPOSTAS DAS AUTORAS

O debate aberto ao público incluiu várias perguntas: como se aproximar dos contextos violentos, considerando o sofrimento emocional que essa abordagem levanta (para as/os assistidos e para quem os assiste)? como abordar a violência nos casais não tradicionais? o que tem se mostrado positivo ou negativo em termos das intervenções (acolhimento, terapia etc.) nos serviços que prestam assistência, tais como o CRAVI? Também se questionou se as formas de rompimento das relações amorosas (com mais ou menos conflito, de quem é a iniciativa da ruptura) levariam a diferentes resultados quanto à violência e ao homicídio; sobre o papel das psicoterapias na superação de relações violentas; sobre a diferença entre a aceitação do exame do DNA e o aprendizado da paternidade, entre outros temas.

As autoras responderam sobre a diferença entre conscientizar e prevenir o homicídio. Bifano discorreu sobre a chamada justiça terapêutica e seu papel entre as respostas institucionais. Ribeiro esclareceu que percebe nos trabalhos sobre violência conjugal um certo “ódio dos homens”, um julgamento prévio de sua culpa, desconhecendo-se que para muitos a violência seria entendida como uma forma de expressar amor. Também falou da terapia incluindo três gerações da família violenta, e da avaliação (seguimento) que estão implementando.

Rosa Maria Wolhers de A. Siqueira comentou que a questão de gênero emergiu do material, dadas as diferenças entre homens e mulheres. O atendimento no CRAVI (“terapia breve”) pode atingir até 15, 20 sessões. Nelas, o projeto de vida é trabalhado a partir das perdas, sobretudo com as crianças que presenciaram as mortes. A autora esclareceu ainda que a equipe atende tanto indivíduos como grupos, incluindo recursos como arteterapia. Rozeli Porto ressaltou a diferença conceitual entre violência de gênero e violência conjugal, e citou como referências, entre outras, Sueli de Almeida (1997) e Heleieth Saffiotti (1994). Interpretou a violência como algo relacional, e destacou os trabalhos de Maria Filomena Gregori (1993) e de Miriam Pillar Grossi (1998). Sobre a aproximação dos casos de violência estudados, as autoras concordaram que é difícil, mas que em grande medida as pessoas desejam, precisam falar.

EIXO 3 – EXPERIÊNCIAS DE LUTA CONTRA A VIOLÊNCIA

Mulheres na periferia urbana como promotoras populares: Uma experiência de acesso popular à justiça

AUTORA: Alda Beatriz Fortes

INSTITUIÇÃO: Ceca – Centro Ecumênico de Evangelização, Capacitação e Assessoria

Adaptação do método da mediação para o serviço de atendimento interdisciplinar à população de baixa renda

AUTORA: Célia Regina Zapparolli

INSTITUIÇÃO: Pró-mulher família e cidadania

Violência Contra a Mulher e a Feminização da Incidência de Hiv/Aids

AUTORAS: Janice Regina Rangel, Claudia Pons Cardoso e Maria Noelci Teixeira

INSTITUIÇÃO: Maria Mulher – Organização de Mulheres Negras / Porto Alegre/RS

Gênero e Direitos Humanos

AUTORA: Siomara Aparecida Marques

INSTITUIÇÃO: UFSC

Gênero e Adolescência: uma reflexão a partir do trabalho com a violência doméstica e sexual

AUTORA: Maria Eunice Figueiredo Guedes

INSTITUIÇÃO: PUC-SP

Mulheres guerreiras: um estudo sobre relações de gênero na vila Joana D'Arc

AUTORES: Pedrinho A. Guareschi e seus alunos Laura Helena Pelizzoli; Cristiane Redin Freitas; Eduardo Carvalho Barbosa; Hamilton Brignol Barreto e Leonardo Costa Garavelo

INSTITUIÇÃO: Grupo de Pesquisa “Ideologia, Comunicação e Representações Sociais” da PUC-RS

Nessa sessão foram debatidos seis estudos, realizados por distintas instituições. Inicialmente, Alda Beatriz Fortes do Centro Ecumênico de Evangelização, Capacitação e Assessoria (Ceca) apresentou o trabalho *Mulheres na periferia urbana como promotoras populares: uma experiência de acesso popular à justiça*. A autora destacou que essa iniciativa pretende capacitar as mulheres que lideram os bairros situados na periferia de São Leopoldo (Vale dos Sinos – RS) para atuar como agentes populares de justiça, capazes de orientar, informar e encaminhar as demandas no âmbito da cidadania e da justiça. Fortes se referiu às dificuldades encontradas no contexto social como o desemprego e a exclusão, argumentando que as reflexões sobre direitos humanos são destacadas desde o início do curso.

Segundo Alda Beatriz Fortes, o trabalho inclui uma abordagem de gênero e de classe. A experiência das participantes é utilizada para compreender a problemática da desigualdade e da exclusão, bem como a situação das mulheres. Entre outras técnicas metodológicas, o curso visa à construção de uma visão não autoritária do poder, desde quando se trata de favorecer o *poder de dentro*,

com, para, e não sobre. Fortes observou ainda que as capacitadoras evitam estigmatizar as mulheres em situação violenta, utilizando a expressão “mulheres com problemas”. A autora fez referência às várias falas das mulheres que realizaram o curso de capacitação, sobre a repercussão do trabalho: “atendemos as pessoas sobre qualquer assunto; retomei sonhos, caminhos, me libertando de mim mesma”. Comentou, do mesmo modo, sobre o fortalecimento do papel das mulheres em outras áreas, por exemplo, no que se refere à renda, e ainda sobre a alfabetização, que permite, de alguma forma, seu empoderamento. Observou ainda que são realizadas discussões sobre as mudanças no papel dessas mulheres, durante o processo de redefinição do seu projeto de vida e também sobre os limites impostos pelos componentes até certo ponto autoritários das metodologias de educação popular.

Célia Regina Zapparolli, da ONG Pró-Mulher Família e Cidadania,¹⁵ apresentou um relato da *Adaptação do método da mediação para o serviço de atendimento interdisciplinar à população de baixa renda*. A autora relatou a experiência dos 10 anos de intervenção em mediação na abordagem da violência doméstica, incluindo o trabalho com o agressor, dirigido à solução dos conflitos e à prevenção da violência.

O trabalho parte do pressuposto de que mesmo quando não há mais o vínculo conjugal continua havendo uma família. Zapparolli defendeu que a mediação não tem como objetivo propiciar a impunidade, mas sim promover a equidade mediante soluções exequíveis para o conflito, estimulando a responsabilidade individual com essas soluções acordadas.

A autora apresentou como resultado do trabalho de mediação a redução, num período de três meses, de 50% nas demandas de separação de corpos, diminuindo a pressão sobre a justiça. A partir dos grupos com os profissionais, foi constituído um núcleo de mediação

¹⁵ Segundo a autora, a Pró-Mulher Família e Cidadania foi fundada na década de 1970, com os movimentos feministas, objetivando garantir a integridade física e psicológica da mulher de baixa renda, sujeita a violência intrafamiliar e social, resguardando a sua segurança jurídica.

e estudos, e por intermédio dele se desenvolveu um modelo de atendimento dos casos de violência intrafamiliar nas comunidades de baixa renda, baseado em uma perspectiva não adversarial. Esses profissionais estão envolvidos em um projeto amplo de avaliação da eficácia do método de mediação, apoiado pela Unicamp e pela Fapesp.

Janice Regina Rangel (UFRGS) apresentou o trabalho realizado em parceria com Claudia Pons Cardoso e Maria Noelci Teixeira, desenvolvido por Maria Mulher – Organização de Mulheres Negras.¹⁶ O trabalho *Violência contra a mulher e a feminização da incidência de HIV/Aids* objetivou, segundo as autoras, sistematizar o perfil social das mulheres portadoras de HIV/Aids atendidas pela entidade, como também revelar a relação entre o HIV/Aids e a violência contra a mulher.

Traçando o perfil dessa demanda, observaram que, dessas mulheres, 13% tinham testes positivos para o HIV; 90% se definiam como negra, a maioria não concluiu o ensino fundamental, tendo-se dedicado ao exercício de atividades socialmente desqualificadas, como empregada doméstica e similares. Além disso, a maioria vivenciava uniões informais, cerca de 40% relatava outras Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e 30% delas acumulavam as histórias de violência sexual e do HIV. Para elas, um episódio era violento apenas quando “tirava sangue”, 90% delas não denunciaram a violência, 42% relataram que a violência era sofrida diariamente. Das 59 entrevistadas, 49 não usavam preservativos.

Segundo as autoras, um fator que agrava o contágio pelo HIV é a falta de poder de negociação nos relacionamentos conjugais. As autoras constataram que a maioria das mulheres pesquisadas foi contaminada pelos próprios companheiros ou pelos ex-companheiros. Isso demonstra que a utilização dos preservativos, tanto o feminino como o masculino, depende da aprovação e aceitação do homem. A situação se agrava quando a mulher é submetida a ter relações sexuais contra a sua vontade.

¹⁶ Organização feminista inserida no contexto da luta contra as desigualdades e defesa dos direitos das mulheres, desenvolve o programa Construindo a Cidadania de Mulheres Vítimas de Violência Doméstica com população da Região Cruzeiro do Sul, na cidade de Porto Alegre (RS).

Gênero e direitos humanos: uma bandeira de luta das mulheres na carreira jurídica, foi o trabalho apresentado por Siomara Aparecida Marques, que procurou demonstrar como mulheres advogadas criaram ou se engajaram em instituições, a exemplo da Comissão da Mulher Advogada da Ordem dos Advogados de São Paulo (OAB-SP), a Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica (ABMCJ) e o grupo Themis de Porto Alegre.

Para a autora esse engajamento contribuiu para conscientizar as/os operadores do direito a incorporarem as reivindicações elaboradas pelas Convenções Internacionais dos Direitos das Mulheres. O trabalho constatou que essas mulheres conseguiram desenvolver uma formulação inovadora do direito, imprimindo uma perspectiva de gênero em sua interface com os direitos humanos. Isso contribuiu para o seu reconhecimento como sujeitos de direito, nas esferas pública e privada, incluindo a agenda dos direitos reprodutivos e sexuais.

Siomara Aparecida Marques chamou a atenção para o papel educativo que essas organizações cumprem com profissionais do direito, por meio de várias estratégias, como a denúncia e os casos exemplares (por exemplo, o estudo da Themis sobre letras de músicas ofensivas às mulheres), a questão do direito à licença-maternidade da mãe adotiva; o trabalho da Comissão da Mulher Advogada no projeto Bem-me-quer (de acesso à visita íntima para as presas, além de outros direitos, como assistência médica e jurídica). A autora assinalou que alguns setores são esquecidos pelo movimento de mulheres, como é o caso das detentas, e outros grupos estigmatizados, apontando para a importância da universalização dos direitos das mulheres.

O estudo de Maria Eunice Figueiredo Guedes (PUC-SP), *Gênero e adolescência: uma reflexão a partir do trabalho com a violência doméstica e sexual*, tratou sobre gênero e adolescência a partir do trabalho com a violência doméstica e sexual. A autora apresentou um perfil da clientela de mulheres e meninas atendidas pelo programa de atenção às vítimas de violência sexual em Belém do Pará, que moram em condições precárias, destacando o sub-registro dos casos, e da relação entre a violência e as outras formas de opressão social. Enfatizou a reprodução da violência nas novas configurações

de família, de masculino e de feminino, e dos estereótipos sobre adolescência, reforçados pelas famílias e pelas instituições de assistência.

Guedes constatou a desarticulação e a dispersão das políticas dirigidas às mulheres agredidas, aos adolescentes e aos excluídos em geral, e das tentativas de implementação da norma técnica de atenção às mulheres vítimas de violência sexual do Ministério da Saúde (1998). Observou, do mesmo modo, a experiência da criação de redes de prevenção e de intervenção que articulem essas várias formas de violência.

Pedrinho A. Guareschi (do grupo de pesquisa Ideologia, Comunicação e Representações Sociais, da PUC-RS), em parceria com seus alunos (Laura Helena Pelizzoli, Cristiane Redin Freitas, Eduardo Carvalho Barbosa, Hamilton Brignol Barreto e Leonardo Costa Garavelo), encerrou os trabalhos desse eixo apresentando o estudo *Mulheres guerreiras: um estudo sobre relações de gênero na vila Joana D'Arc*.

Esse estudo fez parte do projeto integrado “Comunidade, Mídia e Memória Social” Fazendo uso da Hermenêutica de Profundidade. Analisaram grupos focais, filmagens e entrevistas com homens e mulheres, realizadas em duas comunidades de baixa renda de Porto Alegre (Vila Joana d' Arc e Vila Pinto, com foco na primeira).

Com a pesquisa, os autores conseguiram demonstrar o protagonismo das mulheres e seu compromisso com o desenvolvimento comunitário, diferentemente dos homens, pois elas ampliam o seu papel político a partir da tomada de consciência das situações/experiências de violência e sofrimento vividas em função de relações de desigualdade. O próprio nome da comunidade (Joana D'Arc) foi escolhido por meio de uma eleição, a fim de homenagear uma mulher guerreira e santa, com quem elas se identificaram. A luta pelos interesses da comunidade, por analogia, estendeu-se às relações familiares, nas quais buscaram um tratamento mais igualitário e democrático.

COMENTÁRIOS DE LUZINETE SIMÕES MINELLA¹⁷

Inicialmente vale a pena observar que se tratam de cinco trabalhos, sendo três no âmbito das relações entre gênero e direito (um teórico e dois relatos de experiências); um sobre gênero e adolescência, destacando a violência doméstica e sexual; e um sobre gênero e saúde, abordando a violência contra a mulher e a feminização da incidência de HIV/Aids.

Ao elaborar os comentários, tentei seguir as recomendações da organização do seminário, mas percebi que nem sempre seria possível separar de modo sistemático as semelhanças das diferenças entre os trabalhos apresentados.

Começando pelos trabalhos situados no campo das relações entre gênero e direito, destaco inicialmente os relatos feitos Alda Beatriz e Célia Regina. O primeiro resgata uma experiência de acesso popular à justiça entre mulheres da periferia urbana, e o segundo registra as origens e o desenvolvimento da utilização do método da mediação no atendimento da população de baixa renda (entendendo mediação como a resolução pacífica de conflitos).

Essas experiências têm em comum a facilitação do acesso à justiça dos segmentos de baixa renda no contexto de áreas urbanas. Ambos são inovadores naquilo a que se propõem: de um lado transformar o cotidiano das mulheres, capacitando-as para que se tornem promotoras populares; de outro transformar a cultura jurídica (sua lógica adversarial) para instituir uma cultura do diálogo entre as partes envolvidas em conflitos familiares.

Entendo que em ambos os casos, trata-se de tentar modificar na prática (por meio de cursos, orientações, acompanhamento psicológico, oficinas e outros tipos de encaminhamento) as relações das mulheres e dos homens com a justiça, recuperando a dimensão da cidadania. No primeiro caso, trata-se de empoderar as mulheres, rompendo com a cultura do silêncio e da submissão; no segundo, trata-se

¹⁷ Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política e do Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Os comentários não incluem o último trabalho apresentado por Guareschi et al., porque a debatedora não teve acesso ao texto em tempo hábil.

de resgatar entre as partes conflitantes, o espírito da negociação, evitando que os cenários das disputas assumam um tom demasiado grave e prejudicial (em todos os sentidos) para as partes envolvidas.

Em termos das conclusões, esses relatos se assemelham ao avaliar positivamente os resultados, assinalando-se, no primeiro caso, que as mulheres assumem um papel de protagonistas, consolidando sua liderança, passando a canalizar demandas, ampliar parcerias, planejar cooperativas, retornando inclusive aos estudos (20%); no segundo caso, Célia Regina observou no final do texto que “em apenas três meses, pode ser constatada a redução em 50% das ações cautelares de separação dos corpos”, além da redução de ações de separação judicial e alimentos.

Apesar de considerar que é extremamente importante registrar os êxitos obtidos por intermédio dessas experiências, fico curiosa em relação às dificuldades encontradas. Uma discussão sobre essas dificuldades pode ser extremamente útil para pessoas e instituições que pretendam impulsionar iniciativas semelhantes.

Por outro lado, percebo no subtexto (que é uma forma de comunicação), uma certa “idealização” das mulheres e dos casais. Pergunto então: não há conflitos que se recolocam? Não há novas rupturas, quebras de acordos se alternando com novos pactos, disputas e competições? Não há tensões que deslizam de um lado para o outro, rebatendo no contexto doméstico, na vizinhança etc.?

Provocando um pouco mais, creio que vale a pena chamar a atenção para o fato de que, ao se falar em acompanhamento, entendo o sentido que se quer dar a esse tipo de intervenção, mas não há uma certa “infantilização” das mulheres (e dos homens) em estudo, contidas em afirmação do tipo “é preciso cuidar deles/as e acompanhá-los/as porque não sabem o que fazem”, “não estão preparados/as” etc.? Ou seja, não há uma perspectiva “maternal” do cuidado para com essas pessoas? Creio que seja esse talvez um dos impasses dessas ações: como orientar sem solapar de alguma maneira o próprio “empoderamento” pretendido?

A esse respeito, recomendo as leituras de Pierre Bourdieu (*O poder simbólico, A dominação masculina*) e de Michel Foucault (*Microfísica*

do poder, e outros) para repensar a questão do empoderamento a partir de uma contextualização histórica das relações de poder e de uma recolocação dessa temática no âmbito privado.

Tendo a considerar, a partir da leitura de Nancy Fraser, que os recentes ganhos feministas são extraordinários no plano do reconhecimento e da identidade se nos comparamos com as gerações anteriores, ao menos em alguns contextos, mas falta muito a ser conquistado no território da distribuição de renda, das oportunidades de trabalho, plano no qual as desigualdades continuam imensas (Fraser, 2002). Dados estatísticos amplamente disponíveis em escala mundial atestam que estamos longe ainda de uma redistribuição igualitária, mesmo nos países desenvolvidos. Fato que talvez se agrave com a crise política internacional desencadeada pelas guerras no Oriente Médio.

Quanto ao trabalho da Siomara Marques, vejo que se trata de uma revisão da literatura que sintetiza a luta feminista pelo direito à identidade e à uma vida livre de violência, assegurando-se os direitos sexuais e reprodutivos. Acho importante que do ponto de vista empírico a atenção se volte para um segmento específico: as operadoras do direito de algumas associações profissionais e ONGs que se preocupam em incorporar o gênero nas práticas jurídicas.

Sugiro uma contextualização sobre a “evolução” dos direitos humanos no Brasil, recuperando convenções, protocolos, declarações, tratados principais que representam os grandes marcos desse processo, relacionando tais documentos com o conceito de cidadania. Sugiro também a leitura das contribuições de Marshall sobre cidadania, classe social e hierarquias de *status*, um texto clássico, publicado pela Editora Zahar em 1967. Penso também que é necessário alimentar uma visão crítica dos direitos, como uma forma de manter a chama acesa, pois os direitos às vezes servem para acomodar tensões de um modo muito provisório. Não é por acaso que, ao tentar explicar as razões do fortalecimento, da expansão e da hegemonia do capitalismo, Habermas argumenta que tanto o Estado quanto as elites aprenderam a administrar as desigualdades sociais, econômicas e políticas. As normas do Direito sem dúvida, fa-

zem parte dessa administração, acho, portanto, que é o caso de pensar um pouco mais a respeito e de propor sempre a recolocação das lutas.

Considero ainda que seria necessário tomar como pano de fundo as críticas de Foucault à modernidade normativa, para problematizar a própria construção das noções de direitos civis, políticos e sociais. Por último, creio que as experiências referidas nos trabalhos comentados anteriormente podem contribuir para ilustrar os argumentos desse estudo.

Quanto ao trabalho de Maria Eunice Guedes, observo que a revisão da literatura está bastante avançada, recuperando com propriedade os conceitos de gênero, saúde e políticas sociais; mas sugiro que seja contemplado também o conceito de gerações, de maneira que a adolescência possa ser interpretada como uma forma de instalação no mundo que inclui pontos de vista, atitudes, escolhas etc. de uma maneira peculiar. Penso que uma discussão sobre adolescência a partir de uma problematização do conceito de gerações pode contribuir para a crítica de uma visão talvez excessivamente “biologicista” sobre a adolescência que insiste em imperar em certos meios.

Observo ainda que a parte empírica do estudo, a qual registra e analisa os dados sobre o acompanhamento de 42 adolescentes vítimas de violência no Hospital Universitário de Belém, pretende subsidiar uma louvável ação de caráter educativo. Pergunto: não seria o caso de contextualizar um pouco mais nitidamente a sociedade paraense, destacando os seus traços patriarcais (clássicos) e dimensionando o impacto dos novos modelos de família sobre esses traços?

Por último, sobre os achados do estudo de Cláudia Cardoso, Janice Porto e Maria Noelci T. Homero, chamam a atenção três situações: a dependência das mulheres em relação ao companheiro quanto ao uso do preservativo, o alto índice de estupros que ocorrem no âmbito doméstico e a “negação” da violência psicológica e sexual. A ênfase das mulheres na violência física pode ser interpretada de várias maneiras tanto quanto a “negação” das demais formas de violência que sofrem dos seus parceiros. Talvez seja mais aceitável (e suportá-

vel) falar sobre a violência física, pois ela é mais objetiva que as demais – afinal, há um corpo visivelmente machucado, enquanto outros sinais podem permanecer invisíveis por um longo período. Sugiro que sejam incluídas reflexões sobre a sexualidade, âmbito a partir do qual as análises e as intervenções sobre Aids têm procurado se fundamentar. As pesquisas de Richard Parker (1995, 1995a), de Regina Barbosa (1996 e 1999) Wilza Wilela (1996, 1999) podem ser extremamente úteis nesse caso.

RESPOSTAS DAS AUTORAS E INTERVENÇÕES DA PLATÉIA

Na discussão final foram levantadas questões como: em que medida a mediação não colocou as mulheres em risco adicional de violência ou mesmo de homicídio? Havia informação sobre isso? Havia trabalhadoras sexuais entre as mulheres portadoras do HIV? Esse dado era considerado? Várias pessoas perguntaram sobre o acompanhamento dos casos nos projetos de intervenção e sobre como foi feita a classificação racial (por exemplo, no caso de Belém, considerou-se apenas brancas e negras, ou também foram encontradas mulheres de origem indígena?).

As autoras responderam rapidamente às questões, devido ao adiantado da hora, remetendo o esclarecimento de dúvidas para contatos posteriores. Alda Fortes retomou a importância do fortalecimento das mulheres em outras esferas da vida como fundamental para a superação de relações violentas. Célia Zapparolli se referiu aos obstáculos do trabalho e ao preconceito dos operadores do direito contra as mulheres nessas relações. Janice Rangel contou que nas oficinas sobre sexualidade as mulheres falam mais sobre os sentimentos, e por que continuam com os companheiros apesar de tudo. Maria Eunice Guedes retomou a questão racial, a grande presença de afrodescendentes na região Norte e as diferenças entre a cultura patriarcal do Nordeste e do Norte. Ressaltou que a ausência de indígenas se devia mais a uma falha na classificação por parte dos serviços.

Foi observado que o papel das diversas abordagens (mediação, psicoterapia), e sua avaliação, é um campo fundamental para uma

agenda de pesquisa. Fazendo eco às questões levantadas pela debatedora sobre o perigo de “maternalização” das pessoas assistidas, argumentou-se que o acompanhamento é fundamental e que se deve tentar refletir sobre a forma de equilibrar as duas coisas ao mesmo tempo, ou seja, a necessidade de saber se e em que medida nossos esforços são efetivos em ajudar as pessoas, e evitar tutelá-las e tratá-las como desprovidas de autonomia. O suporte aos que assistem as pessoas em situação de violência foi também um tema central, incluindo as motivações para o engajamento no campo – considerou-se, mais uma vez, que há uma espécie de “borramento” nos limites entre ativismo, serviços e produção acadêmica, com seus limites e possibilidades.

EIXO 4: MÍDIA, DISCRIMINAÇÕES ESCOLARES E RACIAIS

Discriminação, segregação e violência: a Folha de S.Paulo e o problema da violência escolar

AUTOR: Carlos Eduardo dos Reis

INSTITUIÇÃO: UFSC

Raça, Gênero e Classe: exclusões e violências nas relações entre nativos e turistas em Florianópolis

AUTORA: Flávia de Mattos Motta

INSTITUIÇÃO: UDESC

A interdisciplinaridade como instrumento de inclusão social: desvelando realidades violentas

AUTORA: Mari Nilza Ferrari de Barros e Vera Lúcia Tieko Suguihiro

INSTITUIÇÃO: UEL

Etnia, violência e projeto de vida: projetos de vida de mulheres negras adolescentes

AUTORA: Maria Aparecida Silva

INSTITUIÇÃO: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp)

Os excluídos no interior das universidades públicas no estado de São Paulo e na cidade de Paris – elementos para o debate

AUTORA: Nilce da Silva e Pedro Geraldo Tosi

INSTITUIÇÃO: USP/Unesp

O primeiro estudo, *Discriminação, segregação e violência: a Folha de S. Paulo e o problema da violência escolar*, apresentado por Carlos Eduardo dos Reis, consiste numa análise sobre a forma como a violência em geral e mais especificamente aquela presente nas instituições escolares foram tratadas nos editoriais e na coluna “Tendências e Debates” do jornal *Folha de S. Paulo*, de 1997 a 1999.

De acordo com o autor, esse veículo apresenta um projeto civilizatório contra a barbárie, com uma perspectiva que visa a promover uma certa eugenia social. A violência no jornal é identificada como uma questão de polícia, com a barbárie social, como algo próprio das classes populares e de cor negra. Nesse sentido, a escola é representada como um espaço civilizatório privilegiado. Dos pontos discutidos, dois merecem destaque especial: a ausência das falas dos sujeitos que sofrem a violência e a falta de historicização da violência desde quando esta aparece como resultado da exclusão dos pobres do mercado, do baixo poder de consumo e da conseqüente perda de auto-estima. O poder e a violência praticadas pelos agentes econômicos e por várias instituições sociais não são abordados na coluna.

Flávia de Mattos Motta abordou alguns dos resultados de sua tese de doutorado, *Raça, gênero e classe: exclusões e violências nas relações entre nativos e turistas em Florianópolis*,¹⁸ sobre a relação entre nativos de Florianópolis e os turistas que freqüentam o local, a partir de uma perspectiva que tenta perceber as interseções entre raça, gênero e classe. A autora apresentou o caso de um rapaz negro, natural de Florianópolis, analfabeto e filho de uma empregada doméstica, um dos informantes do seu trabalho de campo. Esse rapaz, cuja trajetória foi marcada pela exclusão econômica, social, racial e de gênero, estuprou aos 19 anos uma turista branca. Dentre os as-

¹⁸ Defendida no Programa de Pós-graduação em ciências humanas da Unicamp.

pectos destacados pela autora, cabe mencionar, por um lado, as dificuldades teóricas, metodológicas (e emocionais) que enfrentou durante a pesquisa de campo, pois foi chamada, inclusive, a intervir para defender os direitos humanos de um preso que estava sendo espancado; e, por outro, como o estupro revela um momento em que todo um mapa de signos, hierarquias e classificações se esvazia no interior de um contexto social específico, sobrando, talvez, como a única forma de comunicação, um “sexo roubado” por um sujeito que incorpora o “fraco” em relações desiguais de poder. Faz-se necessário ressaltar o esforço da pesquisadora em analisar com rigor e cuidado uma situação complexa, sem perder de vista que se tratava, no caso, de um ato bárbaro de violência contra a mulher.

A interdisciplinaridade como instrumento de inclusão social: desvelando realidades violentas foi o trabalho apresentado por Mari Nilza Ferrari de Barros e Vera Lúcia Tiekó Suguihiro. As autoras discutem a intervenção e a parceria estabelecida entre os departamentos de Serviço Social, Direito, Comunicação Social e Psicologia Social da Universidade Estadual de Londrina com os três conselhos tutelares do Município no apoio às crianças e adolescentes vítimas de violência.

Barros e Suguihiro destacaram como de fundamental importância a necessidade de envolver diferentes áreas de conhecimento para a compreensão e combate desse tipo de violência, compreendida como um fenômeno social que atinge todos os segmentos e grupos sociais, independentemente das fronteiras de classe, raça, religião e cultura. As autoras ressaltaram que alguns casos que são intrafamiliares devem ser apresentados como violência social, para que o Estado intervenha com uma série de ações, pelas secretarias ligadas ao tema.

Etnia, violência e projeto de vida: projetos de vida de mulheres negras adolescentes, apresentado por Maria Aparecida Silva, abordou, a partir de entrevistas fechadas com adolescentes negras, como o racismo e o sexismo marcam e limitam seus projetos de vida destas. A escola é interpretada pelas entrevistadas como um caminho para a ascensão social, como mediadora do futuro e dos projetos de vida. As adolescentes questionam o lugar designado para elas na sociedade,

lutam contra o racismo e o machismo e, segundo a hipótese levantada pela autora, têm suas trajetórias marcadas em algum momento pela violência – aqui compreendida não somente como violência física, mas simbólica: aquela que constrange, suprime a alteridade e elimina, simbolicamente, o “outro”. O quadro se agrava porque muitos profissionais não sabem lidar com essas questões, e elas padecem de um certo mutismo que ronda o cotidiano escolar.

Em *Os excluídos no interior das universidades públicas no Estado de São Paulo e na cidade de Paris – elementos para o debate*, Nilce da Silva e Pedro Geraldo Tosi apresentaram um histórico da pesquisa afirmando que seu surgimento vem dos debates de um grupo de pesquisa ligado ao CNPq que estuda populações migrantes. Nos debates, a questão da exclusão do “outro” evoluiu para as vivências de exclusão experimentadas por membros do próprio grupo, sejam como estudantes brasileiros em Paris, sejam como professores de universidades públicas. Trata-se de um trabalho exploratório que visa analisar os mecanismos da “inclusão perversa” e o processo de “humilhação social” que sofrem aqueles que são excluídos em instituições formais, aos quais estão vinculados, como por exemplo, a universidade pública. Dentre os principais aspectos mencionados na apresentação, cabe destacar a forma como a burocracia e os critérios de excelência acadêmica podem ser utilizadas como justificativas para “apartar” esse segmento das “tarefas nobres”, o que leva os autores a uma série de questionamentos, entre os quais até que ponto a democratização do ensino modifica os antigos mecanismos de atribuição de *status*, privilégios e prestígio.

COMENTÁRIOS DE BERNADETTE GROSSI DOS SANTOS¹⁹

Aponto inicialmente para a existência de uma ordem social e moral que é nefasta ao desenvolvimento social e traz diversas questões: Como olhar, então, para o problema da discriminação? Quais são os pontos comuns nos textos? Quase todos os trabalhos falam de inclusão

¹⁹ Mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora da Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

e exclusão. Eles falam de estar na academia e em processo de intervenção social. Como dialogar com esse outro/objeto e nós mesmas com as amarras das nossas categorias?

Ressalto a disponibilidade e a generosidade de Flávia de Mattos Motta de tentar entender o outro lado da violência, o modo como a autora “encarou” o que apareceu no trabalho de campo, apesar das dificuldades. Como ela marcou sua posição de pesquisadora apesar do processo de empatia e alteridade que pode acontecer no campo com as vítimas ou vilões da pesquisa.

Com relação ao trabalho de Mari Nilza Ferrari de Barros e Vera Lúcia Tiekko Suguihiro, destaco o seu caráter interdisciplinar. Pergunto: por que a sociologia e a antropologia não estão na parceria com os conselhos tutelares, e quais são os problemas de conceituação que o projeto enfrenta?

No caso do estudo de Maria Aparecida Silva, sugiro que a investigação incorpore uma análise intragênero. Na sua pesquisa, as meninas negras querem ser enfermeiras e professoras, e as brancas? O que elas desejam? Quais as perspectivas?

Para Nilce da Silva e Pedro Geraldo Tosi, lembro que, para Bourdieu, autor utilizado na análise, o trabalho com o campo escolar representava um “outro”. Pergunto: se a exclusão vem de dentro, como pode um antropólogo ou sociólogo humilhar outros em bancas de defesa e em outras situações conhecidas?

RESPOSTAS DAS AUTORAS

Nilce questionou se existe a possibilidade de entender alguma relação humana sem violência, indagou como o sistema poderia ser mais humanizante e como alguém pode perceber-se violentado quando está sendo violentado.

Carlos Eduardo apontou que existe um nexos entre os trabalhos. Observou que o grau de violência cresceu de modo assustador e sem precedentes, sendo que a produção social da marginalização aconteceu também por intermédio da escola, ou seja, “indisciplina vira caso de polícia”. As pessoas vêm de fora e estranham que “haja po-

bres” em Santa Catarina. Como essa violência se constitui? Observou que o Plano Curricular Nacional é um documento “maldito”. Para Carlos Eduardo, a transversalidade ignora o negro, argumentando que esses somente aparecem nas religiões afro. Observou ainda que a educação entrou na estratégia de construção do Estado e da nação brasileira e é gestada como um processo de exclusão.

Flávia de Mattos Motta destacou o compromisso ético com o segmento estudado. Observou que o fato exigiu um enorme esforço intelectual perpassado por muito sofrimento. Tudo foi vivido com muito conflito, e ela, como feminista, teve que lidar com um estupro violentíssimo e, ao mesmo tempo, teve que defender o agressor, ou seja, diante da indignação da comunidade, teve que argumentar que ele fosse punido dentro da lei.

Mari Nilza afirmou que nem todas as relações são marcadas pela violência. Observou que nós somos intérpretes para resolver conflitos. Falou do “amor confluyente” de Giddens. Ressaltou as dificuldades com as abordagens interdisciplinares, bem como os obstáculos à construção de um novo projeto coletivo.

Maria Aparecida comentou sobre a dificuldade em se falar de violência. Esta somente é intitulada quando não existe o conhecimento do *outro*. Questionou como vamos discutir a violência se trabalhamos todo o tempo com a tolerância.

Conforme pode ser observado, os resultados dessa sessão, a exemplo das demais, podem ser considerados como altamente produtivos do ponto de vista da troca de informações teóricas e empíricas entre as autoras, as debatedoras e o público presente, fornecendo várias pistas e sugestões para a continuidade dos estudos sobre violência e representando um estímulo para o fortalecimento do diálogo entre as perspectivas de análise desenvolvidas no âmbito das organizações e da academia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, S. S. (1997). *Femicídio: algemas (in)visíveis do público privado*. Rio de Janeiro, Revinter.
- ASUÁ, J. De (1990). *Psicanálise criminal*. Buenos Aires, Depalma.
- BARBOSA, R. M (1999). “Negociação sexual ou sexo negociado? Poder, gênero e sexualidade em tempos de Aids”. In: BARBOSA, R. M.; PARKER, R. (orgs.). *Sexualidades pelo avesso: direito, identidades e poder*. Rio de Janeiro, IMS/Uerj; São Paulo, Ed. 34. (p. 73-88).
- BARROS, M. N. F.; SUGUIHIRO, V. L. T. *A interdisciplinaridade como instrumento de inclusão social: desvelando realidades violentas*. Primeira versão, 13 p.
- BIFANO, H. A. *Relacionamentos que matam: violência conjugal a partir das ciências criminais*. Primeira versão, 14 p.
- BOURDIEU, P. (1989a). *O poder simbólico*. Lisboa, DIFEL; Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- _____. (1989b). *A dominação masculina*. Lisboa, Celta Editora.
- CARDOSO, C.P.; PORTO, J. R. R.; HOMERO, M. N. T. (2003). *Violência contra a mulher e a feminização da incidência de HIV/Aids*. Primeira versão, 18 p.
- FORTES, A. B. (2003). *Mulheres na periferia urbana como promotoras populares: uma experiência de acesso popular à justiça*. Primeira versão.
- FOUCAULT, M. (1999). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 2ª ed.
- FRASER, N. (2002). “Políticas feministas na era do reconhecimento”. In: BRUSCHINI, C.; UNBEHAUM, S. G. (orgs.). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo, FCC/Ed. 34. (p. 59-78).
- GIDDENS, A. (1993). “O amor romântico e outras ligações”. In: *A transformação da identidade (sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas)*. São Paulo, Ed. da Unesp. (p. 47-58).
- GOMES, N. L. (2002). *Corpo e cabelo como ícones de construção da beleza e da identidade negra nos salões étnicos de Belo Horizonte* (Tese de doutorado, USP). São Paulo.
- GOMES, N. L. (2003). *Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra*. Primeira versão, p.16.
- GREGORI, M. F. (1993). *Cenas e queixas: mulheres e relações violentas*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- GROSSI, M. P. (1998). “Rimando amor e dor: reflexões sobre a violência no vínculo afetivo-conjugal”. In: PEDRO, J.; GROSSI, M. P. (orgs.). *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis, Mulheres.

- GUARESCHI, P. et al. (2003). “Mulheres guerreiras: um estudo sobre relações de gênero na vila Joana D’Arc”. In: *Grupo de pesquisa Ideologia, Comunicação e Representações Sociais da PUC-RS*, 1ª versão, 15 p.
- GUEDES, M. E. F. (2003). *Gênero e adolescência: uma reflexão a partir do trabalho com a violência doméstica e sexual*. Primeira versão, 40 p.
- HABERMAS, J. (1980). *A crise de legitimação do capitalismo tardio*. Rio de Janeiro, Edições Tempo Brasileiro.
- HERITIER, F. (1989). “Masculino/Feminino” In: *Enciclopédia Einaudi* n. 20, Parentesco, Lisboa, Imprensa Nacional, Casa da Moeda.
- MARQUES, S. (2003). *Gênero e direitos humanos: uma bandeira de luta das mulheres de carreira jurídica*. Primeira versão, 11 p.
- MARSHALL (1967). *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- MOTTA, F. M. *Raça, gênero e classe: exclusões e violências nas relações entre nativos e turistas em Florianópolis*. Primeira versão, 16 p.
- OLIVEIRA, M. L. P.; COSTA, A. S. (2003). *SOS racismo: desconstruindo o racismo na sociedade brasileira*. Primeira versão, 15 p.
- PARKER, R. G. (1995). “A construção social e cultural do risco sexual, ou como fazer pesquisa (em sexualidade) em uma epidemia”. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, Uerj/IMS, v. 5, n. 1, p. 85-98.
- PARKER, R. G.; HERDT, G.; CARBALLO, M. “Cultura sexual, transmissão do HIV e pesquisas sobre Aids”. In: CZERESNIA, D. et al. (orgs.) *Aids: pesquisa social e educação*. São Paulo/Rio de Janeiro, Hucitec/Abrasco. (p. 17-45).
- PORTO, R. M. *Gravidez e relações violentas: representações da violência doméstica no município de Lages/SC*. Primeira versão, 19 p.
- PORTO, R. M. *Gravidez e relações violentas: representações da violência doméstica no município de Lages/SC* (Dissertação de mestrado, PPGAS). UFSC.
- REIS, C. E. *Discriminação, segregação e violência: a Folha de S.Paulo e o problema da violência escola*. Primeira versão, 13 p.
- REIS, J. (2000). *Mulheres caladas: trajetórias escolares de professoras negras em Pelotas – produção/circulação de representações sobre os negros na escola* (Tese de doutorado em Educação, UFRGS). Porto Alegre.
- REIS, J. (2003). *Para não passar a vida na vassoura: a difícil trajetória de ascensão do “ser professora para não ser doméstica”*. Primeira versão, 11 p.
- RIBEIRO, M. A. *Violência intrafamiliar: uma questão de gênero?* Primeira versão, 15 p.
- SAFFIOTI, H. (1994). “Violência de gênero no Brasil atual”. In: *Revista Estudos Feministas*, número especial, Rio de Janeiro, Ciec-ECO-UFRJ.

- SCOTT, J. (1990). “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. In: *Educação & Realidade*, v. 15, nº 2, jul/dez.
- SILVA, M. A. *Etnia, violência e projeto de vida: projetos de vida de mulheres negras adolescentes*. Primeira versão, 16.
- SILVA, N.; TOSI, P. G. *Os excluídos no interior das universidades públicas no Estado de São Paulo e na cidade de Paris: elementos para o debate*. Primeira versão, 12 p.
- SIQUEIRA, R. M. W. *Demandante Cravi: um enfoque de gênero*. Primeira versão, 15p.
- SOARES, .B. M. (1990). *Mulheres invisíveis: violência conjugal e novas políticas de segurança*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- TEIXEIRA, A. B.; BATISTA, J. A. (2003). *Itinerários do prazer: sexismo e publicidade turística em Natal*. Coletivo Leila Diniz – Natal/RN. 1ª versão, 7 p.
- VILLELA, W. V.; BARBOSA, R. M. (1996). “Repensando as relações entre gênero e sexualidade”. In: PARKER, R.; BARBOSA, R. M. (orgs.). *Sexualidades brasileiras*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará/Abia/IMS/Uerj. (p. 189-199).
- VILLELA, W. V. (1999). “Prevenção do HIV/Aids, gênero e sexualidade: um desafio para os serviços de saúde”. In: BARBOSA, R. M.; PARKER, R. (orgs.). *Sexualidades pelo avesso: direito, identidades e poder*. Rio de Janeiro, IMS/Uerj; São Paulo: Ed. 34. (p. 199-214).
- ZAPPAROLLI, C. R. (2003). *Adaptação do método da mediação para o serviço de atendimento interdisciplinar à população de baixa renda*. Colaboração: Malvina Ester Muszkat. Primeira versão, 20 p..

SEXUALIDADES E EDUCAÇÃO

POLÍTICAS IDENTITÁRIAS NA EDUCAÇÃO SEXUAL

Jimena Furlani¹

Nos anos de 1980 a 1990, trabalhos a partir da crítica pós-estruturalista (Silva, 1994; Ogiba, 1995; Veiga-Neto, 1995) alertaram para “a crise” do sujeito e das instituições modernas, decorrente do esgotamento e da insuficiência das idéias da Modernidade e das categorias do Iluminismo (o sujeito único, a razão, a totalidade, o progresso).

O século XXI se iniciou sendo caracterizado, por muitos/as, como um “tempo ambíguo... paradoxal” (Silva, 2001, p. 7). Esse tipo de afirmativa considera que hoje, se de um lado podemos ampliar nossas capacidades de interação com o meio social e com as novas tecnologias [onde “novas identidades culturais e sociais emergem, se afirmam, apagando fronteiras, transgredindo proibições e tabus identitários” (id, p. 7)], por outro lado, expandem-se e acentuam-se “mecanismos de exploração e dominação humanas num quadro de exclusão e privação” (id., ib., p. 8). À medida que grupos subordinados ganham visibilidade na arena social, buscando minimizar as desigualdades e a violência a eles imposta, grupos conservadores se

¹ Professora no Centro de Ciências da Educação (CCE/Faed) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) .

organizam e acirram as disputas por poder representacional em todas as instâncias culturais.

Nesse cenário pergunto: como a escola, com seus currículos e contingente humano, tem assumido papel preponderante na manutenção (ou não) desse quadro? Veiga-Neto (1995) afirma que a escola não apenas falhou na tarefa de “habilitar um maior número de indivíduos ao uso da razão transformando-os em cidadãos livres” (id., ib., p.10), mas, ao contrário e pior, contribuiu e tem contribuído para aprofundar as desigualdades e injustiças sociais. Interessante, então, problematizar essa concepção questionando a educação a partir de uma de suas práticas comuns: o “ocultamento”, nos currículos escolares, da multiplicidade das diferenças culturais (em especial dos gêneros e das sexualidades), bem como o não-reconhecimento pedagógico do caráter construído e político das identidades² (hegemônicas e subordinadas) e de seus sujeitos.

As identidades culturais serão resultantes de arranjos sociais múltiplos, instáveis e subordinados de uma construção histórica e política. Esse processo de construção é baseado em muitos “aparatos discursivos e lingüísticos” (Silva, 1994, p. 249), oriundos tanto dos contextos institucionais dominantes quanto das contribuições advindas de inúmeros movimentos sociais que, no final do século XX, passaram a explicitar suas diferenças. “O que anteriormente era tratado como um mero ‘problema de minorias’ hoje é politicamente sancionado e socialmente considerado” (Knijnik, 1995, p. 60-61).

Por conseguinte, a partir da segunda metade do século XX, esses movimentos sociais de contestação e resistência aos modelos sociais excludentes e autoritários apresentaram inúmeras demandas próprias capazes de serem traduzidas em conhecimentos curriculares. Destaco: 1) os movimentos raciais discutiram o racismo e as políticas de inclusão social; 2) as discussões no interior dos movimentos

² A “identidade” aqui referida é *identidade cultural*, e não possíveis noções de “identidade” segundo teorizações dos campos da psicologia. “De acordo com a teorização pós-estruturalista que fundamenta boa parte dos Estudos Culturais contemporâneos, a identidade cultural só pode ser compreendida em sua conexão com a produção da diferença, concebida como um processo discursivo” (Silva, 2000b, p. 69). Sexo, gênero, sexualidade, raça, etnia, nacionalidade, classe, religião, geração são exemplos de identidades culturais.

de mulheres e nos movimentos feministas denunciaram a complexidade do patriarcado, o sexismo, o machismo, a misoginia e a hierarquia presente nas relações de gênero; 3) a sexualidade foi amplamente visibilizada pelos movimentos de *gays* e de lésbicas que denunciaram a homofobia e a não-isonomia nas leis, acirrando a luta por seus direitos civis; 4) os movimentos de trabalhadores rurais resgataram a discussão sobre distribuição de renda e de terra, bem como a concentração desigual da riqueza, principalmente nos países do Terceiro Mundo; 5) o advento do HIV/Aids, e as redes de solidariedades originárias a partir dele, direcionou as políticas públicas de saúde e “forçou” um redirecionamento nas práticas sexuais de homens e mulheres, independente da sua orientação sexual; 6) movimentos étnicos alertaram para a xenofobia, o preconceito e a discriminação expressos na violência contra estrangeiros e “diferentes” de todas as ordens; 7) os movimentos ecológicos enfatizaram a necessidade de se estabelecer uma nova ética mundial no uso dos recursos naturais e na exploração do meio ambiente.

Nesse contexto, como o currículo escolar de hoje pode refletir as características sociais de um mundo multiidentitário e multicultural? Como a educação institucionalizada contemporânea lida com as *diferenças* e, sobretudo, com a afirmação crescente das *identidades subordinadas*? Como, na educação sexual, em todos os níveis de ensino, essas questões podem ser visibilizadas e problematizadas nos currículos?⁵

Talvez um primeiro passo seja o de considerarmos que as representações e os significados das lutas políticas são culturais. *A cultura* é entendida aqui como um campo de criação, de movimento, de produção de significados. Um campo criativo e não algo dado, pronto, estável ou estabilizado. Diante dessa concepção, pensar a educação

⁵ Quero problematizar uma noção de política curricular que entenda o currículo não apenas como rol de disciplinas e conteúdos. Vários outros textos no âmbito da escola geram e circulam saberes acerca dos gêneros e das sexualidades (regulamentos, atividades, livros didáticos e paradidáticos, avaliações etc.) que podem promover ou não a inclusão de certos saberes, de certas identidades, de certos indivíduos. O currículo, no processo de estabelecer diferenças, produz os sujeitos de que fala e aqueles dos quais não fala... Interpela esses sujeitos, estabelecendo entre eles hierarquias e desigualdades.

(especialmente a educação sexual) e o processo de formação educacional, visando à crítica dos modelos de desigualdade social é, necessariamente, ver o currículo como um “território a ser contestado” (que pode ser contestado)... Como um “campo de expressão de conflitos” (Silva, 2001)... Como um local de produção de significados que façam sentido para o mundo social. Essa mesma escola e seus currículos, que historicamente contribuíram (e contribuem) para o quadro de exclusão social (invisibilizando identidades, negando a diferença e seus sujeitos), podem transformar-se em locais de disputa de novos significados culturais e de contestação desses modelos excludentes e desiguais.

Essa representação de uma *escola de resistência* não é uma idéia nova, original. A história da educação é testemunha das inúmeras demonstrações e denúncias do papel disciplinador, regulador e excludente da escola. Penso que o que pode adquirir o caráter de contemporaneidade é o descentramento da “classe social” como a identidade central da análise social e da importância concedida na existência de homens e mulheres. Estou querendo dizer que somos sujeitos de múltiplas identidades e ao longo da vida vivemos diferentes experiências em decorrência da convergência identitária. Assim, nenhuma identidade cultural pode ser vista como *a mais importante* ou assumir o caráter de universal. A tradição marxista na análise sociológica tem sido responsável pelo apego de muitos (as) pesquisadores e pesquisadoras na tarefa de depositar sobre a “classe social” o caráter de principal aspecto constituidor dos sujeitos. A *resistência escolar* pode ser efetiva a partir de outras identidades culturais: o sexo, o gênero, a sexualidade, a raça, a geração.

O papel da educação e das/os educadoras/es, no contexto de fixação, de naturalização, de hierarquização de significados pode ser outro. É preciso “[...] abrir o campo do social e do político para a produtividade e a polissemia, para a ambigüidade e a indeterminação, para a multiplicidade e a disseminação do processo de significação e de produção de sentido” (Silva, 2001, p. 9). Entendo esse ato de renovar e ampliar a tradição crítica em educação como uma forma de *resistência educacional*. Nessa resistência, o currículo é a questão

central porque ele “corporifica os nexos entre saber, poder e identidade” (id., ib., p.10), além de ser um dos focos centrais nas políticas públicas e reformas educacionais, como pôde ser visto, recentemente, com o lançamento dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), no ano de 1997.⁴ O currículo, portanto, é um elemento discursivo importante de uma política educacional mais ampla.

A ESCOLA LIDANDO COM AS MÚLTIPLAS IDENTIDADES

Os padrões de normalidade tidos como hegemônicos, que definem certas identidades como “normais” em detrimento de outras, forneceu os contornos para as políticas de identidade num contexto cultural de disputa de poder-saber ao definir certos grupos como subordinados e hierarquicamente inferiores. Esses grupos (aqueles que têm sido nomeados historicamente de minorias, marginais, excluídos), especialmente a partir de meados do século XX, mais contundentemente contestaram o caráter construído da normalidade e a hegemonia da identidade-padrão (o sujeito homem, branco, ocidental, rico, masculino, heterossexual, cristão, adulto).

Embora minha inserção na educação sexual tenha direcionado meu interesse pelos gêneros e pelas sexualidades, é importante enfatizar que essas não são as únicas identidades culturais constituintes dos sujeitos. A raça, o sexo, a etnia, a classe social, a geração, a nacionalidade, a religião etc. tornam homens e mulheres sujeitos de múltiplas identidades, construídas no meio social, no âmbito da cultura, em relações desiguais de poder que instauram as desi-

⁴ A última reformulação curricular da educação básica brasileira aconteceu com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96 (LDB). A partir dela, a política governamental lançou, no ano de 1997, os PCNs, que, além de estruturar as disciplinas do ensino fundamental e médio, sugeriram os *Temas Transversais* como campos disciplinares a serem perpassados em todas as séries, não como disciplinas, mas como assuntos necessários à formação de cidadãos e cidadãs. Além de *ética, saúde, pluralidade cultural, meio ambiente e estudos econômicos*, pela primeira vez, de modo explícito, a discussão da sexualidade tem espaço no então chamado tema transversal “orientação sexual”. Embora o PCN use a expressão “orientação sexual” (que muitas áreas do conhecimento definem como a atração erótica e afetiva de homens e mulheres, ou seja, a hetero, homo ou bissexualidade) ele está se referindo ao trabalho pedagógico de discussão da sexualidade na escola, ou seja, a educação sexual.

gualdades sociais. Para cada sujeito (homem ou mulher), em específicos momentos de sua vida, as narrativas sociais constroem diferentes *posições-de-sujeito* (Woodward, 2000) que podem ser investidas de positividade ou de negatividade; podem ser posições centrais ou marginais que carregam atributos desejados ou atributos marginalizados, exemplos a serem seguidos ou evitados. Esse caráter de provisoriedade permite-nos afirmar que “as identidades são pontos de apego temporários às posições-de-sujeito que as práticas discursivas constroem para nós” (Hall, 2000, p. 112) e, na dinâmica social, um mesmo indivíduo pode experimentar situações de identidade marginalizada ou central, estigmatizada ou aceita como normal.

Se somos sujeitos de múltiplas identidades, ao longo da vida vivemos diferentes experiências sociais em decorrência dessa convergência identitária. Por exemplo, ser mulher, lesbiana, negra, idosa e pobre pode significar uma experiência de vida diferente de alguém que é mulher, lesbiana, branca, jovem e rica. As diferentes posições-de-sujeito modificam as experiências de preconceito, de discriminação e de violências experimentadas por cada uma de nós no convívio social.

No século XX, conforme grupos específicos começaram a se organizar em torno de questões como, por exemplo, a do gênero (mulheres), da raça/etnia (negros e negras, indígenas), da sexualidade (*gays* e lésbicas), a ênfase na *diferença* como marca constituinte da identidade foi sendo acentuada. No processo de fortalecimento das políticas de identidade, esses grupos começaram a valorizar o ato político da auto-representação (dizer de si), com a compreensão de que no meio discursivo os sistemas de significação social que constroem a *realidade identitária* estabelecem-se em relações de poder. Qualquer que seja a política de identidade, ela estará inserida no ponto de cruzamento entre a *representação* (como forma de conhecimento) e o *poder* (como local e jogo de forças que estabelecem o lícito, o legal, o normal). A subordinação ao processo de significação pode estabelecer e manter o estado de desigualdades (representacional e material) a que estão submetidos os grupos subordina-

dos (uma vez que ficam à mercê da significação que lhes é imposta e que é sempre negativa). Assim, estabelecer uma *política de visibilidade* é estratégia-chave desses grupos no contexto das disputas por representação e por conquista de recursos materiais e simbólicos. Assumir o poder da própria *representação* adquire importância ainda maior para as identidades “reprimidas”, especialmente no que tange ao controle qualitativo desse processo de se auto-representar (dizer de si).

A educação e a escola colocam-se então como locais culturais estratégicos à reflexão e aos novos significados conferidos aos sujeitos e às práticas subordinadas. A escola coloca-se como local de visibilidade, de “voz” e de resignificação dessas identidades. Mas qual seria essa “identidade positiva” que a Escola apresentará em seus currículos (seja ela em relação a raça, ao gênero, a sexualidade, ao sexo)?

AS IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS DA “REPRESENTAÇÃO POSITIVA”: DISCUTINDO A IDENTIDADE SEXUAL

É possível afirmar que, nos últimos anos, a política de fortalecimento da identidade *gay* e lésbica ancorou-se em algumas frentes de ações, que marcaram a consolidação de uma comunidade homossexual (no mundo e no Brasil). Destaco: 1) o aumento da visibilidade *gay* e lésbica, na sociedade em geral, sobretudo nas mídias; 2) o empenho do movimento organizado na garantia dos direitos civis nas “batalhas” jurídicas por isonomia e aprovação de leis; 3) as comemorações mundiais do Dia do Orgulho *Gay* (28 de junho), e o desenvolvimento de um sentimento de auto-estima;⁵ 4) a crítica ao flagrante privilegiamento social concedido à heterossexualidade e aos (às) heterossexuais; 5) a denúncia da violência (material e simbólica) sofrida por *gays* e lésbicas em função da homofobia e a busca

⁵ A exemplo do movimento negro norte-americano que nos anos de 1960-70 teve como *slogan* a frase *Black is beautiful*, a estratégia do desenvolvimento do orgulho pela identidade subordinada também foi observada nos anos de 1990 pelo movimento homossexual que utilizou a frase *Gay is cool* em publicidades, *sites* da internet, passeatas, adesivos etc.

pelo acesso à justiça; 6) as campanhas pela “saída do armário” – o assumir publicamente a identidade subordinada.⁶

Porém, qual a representação homossexual (numa identidade marcada pela multiplicidade de sujeitos) que teria o *status* de positividade e de privilégio no processo de afirmação identitária? Que representação/ções seria/m incluída/s nos currículos escolares e/ou abordada/s e visibilizada/s na escola?

Esta definição (a da representação positiva ideal) tem sérias implicações para a política de qualquer identidade (seja ela sexual, racial, de gênero). Qualquer que fosse a *representação positiva da homossexualidade* a ser “escolhida” pelo movimento, ela implicaria, necessariamente, um efeito normatizador e excludente dos muitos sujeitos que não estariam representados nela (Louro, 2001, 2004). O entendimento que, então, marcou e definiu a identidade sexual baseou-se na ênfase ao *objeto do prazer e do afeto* (o mesmo sexo), assim como atrelou seus sujeitos aos construtos dos gêneros instituídos pela lógica heterossexual (ou seja, homens *gays* em corpos masculinos e mulheres lésbicas em corpos femininos). Como toda significação cultural se dá por disputas de poder, a “escolha” da identidade homossexual hegemônica, que passou a ter o *status* de “representação positiva”, excluiu e segregou aqueles que ousaram transgredir a lógica dos gêneros: as “bichas” (homens efeminados), as “sapatonas” (mulheres masculinizadas), os/as travestis, os/as transexuais.

Guacira Louro (2001, p. 544) chama atenção para a insuficiência desse modelo que definiu a identidade *gay* e lésbica baseada exclusivamente na “escolha do objeto amoroso”. Um modelo que não levou em conta, por exemplo, grupos homossexuais que se definem pelo tipo de *práticas sexuais* (como aqueles/as que praticam o sadomasoquismo ou o sexo grupal), ou os grupos que ultrapassam as fronteiras de gênero e as biológicas (como os/as transexuais); ou o

⁶ Nem sempre houve consenso no movimento homossexual e lésbico sobre a estratégia de “forçar” homens e mulheres a assumir publicamente sua identidade. Para alguns grupos militantes (em que no Brasil destaco o Grupo *Gay* da Bahia – GGB), sobretudo no caso de artistas, intelectuais, músicos, políticos e ícones da história, a revelação pública da homossexualidade favoreceria a aceitação social.

grupo que não direciona, de modo exclusivo e único o seu objeto de desejo (como os/as bissexuais). Portanto, foi a existência de uma indiscutível multiplicidade sexual e de gênero, presente na homossexualidade, mas negada pela pretensão de uma identidade única e universal, que colocou em xeque a insuficiente estratégia epistêmica adotada pela política identitária sexual.⁷

Somada a isso, durante os anos de 1980, o HIV/Aids possibilitou a visibilidade, ainda maior, daqueles sujeitos homossexuais ocultados pela “representação positiva única”, sobretudo durante o período em que a doença foi considerada pertencente a “um” grupo de risco (esse momento histórico acentuou a homofobia, a discriminação e a violência contra *gays* e lésbicas). Em contrapartida, a mudança do entendimento de “grupos de risco” para “práticas ou comportamentos de risco” e o amplo alastramento da doença no meio social forçou o surgimento de ONGs (como GAPAS, Lares de proteção) que aproximaram diferentes sujeitos da cena social (homens, mulheres, homossexuais, heterossexuais, adultos, crianças, travestis, profissionais do sexo, transexuais, michês, brancos e não brancos, familiares de portadores e/ou doentes da Aids, lideranças políticas, usuários de drogas injetáveis, hemofílicos, profissionais da saúde e da educação, governantes). Essas *redes de solidariedade* não tinham a identidade sexual como fator de agregação; foram sendo formadas como decorrentes de uma experiência comum – o compartilhamento dos efeitos do HIV e da Aids na vida desses sujeitos.

FRATURA DE GÊNERO NA POLÍTICA IDENTITÁRIA SEXUAL

Se entendermos a política de identidade tanto como uma forma de exercício de poder quanto uma forma de resistência, podemos concluir que ela é uma estratégia que exige visibilidade social de seus

⁷ Louro (2004, p. 34) retoma essa discussão quando questiona o caráter unificador e assimilacionista que a política de identidade *gay* assumiu a partir dos anos de 1970, buscando integrar os/as homossexuais no sistema social.

sujeitos e liga-se, portanto, a idéia de *empoderamento*⁸ deles. Nesse sentido torna-se imperativo perguntar: como um movimento que se fez visível pelo predomínio de uma representação identitária (o *gay* homem e masculino) pôde assegurar à multiplicidade de seus sujeitos a igualdade no reconhecimento, no respeito e na significação social positiva?

A política de identidade homossexual revelou um forte atravessamento de gênero denunciado por mulheres lésbicas por meio de situações de preconceito, exclusão e não-representatividade vividas dentro do movimento. Sexismo, machismo e misoginia justificaram, nos últimos anos, tanto o surgimento de facções de lésbicas no interior de ONGs homossexuais como o rompimento e a criação, recente, de organizações lésbicas independentes com ações visando à condução de interesses específicos dessas mulheres.⁹

Hoje, o movimento lésbico organizado se pergunta como no contexto das políticas identitárias se daria, na prática, o empoderamento da mulher lesbiana (sujeito subordinado em relação ao gênero e à sexualidade). Talvez possamos colaborar com essa reflexão com alguns questionamentos: ter poder significa ter a garantia dos seus direitos civis e jurídicos? Ter poder significa ter a sexualidade lesbiana incluída nas políticas públicas de saúde, por exemplo, nas campanhas de HIV/Aids e no Programa Nacional de Saúde Integral da Mulher? Ter poder significa a garantia do acesso à justiça das mulheres lésbicas vítimas de violência por motivo da orientação sexual? O empoderamento lésbico se daria no lançamento e eleição de

⁸ A noção de empoderamento (*empowerment*) pôde ser vista, inicialmente, no campo dos estudos de gênero (1970-1980) enfatizando o processo pelo qual as mulheres podiam ganhar poder na sociedade reduzindo desigualdades históricas. Também foi compreendido como o processo no qual grupos subordinados, num determinado contexto social e político, passavam a ter mais capacidade de influir nas decisões e nos processos coletivos. Outra concepção de empoderamento considera a própria capacidade da pessoa de agir como sujeito de sua própria vida e do meio social, tomando consciência de suas decisões e buscando-as. Nessa compreensão, “empoderamento” se aproxima do conceito foucaultiano de “agência” – “tradução de *agency*, termo empregado na literatura anglo-saxônica para se referir à capacidade de agir do ser humano [...]” (Silva, 2000a, p. 15).

⁹ Não apenas as lésbicas tomaram a iniciativa em conduzir suas políticas de identidade em decorrência do preconceito e da discriminação sofridos no próprio movimento homossexual; podemos encontrar na sociedade, específicas ONGs ou associações de travestis, transexuais, michês.

candidatas lesbianas em cargos públicos administrativos municipais, estaduais e/ou federais? Ter poder significa incluir nos currículos escolares a lesbianidade como uma possível, saudável e positiva faceta da sexualidade humana?

A organização coletiva, a partir dos grupos sociais organizados (como as ONGs lésbicas), tem sido uma saída no processo de empoderamento seguido pelo investimento na conscientização coletiva dos direitos (como ter acesso a eles e como exercê-los). A questão, aqui, para as mulheres lésbicas (assim como foi nos movimentos de mulheres e feministas), também continua sendo o assumir o controle sobre seus interesses e questões... Dizer de si... Representar-se... Ter autonomia pessoal... Agência. Sob esse ponto de vista todo processo de empoderamento irá se associar com as estratégias de *auto-estima positiva*; irá se fundir, também, com a noção de um *orgulho lésbico*. Parece que sobre isso o movimento lésbico organizado já deu um primeiro passo: pela primeira vez, no Brasil, no dia 19 de agosto de 2003, distintas organizações lésbicas promoveram o “Dia Nacional do Orgulho Lésbico”, com atividades específicas em cada cidade. O tema foi “Visibilidade e Empoderamento Lésbico”.¹⁰

Talvez estejamos caminhando para que num futuro próximo tenhamos o “Dia do Orgulho Travesti”, o “Dia do Orgulho Transexual”.¹¹ Essas iniciativas não devem ser analisadas como folclóricas ou mera expressão de vaidades grupais. Penso que elas mostram a

¹⁰ Segundo Luiza Granado (da ONG lésbica Rede de Informação Um Outro Olhar/SP), o dia 19 de agosto foi escolhido por marcar a resistência lésbica ao autoritarismo, a homofobia e a violência sofrida por um grupo de mulheres que tentavam entregar um boletim lésbico (*ChanacomChana*), num bar de São Paulo, há 20 anos. Foi o Grupo de Ação Lésbica Feminista (Galf) que invadiu o Ferros Bar – um local ponto de encontro das lésbicas. Os proprietários decidiram proibir a venda do boletim da associação. O bar foi invadido pelas lésbicas em sinal de protesto e a manifestação contou com o apoio de políticos e advogados, marcando uma espécie de “revolução” lésbica (informações obtidas no encarte “Cotidiano”, *Folha de S.Paulo* de 9 de junho de 2003).

¹¹ Embora a palavra *gay* tenha sido usada como termo guarda-chuva de “toda” a homossexualidade, ela não deixa de ser uma expressão da convenção cultural que escolheu o gênero masculino, na forma escrita, no tratamento generalizado. Uma convenção que se estabeleceu em disputas sociais de poder e que encontra resistência daqueles grupos que não se sentem totalmente representados pelo termo. Um exemplo disso é a inclusão, cada vez mais comum, de termos a Associação Brasileira de *Gays* e Lésbicas (ABGL), que hoje é ABGLTT (Associação Brasileira de *Gays* Lésbicas, Travestis e Transexuais).

multiplicidade sexual, as disputas por representação e visibilidade no interior das políticas identitárias, e a importâncias de se questionar os saberes disponibilizados nos currículos escolares.

A resistência lésbica, a partir da constatação do seu não-reconhecimento dentro do movimento homossexual mais amplo, é sem dúvida uma demonstração de que as identidades não são unitárias e que, dentro de uma mesma identidade cultural subordinada (a sexualidade homossexual), estabelecem-se disputas de poder por representação (de gênero, mas também de raça, de classe). Gênero e sexualidade, portanto, no contexto social, estão atravessados em várias instâncias (assim como outras identidades culturais também o estão). Isso nos permite afirmar que instituições como a escola, a mídia, a justiça, a igreja etc., são genericadas e sexualizadas, ou seja, são constituídas *por* e constituintes *dos* gêneros e das sexualidades.

Assumo o conceito de gênero oriundo da problematização feminista pós-estruturalista, que “privilegia a discussão de gênero a partir de – ou com base em – abordagens que enfocam a centralidade da linguagem como locus de produção das relações que a cultura estabelece entre corpo, sujeito, conhecimento e poder” (Meyer, 2003, p.16). Nessa perspectiva, o corpo é igualmente um produto da cultura produzido em relações de poder (e não um dado essencial, universal e inquestionável). Todo e qualquer processo capaz de produzir distinções entre os gêneros, os sexos e as sexualidades é possível de ser analisado como invenção política, cultural e social. Os gêneros constituem e atravessam as instituições sociais e os diversos conhecimentos (Meyer, 2003).

A CRÍTICA QUEER PARA OS GÊNEROS E AS SEXUALIDADES¹²

Hoje é possível perceber diferentes interesses de ação no movimento homossexual. Para Louro (2004) há aqueles/as que consideram importante a luta por igualdade e legitimação; há os/as que colocam

¹² Neste artigo farei algumas considerações acerca da teoria *queer*. Sugiro a leitura de Louro (2004), em especial o capítulo “Uma teoria e uma política pós-identitária”, a partir da página 38.

em questão as fronteiras tradicionais de gênero e sexuais e as dicotomias entre masculino/feminino, heterossexual/homossexual, homem/mulher; e há os/as que não estão preocupados com o enquadramento dentro da normalidade e que resolvem assumir e viver as ambigüidades de encontrar-se nas fronteiras de gênero e de sexualidade. Esses posicionamentos revelam crises e fraturas na política de identidade homossexual e lésbica e possibilitaram (e possibilitam) as condições teóricas e políticas para o surgimento de um movimento pós-identitário cujo centro epistêmico é a noção de *diferença* e a recusa de qualquer forma de normatização... Refiro-me a crítica *queer*.

Na perspectiva pós-estruturalista o processo de revisão das políticas identitárias levou ao fortalecimento da categoria “diferença” (no lugar da idéia de identidade única). Pode-se dizer que contribuíram para isso as reflexões e críticas advindas do movimento de liberação *gay*, do feminismo lésbico e do movimento anti-homofobia que se somaram as análises dos modelos de definição e de legitimação de uma única identidade homossexual. Esse contexto possibilitou o surgimento da teoria *queer*,¹³ que também questionou os limites e fronteiras de uma identidade. A visão de uma identidade fixa e única dá lugar a uma *política da diferença* (que é múltipla, sem limites, instável, polimorfa, desenquadrada).

O contexto atual das discussões de gênero e sexualidade pode ser compreendido como constituinte das mudanças sociais e teóricas, ocorridas no Ocidente, nos últimos anos, proporcionado, especial-

¹³ A teoria *queer* está ligada a um momento político e teórico pós-identitário. Ela surge da cultura intelectual *gay* e lésbica (em especial, no interior dos estudos e teorizações nos EUA e Inglaterra. Estudos *gays* e lésbicos, consolidando-se como campo interdisciplinar, nos anos 1990) sendo inspirada, especialmente, pela crítica aos modelos rígidos de definição das identidades sexuais e de gênero como estáveis e fixas, com base na “vertente pós-estruturalista francesa” e tendo “a desconstrução como um método de crítica literária e social” (Seidmann ap. Louro, 2001, p. 546-547).

Queer = adj. Esquisito, ridículo, fantástico, estranho; vt. Estragar, arruinar, embaraçar, desconcentrar, colocar-se em posição embaraçosa.

Queerly = esquisitamente.

Queerness = esquisitice. Para melhor compreensão e reflexão acerca da teoria *queer*, ver Louro (2004).

mente, pelas contribuições oriundas de movimentos políticos de contestação da dita “normalidade”. Hoje, as representações que as históricas “minorias” assumem no contexto social estão presentes tanto no discurso dominante como no interior dos seus movimentos que, pela visibilidade, compartilham ora a aceitação, ora a recusa social de setores tradicionais.

O grande desafio não é apenas assumir que as posições de gênero e sexuais se multiplicaram e, então, que é impossível lidar com elas apoiadas em esquemas binários; mas também admitir que as fronteiras vem sendo constantemente atravessadas e – o que é ainda mais complicado – que o lugar social no qual alguns sujeitos vivem é exatamente a fronteira. (Louro, 2001, p. 542)

Para Tamsin Spargo (1999, p. 8), foi a análise foucaultiana que explicitou as “inter-relações do conhecimento, poder e sexualidade” que se tornou “o mais importante catalisador intelectual da Teoria *Queer*”. O termo *queer*, nos países de língua inglesa, sempre foi usado para expressar a homofobia, humilhar e envergonhar pessoas tidas como esquisitas e estranhas, uma vez que “declaravam” supostamente suas identidades sexuais e de gênero fora dos padrões da “normalidade” instituída e esperada. O termo, propositadamente pejorativo, posicionava essas pessoas como “diferentes” dentro de uma estrutura discursiva baseada na heteronormatividade. Embora possa ter essa função de substantivo e adjetivo, o termo *queer* pode ser visto também como verbo. Entretanto, independente do uso, “em cada caso ele é sempre tomado e “definido contra o ‘normal’ ou a normalidade” (Spargo, 1999, p. 9).

A teoria *queer* recusa a posição de um essencialismo sobre a identidade sexual. Ela admite os predicados normativos e homofóbicos construídos historicamente sobre a palavra *queer* e faz uma humorada afirmação paródica dessa inscrição negativa. Ao utilizar o termo *queer*, é marcada uma resistência e uma proposital ironia à heteronormatividade, colocando-se claramente contra as posturas e visões de tempos anteriores do movimento *gay* e lésbico, que transitou em dois momentos distintos: primeiro, entre o ideal da androginia e a busca

de uma cultura *gay*, como estratégia para marcar a diferença entre homo e heterossexuais (de 1968 a 1975); segundo, com o desenvolvimento de uma cultura *gay* (no cinema, na literatura), apoiado pela imprensa em geral (de 1975 a 1985).

Para Guacira Louro (2004, p. 46):

O alvo dessa política e dessa teoria não seria propriamente as vidas ou os destinos de homens e mulheres homossexuais, mas sim a crítica à oposição heterossexual/homossexual, compreendida como a categoria central que organiza as práticas sociais, o conhecimento e as relações entre os sujeitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS À EDUCAÇÃO SEXUAL

Na pesquisa educacional, a noção de identidade freqüentemente tem se limitado à idéia de que as identidades são dadas ou recebidas, e não negociadas, disputadas e conquistadas no contexto social, político e histórico. Esse tipo de visão que tem prevalecido é estático, supõe uma fixidez e sugere que as identidades sexuais e de gênero não podem ser mudadas ao longo da vida. A perspectiva pós-estruturalista discorda dessa visão fixa. Ao considerar as identidades constituídas na cultura e dando a elas um caráter parcial e não unitário, o desejo e o prazer passam a ser elementos de rearticulação e de redefinição constantes, sujeitos a mudança. “Quando se trata de questões de desejo, de amor e de afetividade, a identidade é capaz [...] de criar formas de sociabilidade, de política e de identificação que desvinculem o eu dos discursos dominantes da biologia, da natureza e da normalidade” (Britzman, 1996, p. 73).

Hall (1997), ao discutir o processo de construção da identidade nacional, mais particularmente a identidade de “ser inglês” (a idéia de “inglesidade” – *englishness*), afirma que

A identidade emerge, não de um centro interior, de um “eu verdadeiro e único”, mas do diálogo entre os conceitos e definições que são representados para nós pelos discursos de uma cultura e

pelo nosso desejo (consciente ou inconsciente) de responder aos apelos feitos por estes significados, de sermos interpelados por eles, de assumirmos as posições de sujeitos construídas para nós por alguns dos discursos sobre a “inglesidade” – em resumo, de investirmos nossas emoções em uma ou outra daquelas imagens, para nos identificarmos” [...] “Nossas identidades são formadas culturalmente. (Hall, 1997, p. 26)

Portanto, para o pós-estruturalismo, as identidades também estão sujeitas à crise, estando constantemente em processo de rearranjo e desestabilização. Contribui para esse processo a complexidade da experiência social vivida, a cultura e seus discursos contraditórios. Se pensarmos nas identidades sexuais e de gênero, podemos pensar muito especialmente na cultura popular como importante “local de sexualidade e de economia do desejo” (Britzman, 1996, p. 75), estimulando os mecanismos subjetivos da atração sexual por meio do apelo à erotização, ao imaginário erótico individual, ou mesmo apresentando práticas e identidades além daquelas tidas como hegemônicas.

Nenhuma identidade sexual, mesmo a mais normativa, é automática, autêntica, facilmente assumida; nenhuma identidade sexual existe sem negociação ou construção [...] toda identidade sexual é um construto instável, mutável e volátil, uma relação social contraditória e não finalizada. (Britzman, 1996, p. 74)

Um dos principais alvos da crítica pós-estruturalista, na abordagem das identidades sexuais, tem sido a *heteronormatividade*. Trata-se de uma obsessão que pode ser interpretada como o receio de que o discurso da homossexualidade possa encorajar tal prática. Britzman (1996, p. 80) lembra que, mesmo que seja inadequado afirmar que ao transmitir informações acerca da vivência homossexual ou incentivar sua discussão esteja-se propositadamente buscando engrossar a fileira de novos adeptos praticantes, é preciso considerar que a “identidade sexual é social e depende de comunidades e locais onde haja prática, representações e discursos comuns, partilhados”. De qual-

quer modo, embora possamos pensar que qualquer vivência sexual será mais afirmada quanto mais for “visível” e “permitida” socialmente, isso não significa dizer que impedindo o conhecimento da homossexualidade ou dessas comunidades (na escola, na mídia etc.), estar-se-ia garantindo que todos “decidam ser” heterossexuais. Essa compreensão me parece fundamental no processo decisório de inclusão da educação sexual nas escolas.

No contexto social, a escola tem se apresentado como um instrumento com grande importância na normalização e disciplinamento da heterossexualidade e dos rígidos padrões definidores dos gêneros masculino e feminino em nossa cultura. Por exemplo, junto à família, tem atuado por meio da ênfase que concede a institucionalização do casamento (historicamente garantindo a esta parcela da população [os casais heterossexuais] exclusivos direitos civis como os de herança e previdenciário). Nos últimos anos, em nosso país tem se acentuado a luta política pela extensão desses direitos para *gays* e lésbicas, mediante a aprovação do chamado Projeto de Parceria Civil Registrada (sobretudo, do reconhecimento das uniões afetivas entre pessoas do mesmo sexo). A inexistência de lei que garanta os direitos a *gays* e lésbicas, assim como a restrita visão social e curricular acerca da compreensão do conceito de “famílias”¹⁴ exemplifica como a heteronormatividade exclui os “desviantes” da cidadania plena com a força a ela conferida pelos aliados poderes público, jurídico e educacional.¹⁵

Toda representação, seja ela hegemônica ou subordinada, implica modelos que são construídos discursivamente por meio da lin-

¹⁴ Sobre a importância de conceber a “família” no plural e discutir as diferentes organizações familiares hoje existentes na contemporaneidade, ver Furlani (2003).

¹⁵ Acredita-se que com o reconhecimento social da convivência homossexual estável, como um ato voluntário, respaldado pelo poder jurídico, possibilitaria uma maior aceitação social dessa sexualidade ou, pelo menos, a não-exclusão dessa vivência dos direitos de cidadania. Com isso, seriam assegurados aspectos como idêntica situação fiscal, capacidade legal de sucessão, segurança social e moradia em comum. Essas têm sido as principais bandeiras de luta dos movimentos *gays* e lésbicos internacionais, que se caracterizam pela igualdade de acesso aos direitos humanos civis e por isonomia nas leis. Entretanto, hoje, no Brasil, há dúvidas se a lei garantiria reais direitos. Facções dos movimentos *gays* e lésbicos têm se posicionado contra a aprovação do projeto por entender que ele significaria retrocesso de algumas conquistas e dificultaria outras (por exemplo, a adoção de crianças).

guagem. No interior desse processo de formação das diferenças, o currículo escolar, que produz formas particulares de conhecimento e saber, visões sociais e identidades culturais (de gênero, classe, sexualidade, raça, etnia, geração), surge como local de significação, permeado por processos que garantem não apenas o representar de uma identidade, como também incluí-la ou excluí-la por meio de processos que acontecem por disputas de poder. Longe de ser apenas um local onde se dá a transmissão de conhecimentos, “o currículo está centralmente envolvido naquilo que somos, naquilo que nos tornamos, naquilo que nos tornaremos. O currículo produz, o currículo nos produz” (Silva, 2001, p. 27). Há, indiscutivelmente, nítidas implicações pedagógicas e curriculares nas conexões entre identidade, diferenças e representação. Com o propósito argumentativo, pergunto: como uma pedagogia da sexualidade e do gênero pode ser pensada no currículo escolar? Como, na educação sexual, poderiam ser questionados os sistemas e as formas dominantes de representação da identidade e da diferença? Como a Educação Sexual, a partir da discussão das identidades excluídas, pode atuar nos mecanismos de minimização das desigualdades sexuais e de gênero? Como cada diferença e identidade, sexual e de gênero, são representadas no currículo escolar? Como a educação sexual, em todos os níveis de ensino, pode problematizar o sexismo, o machismo, a misoginia, o racismo e a homofobia?

Esses tipos de problematização vão ao encontro de meu interesse, assumidamente político, em permanentemente questionar a educação sexual e os cursos de formação de educadoras/es. A questão da identidade, da diferença e do “outro” é um “problema” pedagógico e curricular, em que geralmente, o “outro é o outro gênero, o outro é a cor diferente, o outro é a outra sexualidade, o outro é a outra raça, o outro é a outra nacionalidade, o outro é o corpo diferente” (Silva, 2000b, p. 97). O que torna essa discussão imprescindível no âmbito escolar é saber que esse “outro” pode ser “eu”... Esse “outro” pode ser “você”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRITZMANN, D. (1996). “O que é essa coisa chamada amor: identidade homossexual, educação e currículo”. In: *Educação & Realidade* (1996). v. 21 (1), jan./jun.
- FURLANI, J. (2003). “Educação sexual: possibilidades didáticas”. In: LOURO, G. L.; NECKEL, J. F.; GOELLNER, S. V. (orgs.). (2003). *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. Petrópolis, Vozes. (p. 66-81).
- HALL, S. (1997). “The work of representation”. In: HALL, S. (org.). (1997). *Representation: cultural representation and signifying practices*. Sage/Open University: London/Thousand Oaks/New Delhi.
- _____. (2000). *Identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro, DP&A.
- KNIJNIK, G. (1995). “Intelectuais, movimentos sociais e educação”. In: VEIGA-NETO, A. J. (org.). (1995). *Crítica pós-estruturalista e educação*. Porto Alegre, Sulina. (p. 57-81).
- LOURO, G. (2004). *O corpo estranho: teoria queer e educação*. Belo Horizonte, Autêntica.
- _____. (2001). “Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação”. In: *Revista Estudos Feministas – REF* (2001). Florianópolis, UFSC/CFH/CCE, v. 9, n. 2.
- MEYER, D. E. (2003). “Gênero e educação: teoria e política”. In: LOURO, G. L.; NECKEL, J. F.; GOELLNER, S. V. (orgs.). *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. Petrópolis, Vozes. (p. 9-27).
- OGIBA, S. M. M. (1995). “A produção do conhecimento didático e o pós-estruturalismo: potencialidades analíticas”. In: VEIGA-NETO, A. (org.). (1995). *Crítica pós-estruturalista e educação*. Porto Alegre, Sulina. (p. 231-244).
- SILVA, T. T. da (1994). “O adeus às metanarrativas educacionais”. In: SILVA, T. T. da. (org.). (1994). *O sujeito da educação: estudos foucaultianos*. Petrópolis, Vozes.
- _____. (2000a). (org.). *Antropologia do ciborg: as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte, Autêntica.
- _____. (2000b). *Teoria cultural e educação: um vocabulário crítico*. Belo Horizonte, Autêntica.
- _____. (2001). *O currículo como fetiche: a poética e a política do texto curricular*. Belo Horizonte, Autêntica.
- SPARGO, T. (1999). *Foucault and theory queer*. New York, Books USA.

- VEIGA-NETO, A. J. (1995). “Michel Foucault e educação: há algo de novo sob o sol?”. In: VEIGA-NETO, A. J. (org.). (1995). *Crítica pós-estruturalista e educação*. Porto Alegre, Sulina. (p. 9-56).
- WOODWARD, K. (2000). “Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual”. In: SILVA, T. T. da (org.). (2000). *Identidade e diferença*. Petrópolis, Vozes.

GÊNERO E SEXUALIDADE NOS CADERNOS DE PESQUISA (FCC): DE 1971 A 2004

Rita de Cássia Flores Müller¹

INTRODUÇÃO

Este capítulo é o resultado de uma pesquisa impulsionada pelo Projeto Rizoma, com o objetivo de realizar, nos cadernos de pesquisa da Fundação Carlos Chagas, um levantamento sobre os usos das categorias gênero e sexualidade. Essa investigação aconteceu no acervo dos periódicos da Biblioteca do Centro de Ciências da Educação (CED) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em Florianópolis.

A escolha pela Fundação Carlos Chagas não foi aleatória, sendo reconhecidamente um campo fértil no desenvolvimento de pesquisas educacionais e sociais desde 1968. Em 1971, a publicação do primeiro caderno de pesquisa inaugura, na história da fundação, um espaço de comunicação entre instituições, grupos e pesquisadores/as que se dedicam à produção científica nas mais diversas áreas, principalmente em educação.

¹ Psicóloga formada pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Foi bolsista de iniciação científica do Núcleo de Identidade de Gênero e Sexualidades (NIGS), sob orientação da professora doutora Miriam Pillar Grossi. Agradeço à equipe de pesquisadores(as) do NIGS pelo diálogo interdisciplinar que fez parte de minha formação durante o período em que estive vinculada ao grupo, em especial a Rozeli Maria Porto, Simone Becker, Bernadette Grossi dos Santos, Juliana Cavilha Mendes, Camila Medeiros, Carmem Susana Tornquist, Deborah Sayão e Flávio Luiz Tarnovski.

A produção pesquisada abrangeu o período de 1971 a 2004. Foram selecionados 34 artigos, agrupados em 4 categorias. São elas: mulher e trabalho, gênero e educação, gênero e teoria, educação sexual. O critério para a seleção dos artigos baseou-se na relação, direta ou indireta, destes com as categorias investigadas, priorizando os trabalhos que explicitam e articulam os conceitos de gênero e sexualidade no corpo do artigo. No entanto, os trabalhos que não o fazem, mas apresentam referência aos termos, foram também escolhidos para se pensar a respeito do não-dito, ou sobre o que é dito nas entrelinhas de gênero e sexualidade.

Na primeira parte do texto, *Gênero, sexualidade e a produção dos conceitos nos cadernos de pesquisa*, apresento cada uma das categorias e seus respectivos artigos. Na segunda, *O diálogo entre gênero e sexualidade: diálogo em frente ao espelho?* – proponho uma reflexão sobre a trajetória dos conceitos e a relação desta com produções estruturalistas e pós-estruturalistas que discutem estas questões.

GÊNERO, SEXUALIDADE E A PRODUÇÃO DOS CONCEITOS NOS CADERNOS DE PESQUISA

MULHER E TRABALHO

Nessa categoria estão compilados os artigos referentes aos estudos sobre mulher, que somam 26,47%. Em 1978, no caderno número 27, Maria Cristina Bruschini apresenta sua pesquisa exploratória com mulheres formadas em diferentes cursos de nível superior – *Mulher e trabalho: engenheiras, enfermeiras e professoras*. Bruschini (1978, p. 5) aponta que:

a análise da participação da mulher no mundo do trabalho, ao longo dos séculos, mostrou que se o sexo feminino sempre teve uma atuação intensa e contínua, nem por isso deixou de fazê-lo apenas em setores que, embora exigissem grandes esforços e habilidades, eram sempre os de menor prestígio e nos quais os rendimentos eram mais baixos.

As discussões sobre a marginalização da mulher aparecem embasadas por autoras como Heleieth Saffiotti (1969) e Eva Blay (1975).

Saffiotti (1969) fundamenta-se na argumentação de que a marginalização é uma consequência natural do modo de produção capitalista, que se utiliza de certos fatores, como o sexo e a raça, para justificar o alijamento dos indivíduos na estrutura das ocupações. Na corrente desse pensamento, para Blay (1975), são as condições estruturais do mercado que determinam a participação da mulher na força de trabalho. No entanto, o sexo atua como um critério de aceitação do indivíduo nesse sistema, independente do regime econômico ou político.

Evelyn Glenn (1978, n. 24) publica *As ciências humanas e a situação da mulher*. Embora basicamente voltada à realidade norte-americana, a discussão sobre a nova cultura feminista, bem como suas críticas à pesquisa em ciências sociais, merece ser pensada pelo viés da realidade brasileira, enfatiza a autora. Essas críticas centram-se no crescimento, durante a década de 1970 e início da década de 1980, da “indústria” de estudos da mulher e dos papéis sexuais em ciências sociais (Glenn, 1978, p. 16). Crescimento que suscita duas questões problematizadas pela autora durante o texto: o motivo da crítica feminista à pesquisa nas ciências sociais e a contribuição desta nova cultura sobre a mulher para áreas como sociologia, psicologia, história e antropologia.

Cristina Bruschini (1979, n. 28) publica o artigo *Sexualização das ocupações: o caso brasileiro*, onde examina as transformações da força de trabalho não agrícola brasileira, de 1950 a 1970. Bruschini (1979, p. 18) comparou dados censitários e referentes à participação de homens e mulheres em diversos setores de atividade econômica. Segundo suas análises, “quando uma ocupação é sexualizada, o *status* sexual da pessoa que é do sexo minoritário naquela ocupação se torna mais evidente do que o seu *status* ocupacional propriamente dito”. Quando a autora reflete a respeito da sexualização das ocupações, está problematizando a utilização de explicações que associam a natureza ou o temperamento dos sexos às suas profissões, que aca-

bam por hierarquizar a distribuição de homens e mulheres em carreiras masculinas e femininas.

Uma análise das diversas ocupações da mulher na força de trabalho brasileira é sobre o que versa Helena Lewin (1980, n. 32), em *Educação e força de trabalho feminino no Brasil*, em que “a problemática do trabalho feminino é discutida em termos da dinâmica da sociedade capitalista, para a qual (...) a utilização de mulheres em ocupações de menor prestígio é altamente funcional” (p. 45). No momento em que as mulheres passam a ocupar funções que antes eram atribuídas aos homens, transformam-se em atores sociais altamente funcionais, porém não adquirem os mesmos direitos conquistados pelos homens nessas ocupações. Essa afirmação está corroborada pela própria armadilha da linguagem que transforma mulheres em atores sociais. São atores mulheres em posições de atores homens – em posições de sujeito universal (Butler, 2003).

Albertina de Oliveira Costa, Carmem Barroso e Cynthia Sarti (1985, n. 54) apresentam, em 1985, o resultado de um levantamento bibliográfico das pesquisas sobre mulher feitas no Brasil a partir de 1976.² O levantamento sistemático da produção científica foi realizado de 1975 a 1984, e o texto é intitulado *Pesquisa sobre mulher no Brasil: do limbo ao gueto?* As autoras lançam questionamentos aos estudos sobre mulher: “Qual é ou quais são os traços distintivos dos estudos sobre mulher? O que confere identidade a essa área? (...) ser feminista, ser mulher em luta, quer dizer vontade de superação das desigualdades entre os sexos, das assimetrias nas relações de gênero” (Costa, Barroso, Sarti, 1985, p. 6).

Magistério primário: profissão feminina, carreira masculina é o título da publicação de Zeila de Brito Fabri Demartini e Fátima Ferreira Antunes (1993, n.86). Nesse, as autoras analisam como a mulher escreve sua história dentro do magistério primário, tornando o exercício dessa profissão predominantemente feminino, na virada do século, em São Paulo; e mais, procuram mostrar como os

² O levantamento foi realizado na Fundação Carlos Chagas e financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pela Fundação Ford.

postos de controle e de formação de novos profissionais continuam a ser ocupados por homens:

Tão logo era possível, os homens que assumiam o magistério como profissão iam tentando direcionar suas carreiras para outros postos, e abandonar o espaço 'feminino' das salas de aula. Deixam de ser professores para se tornarem diretores, supervisores, formadores de professores". (Antunes e Demartini, 1993, p. 12)

No mesmo ano, Guacira Lopes Louro e Dagmar Meyer (1993) analisam o processo de formação de jovens mulheres nos cursos industriais e técnicos desenvolvidos em uma escola técnica feminina de Porto Alegre. O artigo *A escolarização do doméstico: a construção de uma escola técnica feminina* acentua a “estreita imbricação entre a formação técnica e a formação para o lar, percebendo-se o doméstico como o eixo que articulava todo o processo educativo” (p. 45). A construção do gênero, ou seja, a construção social e histórica de sujeitos femininos e masculinos (Louro e Meyer, 1993) refere-se à criação da escola técnica feminina fundada em 1946 para formar profissionais hábeis, competentes e excelentes donas de casa.

Na continuidade dos trabalhos que discutem e analisam o magistério feminino, Jane Soares de Almeida (1996), em *Mulheres na escola: algumas reflexões sobre o magistério feminino*, resgata o processo de feminização do magistério no Brasil, traçando paralelos entre a história do movimento feminista e a relação das mulheres com a educação. A pouca utilização do gênero nas investigações na área é entendida por Almeida (1996) como uma contradição, visto que nesse campo as mulheres são maioria. Essa ausência está relacionada à neutralidade sexual assumida na produção acadêmica (Almeida, 1996, p. 77), que há pouco tempo tem saído da invisibilidade mediante as reivindicações de intelectuais e militantes da/pela utilização da categoria gênero.

Na seção *Temas em Destaque*³ de 1996, n. 97, apresenta-se o artigo *A criação de um tesouro para estudos de gênero*, de Danielle Ardaillon

³ Uma das seções dos Cadernos de Pesquisa.

e Sandra Ridenti. O texto descreve os passos para a elaboração deste instrumento, localizando a importância da Fundação Carlos Chagas como um dos primeiros centros de pesquisa brasileiros a ter implantado um programa específico dedicado aos estudos de gênero. “O campo do gênero, das relações sociais entre os sexos, tem tamanha abrangência que o propósito de processar a sua documentação é imediatamente um convite ao seu recorte” (Ardailon e Ridenti, 1996, p. 74). A função do tesouro reside em seu efeito organizador e didático, pois relaciona termos que têm entre si conexões pouco evidentes; estabelece categorias; divide e classifica por área de conhecimento.

GÊNERO E TEORIA (5)

Dos 34 artigos selecionados, 14,7% são artigos resultantes do diálogo da psicologia com os estudos de gênero. Há, inicialmente, uma forte vertente da psicologia das diferenças nos estudos e, posteriormente, um diálogo já com a chamada psicologia moderna, em que as noções de sexo e temperamento são abandonadas em prol de um discurso cultural a respeito de sexo e de gênero.

Diferenças sexuais é o título do artigo de Carmem Lúcia de Melo Barroso (1977, n. 25). A autora inicia seu texto questionando a respeito da existência de diferenças psicológicas entre os sexos e qual o *locus* da psicologia no processo de construção do conhecimento destas diferenças. Segundo Barroso (1977, p. 47):

Existem diferenças psicológicas entre os sexos? Há algo de inato, ou as diferenças são aprendidas? Do ponto de vista teórico, se o objetivo da psicologia é compreender e predizer o comportamento humano, é necessário estabelecer com precisão os limites de cada uma de suas generalizações, pois deve ficar claro se elas se aplicam igualmente a homens e mulheres ou se foram investigadas entre sujeitos de apenas um dos sexos.

Para a autora, “o principal problema do pesquisador que investiga as diferenças sexuais é que ele não pode ignorar o sexo dos sujei-

tos, e suas observações dificilmente escapam à influência de estereótipos a respeito do comportamento esperado de um ou de outro sexo” (id., ib., p. 48). A crítica a essas pesquisas fundamenta-se na impossibilidade de generalização dos dados, principalmente quando as amostras, sendo norte-americanas, são utilizadas para a análise de determinada realidade em um dado contexto brasileiro.

Esta discussão é retomada por Marília Graciano (1978, n.26). Em *Homem-mulher: por que polarizamos os sexos?* A autora inicia seu texto partindo de uma questão muito ilustrativa para se começar a discutir gênero – “É menino ou menina?” (Graciano, 1978, p. 93) – e retorna à discussão de Carmem Barroso (1977, n. 25) aprofundando o embate travado entre a biologia e a psicologia quando se trata de pesquisas nesse sentido:

O simples fato de podermos falar de um homem um pouco feminino ou de uma mulher um tanto masculina, deveria ser logicamente suficiente (...) para nos fazer perceber que não há qualquer relação intrínseca entre o substantivo “mulher” e o adjetivo “feminino”. Precisamos, portanto, compreender que cada sociedade usa o sexo biológico para construir uma gramática sexual – ou, como diz Kate Millett, uma ‘política sexual’ – tão arbitrariamente como os gêneros gramaticais da língua. (Graciano, 1978, p. 96)

O termo “identidade de gênero” aparece em lugar de destaque no título do artigo de Nara Maria Bernardes (1993, n. 85) – *Autonomia/submissão do sujeito e identidade de gênero*. A autora revisa o conhecimento produzido pela psicologia, conhecimento que serve de instrumental para pensar a subjetividade do homem e da mulher. O conceito de gênero trazido pela autora aparece articulado aos trabalhos de Emilce Bleichmar (1985, p. 45): “Gênero abrange todos os aspectos psicológicos, sociais, culturais do ser feminino/ser masculino, enquanto sexo engloba os componentes biológicos, anatômicos, e fisiológicos do ser macho/ser fêmea ou o próprio intercuro sexual”.

Nara Bernardes apresenta as questões sobre identidade de gênero à luz da discussão psicanalítica, apresentando-se esta ora signi-

ficante ora significado de uma “categoria complexa que articula três aspectos”, sendo gênero a categoria complexa. E prossegue:

Identidade de gênero é constituída pelo núcleo da identidade e pela identidade propriamente dita. O primeiro significa a auto-percepção consciente e inconsciente de pertencer a um dos gêneros (em geral com base no sexo). A identidade, propriamente dita, manifesta-se na crença “sou feminina/ sou masculino”, que se constrói a partir do núcleo”. (1993, p. 50)

Para Bernardes (1993), a articulação do conceito de sexo ao conceito de gênero possibilita o enfrentamento dos reducionismos, tendo em vista que essa articulação não pode ser interpretada como a mudança de um pelo outro.

Conceição Nogueira (2001, n. 112) publica o artigo *Contribuições do construcionismo social a uma nova psicologia do gênero*, em que aborda como o gênero como discurso foi construído pela psicologia moderna, isto é, “como o próprio conceito e as teorias explicativas que o envolvem foram construindo um significado que hoje está associado ao seu próprio estudo” (p. 137). Resgatando a psicologia e sua história no cenário científico, a autora localiza o gênero nessa arena a partir de duas perspectivas: a empiricista e a pós-moderna (Nogueira, 2001 ap. Harding, 1986).

Partindo da teoria das representações sociais de Moscovici, Angela Arruda (2002, n. 117) em *Teoria das representações sociais e teorias de gênero*, ao mesmo tempo que fornece ao/à leitor/a um panorama da teoria psicossociológica, estabelece algumas relações com as teorias feministas de gênero:

As teorias feministas e a teoria das representações sociais propõem teorias relacionais (...). Gênero é uma categoria relacional, na qual, ao se levar em conta os gêneros em presença, também se consideram as relações de poder, a importância da experiência, da subjetividade, do saber concreto. (p. 133)

GÊNERO E EDUCAÇÃO (9)

26,47% dos artigos selecionados classificam-se na categoria gênero e educação por tratarem de questões ligadas à infância e às relações de gênero no ensino infantil e fundamental.

Na discussão recorrente sobre estereótipos e papéis sexuais que acompanhou a história dos cadernos de pesquisa e do conceito de gênero, tem-se, em 1977, no caderno de número 21, o artigo de Marília Graciano, Teresa da Silva e Elza Guarido, *Percepção social em crianças: estereótipos sexuais na percepção da família*; nele, as autoras relatam os resultados de um estudo com crianças de ambos os sexos de 5, 7 e 9 anos, realizado em escolas particulares da cidade de São Paulo. O instrumento metodológico utilizado foi o Teste de Percepção Social (TPS), “onde um grupo de bonecos representa uma família nuclear idêntica à da família da criança” (Graciano, Silva e Guarido, p. 18). Segundo as autoras, “a identidade sexual, definida como o conjunto de características psicológicas associadas ao sexo do indivíduo, aparece desde muito cedo no auto-conceito da criança” (id., ib.).

O objetivo da pesquisa é compreender o processo de aquisição da identidade sexual por intermédio do estudo da percepção das crianças em relação aos dois sexos. Por serem modelos privilegiados de identificação e imitação, segundo os autores, a pesquisa trabalhou com as figuras parentais, inclusive com os irmãos.

Na continuidade, Marília Graciano (1978b, n. 25) publica *Aquisição de papéis sexuais na infância*. Segundo ela, “a idéia central é a de que os comportamentos, atitudes e reações emocionais típicos do homem e da mulher em nossa sociedade não têm qualquer substrato biológico, sendo culturalmente definidos e ensinados às crianças desde o momento em que nascem” (ib., p. 29).

A definição de papel sexual está clara no primeiro parágrafo de seu texto: “Define-se papel sexual como um conjunto de normas e comportamentos que são considerados apropriados a cada sexo em uma cultura e momento histórico determinados” (id., ib., 1978, p. 29). A partir dele, a autora discute como os pais já demonstram

expectativas estereotipadas em relação a meninos e meninas recém-nascidos, o que limita o desenvolvimento das potencialidades individuais, na medida em que se estabelece, no momento do nascimento, uma espécie de “profecia” em relação ao filho ou à filha que acaba de nascer.

Os estudos de Margareth Mead (1935) têm para Graciano um lugar de destaque, por “oferecerem nítidas evidências de que a atribuição de comportamentos a um ou outro sexo é arbitrária, isto é, dependente de condições culturais” (Graciano, 1978, p. 25).

Nos *Temas em Destaque*, Fúlvia Rosemberg (1996, n. 96) apresenta *Educação infantil, classe, raça e gênero*.⁴ No artigo, a autora reflete sobre o sistema educacional brasileiro como o lugar fecundo na formação de sujeitos – da infância à idade adulta – bem como formador de um mercado de trabalho regido pela lógica da divisão sexual. A questão norteadora das inquietações de Rosemberg (1996, p. 59) é: “Como as hierarquias de gênero interagem com as de raça e classe para produzir um sistema educacional tão excludente?”. Maria Izquierdo (1991), Barbara Beatty (1989), Heleieth Saffioti (1994) dialogam com a autora para pensar essa questão.

Carmen Duarte da Silva, Fernando Barros, Silvia Halpern e Luciana Duarte da Silva (1999, n. 107), mostram que a trajetória de meninos e meninas está fortemente marcada pela variável gênero, conforme um estudo longitudinal com crianças nascidas em Pelotas, Rio Grande do Sul. Em *Meninas bem comportadas, boas alunas; meninos inteligentes, indisciplinados*, a reflexão sobre a produção do fracasso escolar está intimamente relacionada à maneira feminina de exercer o magistério que atravessa a prática docente. Logo inicialmente o conceito de gênero é dado, à luz de Guacira Louro (1992, p. 211):

Gênero, neste estudo, está sendo definido como a construção social e histórica de sujeitos femininos e masculinos que se processa

⁴ Trabalho realizado no projeto “Criança de 0 a 6 anos e raça: casa e escola”. Em parceria com Regina F. Pinto e apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

de maneira diferenciada, dentro de uma mesma sociedade, de acordo com diferentes modelos, ideais, imagens que têm as diferentes classes, raças, religiões etc. sobre mulher e sobre homem.

Gênero é ainda conceituado numa perspectiva foucaultiana, segundo as autoras, significando “o saber a respeito das diferenças sexuais” (p. 212), na perspectiva de Joan Scott:

Tal saber não é absoluto ou verdadeiro, mas sempre relativo, ele é produzido de maneira complexa no interior de epistemes que têm, elas próprias, uma história autônoma (ou quase)... O saber é o modo de ordenar e, como tal, não antecede a organização social mas é inseparável dela... Gênero é a organização social da diferença sexual... é o saber que estabelece significados para as diferenças corporais. (ap. Scott, 1994, p. 13)

Ao longo do artigo, a questão do fracasso escolar de meninos e meninas é articulado às produções teóricas que refletem sobre a estreita ligação entre o saber e o gênero, na maneira como aprendem meninos e meninas e na relação dessa aprendizagem com quem educa. Nesse movimento, os altos índices de fracasso escolar em meninos denunciam o silêncio produzido nas instituições escolares a respeito das profecias auto-realizadoras de gênero:

Para a subjetividade da menina, por exemplo, o processo de construir-se como aluna bem-sucedida é duplamente penoso. Primeiro, porque para submeter-se às regras da escola precisa assumir comportamentos esperados de menina bem comportada e segundo, porque, após a adaptação, deverá sair de cena, abrindo mão do papel de boa aluna para que os meninos passem a ocupar os lugares de destaque na vida pública. (p. 222)

Em 2004 (v. 34, n. 121), o *Tema em Destaque* dedica-se aos estudos sobre educação e gênero, apresentando os artigos de Marília de Carvalho, Maria Eulina Pessoa de Carvalho, Pablo Ariel Scharagrodsky e Claudia Vianna, e Sandra Unbehaum.

Marília de Carvalho (2004), em seu artigo *Quem são os meninos que fracassam na escola?* investiga “os processos que têm conduzido um maior número de meninos do que meninas e, dentre eles, uma maioria de meninos negros e/ou provenientes de famílias de baixa renda, a obter conceitos negativos e a serem indicados para atividades de recuperação” (p. 11). A pesquisa foi realizada com crianças e professoras de primeira a quarta séries de uma escola pública de São Paulo.

Para a autora, a questão da produção do fracasso escolar em meninos não é recente: A pergunta sobre quem são os meninos que vão mal na escola tem sido feita com insistência, especialmente por feministas de língua inglesa, no esforço de contrapor-se a discursos que falam de uma escola feminilizada (...), acusando as professoras e o movimento feminista por um indiscriminado fracasso escolar do sexo masculino (p. 13).

Modos de educação, gênero e relações escola-família, de Maria Eulina Pessoa de Carvalho (2004), discute as relações entre a escola e a família, relações estas baseadas na divisão do trabalho de educação de crianças e jovens. A autora argumenta que a política educacional, o currículo e a prática pedagógica seguem um modelo de família ideal, não levando em consideração as diversidades de arranjos familiares e as relações de gênero que estruturam a divisão de trabalho em casa e na escola. Segundo ela: “A educação é uma palavra gendrada (...) por isso os estudos de gênero são extremamente necessários na educação, porque podem oferecer perspectivas críticas às professoras mulheres que não têm problematizado esta descontinuidade” (id., ib., p. 56). A descontinuidade refere-se à perpetuação da iniquidade de gênero, produto da estreita relação entre a feminização do magistério e a educação doméstica a cargo das mulheres.

Pablo Ariel Scharagrodsky (2004) escreve sobre os dispositivos, práticas, saberes, modelos e concepções que, historicamente, vêm atravessando os corpos masculinos e femininos. *Juntos pero no revueltos: la educación física mixta em clave de género* focaliza-se nessas práticas, em pesquisa realizada com alunos de 14 e 15 anos, nas turmas de

educação física do nono ano da educação geral, a partir dos discursos de docentes e da observação das práticas estudantis.

Para Pablo, “tanto el código de gênero em el lenguaje, como ciertas regularidades em los usos del cuerpo producen y reproducen determinadas tendencias inequitativas y desiguales desde el punto de vista del género”. O autor, embasado em Robert Connel (1998), problematiza a questão da construção das masculinidades, em que “la confusión com la pasividad asociada a lo femenino es muy clara. Desde el punto de vista de la masculinidad hegemónica, la homosexualidade se asimila fácilmente a la femineidad” (p. 72).

Gênero aparece conceituado em nota de rodapé, segundo Lamas (1996):

Lo que define al gênero es la acción simbólica colectiva. Mediante el proceso de constitución del orden simbólico en una sociedad se fabrican las ideas de lo que deben ser los hombres y las mujeres. El entramado de la simbolización se hace a partir de lo anatómico y de lo reproductivo. Por lo tanto, los hombres y las mujeres no son reflejo de una realidad natural, sino el resultado de una producción histórica y cultural. (p. 61)

O gênero nas políticas públicas de educação no Brasil: 1988-2002 é o artigo de Claudia Pereira Vianna e Sandra Unbehaum (2004). Orientado pela teoria das relações de gênero, o artigo faz um exame das principais leis, dos planos e programas federais: a Constituição Federal (CF/1998), a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/1996), o Plano Nacional de Educação (PNE/2001) e os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental (PCN/1997).

No texto, as autoras salientam a importância de considerar a historicidade do conceito de gênero para a superação das explicações centradas nas desigualdades biológicas. Segundo Vianna e Unbehaum (2004, p. 80),

gramaticalmente, o gênero é compreendido como classificação, como o modo de expressão do sexo, real ou imaginário dos seres,

como atribuição do masculino e do feminino. Mas, antes que pudesse entrar nos dicionários, o gênero foi utilizado pelas feministas como uma referência à organização social da relação entre os sexos.

Resgatando a historiadora norte-americana Joan Scott (1995), a ênfase está no desafio de utilizar o gênero como categoria analítica e de produção de conhecimento.

EDUCAÇÃO SEXUAL

Problematizar a questão da educação sexual refere-se a um período da história brasileira em que a preocupação era com a implantação do programa de planejamento familiar (Bruschini, Chauí, Kehl, Werebe, 1981), daí a importância de a escola ter em seu currículo a disciplina educação sexual. “Ou seja, a educação sexual seria o meio mais eficiente de transmitir a ideologia da paternidade responsável, enfatizando as vantagens da família pequena” (p. 100). São 26,47% dos artigos no total que se dedicam a esse tema.

Em 1977, no caderno n. 23, em meio à seção especial *Redações no vestibular*, a primeira referência ao termo está na resenha de Carmem Lúcia Barroso, do livro *L'education sexuelle à l'école*, de Maria José Garcia Werebe. Na resenha, a autora destaca a importância de estudos que analisam a educação sexual nas escolas e ressalta a importância destes não apenas para o contexto francês, mas também à realidade brasileira, que caminha lentamente em direção às conquistas no campo da sexualidade.⁵

No entanto, o caminho da educação sexual pode ser obscuro, de difícil acesso justamente porque se constitui em um campo que silencia por meio de abordagens normatizantes. Conforme Barros (1977, p. 83) “nem toda educação sexual representa um sinal de

⁵ Segundo Barroso, em 1970, a Comissão Nacional de Moral e Civismo, do Ministério da Educação (MEC), assumiu posição contrária à introdução da educação sexual nas escolas, argumentando que “a inocência é a melhor defesa para a castidade e não se abre à força um botão de rosas e, sobretudo, com mãos sujas” (p. 83).

progresso e de abertura social e moral, sendo que, muitas vezes, seu objetivo não é mais que canalizar e circunscrever a curiosidade e o interesse das crianças e dos adolescentes em limites restritos e controláveis”.

Outra preocupação relatada no livro é a limitação do conteúdo transmitido pelos educadores. Assim:

quando se tenta limitar a informação aos aspectos fisiológicos e anatômicos da sexualidade, a omissão dos aspectos psicológicos constitui, de fato, uma mutilação que pode deformar a concepção que os alunos farão de sexualidade. A exclusão das noções de desejo e prazer numa relação sexual pode remetê-las para o domínio do proibido e reforçar sua associação com culpabilidade. (Barros, 1977, p. 83)

Carmem Barroso (1979, n. 31) volta à cena, agora em parceria com Maria Cristina Bruschini e com a colaboração de Nair Kubota e Zenaide Lazara Lessa. No artigo *Sexualidade infantil e práticas repressivas*, discute como costumes e idéias a respeito da sexualidade infantil variaram ao longo do tempo e nas diferentes sociedades: “Criança tem ou não tem sexo? É verdade que cada sociedade e cada classe tem o Édipo que merece? Inclusive na terra de Macunaíma? Por que atividades aparentemente tão inócuas são objeto de sistemática e feroz repressão através de agentes normalmente tão carinhosos?” (Barroso e Bruschini, 1979, p. 87).

Os questionamentos sobre a *idade da inocência* têm dois personagens fundamentais no texto de Barroso e Bruschini: Freud (1973) e Malinowski (1973). O primeiro, por conceder à sexualidade infantil um confortável trono real, em que esta caminha sob tapete vermelho psicanalítico. O segundo, por analisar a existência do complexo de Édipo numa sociedade primitiva das Ilhas Trobriand, na Nova Guiné, questionando a universalidade do Édipo, este personagem de uma família patrilinear.

Segundo as autoras, Freud ampliou o conceito de sexualidade em três momentos. “Identificando a busca do prazer com a libido, e concebendo-a como energia vital básica que se manifesta desde o

nascimento (...); considerando as múltiplas fontes da sexualidade infantil (...) e reconhecendo uma disposição humana para toda classe de prática sexual” (p. 88).

Já Malinowski (Barroso e Bruschini, 1979, p. 90), em ilhas Trobriandesas, analisa o complexo de Édipo em uma sociedade onde o que predominava era uma ordem social matrilinear, com grande liberdade sexual entre as crianças e os jovens. Dessa forma: “Além das diferenças na composição familiar, verificava-se entre os nativos das Trobriand a inexistência de repressão, censura ou reprovação moral da sexualidade infantil”.

No Brasil, os exemplos mais significativos apontados no artigo são da literatura. *O Ateneu*, de Raul Pompéia, publicado no final do século XIX, “mostra como a ideologia da pedagogização da criança, que predominou na Europa daquele século, foi incorporada também pela sociedade brasileira”. *Menino do engenho*, de José Lins do Rego, publicado na terceira década do século XX, “mostra que a iniciação sexual no campo, com os moleques e os animais, embora mais espontânea do que na cidade, ainda assim era vista como um vício” (p. 90).

Na segunda parte do artigo, Barroso e Bruschini apresentam a pesquisa realizada por Kubota e Lessa (1979), com o objetivo de identificar o conceito de educação sexual de mães de pré-escolares. A pesquisa foi realizada como requisito para a conclusão do curso Introdução à Metodologia da Pesquisa, patrocinado pela Fundação Carlos Chagas, em 1978.

Carmem Barroso (1980, n. 34) publica a comunicação apresentada na mesa-redonda “Pesquisa para democratização da educação”.⁶ O texto *Pesquisa sobre educação sexual e democracia* reflete sobre como a preocupação com a educação sexual nasceu na Fundação Carlos Chagas, em meio ao coletivo de estudos sobre a condição feminina.

Em 1981, *Temas em Debate* apresenta a mesa-redonda “Educação Sexual: instrumento de democratização ou de mais repressão?”

⁶ Promovida pela Fundação Carlos Chagas, na XXXII Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), no Rio de Janeiro.

– apresentada na XXXII Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, no Rio de Janeiro, em 1980. Participaram: Marilena Chauí, Maria Rita Kehl e Maria José Werebe, sob a coordenação de Cristina Bruschini.

Fúlvia Rosemberg (1985, n. 53) publica o artigo *Educação sexual na escola*, texto que integra um estudo mais amplo sobre a educação da mulher no Brasil, da Coleção Década da Mulher,⁷ o artigo tem o objetivo de reconstituir as trajetórias do debate público em torno da inclusão da disciplina educação sexual no currículo escolar. A autora aponta, como desafio ao desenvolvimento da pesquisa, a carência de estudos e pesquisas, bem como a sistematização de fontes documentais. Foram localizados, segundo a autora Araújo Nunes, Marques e Mello (1977); Werebe (1977/1978); Ferrua (1980); Barroso, Bruschini (1982); Schusser (1982), que desenvolveram pesquisas sobre a educação sexual no âmbito da escola brasileira.

Igreja *versus* anticoncepção é a díade causadora de conflitos investigada na pesquisa de Semira Adler Vainsencher (1989, n. 70). Intitulado *Anticoncepção: a visão do professor*, o artigo faz parte da pesquisa *Educação sexual: e o professor?*.⁸ A autora investiga o grau de conhecimento e a qualidade das informações transmitidas no ensino da educação sexual, no que tange especificamente à concepção, com/em 182 professores da rede estadual de Pernambuco, da quinta à oitava série do primeiro grau. Os professores, em sua maioria mulheres, lecionavam ciências e ensino religioso.

Desde o papiro de Petri, primeira prescrição médica datada de 1850 a.C. até Santo Agostinho, a autora faz um resgate histórico sobre o modo como a Igreja Católica conduziu os debates em torno das questões conceptivas e anticonceptivas. Segundo Pierucci (ap. Vainsencher, 1989, p. 22), “uma coisa é a ideologia católica enquanto expressa nos discursos oficiais produzidos pela Santa Fé e outra é a ideologia clerical em nível local, enquanto expressão

⁷ Lançada pela editora Nobel em co-edição com o Conselho Estadual da Condição Feminina do Estado de São Paulo.

⁸ Pesquisa realizada na Fundação Nabuco, em Recife, de junho de 1986 a agosto de 1987, com o apoio do CNPq.

legitimadora do comportamento reprodutivo das diferentes classes e categorias sociais que integram a Igreja nas diversas regiões do País”. Isso porque há uma divergência entre as opiniões dos professores sobre os métodos anticonceptivos e a doutrina católica, divergência marcada por questões de gênero e questões disciplinares.

Apenas em 1996 o tema da educação sexual volta às páginas dos cadernos de pesquisa. O artigo é de Mary Neide Damico Figueiró (1996, n. 98) – *A produção teórica no Brasil sobre educação sexual*. A pesquisa consistiu na análise da produção acadêmica brasileira sobre educação sexual, de 1980 a 1993, com o objetivo de investigar qual a abordagem predominante sobre o tema.

A autora considerou educação sexual como sendo “toda ação ensino/aprendizagem sobre a sexualidade humana, seja em nível de conhecimento de informações básicas, seja em nível de conhecimento e/ou discussões e reflexões sobre valores, normas, sentimentos, emoções e atitudes relacionados à vida sexual” (p. 51).

O DIÁLOGO ENTRE GÊNERO E SEXUALIDADE: DIÁLOGO EM FRENTE AO ESPELHO?

De 1971 a 2004, o conceito de gênero teve sua trajetória marcada pela passagem no binômio sexo/gênero. Parece estranho dizer dessa maneira, mas há, no interior de cada categoria, um movimento de desvelamento do conceito, embora sua aceitação seja tomada de certa resistência pelas teóricas e estudiosas do campo das mulheres. Na dicotomia, a categoria de análise sofreu o enclausuramento de seu exercício de poder em detrimento de um outro, o do sexo. Na arena das diferenças sexuais, o que parecia inquestionável eram as bases sólidas das ciências que naturalizavam a existência de meninas, meninos, homens e mulheres, transformando estes sujeitos em corpos aculturais, naturais, deslocados, à mercê da ditadura fisiológica e do comportamento.

A trajetória do conceito passa, ele mesmo, pela discussão a respeito do pensamento binário que articula sexo à natureza e gênero à cultura. Nesse sentido, no tocante ao conceito de diferença(s)

sexual(ais), Teresa de Lauretis (1994, p. 207) expõe as limitações do conceito em relação ao próprio conceito das diferenças e do conceito de gênero:

A primeira limitação do conceito (...) é que ele confina o pensamento crítico feminista ao arcabouço conceitual de uma oposição universal do sexo (a mulher como diferença do homem, ambos universalizados: ou a mulher como diferença pura e simples e, portanto, igualmente universalizada), o que torna muito difícil, se não impossível, articular as diferenças entre mulheres e Mulher, isto é, as diferenças entre as mulheres ou, talvez mais exatamente, as diferenças nas mulheres.

Na história dos cadernos de pesquisa, outras dicotomias podem ser estabelecidas para se pensar a respeito das categorias: gênero está para o sexo assim como os estudos voltados às mulheres estão para a natureza. Essa relação está falando de uma ausência, até meados da década de 1980, de produções que discutissem questões outras que não unicamente questões de/sobre mulher. Falar destas mulheres – professoras, educadoras, engenheiras, médicas, mulheres como tema, mulheres em oposição aos homens, mulheres invisíveis ou cobertas pela capa essencialista e universalizante Mulher – é falar de um campo de saber em construção, um campo onde *a* mulher foi objeto empírico de estudo, um campo escrito e estudado por mulheres.⁹ E, por outro lado, na contramão do binômio, falar de mulheres pode ser sinônimo de não falar de homens, nem tampouco de construções discursivas sobre masculinos e femininos. Nessa ausência, pode-se pensar o gênero como “aquilo que permanece fora do discurso” (Lauretis, 1994, p. 209). Estando fora – mas estando – este movimento é a expressão do gênero em seu aspecto relacional.

No entanto, a relativização do campo masculino *versus* feminino não deveria ser pensada pelo viés que a associa a homem e mulher, respectivamente, pois, parafraseando Rosemberg (1985), falar de mulheres não necessariamente nos remete ao campo do feminino.

⁹ No total de 20 artigos de autoria feminina, apenas 2 são de homens.

Segundo Judith Butler (2003, p. 24), supondo por um momento a estabilidade do sexo binário, não decorre daí que a construção de “homens” aplique-se exclusivamente a corpos masculinos, ou que o termo “mulheres” interprete somente corpos femininos. Porém, não esqueço que estou nas produções realizadas no cenário brasileiro marcado de 1971 a 1980.

Para que o diálogo em torno dessas questões possa ser feito mediante quatro categorias – mulher e trabalho, gênero e teoria, gênero e educação e, finalmente, educação sexual – propositadamente separei as produções sem que, para tanto, esses recortes sigam uma mesma cronologia. Vamos a eles.

A categoria mulher e trabalho demonstra que, de 1978 a 1996, a grande temática era pensar o magistério como uma profissão eminentemente feminina – uma via de descortinar a produção ideológica de dominação e reprodução da visão essencializada das mulheres. Outra vertente de análise preocupava-se em saber quais os lugares que as mulheres estavam ocupando no mercado de trabalho, e as interfaces destas posições com a questão da divisão sexual. Já em 1996, a criação de um “tesauro” para os estudos de gênero demonstra a consolidação de um campo fértil de pesquisas nesta área, com uma trajetória de programas de dotações na história da Fundação Carlos Chagas.¹⁰

Se, por um lado, parte desses artigos pode convergir para descortinar a produção ideológica de dominação e reprodução dessa visão, por outro lado, segundo me inspira Judith Butler (2003), esse recorte, incluindo a criação do “tesauro”, pode reiterar a dominação e o *locus* de submissão das mulheres enclausuradas em um pólo eminentemente feminino. Uma espécie de consolidação e petrificação do gênero, como antes o era o sexo, capaz de submeter a mulher aos mais ínfimos lugares de “não destaque”.

Na categoria gênero e teoria, a preocupação é estudar as diferenças entre os sexos, tema recorrente nos anos de 1977 e 1978. Testes,

¹⁰ Entre 1978 e 1988 foram realizados cinco concursos, financiando 108 projetos, e publicadas várias coletâneas (Costa e Bruschini, 1992).

amostras, homem e mulher, sexo, diferenças biológicas e psicológicas são as palavras que traduzem o tom dos artigos apresentados nesse período. Em 1993, os textos articulam gênero a outras áreas de conhecimento, visto que a produção anterior estava fortemente fundamentada na explicitação das diferenças biológicas entre os homens e as mulheres. Segundo Maria Juracy Siqueira (1993, p. 271):

Pode-se afirmar que a preocupação (da Psicologia) com as diferenças sexuais não é recente. As diferenças entre os sexos foram buscadas de maneira descontextualizada e acrítica, seja através de uma visão subjetivista/individualista, seja através de estudos classificatórios/generalistas de cunho funcionalista, como os que caracterizaram a chamada Psicologia Diferencial, fortemente marcada pela herança biológica.

Os estudos de Piaget e Kohlberg, tendências marcantes nas pesquisas apresentadas na primeira fase dessa categoria, vêm falar de uma psicologia que tinha como referência o modo masculino de entendimento dos processos psicossociais.¹¹

Nessa categoria, embora “relações de gênero” seja a palavra-chave presente em todos os textos publicados após 1990, o conceito e a discussão propriamente dita apresentam-se ainda de maneira tímida. Na contramão dessa tendência, há a contribuição de Nara Bernardes (1993) e de Conceição Nogueira (2001). A primeira, por apresentar de forma clara a discussão a respeito do conceito de gênero, situando-o no conhecimento produzido pela psicologia do desenvolvimento, e, a segunda, por abordar como o discurso de gênero foi sendo construído pela psicologia moderna. Em suma, uma forma *foucaultiana* de questionar não a origem do conceito ou sua classificação, mas a busca pelas (des)continuidades dos discursos nos quais essa categoria é produzida e se produz.

¹¹ Afirma Piaget: “A observação superficial foi suficiente para mostrar que, em linhas gerais, as meninas têm o espírito jurídico menos desenvolvido do que os meninos” (1977, p. 66). Sua tese é a de que as mulheres não alcançam o nível superior de desenvolvimento moral, justamente por ser o ideal um modo masculino de desenvolvimento.

Em gênero e educação, o conceito aparece fortemente articulado às questões vividas nas rotinas dos espaços escolares por meninos e meninas. Da estereotipia sexual, passando pelos papéis sexuais/sociais, chegando ao conceito de gênero, a reflexão sobre como família e escola são agências institucionais produtoras de significados do gênero está atrelada aos estudos da antropologia e da história. Destaca-se a importância da contribuição de Joan Scott (1992) e Margarete Mead (1935), mesmo que de maneira muito ínfima, diante dos ícones que as autoras representam na história do conceito de gênero.

Para Mara Lago (s/r), o estudo de Mead (1935, p. 3) teve muita importância porque introduziu a concepção de que os papéis sexuais, a exemplo dos papéis sociais, são socialmente atribuídos, e não determinados pela biologia. De acordo com esta visão teórica, não se pode mais falar em A mulher com uma essência universal que a diferencia d' O Homem, também essencializado, universal. Note-se que Mead (1935) inova ao mostrar implicitamente como há diferentes mulheres transitando entre femininos e masculinos, mas é Scott (1998) que explicitamente nos conduz a estas possibilidades relativizadoras da categoria do gênero, somadas à ênfase de que gênero é uma produção discursiva.

Na busca de artigos dedicados às questões sobre sexualidade, a categoria educação sexual apresenta textos que refletem sobre a história desta no Brasil. No texto de Barroso e Bruschini (1979) sobre sexualidade infantil e práticas repressivas, as autoras apresentam uma foto logo na primeira página do texto; foto esta de um menino que, sentado ao canto de uma sala, expressa um olhar amedrontador diante de uma sombra sem forma aparente, que ameaça engoli-lo. O que representaria a sombra que ameaça o menino? E por que o menino? Sim, penso que há na infância algo da ordem do não-dito no tocante à sexualidade, vivido por crianças pequenas sob a forma de práticas repressivas – mesmo o (aparente) não-dito é manifestado em atos. A sombra não representaria o medo, mas o despreparo e o desconhecimento desses adultos pesquisados nas instituições escolares em lidar com essas questões. À luz da teoria freudiana, a sombra seria a própria sexualidade infantil que ameaça não o menino

(seria um menino edipiano?), mas os pais Jocasta e Laio, em uma referência aqui ao modelo de família heterossexual de baixa renda pesquisado pelas autoras. À luz foucaultiana, ousaria pensar na sombra como sendo o dispositivo regulador desta sexualidade não reprimida, mas vigiada pelo efeito normatizante daquilo que se produz dela sobre os corpos (Foucault, 2001).

Para as autoras,

é preciso considerar a sexualidade infantil não só em si mesma, mas também naquilo que ela representa de potencialidade de desenvolvimento da sexualidade adulta, pois as práticas repressivas são informadas pelas idéias a respeito da infância e da continuidade entre esta e a maturidade.

Se é de pequenino que se torce o pepino, é necessário compreender para que serve o pepino maduro torcido” (p. 94). Essa ênfase na questão da existência ou não de uma sexualidade infantil prepara o terreno para as discussões sobre educação sexual. No momento em que se sexualiza a infância, elabora-se a idéia de um sexo anatomicamente presente e de outro ausente fisiologicamente. O primeiro, ainda ausente em termos de reprodução, e o segundo presente nas inscrições inconscientes, que terá seus efeitos na vida adulta. (Chauí, 1984, p. 185)

O conceito de educação sexual é explanado no texto de Bruschini, Chauí, Kehl e Werebe (1981). Segundo as autoras, há dois tipos de educação sexual. A primeira, informal, é compreendida como o processo global de toda ação exercida sobre o indivíduo, desde seu nascimento e com repercussão direta ou indireta sobre sua vida sexual. A segunda, formal, é a educação institucionalizada, feita dentro ou fora da escola. Mas qual o alcance desta educação sexual no tocante ao gênero? Da educação sexual à sexualidade,¹² em que se situa o conceito?

Fala-se de sexo; justamente por isso a advertência pauta-se nos perigos do determinismo biológico quando o assunto é educação

¹² Em nenhum momento ficou claro no corpo dos artigos dessa categoria o que as autoras estavam definindo por educação sexual, ou sexualidade.

sexual ou, segundo Werebe (1981), sexualidade humana. No entanto, pode-se pensar na sexualidade como uma própria armadilha de um outro determinismo – o de gênero. Definir os limites e as tensões desta estrutura não é minha proposta, mas apenas problematizar as relações que dela emergem. Proponho pensar que há uma estrutura sexual (Rubin, 1975) e uma estrutura do gênero, o que significa dizer que há discursos sobre sexo, bem como discursos sobre o gênero, e que talvez os pólos sofram não um abalo quando se pensa em sexualidade, mas esta última recaia sobre o sexo. Se o gênero pode ser lido a partir das inscrições culturais do corpo, pode-se refletir sobre o arcabouço lingüístico que nomeou e definiu estas inscrições, a partir de constructos já engendrados. Há relações diretas que localizam o feminino na genitália da mulher, e vice-versa, por exemplo. Nessa relação de constituição dos sujeitos, o limite entre sexo e gênero é plausível de constantes (re)significações e (re)criações.

Ou seja, fala-se de gênero. Normaliza-se gênero a partir da linguagem que define os sujeitos neste ou naquele lugar, (re)conhecidos e atravessados pelo olhar deste “outro cultural” em um movimento que escapa à própria lógica do corpo definido pelo seu sexo. E é este, justamente este “escapar”, que possibilita a superação de algumas sólidas bases dicotômicas no que tange a sexo, gênero e sexualidade, para pensá-los em suas emaranhadas relações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROSO, C. e BRUSCHINI, M. C. (1982). *Educação sexual: debate aberto*. São Paulo, Vozes.
- BEATTY, B. (1989). “Child gardening: the teaching of young children in American schools”. In: WARREN, D. (ed.) *American teachers: histories of a profession at work*. Nova York, Mac Millan.
- BLAY, E. A. (1975). *Contradições que envolvem a trabalhadora qualificada*. São Paulo, Centro de Estudos Rurais e Urbanos, v. 8.
- BUTLER, J. (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

- BRUSCHINI, C.; CHAUI, M.; KEHL, M. R.; WEREBE, M. J. (1981). *Educação Sexual. Instrumento de democratização ou de mais repressão?* São Paulo, Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, n. 36.
- CHAUI, M. (1984). *Repressão sexual: essa nossa (des) conhecida*. São Paulo, Brasiliense, 6ª ed.
- FERRUA, L. H. (1980). *A educação sexual: análise crítica de uma experiência* (Tese de mestrado). PUC-Campinas.
- FOUCAULT, M. (2001). *Microfísica do poder*. 16ª ed. Rio de Janeiro, Edições Graal.
- FREUD, S. (1973). “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade”. *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud*, v. XVII.
- HARDING, S. (1986). *The Science Question in Feminism*. Ithaca, NY, Cornell University Press.
- IZQUIERDO, M. J. (1991). *Bases materiais del sistema sexo/gênero*. São Paulo, SOF, Mimeo.
- KUBOTA, N. e LESSA, Z. (1979). “Educação sexual: conceitos e comportamentos de mães pré-escolares”. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, mimeo.
- LAGO, M. C. de S. *Conceituando gênero*. Mimeo (s/r).
- LAMAS, M. (1996). *El género: la construcción cultural de la diferencia sexual*. México, Porrúa.
- LAURETIS, T. de (1994). “A tecnologia do gênero” In: Tendências e Impasses (1994), *O feminismo como crítica da cultura*. Hollanda, Heloísa Buarque de. Rio de Janeiro, Rocco.
- LOURO, G. (1992). “Uma leitura da história da educação sob a perspectiva de gênero”. *Teoria e Educação*. Porto Alegre, n. 6, pp. 53-67.
- MALINOWSKI, B. (1973). *Sexo e repressão na sociedade selvagem*. Petrópolis, Vozes.
- MEAD, M. (1935). *Sexo e temperamento*. São Paulo, Perspectiva.
- PIAGET, J. (1977) *O julgamento moral na criança*. São Paulo, Mestre Jou.
- ROSEMBERG, F. (1985). *Educação sexual na escola*. Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, n. 53.
- RUBIN, G. (1975). “O tráfico de mulheres: notas sobre a economia política do sexo”. *Nova Antropologia*, v. 8, n. 30.
- SAFFIOTI, H. I. B. (1969). *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo, Quatro Artes.
- _____. (1994). *Mulher brasileira é assim*. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos.
- SCHUSSER, D. R. (1982). *Educação sexual: análise de opiniões de diferentes segmentos sociais*. (Tese de mestrado). PUC-SP.

- SCOTT, J. (1990). "Igualdade versus diferença: os usos da teoria pós-estruturalista" In: *Debate Feminista – Cidadania e feminismo*, v. 1.
- _____. (1994). "Prefácio a Gender and politics of history". *Cadernos Pagu*, n.3. Campinas, pp. 11-27.
- _____. (1995). "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". *Educação e Realidade*, n. 20(2), pp. 71-100.
- SIQUEIRA, M. J. T. "A(s) psicologia(s) e a categoria gênero: anotações para discussão" In: ZANELLA, A.; SIQUEIRA, M. J.; LULHIER, L.; MOLON, S. (org.) (1993). *Psicologia e práticas sociais*, Abrapso/Sul.
- WEREBE, M. J. G. (1977). *Implantação da educação sexual no Brasil*. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, n. 26.

ARTIGOS SELECIONADOS

- GRACIANO, M.; SILVA, T. da; GUARIDO, E. (1977). *Percepção social em crianças: estereótipos sexuais na percepção da família*. Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, n. 21.
- BARROSO, C. L. (1977a). *L'éducation sexuelle à l'école*. Maria José Garcia Werebe. Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, n. 23.
- _____. (1977b). *Diferenças sexuais*. Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, n. 25.
- GLENN, E. (1978). *As ciências humanas e a situação da mulher*. Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, n. 24.
- GRACIANO, M. (1978). *Aquisição de papéis sexuais na infância*. Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, n. 25.
- GRACIANO, M. (1978). *Homem-mulher: por que polarizamos os sexos?* Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, n. 26.
- BRUSCHINI, M. C. (1978). *Mulher e trabalho: engenheiras, enfermeiras e professoras*. Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, n. 27.
- BRUSCHINI, M. C. (1979). *Sexualização das ocupações: o caso brasileiro*. Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, n. 28.
- BARROSO, C.; BRUSCHINI, M. C. (1979). *Sexualidade infantil e práticas repressivas*. Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, n. 31.
- LEWIN, H. (1980). *Educação e força de trabalho feminino no Brasil*. Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, n. 32.
- BARROSO, C. (1980). *Pesquisa sobre educação sexual e democracia*. Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, n. 34.

- ROSEMBERG, F. (1985). *Educação sexual na escola*. Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, n. 53.
- COSTA, A. de O.; BARROSO, C.; SARTI, C. (1985). *Pesquisa sobre mulher no Brasil: do limbo ao gueto?* Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, n. 54.
- VAINSENER, S. A. (1989). *Anticoncepção: a visão do professor*. Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, n. 70.
- BERNARDES, N. M. (1993). *Autonomia/submissão do sujeito e identidade de gênero*. Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, n. 85.
- DEMARTINI, Z. de B.; ANTUNES, F. F. (1993). *Magistério primário: profissão feminina, carreira masculina*. Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, n. 86.
- LOURO, G. L.; MEYER, D. (1993). *A escolarização do doméstico: a construção de uma escola técnica feminina*. Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, n. 87.
- ALMEIDA, J. S. de A. (1996). *Mulheres na escola: algumas reflexões sobre o magistério feminino*. Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, n. 96.
- ROSEMBERG, F. (1996). *Educação infantil, classe, raça e gênero*. Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, n. 96.
- ARDAILLON, D.; RIDENTI, S. (1996). *A criação de um tesouro para estudos de gênero*. Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, n. 97.
- FIGUEIRÓ, M. N. D. (1996). *A produção teórica no Brasil sobre educação sexual*. Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, n. 98.
- SILVA, C. D. da et al. (1999). *Meninas bem comportadas, boas alunas; meninos inteligentes, indisciplinados*. Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, n. 107.
- NOGUEIRA, C. (2001). *Contribuições do construcionismo social a uma nova psicologia do gênero*. Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, n. 112.
- ARRUDA, Â. (2002). *Teoria das representações sociais e teorias de gênero*. Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, n. 117.
- CARVALHO, M. de (2004). *Quem são os meninos que fracassam na escola?* Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, v. 34, n. 121.
- CARVALHO, M. de (2004). *Modos de educação, gênero e relações escola-família*. Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, v. 34, n.121.
- SCHARAGRODSKY, P. A. (2004). *Juntos pero no revueltos: la educación física mixta em clave de gênero*. Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, v. 34, n.121.

UNBEHAUM, S.; VIANNA, C. (2004). *O gênero nas políticas públicas de educação no Brasil: 1988-2002*. Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, v. 34, n.121.

GÊNERO E EDUCAÇÃO NO SEMINÁRIO RIZOMA

Marília Pinto de Carvalho¹

Este texto tem como objetivo discutir o conjunto dos trabalhos apresentados durante as oficinas “Produção do conhecimento e experiências de gênero na escola” e “Gênero, sexualidade e educação” – as únicas que se desenrolaram especificamente em torno ao eixo temático “Educação, gênero e sexualidades” neste II Seminário. Procura situá-los no contexto do campo de estudos sobre gênero e educação no Brasil e trazer algumas contribuições para o campo que se constitui na interface dos estudos educacionais com os estudos de gênero. Elaboradas com base no relatório final escrito no calor da hora (pois deveria ser entregue e apresentado no dia seguinte), estas considerações certamente devem muito a todos e todas que participaram das oficinas, em especial às coordenadoras Deborah Sayão e Rita de Cássia Flores Müller e às debatedoras Jimena Furlani e Justina Sponchiado. Contudo, muitas das idéias aqui expostas não foram debatidas naquele momento e representam uma tentativa de contribuir, *a posteriori*, para o aprofundamento de nossas reflexões e para o alargamento do diálogo entre os estudos feministas e o campo educacional.

¹ Professora da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP).

Nas oficinas em questão, foram inscritos e apresentados dez trabalhos, elaborados por 14 autores (3 homens e 11 mulheres), sendo cinco provenientes de cursos de graduação em psicologia, quatro em pedagogia, e os demais dispersos por áreas tão diversas quanto história, engenharia ou administração. Entretanto, 10 deles tinham vinculação com programas de pós-graduação em educação, seja como alunos, seja como ex-alunos ou ainda como participantes de grupos de pesquisa. A presença de uma maioria de autoras do sexo feminino é coerente com diversos outros levantamentos da produção acadêmica tanto em ciências humanas como em especial nos estudos educacionais (Rosemberg, 2001a; Campos e Fávero, 1994) e, mais ainda, nos estudos em educação que consideram as relações de gênero. Oito desses autores e autoras estavam vinculados a instituições da região Sul, cinco do Sudeste e um do Centro-Oeste. Essa proveniência certamente está relacionada à localização do encontro em Florianópolis (SC), mas não contradiz a predominância de dissertações e teses produzidas nas regiões Sul e Sudeste do país, também já verificada em inúmeros estudos.

O tema mais tratado no conjunto dos textos foi a formação profissional de pessoas adultas em suas diversas modalidades (treinamento em serviço, curso superior etc.): quatro trabalhos o abordaram, sendo um deles sobre formação de professores. Entre os demais, dois textos traziam levantamentos bibliográficos de teses ou dissertações sobre o tema educação e gênero; dois discutiam as representações de maternidade ou paternidade; um apresentava uma experiência de educação sexual com crianças; e um tratava de literatura. Também podemos apontar que apenas um dos trabalhos abordava os homens e as masculinidades, os demais concentrando-se nas mulheres, nas feminilidades ou na sexualidade, temas mais antigos e mais consolidados no campo dos estudos de gênero.

Além dos dois estudos que realizaram levantamentos de teses e dissertações, outros cinco trabalhos podem ser caracterizados como empíricos (sendo os demais de caráter ensaístico). Nesses cinco textos, os temas centrais foram tratados dentro de diferentes campos de pesquisa ou intervenção: um estudo usava como campo uma es-

cola de ensino fundamental regular e um outro, uma instituição de educação infantil; um trabalho analisava cartilhas da área de saúde; um descrevia um curso de treinamento em serviço para gerentes; e um abordava escola vinculada ao movimento de agricultores.

Devemos destacar que, apesar do caráter do seminário, reunindo tanto estudos acadêmicos quanto textos ligados aos movimentos sociais, apenas dois trabalhos dessas oficinas relatavam experiências de intervenção: uma delas numa escola agrícola ligada a uma associação de trabalhadores rurais e outra discutindo um projeto de educação sexual desenvolvido numa escola pública de ensino fundamental. Essa presença pouco expressiva pode ser creditada a uma carência efetiva de maior intervenção dos movimentos feministas no campo da educação escolar no país, que, quando ocorre, parece estar concentrada principalmente nos debates sobre educação sexual.

Algumas experiências de intervenção importantes, contudo, estiveram ausentes do seminário, talvez por terem tomado maior impulso e adquirido maior visibilidade após aquela data. Refiro-me em especial aos trabalhos desenvolvidos pela Coordenadoria da Mulher da Prefeitura de São Paulo na Secretaria Municipal de Educação do município, dos quais participaram pesquisadoras da USP (Coordenadoria Especial da Mulher, 2003a, 2003b, 2004) e à experiência da Secretaria Municipal de Educação de João Pessoa, em colaboração com a Universidade Federal da Paraíba (Carvalho, 2000a, 2000b). Trata-se de trabalhos de longo prazo que buscaram intervir na formação de professores e professoras na totalidade das redes de ensino em questão, a partir de parcerias com centros de produção acadêmica nacionais e internacionais e que trouxeram diferentes resultados, como publicações, seminários e a formação de grupos permanentes de discussão em escolas. De toda forma, são experiências cujo alcance ainda está por ser avaliado pela pesquisa educacional, que certamente tem muito a aprender a partir das dificuldades encontradas e dos avanços conseguidos. Sem dúvida, também faz falta um levantamento completo de experiências nesse campo, que parecem vir encontrando mais espaço nos últimos anos nas prefeituras pelo país afora.

SOBRE AS ABORDAGENS TEÓRICAS

No que se refere ao referencial teórico, chama a atenção o fato de seis dos dez trabalhos declararem utilizar uma abordagem pós-estruturalista em alguma de suas vertentes. Essa forte presença pode ser em parte explicada pelo fato de muitos dos autores e autoras estarem vinculados ou terem tido vínculos anteriores com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), na qual a atuação do Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero (GEERGE) tem contribuído para a consolidação de uma linha de pesquisas em educação e relações de gênero a partir desses referenciais. Nos trabalhos em que o gênero foi utilizado com maior clareza teórica, é marcante a referência a alguma das vertentes pós-estruturalistas e a maior parte de seus autores declara vincular-se aos estudos culturais e preocupa-se com a “produção de identidades e de diferenças”. O autor mais citado é Foucault, seguido de Guacira Lopes Louro, Gilles Deleuze e Tomaz Tadeu da Silva. Uma vez que esse não é o único enfoque dentro do qual a categoria teórica gênero vem sendo apreendida pelos estudos feministas, isso pode ser tomado como um indicador de estreitamento das opções teóricas no campo dos estudos educacionais que buscam apropriar-se do gênero como categoria de análise; e sugere, em primeiro lugar, um esforço para a ampliação dessas referências.

Contudo, é preciso destacar que, em muitos dos textos, conceitos como “estereótipos”, “identidades” e, principalmente, “gênero” não foram utilizados com clareza, indicando a necessidade de aprofundamento teórico. Em alguns estudos o gênero aparece ora como categoria de análise, ora como tema e até mesmo como sinônimo de “mulheres”. Estudos e levantamentos sobre as pesquisas no campo educacional em geral (Campos e Fávero, 1994; Azanha, 1990) já destacaram a proliferação nessa área de modismos e jargões que muitas vezes resultam em fragilidade teórica.

A meu ver, particularmente no que se refere ao conceito de gênero, ainda cabe uma exortação aos pesquisadores e pesquisadoras da área educacional a fim de construir uma apropriação mais densa dos

debates que se desenvolvem no campo dos estudos feministas e, mais ainda, de procurar elaborar as mediações necessárias para a utilização desses conceitos na análise de objetos empíricos vinculados à educação. Acredito que somente tal apropriação poderá armá-los para entender melhor a contraditória situação de que as meninas tendem a obter melhores resultados escolares que os meninos, numa sociedade em que se verifica uma forte subordinação das mulheres em outros campos e instituições. Como escreveu Fulvia Rosemberg (2001a, p. 65):

Tem sido difícil ao movimento e teoria feministas enfrentar o desafio de interpretar, simultaneamente, um modelo de dominação de gênero e indicadores de escolaridade que apontam igualdade de acesso/permanência no sistema escolar entre homens e mulheres ou mesmo superioridade feminina, especialmente nos países subdesenvolvidos.

Ora, se já aparece como desafio para pesquisadores e pesquisadoras do feminismo em geral, para os/as estudiosos/as do campo educacional essa contradição é central, e a exigência teórica torna-se ainda maior. Estará relacionada a essa dificuldade teórica a carência – que analisaremos a seguir – de estudos que considerem as relações de gênero abordando a infância, assim como a estrutura curricular e o cotidiano das escolas fundamentais e médias? E ainda mais: será possível, como se debateu bastante ao longo da oficina, superar as dificuldades em articular determinações de gênero, classe, raça/etnia e outras, na análise do material empírico de pesquisa, sem um forte apoio teórico?

TEMAS CENTRAIS

Do ponto de vista temático, o conjunto de textos apresentado no seminário, embora pequeno, parece expressar com fidelidade algumas das características do campo que se constitui na interface entre os estudos educacionais e os estudos de gênero no Brasil. Eles refletem a riqueza da área, resultado em parte do crescimento numérico

de teses e dissertações nos anos 1990. Conforme constatou Fulvia Rosemberg em levantamento a partir da base de dados da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPEd) (Rosemberg, 2001a), embora não tenha aumentado a proporção de teses e dissertações sobre a temática “mulher” e “relações de gênero” dentro do conjunto de trabalhos defendidos em educação, o crescimento significativo da área refletiu-se também num aumento do número de estudos específicos nessas temáticas. Assim, entre os anos de 1981 a 1998 o número de teses e dissertações sobre mulheres ou relações de gênero defendidas em programas da área de educação cresceu de 5 para 24, apesar de a proporção frente ao total de trabalhos ter oscilado sem um sentido crescente, entre um mínimo de 1,1% e um máximo de 4,1% (Rosemberg, 2001a, p. 52).

Os temas dos trabalhos apresentados nessas oficinas também refletem a força e as fragilidades dos estudos de gênero na educação em termos mais amplos: são extremamente variados, ricos e estimulantes, mas raramente abordam o que poderíamos chamar de “núcleo duro” da área educacional, isto é, a educação escolar nos níveis do ensino fundamental e médio. No artigo acima mencionado, Rosemberg afirma, com base em dados da PNAD de 1999, que “61% da população estudantil brasileira é composta por crianças e adolescentes com até 14 anos de idade. E é essa faixa etária que vive a ‘hora da verdade’ da educação brasileira” (2001a, p. 57). Isto é, os principais dilemas com os quais se defrontam os educadores e educadoras brasileiros são problemas escolares e especialmente relativos à educação infantil, ao ensino fundamental e médio.

Ora, dentre os dez estudos apresentados, apenas um se referia a uma escola de ensino fundamental, mas descrevia e analisava trabalho sobre educação sexual desenvolvido pelos autores à margem do dia-a-dia das salas de aula, em palestra aos pais e em oficinas para os alunos. Embora certamente essa experiência tenha trazido marcas para a escola como um todo – e a despeito dos méritos que a iniciativa tenha em si mesma –, ela estava distante do conhecimento e intervenção nas práticas cotidianas das disciplinas curriculares, do cotidiano escolar nas classes, nos corredores e pátios de recreio.

Já o estudo que utilizou como campo empírico uma instituição de educação infantil não estava voltado para a compreensão das dinâmicas dessa escola a partir de um referencial de gênero, tendo como objeto as concepções de paternidade das coordenadoras pedagógicas e centrando-se, portanto, no estudo de mulheres adultas.

Como indicado também nos dois trabalhos que fizeram levantamentos de teses e dissertações, apresentados nas oficinas, uma das vertentes mais desenvolvidas dentro da área de interface entre gênero e educação nos últimos anos foram os estudos historiográficos, em particular no que se refere ao corpo docente, debatendo temas como a chamada “feminização” do magistério, uma eventual “vocaçãõ feminina”, a desvalorização da profissão etc. É possível que esses temas tenham aparecido entre os trabalhos de outras oficinas desse seminário, mais especificamente voltadas para a história; contudo, também aqui devemos chamar a atenção para o fato de que, embora possam estar voltados para a educação escolar, fazem-no a partir do ponto de vista das professoras – mais uma vez, mulheres adultas.

As crianças e a sua experiência escolar são, assim, as grandes ausentes nessa área de pesquisa, como se apenas mulheres (e eventualmente homens) devessem ser investigadas sob uma ótica de gênero. Entre os trabalhos apresentados nessas oficinas, essa característica pode ser percebida no fato do tema mais investigado ter sido a formação profissional de adultos e adultas (engenheiras, professoras, gerentes, agricultores/as); ou ainda no fato de que o único texto a tratar da infância o fez a partir do olhar de uma escritora adulta, Clarice Lispector.

Certamente, hoje seria possível localizar no campo educacional uma produção inicial, mas crescente, que aborda a infância de meninas ou as relações de gênero entre crianças, seguindo a senda do texto já clássico de Nara Bernardes (1989).² Também existe um avanço no número de pesquisas que tomam as políticas educacionais, a

² Apenas a título de exemplo, pois não fiz qualquer levantamento sistemático, cito os estudos de Leni Dornellas (2002), Maria Isabel Pereira Leite (2002), Tânia Mara Cruz (2004) e Jane Felipe Neckel (2002).

escola, o currículo e o desempenho escolar como seu foco (Auad, 2004; Brito, 2004; Carvalho, 1999, 2004; Souza e Altman, 1999; Vianna e Unbehaum, 2004); mas trata-se de um movimento incipiente e ainda pouco capaz de fazer frente à quantidade e densidade das questões teóricas e empíricas colocadas.

Os temas hoje centrais na agenda que poderíamos qualificar como hegemônica na área educacional permanecem quase intocados pelos estudos de gênero, como se essa abordagem nada tivesse a contribuir em debates candentes como o fracasso escolar e as políticas de melhoria de fluxo, ciclos e aceleração; ou a mais recente “descoberta” das culturas juvenis, acompanhada de amplas discussões sobre a violência e indisciplina nas instituições escolares. Seja na escola, na sala de aula, na formulação de políticas públicas, seja na pesquisa acadêmica em educação, esses dois temas são atualmente cruciais, e o são porque têm um reflexo social importante.

Entretanto, embora estejam disponíveis há anos informações sobre a maior incidência do fracasso escolar sobre os meninos (Rosemberg, 1982, 1990, 2001b), assim como a respeito do fato de que a quase totalidade dos agressores e vítimas de atos violentos no âmbito escolar (e seu entorno) são do sexo masculino (Zaluar, 1992), esse debate não chega aos cursos de formação de professores, aos formuladores de políticas educacionais e, o que é mais importante para nossa reflexão, nem mesmo às pesquisas acadêmicas. O resultado é que sabemos muito pouco sobre como se constroem esses processos, como explicar essas situações.

Dessa forma, o fracasso e a violência escolares, por exemplo, vêm sendo discutidos no Brasil como se eles nada tivessem a ver com as relações de gênero, quando na verdade estão centralmente imbricados a determinadas formas de masculinidade. Essas masculinidades fazem parte da trajetória de um grupo significativo de rapazes, principalmente aqueles que estão mais abaixo no conjunto das hierarquias de classe e de raça/etnia. Trata-se de um caminho que muitas vezes desemboca em atitudes anti-escola, em fracasso escolar, transgressão e, no limite, em violência social. No entanto, ainda permanece a falta de diálogo entre estudos feministas e estudos educacio-

nais, constatada por Rosemberg nos anos 1980 e reiterada ao final do século XX (Rosemberg, 2001a). A maioria das pesquisadoras e dos pesquisadores insiste em centrar seus estudos nas mulheres, na feminilidade e na sexualidade, como se o gênero não fosse uma categoria importante no estudo de homens, das masculinidades e de temas aparentemente distantes das relações entre os sexos, como o fracasso escolar e a violência nas escolas, que vimos utilizando como exemplo. É hora da pesquisa no campo de interface entre educação e gênero focar-se sobre a infância, a juventude e a escola; é mister colocar como central a questão das masculinidades, particularmente dos modelos de masculinidade envolvidos nos processos de fracasso escolar, transgressão e violência, modelos que, sem dúvida, correspondem também a certas feminilidades. Se as relações de gênero evidentemente não explicam esses fenômenos como um todo, não podem ser dispensadas para entendê-los. Por isso está colocada a esses pesquisadores e pesquisadoras a tarefa de trazer a discussão de gênero – uma discussão sobre homens e mulheres, meninos e meninas – para o centro do debate educacional, inserindo-a naquelas temáticas que são candentes para as políticas educacionais, para os cursos de formação docente, para os educadores e educadoras em geral.

Durante os debates em nosso seminário, destacou-se essa necessidade de incluir as discussões sobre gênero e sexualidade – e também raça e etnia – nos cursos de formação inicial e continuada, isto é, em faculdades e centros de educação, nos diferentes cursos de licenciatura e pedagogia, assim como nas atividades de formação continuada desenvolvidas por estados e municípios.

Contudo, parece que a ausência dessas temáticas ou sua presença insuficiente, pelo menos no que se refere às relações de gênero, decorre não apenas de falta de vontade política, mas também das carências apontadas acima, que geram uma grande distância entre os temas centrais debatidos pelas professoras e professores da educação básica e as contribuições já desenvolvidas pelos estudos de gênero no campo educacional. À exceção, talvez, das questões relativas à educação sexual, esses estudos têm sido pouco capazes de falar às

professoras e aos professores sobre os problemas que lhes aparecem como mais importantes, como o fracasso escolar e a indisciplina, a violência e o cotidiano nas escolas. Enquanto não formos capazes de enfrentar de maneira teoricamente sólida esses temas, como poderemos reivindicar um lugar central nas políticas educacionais e nos cursos de formação?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUAD, D. (2004). *Escola, feminilidades e masculinidades: assimilação e resistência de meninos e meninas aos papéis sexuais* (Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da USP). São Paulo.
- AZANHA, J. M. P. (1990). *Uma idéia de pesquisa educacional* (Tese de livre docência, Faculdade de Educação da USP). São Paulo.
- BERNARDES, N. M. G. (1989). *Crianças oprimidas: autonomia e submissão* (Tese de doutorado, Faculdade de Educação da UFRGS). Porto Alegre.
- BRITO, R. S. (2004). *Significados de gênero do fracasso escolar: quando os modelos polares de sexo não são suficientes* (Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da USP). São Paulo.
- CAMPOS, M. M. M.; FÁVERO, O. (1994). "A pesquisa em educação no Brasil". *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 88, p 5-17.
- CARVALHO, M. E. P. (2000). (org.). *Consciência de gênero na escola*. João Pessoa, Editora Universitária/UFPB.
- CARVALHO, M. E. P.; SOUZA, V. de (2000). *Por uma educação escolar não sexista*. João Pessoa, Editora Universitária/UFPB.
- CARVALHO, M. *Quem são os meninos que fracassam na escola? Cadernos de Pesquisa*, v. 34, n. 121, jan./abr. 2004, p. 11-40.
- _____. (1999). "Gênero e política educacional em tempos de incerteza". In: HYPOLITO, A.; GANDIN, L. A. (orgs.). *Educação em tempos de incertezas*, Belo Horizonte, Autêntica, p. 137- 162.
- COORDENADORIA ESPECIAL DA MULHER (2004). *Educar para a igualdade: gênero e educação escolar*, São Paulo, Secretaria Municipal da Educação.
- COORDENADORIA ESPECIAL DA MULHER (2003a). *Gênero e educação: caderno de apoio para a educadora e o educador*. São Paulo, Secretaria Municipal da Educação.
- COORDENADORIA ESPECIAL DA MULHER (2003b). *Nem mais nem menos: iguais*. Cartilha para alunos, São Paulo, Secretaria Municipal da Educação.

- CRUZ, T. M. (2004). *Meninos e meninas no recreio: gênero, sociabilidade e conflito* (Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da USP). São Paulo.
- LEITE, M. I. F. P. *Brincadeiras de menina na escola e na rua: reflexões da pesquisa no campo*. *Cadernos Cedes*, abr. 2002, v. 22, n. 56, p. 63-80.
- NECKEL, J. F. (2002). *Cachorras, tigrões e outros bichos: problematizando gênero e sexualidade no contexto escolar*. Alvorada (RS), Secretaria Municipal de Educação.
- ROSEMBERG, F. “Caminhos cruzados: educação, mulher e gênero na pesquisa acadêmica”. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 27, n. 1, jan./jun. 2001a, p. 47-68.
- ROSEMBERG, F. et al. (1982). *A educação da mulher no Brasil*. São Paulo, Global.
- _____. (1990). *Mulher e educação formal no Brasil: estado da arte e bibliografia*. Brasília, Inep/Reduc.
- ROSEMBERG, F. Educação formal, mulher e gênero no Brasil contemporâneo. Florianópolis, *Estudos Feministas*, v. 9. n. 2, dez. 2001b, p. 515-540.
- SOUSA, E. S. de; ALTMANN, H. Meninos e meninas: expectativas corporais e implicações na educação física escolar. *Cad. Cedes*, ago. 1999, v.19, n. 48, p. 52-68.
- VIANNA, C. P.; UNBEHAUM, S. O gênero nas políticas de educação. *Cadernos de Pesquisa*, v. 34, n.121, jan./abr. 2004, p. 77-104.
- ZALUAR, A.(org.). (1992). *Violência e educação*. São Paulo, Livros do Tatu/Cortez.

Este livro foi composto em AGaramond 11/13,5 e impresso em
papel pólen soft 80 gramas/m² pela Marques Saraiva, na cidade do Rio de Janeiro,
para a editora Garamond no mês de outubro de 2005.